



Análise do Desempenho

1T15



Este Relatório faz referências e declarações sobre expectativas, sinergias planejadas, estimativas de crescimento, projeções de resultado e estratégias futuras sobre o Conglomerado Banco do Brasil. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles aqui antecipados e discutidos. As expectativas e projeções da administração são vinculadas às condições do mercado (mudanças tecnológicas, pressões competitivas sobre produtos, preços, entre outros), do desempenho econômico geral do país (taxa de juros e câmbio, mudanças políticas e econômicas, inflação, mudanças na legislação tributária, entre outras) e dos mercados internacionais.

Expectativas futuras decorrentes da leitura deste relatório devem considerar os riscos e incertezas que envolvem os negócios do Conglomerado. O Banco do Brasil não se responsabiliza em atualizar qualquer estimativa contida em relatório publicado em períodos anteriores.

As tabelas e gráficos deste relatório apresentam, além dos saldos e valores contábeis, números financeiros e gerenciais. As taxas de variação relativa são apuradas antes do procedimento de arredondamento em R\$ milhões. O arredondamento utilizado segue as regras estabelecidas pela Resolução 886/66 da Fundação IBGE: caso o algarismo decimal seja igual ou superior a 0,5, aumenta-se em uma unidade; caso o algarismo decimal seja inferior a 0,5, não há acréscimo de uma unidade.

Índice

Apresentação.....	9
Destaques	9
Acesso <i>on-line</i>	9
Glossário.....	10
Sumário do Resultado	12
Resultado	12
<i>Guidance</i>	12
Retorno ao Acionista.....	13
DRE com Realocações.....	14
Margem Financeira Bruta	16
<i>Spread</i> por Carteira	16
Ativos e Principais Itens Patrimoniais	17
Basileia.....	18
Carteira de Crédito.....	18
Rendas de Tarifas.....	25
Despesas Administrativas e Eficiência	26
1 - Informações Úteis	28
Governança Corporativa	32
2 - Demonstrações Contábeis Resumidas.....	34
2.1. Balanço Patrimonial Resumido.....	34
2.2. Demonstração Resumida do Resultado Societário	36
2.3. Demonstração do Resultado com Realocações.....	37
2.3.1. Abertura das Realocações	38
2.3.2. Glossário de Realocações.....	40
2.4. Receitas e Despesas Operacionais Totais.....	41
3 - Crédito.....	42
O Processo de Crédito do Banco do Brasil	42
3.1. Carteira de Crédito.....	42
3.1.1. Carteira de Crédito Pessoa Física.....	44
3.1.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica.....	48
3.1.3. Carteira de Crédito de Agronegócios	51
3.1.4. Concentração.....	58
3.2. Qualidade do Crédito	60
3.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física.....	64
3.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica.....	66
3.2.3. Carteira de Agronegócios	68
3.2.4. Carteira de Crédito no Exterior e BV	71
3.3. Cobrança e Recuperação de Créditos.....	73
3.3.1. Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal.....	73
3.3.2. O Processo de Cobrança e Recuperação de Créditos	73
3.3.3. Fluxo Operacional da Cobrança e Recuperação de Créditos	73
3.3.4. Eficiência do Processo	74
3.3.5. Carteira de Crédito Renegociada	76
4 - Captações	78
5 - Resultado Financeiro	82
5.1. Margem Financeira Bruta.....	82
5.2. Receita Financeira com operações de Crédito.....	82
5.3. Despesa Financeira de Captação.....	83
5.4. Despesa Financeira de Captação Institucional	83
5.5. Receita de recuperação de Crédito	84
5.6. Resultado de Tesouraria.....	84
5.7. Análise de Ativos e Passivos	87
5.7.1. Análise de Ativos	87
5.7.2. Análise de Passivos.....	88
5.7.3. Análise Volume e Taxa.....	88
5.8. Margem Gerencial de Crédito.....	90
6 - Negócios Não Financeiros	91
6.1. Rendas de Tarifas.....	91
6.2. Negócios de Cartões.....	91
6.2.1. Emissão de Cartões.....	92
6.2.2. Bandeira Elo	94

6.2.3.	Resultado de Serviço de Cartões	94
6.3.	Gestão de Recursos de Terceiros	98
6.4.	Mercado de Capitais	100
6.4.1.	Produtos e Serviços	101
6.4.2.	Desempenho em Mercado de Capitais	101
6.5.	Serviços Fiduciários	103
6.5.1.	Administração Fiduciária	104
6.5.2.	Custódia	104
6.5.3.	Trustee (Administração de Garantias e Contratos)	105
6.6.	Seguros	106
6.7.	Consórcios	108
7 –	Produtividade e Eficiência	110
7.1.	Indicadores	110
7.2.	Despesas de Pessoal	112
7.3.	Outras Despesas Administrativas	113
7.3.1.	Rede de Atendimento	114
7.3.2.	Canais Automatizados	116
7.4.	Outras Receitas e Despesas Operacionais	120
7.5.	Perdas Operacionais	120
7.5.1.	Indicadores Públicos de Reclamações de Clientes	123
8 –	Outros Componentes Patrimoniais	127
8.1.	Ativo Atuarial	127
8.2.	Fundos de Destinação de Superávit	128
8.2.1.	Retomada das Contribuições	129
8.3.	Passivo Atuarial	129
8.4.	Impostos Diferidos	131
8.5.	Ágios sobre Investimentos	132
8.6.	Ativos Intangíveis	132
9 -	Gestão de Riscos	134
9.1.	Gestão dos Riscos	134
9.1.1.	Risco de Crédito	134
9.1.2.	Risco de Mercado	134
9.1.3.	Risco de Liquidez	137
9.1.4.	Risco Operacional	139
9.2.	Estrutura de Capital	140
10 -	Investimentos Estratégicos	144
10.1.	Informações de Coligadas e Controladas	144
10.2.	Banco Votorantim	146
10.3.	Negócios Internacionais	153
10.3.1.	Banco Patagonia	154
11 -	Série de Demonstrações Contábeis	156
11.1.	Balanço Patrimonial Resumido	156
11.2.	Demonstração Resumida do Resultado Societário	160
11.3.	Demonstração do Resultado com Realocações	162

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Guidance</i>	13
Tabela 2. Patrimônio Líquido Ajustado	13
Tabela 3. DRE com Realocações – Principais Linhas	15
Tabela 4. Itens Extraordinários	15
Tabela 5. Composição da MFB.....	16
Tabela 6. <i>Spread</i> Gerencial Anualizado (carteira de crédito orgânica)	16
Tabela 7. <i>Spread</i> Global	17
Tabela 8. Principais Itens Patrimoniais	17
Tabela 9. Fontes e Usos	18
Tabela 10. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada	19
Tabela 11. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica Ampliada	21
Tabela 12. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada	24
Tabela 13. Despesas de PCLD Líquidas de Recuperação de Crédito Parcelada	24
Tabela 14. Indicadores de Qualidade da Carteira de Crédito Classificada	24
Tabela 15. Rendas de Tarifas.....	25
Tabela 16. Despesas Administrativas Ajustadas.....	27
Tabela 17. Principais Indicadores Econômicos ¹	28
Tabela 18. Composição Acionária - %.....	29
Tabela 19. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	29
Tabela 20. Indicadores de Mercado	29
Tabela 21. Participação nos Índices de Mercado Brasileiro - %	29
Tabela 22. Participação no Índice de Mercado Internacional - %	29
Tabela 23. Informações do BB.....	30
Tabela 24. <i>Ratings</i>	31
Tabela 25. Compulsório/Exigibilidade (%).....	31
Tabela 26. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo.....	34
Tabela 27. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo	35
Tabela 28. Demonstração Resumida do Resultado Societário	36
Tabela 29. Demonstração do Resultado com Realocações.....	37
Tabela 30. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários	39
Tabela 31. Efeitos Fiscais e Participação nos Lucros e Resultados sobre Itens Extraordinários	41
Tabela 32. Receitas e Despesas Operacionais Totais	41
Tabela 33. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada	43
Tabela 34. Crédito SFN ¹	43
Tabela 35. Carteira de Crédito Pessoa Física	44
Tabela 36. Crédito Pessoa Física – Participação de Mercado ³	44
Tabela 37. Carteiras Adquiridas ¹	45
Tabela 38. Carteira de Crédito Classificada Orgânica - Pessoa Física	45
Tabela 39. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito	46
Tabela 40. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica	47
Tabela 41. Taxas e Prazos Médios	48
Tabela 42. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	49
Tabela 43. Distribuição da Carteira Pessoa Jurídica.....	49
Tabela 44. Câmbio de Exportação e Importação	49
Tabela 45. ACC/ACE	49
Tabela 46. Tempo de Relacionamento dos Clientes - % do Saldo da Carteira MPE	50
Tabela 47. Crédito MPE por Setor de Atividade	51
Tabela 48. Produtos de Crédito - MPE	51
Tabela 49. Fundos Garantidores de Crédito – FGO e FAMPE	51
Tabela 50. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial em março/15	52
Tabela 51. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região	53
Tabela 52. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação	53
Tabela 53. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito	53
Tabela 54. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado	54
Tabela 55. Carteira de Agronegócios por Porte do Cliente	54
Tabela 56. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica	54
Tabela 57. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos.....	55
Tabela 58. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação	55
Tabela 59. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios.....	56
Tabela 60. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural	56
Tabela 61. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola	56

Tabela 62. 100 Maiores Tomadores em relação à Carteira de Crédito Classificada	58
Tabela 63. 100 Maiores Tomadores em relação ao PR ¹	58
Tabela 64. Concentração da Carteira Ampliada Orgânica PJ e Agro PJ por Macrossetor ¹	59
Tabela 65. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco.....	62
Tabela 66. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada – BB e BB sem BV	63
Tabela 67. Despesas de PCLD Líquidas de Recuperação de Crédito Parcelada	63
Tabela 68. Índices de Atraso da Carteira Classificada	64
Tabela 69. Carteira de Crédito Classificada PF por Nível de Risco – sem BV	64
Tabela 70. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada PF – sem BV.....	65
Tabela 71. Inad. +90d PF – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV	65
Tabela 72. Carteira de Crédito Classificada PJ por Nível de Risco – sem BV.....	67
Tabela 73. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada PJ – sem BV.....	67
Tabela 74. Inad. +90d PJ – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV.....	67
Tabela 75. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco	68
Tabela 76. Inad. +90d Agronegócios – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV.....	68
Tabela 77. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco.....	69
Tabela 78. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF	69
Tabela 79. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco	69
Tabela 80. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ	70
Tabela 81. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio.....	70
Tabela 82. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios.....	71
Tabela 83. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco	71
Tabela 84. Carteira de Crédito Classificada Banco Votorantim (50%) ¹	72
Tabela 85. Carteira de Crédito Renegociada ¹	77
Tabela 86. Captações Comerciais	78
Tabela 87. Captações Institucionais	79
Tabela 88. Captações no Exterior - Modalidade.....	79
Tabela 89. Captações no Exterior - Produto.....	79
Tabela 90. Emissões Vigentes no Exterior	80
Tabela 91. Fontes e Usos	81
Tabela 92. Segregação de Depósitos por Prazo ¹	81
Tabela 93. Composição da Margem Financeira Bruta	82
Tabela 94. Receita Financeira de Operação de Crédito	82
Tabela 95. Despesa de Captação ¹	83
Tabela 96. Despesa de Captação Institucional	83
Tabela 97. Captações vs. Taxa Selic	84
Tabela 98. Recuperação de Crédito	84
Tabela 99. Resultado de Tesouraria.....	84
Tabela 100. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários.....	85
Tabela 101. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado	86
Tabela 102. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado	86
Tabela 103. Instrumentos Financeiros Derivativos.....	86
Tabela 104. Saldo da Liquidez.....	86
Tabela 105. Despesa de Captação no Mercado Aberto.....	86
Tabela 106. Outros Componentes de Tesouraria.....	87
Tabela 107. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral).....	87
Tabela 108. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral).....	88
Tabela 109. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral	88
Tabela 110. Margem Global.....	88
Tabela 111. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro.....	89
Tabela 112. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)	89
Tabela 113. Margem Gerencial.....	90
Tabela 114. Taxa por Carteira	90
Tabela 115. Rendas de Tarifas.....	91
Tabela 116. Base de Clientes e Contas-correntes	91
Tabela 117. Base de Cartões	92
Tabela 118. Quantidade de Transações.....	93
Tabela 119. Base de Cartões e Faturamento com Cartões Elo Banco do Brasil.....	94
Tabela 120. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 1T15	95
Tabela 121. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 4T14	95
Tabela 122. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 1T14	96
Tabela 123. Principais Receitas e Despesas – Serviço de Cartões.....	96
Tabela 124. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento	99

Tabela 125. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Tipo.....	99
Tabela 126. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais	100
Tabela 127. <i>Private Equity</i> – Participação Indireta	103
Tabela 128. Resultado de Serviços Fiduciários.....	104
Tabela 129. Custódia de Origem Própria por Tipo de Cliente	105
Tabela 130. Seguros - Resultado Financeiro e Operacional.....	106
Tabela 131. Previdência – Resultado Financeiro e Operacional.....	107
Tabela 132. Capitalização - Resultado Financeiro e Operacional.....	107
Tabela 133. BB Seguridade – Indicadores de Desempenho.....	108
Tabela 134. Consórcios - Cotas Ativas por Segmento	108
Tabela 135. Consórcios - <i>Ticket</i> Médio	109
Tabela 136. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média	109
Tabela 137. Índices de Cobertura – Ajustados ¹	110
Tabela 138. Índices de Eficiência – Ajustados ¹	110
Tabela 139. Outros Indicadores de Produtividade	110
Tabela 140. Despesas de Pessoal	112
Tabela 141. Perfil dos Funcionários	113
Tabela 142. Outras Despesas Administrativas.....	113
Tabela 143. Rede de Atendimento	114
Tabela 144. Rede de Agências por Região	114
Tabela 145. Rede MaisBB – Dados Operacionais	115
Tabela 146. Banco Postal – Perfil Cliente	115
Tabela 147. Rede de Distribuição no Exterior	116
Tabela 148. Outras Receitas e Despesas Operacionais	120
Tabela 149. Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda (%)	121
Tabela 150. Composição dos Ativos	128
Tabela 151. Principais Premissas Atuariais.....	128
Tabela 152. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – CVM 695/2012	128
Tabela 153. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade	129
Tabela 154. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização	129
Tabela 155. Efeitos de Contabilização Cassi – CVM 695/2012	130
Tabela 156. Efeito no Patrimônio Líquido – CVM 695/2012.....	131
Tabela 157. Abertura do Crédito Tributário	131
Tabela 158. Abertura do Passivo Fiscal Diferido.....	132
Tabela 159. Ágio nas Aquisições de Investimentos	132
Tabela 160. Ativo Intangível.....	133
Tabela 161. Estimativa de Amortização dos Ativos Intangíveis	133
Tabela 162. Balanço em Moedas Estrangeiras	135
Tabela 163. Perfil de Repactuação das Taxas de Juros	137
Tabela 164. Fator “F” aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	140
Tabela 165. Índice de Basileia	141
Tabela 166. PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD}	142
Tabela 167. PRMR Referente à Parcela do RWA_{MPAD} – Conglomerado Prudencial.....	142
Tabela 168. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD} – Conglomerado Prudencial.....	142
Tabela 169. RWA_{CPAD} por Fator de Ponderação – FPR – Conglomerado Prudencial.....	143
Tabela 170. Participações Societárias do BB Banco Múltiplo	144
Tabela 171. Participações Societárias detidas majoritariamente pelo BB Banco de Investimentos..	144
Tabela 172. Participações Societárias do Banco do Brasil via BB Seguridade Participações S.A....	145
Tabela 173. Participações Societárias da BB Elo Cartões Participações S.A	145
Tabela 174. Participações Societárias não Consolidadas.....	145
Tabela 175. Principais Itens Patrimoniais.....	146
Tabela 176. Demonstração do Resultado com Realocações ¹ - Trimestral	147
Tabela 177. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro.....	148
Tabela 178. Carteira de Crédito.....	148
Tabela 179. Indicadores – Veículos.....	149
Tabela 180. Qualidade da Carteira Gerenciada	151
Tabela 181. Captações	151
Tabela 182. Índice de Basileia	152
Tabela 183. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais.....	154
Tabela 184. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado	154
Tabela 185. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais	154
Tabela 186. Banco Patagonia – Saldos de Captações	155
Tabela 187. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado	155

Tabela 188. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito	155
Tabela 189. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais	155
Tabela 190. Balanço Patrimonial Ativo – Série Trimestral	156
Tabela 191. Balanço Patrimonial Ativo – Série Anual	157
Tabela 192. Balanço Patrimonial Passivo – Série Trimestral	158
Tabela 193. Balanço Patrimonial Passivo – Série Anual	159
Tabela 194. Demonstração Resumida do Resultado – Série Trimestral	160
Tabela 195. Demonstração Resumida do Resultado – Série Anual	161
Tabela 196. Demonstração do Resultado com Realocações – Série Trimestral	162
Tabela 197. Demonstração do Resultado com Realocações - Série Anual	163

Índice de Figuras

Figura 1. Lucro (R\$ milhões) e RSPL (%).....	12
Figura 2. Lucro Líquido por Ação, Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	14
Figura 3. Carteira de Crédito Classif. País (Sem BV) por Período de Contratação - % e R\$ bilhões	19
Figura 4. Carteira de Crédito Imobiliário (R\$ bilhões)	21
Figura 5. Carteira de Crédito de Agronegócio Ampliada – (R\$ bilhões)	22
Figura 6. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada.....	23
Figura 7. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada	23
Figura 8. Cartões - Faturamento Total BB (R\$ bilhões).....	25
Figura 9. Gestão de Recursos de Terceiros.....	26
Figura 10. Estrutura da Alta Administração.....	33
Figura 11. Comitês Estratégicos	33
Figura 12. Processo de Crédito do Banco do Brasil.....	42
Figura 13. Carteira de Crédito País (Sem BV) por Período de Contratação - % e R\$ bilhões	44
Figura 14. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC e Veículos - %	45
Figura 15. Composição da Carteira de Crédito Consignada Orgânica %.....	46
Figura 16. Prazo das Operações Contratadas no 1T15 – Crédito Consignado.....	46
Figura 17. Prazo das Operações Contratadas no 1T15 – Financiamento de Veículos	47
Figura 18. Percentual Financiado (LTV) e Entrada – Fin. de Veículos Carteira Orgânica	47
Figura 19. Percentual Financiado (LTV) – Financiamento Imobiliário	48
Figura 20. Participação das Linhas de Repasse nos Desembolsos - %.....	50
Figura 21. Participação do BB no Crédito Rural – % ¹	52
Figura 22. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola - %.....	57
Figura 23. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada.....	60
Figura 24. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada	60
Figura 25. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada	61
Figura 26. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada	61
Figura 27. New NPL e Baixa para Prejuízo – % da Carteira de Crédito Classificada	62
Figura 28. Vintage Anual – Crédito Pessoa Física.....	66
Figura 29. Vintage Anual – Carteira Própria de Financiamento de Veículos	66
Figura 30. Vintage Anual – Carteira MPE	68
Figura 31. Canais de Cobrança e Recuperação ¹	74
Figura 32. Taxa de Regularização do Crédito pelo Período de Cobrança %	74
Figura 33. Cobrança e Recuperação Em Caixa Antes do Envio para Perdas ¹ %	75
Figura 34. Recuperação Acumulada ¹ – R\$ Bilhões e Índice de Recuperação à Vista ² – % ³	75
Figura 35. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada.....	76
Figura 36. Recuperação de Crédito/Baixa para Prejuízo – %.....	76
Figura 37. Participação de Mercado das Captações do BB.....	78
Figura 38. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo).....	85
Figura 39. Organograma Negócios de Cartões – Principais Empresas ¹	92
Figura 40. Faturamento Total de Cartões – R\$ bilhões	93
Figura 41. Faturamento Total de Cartões por Tipo de Personalidade Jurídica – R\$ bilhões	93
Figura 42. Faturamento Total de Cartões por Tipo de Segmento Negocial – R\$ bilhões	94
Figura 43. Resultado de Serviço de Cartões BB – R\$ milhões.....	95
Figura 44. Gestão de Recursos de Terceiros.....	98
Figura 45. Renda Fixa – Mercado Doméstico	102
Figura 46. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário	102
Figura 47. Ouro – Custódia	103
Figura 48. Administração Fiduciária e Market Share – R\$ bilhões	104
Figura 49. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões	105
Figura 50. <i>Trustee</i> – Quantidade de Operações	106
Figura 51. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços	109
Figura 52. Rede Própria, Crédito PF e Outras Despesas Administrativas (Base 100 = Mar/10)	111
Figura 53. Funcionários e Rendas de Tarifas (Base 100 = Mar/10)	111
Figura 54. Agências e Rendas de Tarifas (Base 100 = Mar/10)	112
Figura 55. Evolução do Quadro de Pessoal.....	113
Figura 56. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações (média) - %.....	117
Figura 57. Quantidade de Usuários e das Transações (milhões) – <i>Mobile Banking</i>	117
Figura 58. Quantidade de Usuários e das Transações (milhões) – <i>Internet Banking</i>	118
Figura 59. Terminais de Autoatendimento	118
Figura 60. Participação dos Terminais de Autoatendimento nas Transações Bancárias Básicas	119
Figura 61. Investimentos em Tecnologia.....	119

Figura 62. Capacidade de Armazenamento e Índice Geral de Disponibilidade.....	120
Figura 63. Perdas Operacionais por Faixa de Valor - %	121
Figura 64. Relação entre Transações Fraudadas e Realizadas	122
Figura 65. Potencial de Recup. vs Recup. Realizada – Canais de Atendimento	122
Figura 66. Quantidade de Ataques versus Quantidade de Ataques Obstados	123
Figura 67. Quantidade de Denúncias Procedentes Junto ao Bacen	123
Figura 68. Índice de Reclamações – Banco Central do Brasil (média).....	124
Figura 69. Denúncias Procedentes Junto ao Bacen – BB versus Principais Concorrentes	124
Figura 70. Denúncias Registradas nos Procon: BB versus Principais Concorrentes	124
Figura 71. Denúncias Registradas no Procon: BB versus Banco Mais Demandado.....	125
Figura 72. Denúncias Registradas no Procon: BB vs. Bancos com Mais de 2 Milhões de Clientes .	125
Figura 73. Denúncias Ingressas no Procon: BB versus Principais Concorrentes	126
Figura 74. Evolução da Exposição Cambial em % do PR	136
Figura 75. Ativos e Passivos por Indexador	136
Figura 76. Posição Líquida por Indexador.....	137
Figura 77. Reserva de Liquidez – Moeda Nacional.....	138
Figura 78. Reserva de Liquidez – Moeda Estrangeira	139
Figura 79. Indicador DRL.....	139
Figura 80. Originação (Fin. de Veículos e Veículos Leves Usados) – R\$ bilhões.....	149
Figura 81. PCLD Carteira Gerenciada vs PCLD Carteira Classificada.....	150
Figura 82. Banco Patagonia – Série Histórica do Lucro Líquido – R\$ milhões	155

Apresentação

O relatório Análise do Desempenho apresenta a situação econômico-financeira do Banco do Brasil (BB). Destinado aos analistas de mercado, acionistas e investidores, tem periodicidade trimestral. Esta publicação disponibiliza conteúdo com dados sobre indicadores econômicos, desempenho dos papéis BB e gestão de riscos. O leitor encontrará, ainda, tabelas contendo séries históricas de até oito períodos do Balanço Patrimonial Resumido, da Demonstração Resumida do Resultado Societário, da Demonstração do Resultado com Realocações, além de informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais e dados estruturais.

Ao final do relatório, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do trimestre em análise são apresentadas.

Destaques

I) No Capítulo 5, Resultado Financeiro, apresentamos um novo conjunto de tabelas que detalham a composição da Margem Financeira Bruta. Além disso, o *spread* gerencial da Carteira de Crédito foi revisado, passando a ser apurado a partir da Carteira de Crédito Orgânica. As séries históricas foram revisadas desde o 1T14.

II) No Capítulo 9, Gestão de Riscos, a apuração do Índice de Basileia passou a observar o Conglomerado Prudencial.

Acesso on-line

A leitura do relatório Análise do Desempenho pode ser realizada no site de Relações com Investidores do Banco do Brasil. Também são disponibilizadas maiores informações sobre a Empresa, como: Governança Corporativa, notícias, perguntas frequentes e o *Download Center*.

Banco do Brasil
Relações com Investidores

bb.com.br
bb.com.br/ri

Glossário

Alavancagem: indicador financeiro que expressa a relação entre o ativo total e o patrimônio líquido da empresa.

Ativos Rentáveis: refletem a soma de todos os ativos que geram retorno financeiro para a instituição. O retorno total desses ativos está incluído na receita bruta de intermediação financeira (RIF).

Captações Comerciais: Inclui Depósitos Totais, Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI) e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

Captações Institucionais: Inclui captações direcionadas a investidores institucionais, com a utilização de instrumentos como Dívida Sênior, Letras Financeiras, Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD).

Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas.

Carteira de Crédito Ampliada no País: carteira de crédito classificada, adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) adquiridos pelo BB e das garantias prestadas, considerando-se as operações realizadas no país.

Carteira de Crédito Gerenciada: conceito adotado pelo Banco Votorantim, abrangendo a carteira de crédito contabilizada segundo a Res. nº CMN 2.682/99, adicionada de ativos cedidos com coobrigação para outras instituições financeiras e dos ativos cedidos para fundos de investimento em direitos creditórios – FIDCs.

Carteira de Crédito Gerenciada Ampliada: conceito adotado pelo Banco Votorantim, abrangendo carteira de crédito gerenciada adicionada de títulos e valores mobiliários privados, avais e fianças prestados.

Carteira de Crédito Orgânica: corresponde à carteira de crédito classificada do BB excluindo-se as operações provenientes do Banco Votorantim e de carteiras adquiridas.

Carteira de Crédito Renegociada por Atraso: composta pelos créditos renegociados para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes. Não inclui operações prorrogadas da carteira de agronegócio.

Correspondente no País: são empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições.

Custo de Oportunidade: instrumento de avaliação gerencial utilizado na comparação entre o resultado efetivo de operações ativas e o resultado hipotético da utilização em alternativa substitutiva. Em geral é considerada a Taxa Média Selic (TMS).

Garantias: são operações em normalidade onde o BB assegura a liquidação financeira dos contratos (aval e fiança).

Hedge Estrutural: operações realizadas para anular os efeitos de variações em moedas estrangeiras sobre os ativos no exterior.

Hedge Fiscal: operações realizadas para minimizar o efeito da tributação sobre resultados positivos decorrentes do Hedge Estrutural.

Índices de Cobertura de despesas administrativas e despesas de pessoal - ajustados: Indica a grandeza da cobertura das rendas de tarifas sobre as despesas.

Índice de Eficiência ajustado: indicador de produtividade que expressa a relação entre as despesas administrativas e suas receitas operacionais. Quanto menor o índice mais “eficiente” é a empresa.

Itens extraordinários: Receitas ou despesas relevantes identificados no resultado do período e que não se referem aos negócios normais do banco e/ou referem-se a valores contabilizados em exercícios anteriores.

Lucro Líquido Ajustado: lucro líquido sem itens extraordinários.

Margem Financeira Bruta (MFB): É calculada pela diferença entre as receitas e despesas de intermediação financeira considerando-se as realocações. Representa o resultado das operações de intermediação financeira, antes da provisão para risco de crédito.

Margem Financeira Gerencial: É calculada com base nas receitas financeiras auferidas, deduzidos os custos de oportunidade, é definida de acordo com cada tipo de produto.

Margem Líquida de Juros: receita líquida de juros dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis.

Margem de Lucro Líquida: diferença entre a taxa média de retorno dos ativos rentáveis e a taxa média de custo dos passivos onerosos.

MSD: Média de Saldos Diários

Passivos Onerosos: engloba a soma de todos passivos que acarretam despesa financeira para a instituição. O custo financeiro total desses passivos reflete a despesa de intermediação financeira.

Realocações: ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário (DRE) com o objetivo de possibilitar melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa.

Receita Líquida de Juros: composto pela diferença entre os ganhos com os ativos rentáveis e os custos referentes aos passivos onerosos.

Retorno sobre Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL): razão entre o lucro líquido e a média aritmética do patrimônio líquido do período em referência, excluída a participação de minoritários. Os valores são anualizados por capitalização.

Spread Gerencial: é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios. Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Além disso, são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a taxa média Selic (TMS). No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do funding e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Spread Global: aplicação do conceito de *spread* específico ao segmento bancário que é calculado dividindo-se a margem financeira bruta pelos ativos rentáveis médios.

TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

Sumário do Resultado

Resultado

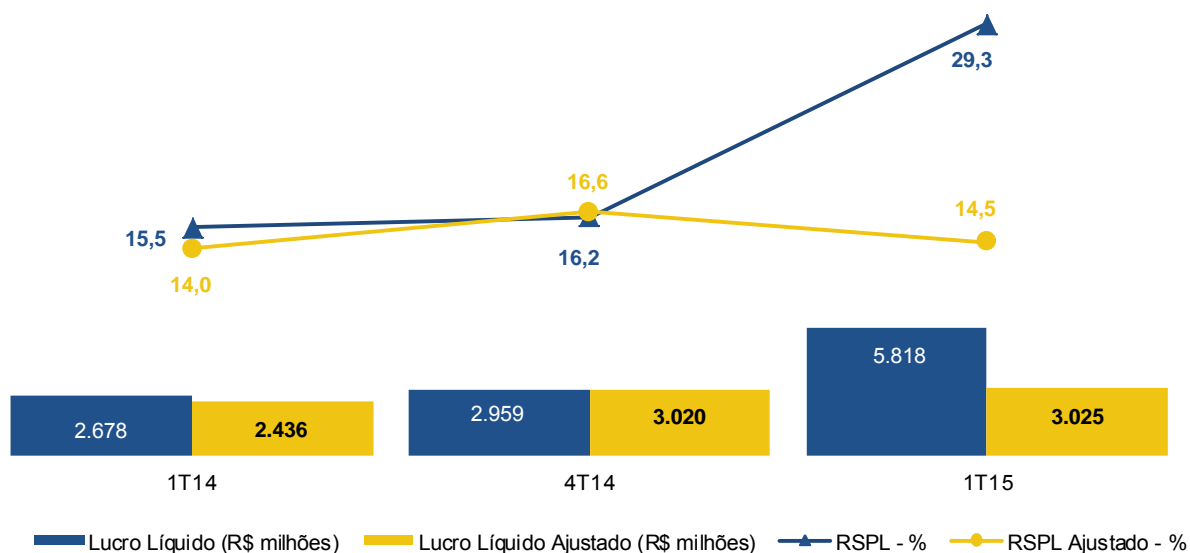
Lucro Líquido de R\$ 5,8 bilhões no 1T15

O Banco do Brasil apresentou Lucro Líquido de R\$ 5.818 milhões no 1T15, acréscimo de 117,3% em relação ao 1T14. Esse desempenho corresponde a RSPL de 29,3%.

O Lucro Líquido Ajustado, que exclui os efeitos de itens extraordinários, atingiu R\$ 3.025 milhões no 1T15. Esse resultado foi 24,2% superior ao observado 1T14. O RSPL ajustado no período foi de 14,5% a.a.

O resultado obtido no 1T15 foi impactado pela receita gerada pelo acordo de associação celebrado entre o BB Elo Cartões e a Cielo no ramo de meios eletrônicos de pagamento. Esta operação gerou impacto de R\$ 3.212 milhões no Lucro Líquido do período.

Figura 1. Lucro (R\$ milhões) e RSPL (%)



Guidance

Na tabela a seguir são apresentadas informações sobre o *Guidance 2015* e o realizado no 1T15. Os indicadores de itens patrimoniais são calculados pela comparação de saldos de final de período. As linhas de resultado são medidas comparando-se os montantes acumulados no ano. As projeções são elaboradas para o ano como um todo, de forma que o acompanhamento ao longo dos trimestres pode refletir eventos específicos do período. As premissas utilizadas na elaboração dessas projeções foram apresentadas no Sumário do Resultado 4T14.

No 1T15, os seguintes indicadores apresentaram desvio em relação ao esperado para o ano:

- Margem Financeira Bruta: maior resultado com reprecificação da carteira de crédito e impacto cambial positivo na tesouraria.
- Crédito Agronegócio: menor volume contratado na linha de crédito agroindustrial na comparação em 12 meses;
- Rendas de Tarifas: o 1º trimestre de 2015 contempla 2 meses de rendas de cartões, anteriores à constituição da parceria BB e Cielo (Cateno), que iniciou as operações em Março/2015.

Tabela 1. *Guidance*

Indicadores	Guidance 2015 - %	Realizado 2015 - %	
RSPL Ajustado ¹	14 - 17	14,5	✓
Margem Financeira Bruta	9 - 13	17,6	X
Captações Comerciais ²	5 - 9	6,0	✓
Carteira de Crédito Ampliada - País ³	7 - 11	9,5	✓
PF	6 - 10	7,1	✓
PJ	7 - 11	11,0	✓
Agronegócio	10 - 14	9,0	X
PCLD ⁴	2,7 - 3,1	3,1	✓
Rendas de Tarifas	3 - 6	9,9	X
Despesas Administrativas	5 - 8	6,4	✓

1 - O cálculo do RSPL Ajustado de 2015 considera estimativa de Patrimônio Líquido Ajustado, livre dos efeitos: (i) da atualização de ativos e passivos atuariais, decorrentes da Deliberação CVM/695; e (ii) das participações minoritárias nas controladas;

2 - Inclui Depósitos Totais, LCA, LCI e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

3 - Inclui Carteira de Crédito Classificada País, TVM privados e Garantias.

4 - Despesas de PCLD dos últimos 12 meses / Carteira de Crédito Classificada Média do mesmo período.

O RSPL Ajustado, constante do *Guidance*, é calculado a partir do Patrimônio Líquido Ajustado indicado na tabela a seguir. A partir de 2015, o valor de R\$ 8,1 bilhões referente ao Instrumento Elegível ao Capital Principal passará a ser considerado no PL ajustado, para efeito do cálculo do RSPL ajustado.

Tabela 2. Patrimônio Líquido Ajustado

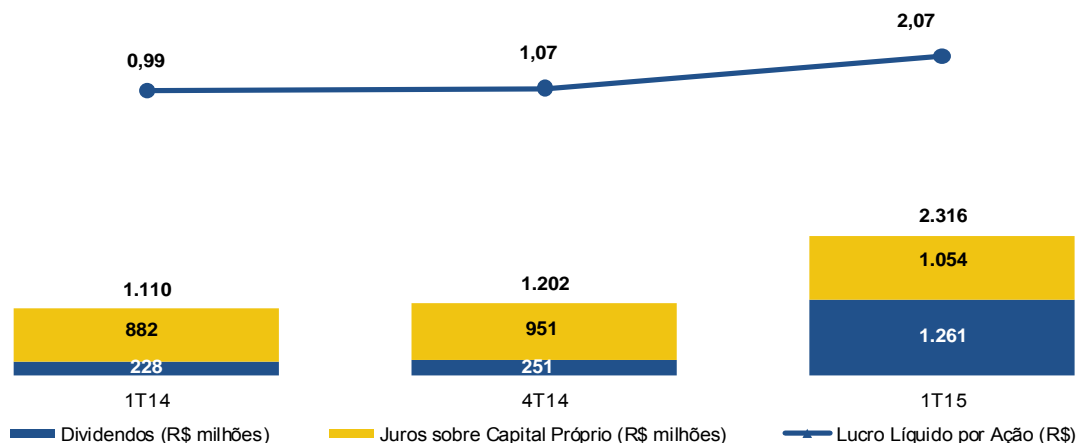
R\$ milhões	Dez/14	Mar/15
Patrimônio Líquido Contábil (a)	80.613	83.598
Planos de Benefícios (b)	(8.680)	(8.680)
Participações Minoritárias nas Controladas (c)	3.093	3.269
Patrimônio Líquido Ajustado (a-b-c)	86.200	89.010
Patrimônio Líquido Ajustado - médio		87.605

Retorno ao Acionista

Remuneração aos acionistas alcança R\$ 2,3 bilhões no 1T15

O Lucro Líquido por ação do Banco do Brasil alcançou R\$ 2,07 no 1T15. O Banco manteve a prática de distribuir 40% do lucro líquido a seus acionistas (*payout*) e destinou R\$ 2.316 milhões em remuneração no período, conforme mostra a figura a seguir.

Figura 2. Lucro Líquido por Ação, Dividendos e Juros sobre Capital Próprio



A diferença na proporção de pagamentos de dividendos, que foi superior a 1T14, refletiu o resultado da associação celebrada entre o BB Elo Cartões e a Cielo no ramo de meios eletrônicos de pagamento. Isto porque o JCP está limitado à incidência de TJLP sobre o capital próprio, que apresentou elevação em 2015, enquanto que o lucro realizado no 1T15 superou este parâmetro, gerando pagamentos de dividendos no 1T15 superiores aos do 1T14.

DRE com Realocações

Resultado reflete diversificação de negócios e controle de gastos

A tabela a seguir, extraída da DRE com Realocações do Banco, apresenta os principais destaques do período. O detalhamento das realocações efetuadas na DRE pode ser encontrado no item 2.3.1 do relatório Análise do Desempenho.

A Margem Financeira Bruta, diferença entre as Receitas e as Despesas de Intermediação Financeira, alcançou R\$ 13.978 milhões no 1T15, crescimento de 17,6% sobre o ano anterior, em linha com o *Guidance 2015*.

As Rendas de Tarifas apresentaram elevação de 9,9% no 1T15, superando o esperado para o período, porém, esta linha foi impactada pela receita integral de cartões nos dois primeiros meses do ano.

O item Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização apresentou incremento de 21,2% no comparativo 1T15/1T14.

As Despesas Administrativas cresceram 6,4% no comparativo 1T15/1T14, também dentro do *Guidance 2015*.

Tabela 3. DRE com Realocações – Principais Linhas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Receitas da Interm. Financeira	30.620	41.319	52.527	71,5	27,1
Operações de Crédito + Leasing	20.118	25.428	29.475	46,5	15,9
Resultado de Operações com TVM	8.828	12.999	16.992	92,5	30,7
Despesas da Interm. Financeira	(18.738)	(27.837)	(38.549)	105,7	38,5
Margem Financeira Bruta	11.882	13.482	13.978	17,6	3,7
Provisão p /Créd. de Liquidação Duvidosa	(4.187)	(5.203)	(5.999)	43,3	15,3
Margem Financeira Líquida	7.696	8.279	7.979	3,7	(3,6)
Rendas de Tarifas	5.741	6.797	6.309	9,9	(7,2)
Res.de Op. c/ Seguros, Previdência e Cap.	952	1.146	1.153	21,2	0,6
Margem de Contribuição	13.234	14.945	14.173	7,1	(5,2)
Despesas Administrativas	(7.729)	(8.694)	(8.226)	6,4	(5,4)
Despesas de Pessoal	(4.476)	(4.874)	(4.870)	8,8	(0,1)
Outras Despesas Administrativas	(3.253)	(3.820)	(3.356)	3,2	(12,1)
Resultado Comercial	5.411	6.112	5.825	7,6	(4,7)
Demandas Cíveis	(261)	(204)	(278)	6,2	36,4
Demandas Trabalhistas	(305)	(77)	(164)	(46,3)	112,3
Outros Componentes do Resultado	(715)	(1.010)	(593)	(17,0)	(41,3)
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	4.228	4.849	4.789	13,3	(1,2)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.107)	(987)	(790)	(28,6)	(19,9)
Participações Estatutárias no Lucro	(362)	(458)	(569)	57,3	24,3
Lucro Líquido Ajustado	2.436	3.020	3.025	24,2	0,2

O resultado dos itens extraordinários, líquido de impostos e participações estatutárias no lucro, é apresentado na tabela a seguir.

Tabela 4. Itens Extraordinários

R\$ milhões	1T14	4T14	1T15
Lucro Líquido Ajustado	2.436	3.020	3.025
(+) Itens Extraordinários do Período	241	(61)	2.793
Planos Econômicos	(343)	(387)	(188)
Eficiência Tributária	260	-	-
Provisão Demandas Legais - Aj.de Parâmetros e Políticas de Acordos	385	-	-
BrasilPrev - Circular Susep 457/12 e 462/13	-	325	-
Efeito BrasilPrev nos Minoritários	-	(65)	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	133	46	(558)
Cateno - Gestão de Contas de Pagamentos S/A	-	-	11.572
Cateno - Resultado Não Realizado	-	-	(3.474)
Efeitos Fiscais e PLR sobre Itens Extraordinários	(193)	20	(4.558)
Lucro Líquido	2.678	2.959	5.818

Margem Financeira Bruta

Margem Financeira cresce 17,6% no ano

A composição da MFB é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 5. Composição da MFB

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Margem Financeira Bruta	11.882	13.482	13.978	17,6	3,7
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	19.836	22.291	22.777	14,8	2,2
Despesa Financeira de Captação	(8.030)	(9.267)	(9.470)	17,9	2,2
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(3.122)	(3.213)	(3.537)	13,3	10,1
Recuperação de Crédito ²	809	1.065	923	14,1	(13,3)
Resultado de Tesouraria ³	2.389	2.606	3.285	37,5	26,0

¹ - Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior.

² - Realocações: (I) no 1T14, referente à recomposição de operação baixada e recuperada de prejuízo no mês.

³ - Inclui o resultado com juros, as receitas de compulsórios rentáveis, *hedge* fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado.

Na comparação com 1T14, a MFB cresceu 17,6%, com destaque para:

I. Receita Financeira com Operações de Crédito atingiu R\$ 22.777 milhões no período, incremento de 14,8%, justificado, sobretudo, pelo aumento das receitas em virtude do maior volume e de reprecificação da carteira;

II. Despesas Financeiras de Captação e Captação Institucional cresceram no período 17,9% e 13,3%, respectivamente, devido ao aumento no volume de recursos captados e crescimento de 17% da taxa efetiva do CDI. A estratégia de diversificação do portfólio de captações do BB minimizou o aumento da despesa de Captação;

III. Resultado de Tesouraria registrou R\$ 3.285 milhões no período, evolução de 37,5%, reflexo principalmente do aumento na média de saldo diário de TVM, da elevação de 16,4% da TMS e da variação cambial no período.

Informações adicionais sobre a MFB podem ser consultadas no capítulo 5 do relatório Análise do Desempenho.

Spread por Carteira

Na tabela a seguir, é apresentado o *spread* gerencial segmentado por tipo de operação de crédito. O *spread* é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios das carteiras de crédito. Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Em seguida são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. A partir do 1T15 o cálculo do *spread* gerencial passou a ser realizado com base na carteira de crédito orgânica, a série histórica foi recalculada utilizando o mesmo critério.

Tabela 6. Spread Gerencial Anualizado (carteira de crédito orgânica)

%	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Operações de Crédito	7,6	7,3	7,0	6,8	7,1	7,0	7,0	6,9
Pessoa Física	16,0	15,4	14,6	13,9	13,9	14,0	13,8	13,5
Pessoa Jurídica ¹	5,6	5,3	5,2	5,3	5,5	5,5	5,7	5,5
Agronegócios	4,7	4,7	4,7	4,8	4,9	5,1	5,1	5,2

¹ - Não inclui operações com o Governo.

A seguir, apresenta-se a evolução do *Spread* Global e o *Spread* Ajustado pelo risco.

Tabela 7. Spread Global

%	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Spread Global ¹	4,5	4,4	4,3	4,1	4,1	4,2	4,4	4,4
Spread Ajustado pelo risco ²	2,9	2,9	2,8	2,6	2,6	2,6	2,7	2,5

1 - Margem Financeira Bruta / Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

2 - Margem Financeira Líquida (MFB menos PCLD) / Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Ativos e Principais Itens Patrimoniais

Ativos totais crescem 11,2% em 12 meses

Os ativos totais do BB atingiram R\$ 1,524 trilhão em mar/15, com expansão de 11,2% em doze meses, como mostra a tabela a seguir. As principais linhas do ativo são operações de crédito, TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez, que responderam por 80,0% do total em mar/15. As Captações Comerciais representaram 42,3% do total do passivo.

Tabela 8. Principais Itens Patrimoniais

R\$ milhões	Mar/14	Dez/14	Mar/15	Var. %	
				s/ Mar/14	s/ Dez/14
Ativos Totais	1.369.965	1.437.486	1.523.666	11,2	6,0
Carteira de Crédito Ampliada ¹	699.521	760.872	776.897	11,1	2,1
Carteira de Crédito Ampliada - País ¹	643.363	698.728	704.422	9,5	0,8
Títulos e Valores Mobiliários	196.451	222.643	235.999	20,1	6,0
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	292.331	304.237	351.658	20,3	15,6
Captações Comerciais	608.231	634.627	644.823	6,0	1,6
Depósitos Totais	482.237	468.362	468.006	(3,0)	(0,1)
à Vista	72.054	74.210	73.712	2,3	(0,7)
de Poupança	144.111	148.699	144.089	(0,0)	(3,1)
Interfinanceiros	27.447	30.969	37.554	36,8	21,3
a Prazo	238.625	214.484	212.651	(10,9)	(0,9)
Depósitos Judiciais	104.340	115.010	118.591	13,7	3,1
LCA+LCI	97.193	118.110	138.975	43,0	17,7
Oper. Compromissadas c/Tit. Privados	28.801	48.155	37.842	31,4	(21,4)
Captações no Mercado Aberto	282.553	306.046	338.907	19,9	10,7
Patrimônio Líquido	73.517	80.613	83.598	13,7	3,7

1 - Inclui TVM privados e garantias prestadas.

Informações sobre Outros Componentes Patrimoniais, tais como Ativo e Passivo Atuariais, Fundos de Destinação de Superávit do Plano 1 da Previ, podem ser consultadas no capítulo 8 do relatório Análise do Desempenho.

Diversificação das fontes de recursos garante expansão dos negócios

As Captações Comerciais do Banco do Brasil alcançaram R\$ 644,8 bilhões em mar/15, evolução de 6,0% em doze meses. O Banco manteve a estratégia de mudança do *mix* de captações, visando redução de custos. Os principais aumentos sobre dez/14 foram originados por Letras de Crédito Imobiliário (LCI), cujo crescimento foi de 34,3%, e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), acréscimo de 15,4%, como demonstrado na tabela a seguir.

O saldo das captações externas, incluindo títulos de renda fixa, certificados de depósitos, depósitos e operações compromissadas, alcançou US\$ 49,6 bilhões ao final de mar/15.

Os títulos de renda fixa emitidos pelo Banco no mercado internacional de capitais somaram US\$ 17,1 bilhões em valores nominais em mar/15, conforme o capítulo 4 do Relatório Análise do Desempenho.

A Carteira de Crédito Líquida continua como principal destino dos recursos captados, representando 83,9% do total de fontes em mar/15.

Tendo em vista o montante expressivo de crédito originado por linhas de repasse no país, o indicador Carteira de Crédito Líquida Ajustada exclui as operações com natureza de repasse. Ao final de

mar/15, o índice Carteira de Crédito Líquida Ajustada / Captações Comerciais atingiu 91,9% demonstrando que a Carteira de Crédito do BB está adequada ao nível de Captações Comerciais.

Tabela 9. Fontes e Usos

R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	s/ Mar/14	s/ Dez/14
Fontes	755.360	100,0	823.182	100,0	856.887	100,0	13,4	4,1
Captações Comerciais	608.231	80,5	634.627	77,1	644.823	75,3	6,0	1,6
Depósitos Totais	482.237	63,8	468.362	56,9	468.006	54,6	(3,0)	(0,1)
LCA + LCI	97.193	12,9	118.110	14,3	138.975	16,2	43,0	17,7
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ¹	28.801	3,8	48.155	5,8	37.842	4,4	31,4	(21,4)
Obrigações por Repasses no País	91.332	12,1	91.050	11,1	92.615	10,8	1,4	1,7
Obrigações no Exterior ²	65.530	8,7	68.515	8,3	79.740	9,3	21,7	16,4
Dívida Subordinada	44.187	5,8	42.763	5,2	41.396	4,8	(6,3)	(3,2)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital ³	8.230	1,1	29.568	3,6	33.101	3,9	302,2	12,0
Demais Letras Bancárias ⁴	9.706	1,3	9.071	1,1	9.580	1,1	(1,3)	5,6
IHCD no País	8.208	1,1	-	-	-	-	-	-
Fundos Financ / Desenvolvimento	7.731	1,0	10.840	1,3	12.265	1,4	58,6	13,1
Depósitos Compulsórios	(87.796)	(11,6)	(63.252)	(7,7)	(56.634)	(6,6)	(35,5)	(10,5)
Usos	755.360	100,0	823.182	100,0	856.887	100,0	13,4	4,1
Carteira de Crédito Líquida (a) = (b) + (c) +(d)	652.464	86,4	707.123	85,9	718.863	83,9	10,2	1,7
Carteira de Crédito Classificada (b)	631.617	83,6	687.911	83,6	700.825	81,8	11,0	1,9
TVM Privados (c)	44.921	5,9	46.524	5,7	46.973	5,5	4,6	1,0
Provisão para Risco de Crédito (d)	(24.075)	(3,2)	(27.312)	(3,3)	(28.935)	(3,4)	20,2	5,9
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (e)	526.089	69,6	584.765	71,0	592.908	69,2	12,7	1,4
Linhas de Repasse no País (e)	126.374	16,7	122.358	14,9	125.955	14,7	(0,3)	2,9
Recursos Disponíveis	102.896	13,6	116.059	14,1	138.024	16,1	34,1	18,9
Indicadores - %								
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	135,3		151,0		153,6			
Cart. de Crédito Líquida / Captações Comerciais	107,3		111,4		111,5			
Cart. de Créd. Líq. Ajustada / Capt. Comerciais	86,5		92,1		91,9			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes	86,4		85,9		83,9			

1 - Abrange parte dos saldos de Títulos Privados da Nota Explicativa 17-C.

2 - Inclui Empréstimos no Exterior, Obrigações por TVM no Exterior, Obrigações por Repasses no Exterior, Dívida Subordinada no Ext. e IHCD no Exterior.

3 - A partir do 3T14, inclui os recursos do IHCD País considerado como Capital Principal, conforme autorização do Banco Central através do Ofício 15006/2014-BCB/DEORF/DIFIN.

4 - Inclui Letras Financeiras e Debêntures.

Basileia

Índice de Basileia atinge 16,02% em mar/15

O índice de Basileia III do Banco do Brasil alcançou 16,02% em mar/15, percentual acima do mínimo regulatório. O Índice de Capital Nível I realizado foi de 11,36%, sendo 8,68% de Índice de Capital Principal. Ambos os indicadores estão enquadrados e acima dos limites mínimos regulatórios. O Patrimônio de Referência do Banco alcançou R\$ 128,7 bilhões, conforme detalhado no capítulo 9 do relatório Análise do Desempenho.

Carteira de Crédito

Carteira de Crédito Ampliada alcança R\$ 777 bilhões em mar/15

A Carteira de Crédito Ampliada do Banco do Brasil atingiu R\$ 777 bilhões em mar/15, elevando-se em 11,1% em 12 meses, como mostra a tabela a seguir. A Carteira de Crédito Ampliada País cresceu 9,5% na mesma comparação.

A Carteira de Crédito Classificada alcançou R\$ 700,8 bilhões em mar/15. A Carteira de Crédito Classificada País cresceu 9,5% em 12 meses, com participação de mercado de 20,8%.

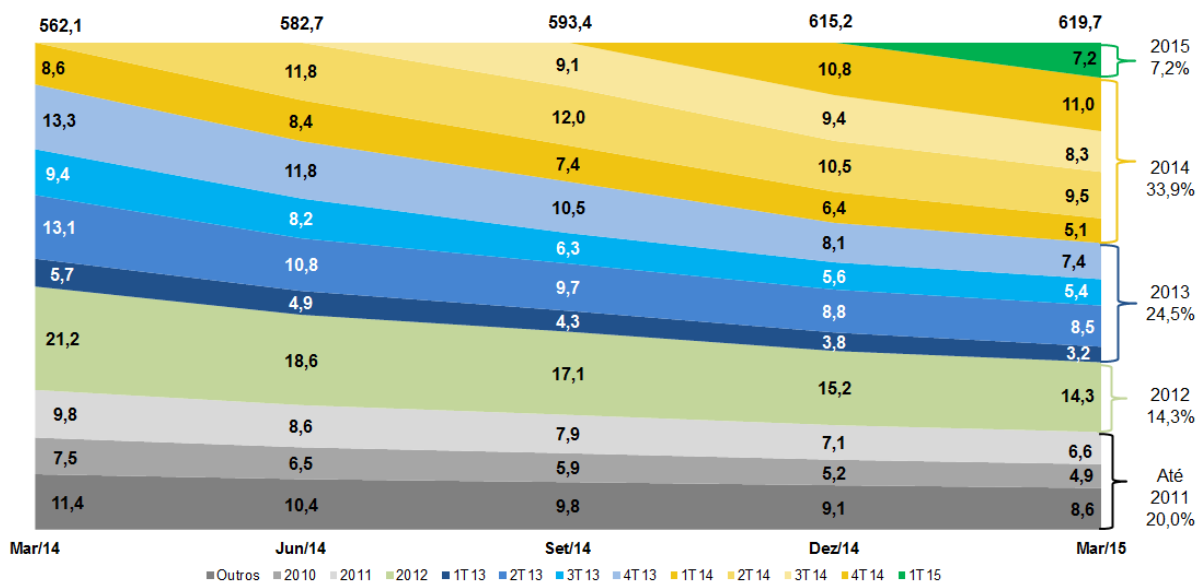
Tabela 10. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada

R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	s/ Mar/14	s/ Dez/14
Cart. de Crédito Classificada (a)¹	631.617	100,0	687.911	100,0	700.825	100,0	11,0	1,9
País	582.588	92,2	633.742	92,1	637.931	91,0	9,5	0,7
Pessoa Física	169.604	26,9	179.225	26,1	181.426	25,9	7,0	1,2
CDC Consignação	62.195	9,8	64.245	9,3	64.720	9,2	4,1	0,7
CDC Salário	18.094	2,9	16.836	2,4	17.631	2,5	(2,6)	4,7
Empréstimo Pessoal	5.722	0,9	5.826	0,8	6.008	0,9	5,0	3,1
Financiamento a Veículos	34.647	5,5	32.768	4,8	32.357	4,6	(6,6)	(1,3)
Financiamento Imobiliário	20.886	3,3	28.487	4,1	30.386	4,3	45,5	6,7
Cartão de Crédito	19.526	3,1	22.665	3,3	21.889	3,1	12,1	(3,4)
Cheque Especial	2.784	0,4	2.298	0,3	2.550	0,4	(8,4)	11,0
Demais	5.750	0,9	6.100	0,9	5.885	0,8	2,3	(3,5)
Pessoa Jurídica	263.719	41,8	290.877	42,3	293.986	41,9	11,5	1,1
MPE	100.218	15,9	102.220	14,9	100.362	14,3	0,1	(1,8)
Governos	20.389	3,2	29.123	4,2	33.398	4,8	63,8	14,7
Médias e Grandes	143.113	22,7	159.535	23,2	160.226	22,9	12,0	0,4
Agronegócio	149.265	23,6	163.640	23,8	162.519	23,2	8,9	(0,7)
Pessoa Física	99.669	15,8	116.851	17,0	117.806	16,8	18,2	0,8
Pessoa Jurídica	49.596	7,9	46.789	6,8	44.713	6,4	(9,8)	(4,4)
Exterior	49.029	7,8	54.169	7,9	62.893	9,0	28,3	16,1
TVM Priv. e Garantias (b)	67.904		72.961		76.072		12,0	4,3
Cart. de Crédito Ampliada (a+b)^{1 2}	699.521	100,0	760.872	100,0	776.897	100,0	11,1	2,1
País	643.363	92,0	698.728	91,8	704.422	90,7	9,5	0,8
Pessoa Física	169.926	24,3	179.722	23,6	182.034	23,4	7,1	1,3
Pessoa Jurídica	323.480	46,2	354.104	46,5	358.970	46,2	11,0	1,4
Agronegócio	149.957	21,4	164.902	21,7	163.418	21,0	9,0	(0,9)
Exterior	56.159	8,0	62.144	8,2	72.476	9,3	29,1	16,6

1 - Total de operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras op. com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.
2 - Corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com TVM privados e das garantias prestadas.

Na próxima figura, apresenta-se a Carteira de Crédito Classificada País (Sem BV) considerando o período de contratação. Pode ocorrer, em alguns casos, que o desembolso do crédito continue ocorrendo nos trimestres subsequentes. Considerando a carteira de março/15, 7,2% dos ativos foram contratados no 1T15. Em relação à representatividade dos anos de 2013 e 2014 na carteira encerrada no 1T15, os percentuais foram de 24,5% e 33,9% respectivamente, conforme figura a seguir.

Figura 3. Carteira de Crédito Classif. País (Sem BV) por Período de Contratação - % e R\$ bilhões



Carteira de Crédito Ampliada Pessoa Física supera R\$ 182 bilhões

A **Carteira de Crédito Ampliada Pessoa Física** encerrou mar/15 em R\$ 182 bilhões, aumento de 7,1% sobre mar/14, respondendo por 23,4% do total da Carteira. Destaque para as operações de financiamento imobiliário, detalhadas abaixo.

Considerando-se apenas a **Carteira de Crédito Classificada Orgânica Pessoa Física** (excluindo-se as carteiras adquiridas e a consolidação proporcional do BV), a expansão foi de 12,2% e 1,7% sobre mar/14 e dez/14, respectivamente. Desse total, 76,7% concentram-se em operações de crédito de menor risco, como Crédito Consignado, CDC Salário, Financiamento de Veículos e Crédito Imobiliário, ante 75,7% em mar/14.

Na **Carteira de Crédito Classificada Orgânica Pessoa Física**, a maioria das operações de CDC e de financiamento de veículos é realizada com servidores públicos, aposentados e pensionistas, num total de 86,4% em mar/15, demonstrando a estabilidade e proteção da carteira orgânica.

A maioria das operações de **crédito consignado contratadas no BB** no 1T15 tem prazo maior do que 48 meses (79,3% do total contratado). O perfil dos clientes dessa carteira permite o alongamento de prazos, fidelização e gera oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse tempo. A participação de mercado do BB nesse segmento foi de 25% em mar/15.

O saldo da **Carteira de Crédito Veículos Orgânica** totalizou R\$ 9,979 bilhões em mar/15, queda de 5,6% sobre dez/14, em linha com a tendência do mercado. Nessa Carteira, 66,1% dos clientes são correntista há mais de 10 anos e 65,4% recebem proventos pelo Banco. As operações de financiamento de veículos contratadas no BB, no 1T15, com prazo de até 48 meses responderam por 73,4% do total contratado. O *Loan-to-Value* de veículos financiados na visão orgânica alcançou 67,4% em mar/15.

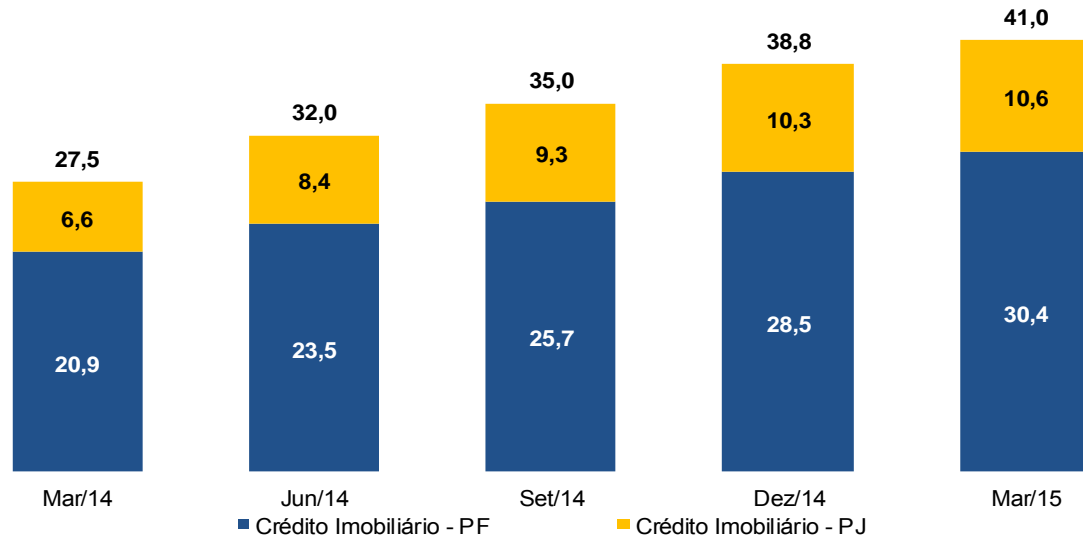
Carteira de Crédito Imobiliária cresce 49,1% em 12 meses

A **Carteira de Crédito Imobiliário Total** atingiu R\$ 41,0 bilhões ao final de mar/15, com expansão de 49,1% em 12 meses, como mostra a figura a seguir.

A **Carteira de Crédito Imobiliária PF** alcançou R\$ 30,4 bilhões em mar/15, crescimento 45,5% nos últimos 12 meses. A expansão da carteira no período foi resultado da estratégia de ampliação de produtos ofertados aos clientes e da consolidação do produto no portfólio do BB. A participação de mercado do BB no Crédito Imobiliário PF atingiu 6,7% em mar/15, acréscimo de 90 pontos base sobre igual período de 2014.

O percentual financiado do imóvel ficou em 62,2%, abaixo do praticado no Sistema Financeiro, que atingiu 64,9%, segundo dados da Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança) de fev/15, cujo conceito considera o estoque da carteira.

No segmento imobiliário pessoa jurídica, o saldo da carteira atingiu R\$ 10,6 bilhões em mar/15, crescimento de 60,5% em 12 meses.

Figura 4. Carteira de Crédito Imobiliário (R\$ bilhões)

Carteira de Crédito Pessoa Jurídica alcança R\$ 359 bilhões

A **Carteira de Crédito Ampliada de Pessoa Jurídica** alcançou R\$ 359 bilhões, crescimento de 11% sobre mar/14, respondendo por 46,2% da Carteira Ampliada Total.

Ao final de mar/15, as **Médias e Grandes Empresas** (com TVM), somadas ao Governo representavam 72% do total da Carteira de Crédito Ampliada PJ, enquanto que a carteira MPE respondia por 28%.

Em 12 meses, as operações de capital de giro e de investimento cresceram 7,2% e 16,6% respectivamente, como mostra a tabela a seguir. Essas linhas foram impulsionadas pelo volume de contratações de empresas de médio e grande porte, assim como governo.

As operações com TVM privados e garantias atingiram saldo de R\$ 65 bilhões ao final de mar/15, crescimento de 8,7% em 12 meses. Essas operações são negociadas com empresas de grande porte e historicamente apresentam baixo risco.

Tabela 11. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica Ampliada

R\$ bilhões	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Var. %	
							s/ Mar/14	s/ Dez/14
Capital de Giro ¹	174,9	54,1	186,7	52,7	187,4	52,2	7,2	0,4
Investimento	58,4	18,1	66,9	18,9	68,1	19,0	16,6	1,8
TVM Privados	40,7	12,6	41,5	11,7	40,6	11,3	(0,1)	(2,1)
Garantias	19,1	5,9	21,7	6,1	24,3	6,8	27,7	12,1
Comércio Exterior ²	15,1	4,7	16,8	4,8	16,9	4,7	11,9	0,2
Demais	15,3	4,7	20,4	5,8	21,6	6,0	41,1	5,7
Carteira de Crédito	323,5	100,0	354,1	100,0	359,0	100,0	11,0	1,4

1 - Inclui linhas de capital de giro, recebíveis, cartão de crédito, conta garantida e cheque especial.

2 - Inclui ACC/ACE e BNDES Exim.

Os desembolsos de crédito para investimentos alcançaram R\$ 14,6 bilhões no 1T15. Destaque para o produto de Financiamento de Infraestrutura de Transportes.

As **operações de crédito com MPE** atingiram R\$ 100,4 bilhões em mar/15, com expansão de 0,1% em 12 meses. As linhas de capital de giro, investimentos e comércio exterior atingiram em mar/15 R\$ 63 bilhões, R\$ 35,2 bilhões e R\$ 2,2 bilhões, respectivamente. Em mar/15, o BB possuía 2,3 milhões de clientes nesse setor. Nesse segmento, o percentual de 94,5% do saldo da carteira foi aplicado junto a correntistas com tempo de relacionamento acima de dois anos.

O Banco tem utilizado instrumentos que permitem maior acesso ao crédito e redução de custo para o tomador final, como o Fundo de Garantia de Operações (FGO) e o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). Nesse trimestre, 24,9% estavam cobertas pelos fundos.

As operações de crédito realizadas com o **Governo** atingiram R\$ 33,4 bilhões em mar/15, crescendo 63,8% em 12 meses, o que tem disponibilizado recursos para investimentos dos Estados e Municípios, principalmente em infraestrutura.

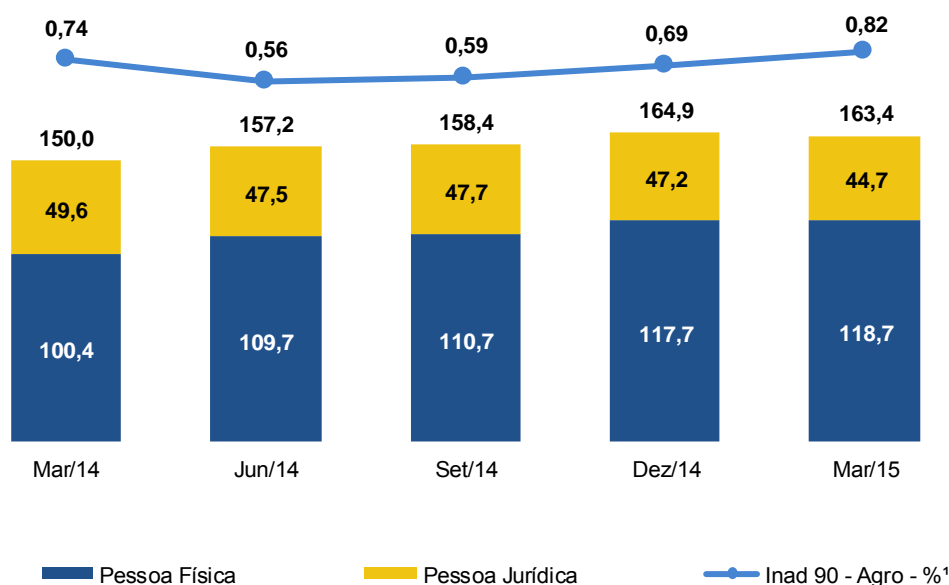
A Carteira de Crédito Ampliada no Exterior atingiu R\$ 72,5 bilhões em mar/15. O Banco é o principal parceiro do comércio internacional brasileiro, encerrando o 1T15 com participação de mercado de 26,4% e 19,1% em operações de câmbio exportação e importação, respectivamente. Com liderança nas operações de ACC/ACE, o BB encerrou 1T15 com 24,5% de *market share*.

Crédito ao Agronegócio encerra o trimestre com saldo de R\$ 163,4 bilhões

O Banco do Brasil é líder absoluto no crédito ao agronegócio, com 60,5% de participação de mercado no crédito rural. Esse é um dos principais setores da economia, com importância fundamental para o crescimento e desenvolvimento do País.

A **Carteira de Crédito de Agronegócio Ampliada**, incluindo operações de crédito rural e agroindustrial, cresceu 9,0% em 12 meses, alcançando R\$ 163,4 bilhões em mar/15, como mostra o gráfico a seguir. Esse segmento representou 21,0% da carteira total do BB no período. O índice de inadimplência dessa Carteira permaneceu em nível baixo, com INAD+90 de 0,82% em mar/15, ante 0,74% em mar/14 e 0,69% em dez/14.

Figura 5. Carteira de Crédito de Agronegócio Ampliada – (R\$ bilhões)



1 – Inad 90 – Agro % considera Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios.

A atuação do Banco atinge desde o pequeno produtor até as empresas agroindustriais. No conceito ampliado, a carteira de agronegócio PF cresceu 18,2% em 12 meses, enquanto que a carteira PJ apresentou redução de 9,8% na mesma comparação.

A segmentação da Carteira de Crédito de Agronegócio por destinação destaca, no comparativo anual, as operações de: (i) Investimento, incremento de 26,1% (+R\$ 16,0 bilhões); (ii) Custeio, aumento de 7,1% (+R\$ 3,2 bilhões); e (iii) Crédito Agroindustrial, redução de 13,7% (-R\$ 4,8 bilhões).

A abertura por Programa/Linha de Crédito, na comparação em 12 meses, ressalta as operações de: (i) Pronaf, acréscimo de 23,4% (+R\$ 7,0 bilhões); (ii) Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural), aumento de 23,4% (+R\$ 4,2 bilhões); e (iii) Programa ABC, aumento de 46,4% (+R\$ 2,7 bilhões).

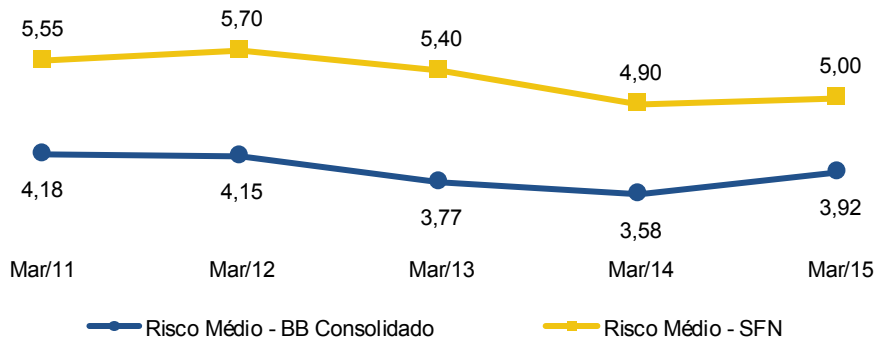
Nos primeiros nove meses da safra 2014/15, o Banco desembolsou R\$ 57,4 bilhões em operações de crédito rural, evolução de 8,1% em relação à safra anterior.

Na Agricultura Empresarial foram aplicados R\$ 35,1 bilhões, crescimento de 4,0% em relação ao mesmo período da safra 2013/14, enquanto na Agricultura Familiar o desembolso foi de R\$ 12,9 bilhões, aumento de 21% na mesma comparação. As operações por meio do Pronamp somaram R\$ 9,4 bilhões, 8,2% maior que o verificado nos primeiros nove meses da safra 2013/14.

Indicadores de Inadimplência seguem abaixo do SFN

A evolução histórica do risco médio do Banco (relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada) mantém tendência de redução desde mar/11. O patamar continua inferior ao do SFN, como mostra o gráfico a seguir.

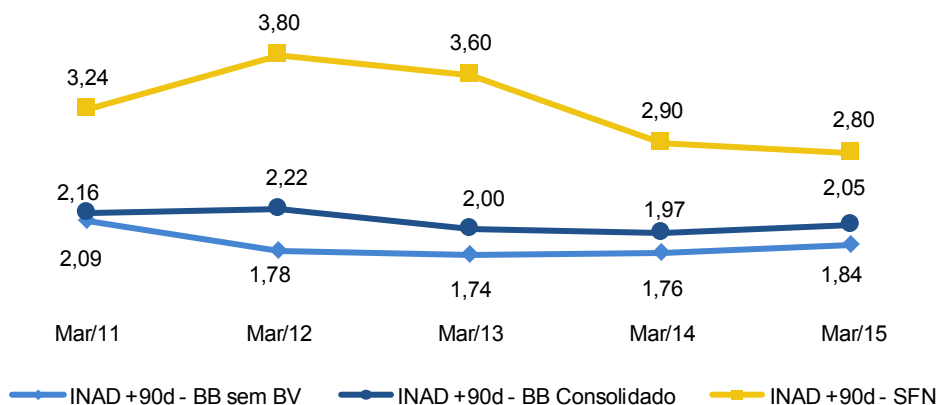
Figura 6. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada



O índice de cobertura das operações em atraso há mais de 90 dias exprime a relação entre o saldo total de provisão (requerida mais adicional) e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias. Os níveis atuais de provisão permitem ao Banco registrar índice de cobertura de 201,58%, percentual superior ao registrado pelo SFN.

Historicamente, o BB apresenta índice de inadimplência inferior ao do SFN, como apresentado na figura a seguir. O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada) alcançou 2,05% em mar/15. O INAD+90d do BB apresentou menor sensibilidade à piora de risco observada no SFN entre mar/11 e mar/12, e mantém estabilidade desde então.

Figura 7. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada



O indicador *New NPL*/Carteira de Crédito, que representa uma tendência da futura inadimplência, é detalhado no item 3.2 do relatório Análise do Desempenho.

Na próxima tabela são demonstrados os movimentos da PCLD na visão anual e trimestral, a carteira classificada média e os indicadores de despesa com PCLD sobre a carteira. O índice de PCLD em 12 meses (Despesas de PCLD dos últimos 12 meses/Carteira de Crédito Classificada Média do mesmo período) foi de 3,06% em mar/15. Esse indicador permaneceu dentro do intervalo do *Guidance* 2015.

Tabela 12. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada

R\$ milhões	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	Var. %	
						s/ 1T14	s/ 4T14
Despesas de PCLD 12 meses							
(A) BB	(16.496)	(16.851)	(17.510)	(18.531)	(20.343)	23,3	9,8
(B) BB sem BV	(14.370)	(14.873)	(15.703)	(17.105)	(18.974)	32,0	10,9
Despesas de PCLD Trimestral							
(C) BB	(4.187)	(4.570)	(4.571)	(5.203)	(5.999)	43,3	15,3
(D) BB sem BV	(3.785)	(4.186)	(4.266)	(4.867)	(5.655)	49,4	16,2
Média da Carteira Classificada							
(E) BB - 12 meses	587.493	610.581	628.665	648.265	663.951	13,0	2,4
(F) BB - 3 meses	626.037	640.167	653.417	673.270	691.089	10,4	2,6
(G) BB sem BV - 3 meses	604.875	619.860	633.782	654.274	672.575	11,2	2,8
Índice de PCLD - %							
(A/E) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 12M	2,81	2,76	2,79	2,86	3,06		
(C/F) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 3M	0,67	0,71	0,70	0,77	0,87		
(D/G) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB sem BV 3M	0,63	0,68	0,67	0,74	0,84		

A tabela a seguir demonstra o impacto da recuperação de crédito nas despesas de PCLD. Apenas os créditos recuperados parceladamente sensibilizam as provisões.

Tabela 13. Despesas de PCLD Líquidas de Recuperação de Crédito Parcelada

R\$ milhões	SalDOS					Var. %	
	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Despesas de PCLD - Trimestral	(4.187)	(4.570)	(4.571)	(5.203)	(5.999)	43,3	15,3
Despesas de PCLD - 12 meses	(16.496)	(16.851)	(17.510)	(18.531)	(20.343)	23,3	9,8
Recup. de Crédito Parcelada - Trimestral	250	275	360	328	207	(17,2)	(37,0)
Recup. de Crédito Parcelada - 12 meses	1.208	939	1.140	1.214	1.171	(3,1)	(3,5)
Despesas de PCLD Líquida - Trimestral	(3.937)	(4.295)	(4.210)	(4.875)	(5.792)	47,1	18,8
Despesas de PCLD Líquida - 12 meses	(15.288)	(15.912)	(16.370)	(17.317)	(19.172)	25,4	10,7

O Banco do Brasil monitora os créditos com indícios de comprometimento de qualidade. O item 3.3 do relatório Análise do Desempenho detalha o processo de Cobrança e Recuperação de Créditos. Em média, 94,5% do volume de créditos que ingressam em cobrança em determinada safra são resolvidos em até 360 dias no 1T15.

Na tabela a seguir são apresentados os principais indicadores de gestão do risco de crédito.

Tabela 14. Indicadores de Qualidade da Carteira de Crédito Classificada

%	Mar/14	Dez/14	Mar/15
Risco Médio BB	3,58	3,75	3,92
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito	3,53	3,41	4,30
Op. Vencidas 15-59 dias/Carteira de Crédito	1,17	1,05	1,81
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito	2,37	2,37	2,49
Op. Vencidas 15-89 dias/Carteira de Crédito	1,56	1,38	2,25
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito	1,97	2,03	2,05
Op. de Risco AA - C/Carteira de Crédito	94,9	94,7	94,1
Provisão/Carteira de Crédito	3,81	3,97	4,13
Provisão PF/Carteira de Crédito	5,31	5,13	5,17
Provisão PJ/Carteira de Crédito	3,23	3,85	4,02
Provisão/Op. Vencidas + 15 dias	107,87	116,29	95,97
Provisão/Op. Vencidas + 60 dias	161,07	167,82	165,57
Provisão/Op. Vencidas + 90 dias	193,47	195,37	201,58
Risco Médio – SFN	4,90	5,00	5,00
Op. Vencidas + 90 dias/Total da Carteira – SFN	2,90	2,70	2,80
Provisão/Op. Vencidas + 90 dias (SFN)	168,97	185,19	178,57

Rendas de Tarifas

Expansão dos negócios diversifica Receitas de Tarifas

A expansão da oferta de crédito e a forte atuação do Banco nos segmentos de Seguros, Cartões, Administração de Recursos e Mercado de Capitais vêm favorecendo a expansão do volume de negócios, contribuindo para a diversificação das Rendas de Tarifas.

No 1T15, as Rendas de Tarifas atingiram R\$ 6.309 milhões, crescimento 9,9% na comparação 1T15/1T14, com destaque para: (i) rendas com operações de cartão, que cresceram R\$ 141 milhões; (ii) Administração de Fundos, elevação de R\$ 143,6 milhões; (iii) rendas de Mercado de Capitais, acréscimo de R\$ 77,1 milhões; e (iv) Cobrança, aumento de R\$ 68,2 milhões, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 15. Rendas de Tarifas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Rendas de Tarifas	5.741	6.797	6.309	9,9	(7,2)
Cartão de Crédito/Débito	1.502	1.806	1.643	9,4	(9,1)
Administração de Fundos	938	1.110	1.081	15,3	(2,6)
Conta Corrente	959	1.051	1.019	6,3	(3,0)
Oper. de Crédito e Garantias Prestadas	560	631	531	(5,2)	(15,9)
Cobrança	351	397	419	19,5	5,5
Seguros, Previdência e Capitalização	290	409	252	(13,4)	(38,5)
Arrecadações	227	253	260	14,2	2,4
Interbancária	179	197	186	3,6	(5,7)
Rendas do Mercado de Capitais	97	129	174	79,9	34,8
Serviços Fiduciários	104	116	113	8,9	(2,0)
Outros	534	697	633	18,5	(9,3)

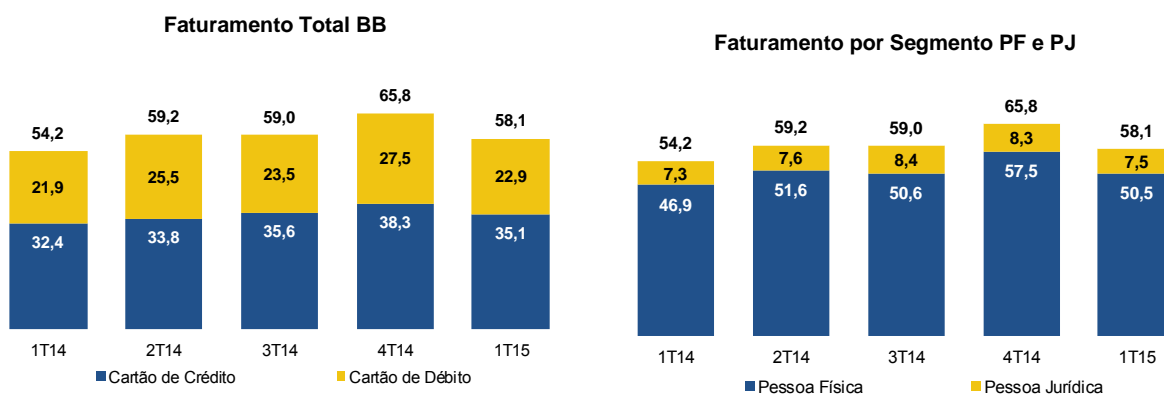
Diversificação dos negócios fortalece desempenho do Banco

O Banco do Brasil, seguindo estratégia de diversificação dos negócios, tem ampliado a atuação no segmento de meios eletrônicos de pagamentos, notadamente no mercado de **cartões**.

A figura a seguir mostra os resultados alcançados em termos de faturamento no segmento de cartões, de R\$ 58,1 bilhões, com crescimento de 7,6% no comparativo 1T15/1T14. A quantidade de transações com cartões do BB cresceu 11,2% em relação ao ano anterior, demonstrando o potencial de geração de receitas para o Banco, conforme ressaltado no item Rendas de Tarifas.

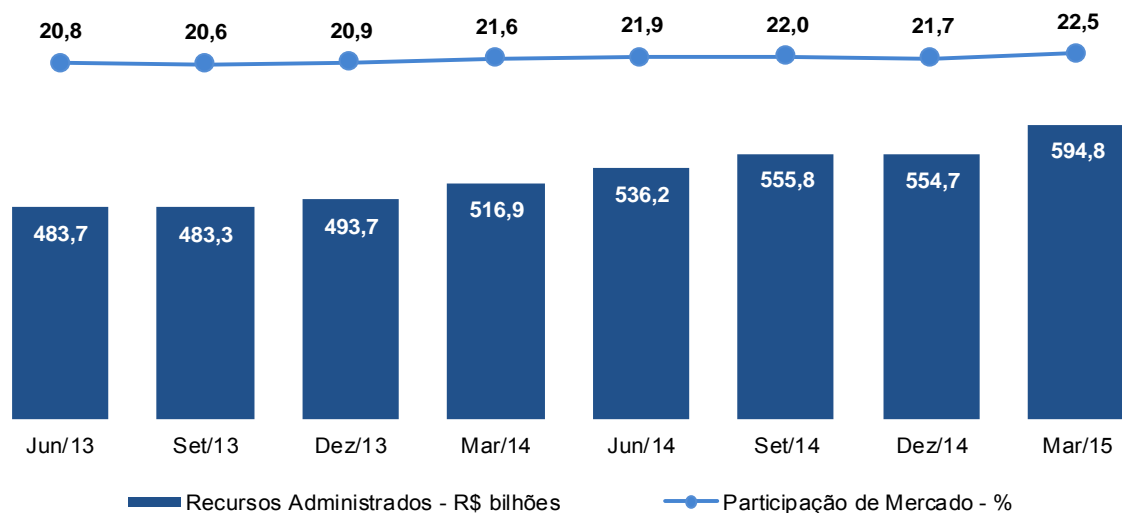
O resultado de serviços de cartões após a tributação no 1T15 alcançou R\$ 544 milhões, crescimento de 13,6% quando comparado ao ano anterior.

Figura 8. Cartões - Faturamento Total BB (R\$ bilhões)



No segmento de **gestão de recursos de terceiros**, a BB DTVM é líder na indústria nacional de fundos de investimento, desde 1994. Ao final do 1T15, a Empresa atingiu o total de R\$ 594,8 bilhões de recursos de terceiros administrados e participação de mercado de 22,5%, representando um crescimento de 15,1% sobre o mesmo período do ano anterior.

Figura 9. Gestão de Recursos de Terceiros



O Banco atua no **mercado de capitais** por meio de suas subsidiárias integrais no Brasil e no exterior. Juntas, as empresas do Conglomerado promovem o elo entre emissores nacionais e os investidores do mercado doméstico e estrangeiros.

No segmento de **seguros, previdência e capitalização**, o Banco atua por meio da *holding* BB Seguridade Participações, que possui liderança nos mercados em que atua, conforme últimos dados publicados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

No ano, o lucro líquido ajustado da BB Seguridade atingiu R\$ 949,1 milhões, resultado 46,3% superior ao observado no 1T14. Os negócios da BB Seguridade agregaram ao resultado do Banco R\$ 628 milhões de lucro líquido.

Informações sobre cartões, gestão de recursos de terceiros, mercado de capitais, serviços fiduciários, seguros e consórcios podem ser consultadas no capítulo 6 do relatório Análise do Desempenho. Quanto à atuação da BB Seguridade, pode ainda ser consultado seu relatório Análise de Desempenho, disponível no site www.bancodobrasilseguridade.com.br.

O **mercado de consórcios** movimentou R\$ 13,5 bilhões em volume de negócios em janeiro e fevereiro de 2015, conforme últimos dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC). A receita originada pela taxa de administração de consórcios no BB no 1T15 alcançou R\$ 95,2 milhões, aumento de 33,5% sobre o 1T14.

Em 2014, o **Banco Votorantim** completou seu processo de reestruturação e consolidou o retorno à lucratividade. No 1T15 o lucro líquido foi de R\$ 122 milhões. Informações sobre investimentos estratégicos podem ser consultadas no capítulo 10 do relatório Análise do Desempenho.

Despesas Administrativas e Eficiência

Despesas Administrativas sob controle

O Banco busca constantemente melhorar sua eficiência operacional e produtividade, mantendo rígido controle das Despesas Administrativas. Na comparação 1T15/1T14, essas despesas elevaram-se em 6,4%, dentro do intervalo do *Guidance 2015* (5% - 8%). A evolução das Despesas Administrativas refletiu, principalmente: (i) o reajuste de 8,5% referente ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2014/2015; (ii) acréscimo de 17,9%, devido à novas locações decorrentes da expansão da rede e também de prédios administrativos, além dos reajustes e renovações contratuais; e (iii) reajustes contratuais de serviços de vigilância, transporte.

Tabela 16. Despesas Administrativas Ajustadas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Despesas Administrativas	(7.729)	(8.694)	(8.226)	6,4	(5,4)
Despesas de Pessoal	(4.476)	(4.874)	(4.870)	8,8	(0,1)
Outras Despesas Administrativas	(3.253)	(3.820)	(3.356)	3,2	(12,1)

No acumulado dos últimos 12 meses, o índice que mede a cobertura das despesas administrativas aumentou para 78,2% no 1T15, ante 76,7% no 1T14, refletindo o desempenho das Rendas de Tarifas e o controle das Despesas Administrativas no período.

O índice de eficiência em 12 meses encerrou o 1T15 em 42,5%, ante os 44,9% no 1T14, devido principalmente, ao crescimento da margem financeira bruta em relação às despesas administrativas.

O capítulo 7 do relatório Análise do Desempenho apresenta informações detalhadas sobre Despesas Administrativas, Rede de Atendimento, Canais Automatizados, Outras Receitas e Despesas Operacionais, Indicadores de Produtividade e Perdas Operacionais.

1 - Informações Úteis

Tabela 17. Principais Indicadores Econômicos¹

	2011	2012	2013	2014	1T15
Atividade Econômica					
PIB (variação % em 12 meses) ²	3,9	1,8	2,7	0,1	ND
Consumo das Famílias	4,8	3,9	2,9	0,9	ND
Consumo do Governo	2,2	3,2	2,2	1,3	ND
Formação Bruta do Capital Fixo	6,6	(0,6)	6,1	(4,4)	ND
Exportações	4,8	0,5	2,1	(1,1)	ND
Importações	9,4	0,7	7,5	(1,0)	ND
Utilização da Capacidade Instalada (%)	82,7	82,8	82,3	81,2	ND
PEA (Variação % em 12 meses)	1,2	1,7	(0,8)	(0,1)	ND
Taxa de Desemprego (variação % média em 12 meses)	6,0	5,5	5,4	4,8	ND
Emprego Formal - criação líquida em 12 meses (mil empregos)	1.566,0	868,2	730,7	152,7	(215,7)
Produção Industrial (variação % em 12 meses)	0,4	(2,3)	2,1	(3,2)	ND
Setor Externo					
Transações Correntes (% PIB em 12 meses)	(2,1)	(2,4)	(3,6)	(4,4)	(4,5)
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões - acumulado ano)	66,7	65,3	64,0	96,9	88,8
Reservas Internacionais (US\$ bilhões - saldo final de período)	352,0	378,6	375,8	374,1	371,0
Risco País (pontos - final de período)	223	142	224	259	322
Balança Comercial (US\$ bilhões - acumulado no ano)	29,8	19,4	2,3	(6,2)	(6,1)
Exportações (US\$ bilhões - acumulado no ano)	256,0	242,6	242,0	225,1	42,8
Importações (US\$ bilhões - acumulado no ano)	226,2	223,2	239,7	229,1	48,3
Dólar Ptax Venda (cotação em R\$ - fim de período)	1,88	2,04	2,34	2,66	3,21
Dólar Ptax Venda (variação % em 12 meses)	12,6	8,9	14,6	13,4	41,8
Indicadores Monetários					
IGP-DI FGV (% acumulado em 12 meses)	5,0	8,1	5,5	3,8	3,5
IGP-M FGV (% acumulado em 12 meses)	5,1	7,8	5,5	3,7	3,2
IPCA - IBGE (% acumulado em 12 meses)	6,5	5,8	5,9	6,4	8,1
Selic (% - fim de período)	11,00	7,25	10,00	11,75	12,75
Selic Acumulado (% acumulado em 12 meses)	11,6	8,5	8,2	10,9	11,3
TR Acumulado (exBTN) (% acumulado em 12 meses)	1,4	0,3	0,3	1,0	1,1
TJLP - IBGE (% - fim de período)	6,0	5,5	5,0	5,0	5,5
Libor (% - fim de período)	0,37	0,36	0,25	0,23	0,25
Finanças Públicas					
Superávit Primário (% PIB acumulado em 12 meses)	3,1	2,4	1,9	(0,6)	ND
DBSP (% PIB)	54,2	58,8	56,7	63,5	ND
DLSP (% PIB) - Sem Petrobrás	36,4	35,3	33,6	36,8	ND
Indicadores de Crédito					
Carteira de Crédito do SFN (R\$ bilhões) ³	2.029,6	2.368,3	2.711,4	3.017,5	3.060,1
Pessoa Física (R\$ bilhões) ³	940,2	1.075,8	1.245,8	1.412,1	1.438,6
Pessoa Jurídica (R\$ bilhões) ³	1.089,5	1.292,6	1.465,5	1.605,4	1.621,5
Crédito/PIB (PIB acumulado em 12 meses) ³ - (%)	46,5	50,3	52,6	54,7	54,8
Endividamento Familiar (%)	41,9	43,9	45,4	46,2	ND
Inadimplência Total (% do saldo em atraso superior a 90 dias) ³	3,6	3,7	2,8	2,7	2,8
Spread Total (% a.a.) ³	14,3	11,5	13,8	14,9	16,3
PF ³	21,0	17,7	20,0	21,5	23,4
PJ ³	9,2	7,0	7,5	8,0	9,0
Prazo Médio (em meses) ³	40,3	44,3	41,3	45,2	46,4
PF ³	55,9	63,5	52,2	58,1	59,3
PJ ³	29,2	30,4	33,2	35,3	36,3

1 - Todos os indicadores são extraídos de fontes oficiais como Banco Central do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, IBGE, etc.

2 - Séries revisadas pelo IBGE.

3 - Séries revisadas devido à mudança de metodologia da Nota para Imprensa publicada pelo Banco Central do Brasil.

ND - Não Disponível.

Tabela 18. Composição Acionária - %

Acionistas	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15
União Federal	58,3	58,2	57,9	57,9	57,9
Previ	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4
BNDESPar	0,2	0,2	0,1	-	-
Ações em Tesouraria	2,2	2,3	2,4	2,4	2,4
Free Float	29,0	28,9	29,2	29,3	29,3
Pessoas Físicas	5,9	5,3	5,0	5,3	5,1
Pessoas Jurídicas	3,9	3,4	3,9	3,5	3,7
Capital Estrangeiro	19,2	20,1	20,4	20,4	20,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de Ações	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020

Tabela 19. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

R\$ milhões	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
União Federal	661,0	665,1	651,2	713,0	1.374,0
Previ	118,1	119,0	117,0	127,8	246,2
BNDES	2,2	2,2	0,9	-	-
Pessoas Físicas	66,9	60,8	55,7	65,7	121,9
Pessoas Jurídicas	43,9	39,1	43,4	43,5	88,8
Capital Estrangeiro	217,7	229,9	229,0	251,8	484,7
Total	1.109,9	1.116,1	1.097,1	1.201,9	2.315,6

Tabela 20. Indicadores de Mercado

	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Lucro por Ação - R\$	0,99	1,00	0,98	1,07	2,07
Preço / Lucro 12 meses	4,11	6,34	6,41	6,06	4,56
Preço / Valor Patrimonial	0,89	0,99	0,89	0,84	0,79
Capitalização de Mercado - R\$ milhões	65.332	71.206	72.495	68.111	65.647
Valor Patrimonial - BBAS3 - R\$ ¹	25,66	25,05	28,35	28,13	29,17
Cotação BBAS3 - Fechamento - R\$	22,80	24,85	25,30	23,77	22,91
Variação no Período - % - BBAS3	(6,6)	9,0	1,8	(6,0)	(3,6)
Dividend Yield - % ²	9,8	6,4	6,3	6,6	8,7

1 - Inclui as ações em tesouraria.

2 - Dividendos e JCP 12 meses / Capitalização de Mercado.

Tabela 21. Participação nos Índices de Mercado Brasileiro - %

	Jan/14 - Abr/14	Mai/14 - Ago/14	Set/14 - Dez/14	Jan/15 - Abr/15	Mai/15 - Ago/15
Índice Bovespa - Ibovespa	2,720	2,277	2,676	2,324	2,381
Índice Brasil 50 - IBrX - 50	2,471	2,325	2,772	2,312	2,365
Índice Carbono Eficiente - ICO2	4,141	3,881	4,614	3,663	3,742
Índice Financeiro - IFNC	9,535	8,535	10,080	8,405	8,349
Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT	2,534	2,453	3,005	2,374	2,562
Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGCX	3,203	3,123	3,789	2,950	3,193
Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE	1,459	1,247	1,447	1,173	1,214
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG	3,002	2,855	3,431	2,633	2,840
Índice Mid-Large Cap - MLCX	2,250	2,158	2,614	2,156	2,258

Tabela 22. Participação no Índice de Mercado Internacional - %

	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15
MSCI Brazil Index	2,085	2,170	2,186	2,275	2,158

Tabela 23. Informações do BB

	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Itens Patrimoniais – R\$ bilhões					
Ativos	1.370,0	1.401,1	1.431,6	1.437,5	1.523,7
Patrimônio Líquido	73,5	71,8	81,2	80,6	83,6
Carteira de Crédito Classificada	631,6	649,8	662,7	687,9	700,8
Carteira de Crédito Ampliada ¹	699,5	719,0	733,0	760,9	776,9
Depósitos	482,2	479,9	468,8	468,4	468,0
à Vista	72,1	69,4	69,5	74,2	73,7
De Poupança	144,1	146,5	149,0	148,7	144,1
a Prazo	238,6	235,2	221,8	214,5	212,7
Rentabilidade					
Lucro por Ação - R\$	0,99	1,00	0,98	1,07	2,07
RSPL Ajustado Anualizado - %	15,5	17,1	16,1	16,6	14,5
RSPL Societário Anualizado - %	14,0	16,1	15,5	16,2	29,3
Rentabilidade Ajustada s/ Ativos Médios - trimestral - An. %	0,7	0,9	0,8	0,8	0,8
Spread Global Anualizado - %	4,1	4,1	4,2	4,4	4,3
Produtividade					
Eficiência - %	45,1	42,5	43,4	43,5	40,6
Eficiência Acumulada em 12 meses - %	44,9	44,6	44,5	43,6	42,5
RPS / Despesas de Pessoal - %	128,3	138,2	137,4	139,5	129,6
RPS / Despesas Administrativas - %	74,3	78,9	79,1	78,2	76,7
Desp. de Pessoal por Funcionário - R\$ mil	39,9	39,9	41,4	43,6	43,6
Funcionários em Agências / (Ag.+Pontos de Aten.)	12	12	12	12	12
Contas Correntes por Funcionário em Agência	444	446	449	440	441
Ativos por Funcionário – R\$ mil	12.213	12.561	12.793	12.877	13.651
Cart. de Créd. Amp./Pontos Atend. – R\$ milhões	36,6	37,9	38,7	40,1	41,1
Qualidade da Carteira de Crédito					
Provisão / Carteira Total - %	3,8	3,8	3,9	4,0	4,1
Índice de Cobertura + 90 dias - %	193,5	192,1	185,9	195,4	201,6
Carteira LÍq. de Prov. / Carteira Total - %	96,2	96,2	96,1	96,0	95,9
Estrutura de Capital					
Alavancagem (vezes)	18,6	19,5	17,6	17,8	18,2
Índice de Basileia - % ³	13,8	14,2	16,0	16,1	16,0
Nível I	9,9	10,1	11,5	11,4	11,4
Índice de Capital Principal	7,8	7,5	9,3	9,0	8,7
Quantidade Total de Ações - milhões	2.865	2.865	2.865	2.865	2.865
Dados Estruturais					
Agências	5.474	5.490	5.493	5.524	5.544
Rede Própria	19.105	18.992	18.924	18.956	18.892
Base de Clientes – mil	61.548	61.570	61.775	61.645	61.969
Total de Contas Corrente – mil	38.788	38.722	39.039	38.085	38.212
Pessoa Física – mil	36.363	36.278	36.552	35.655	35.781
Pessoa Jurídica – mil	2.425	2.444	2.487	2.430	2.431
Total de Contas de Poupança – mil	37.807	38.775	38.440	39.390	38.927
Colaboradores	118.062	117.330	117.922	116.931	117.352
Funcionários	112.173	111.547	111.904	111.628	111.613
Estagiários	5.889	5.783	6.018	5.303	5.739
Participação de Mercado					
Ativos	22,0	22,3	21,7	20,8	ND
Depósitos	26,8	26,1	25,4	24,9	ND
Repasses BNDES	24,2	23,5	23,3	-	ND
Crédito	21,2	21,3	21,1	21,0	20,8
Agronegócio ⁴	57,9	59,9	58,8	60,6	60,5
Gestão de Recursos de Terceiros	21,6	21,9	22,0	21,7	22,5
Faturamento de Cartão de Crédito	24,3	24,9	24,7	24,3	ND
Prêmio de Seguros					
Automóveis	14,4	15,4	15,2	15,1	14,5
Pessoas	19,7	22,7	19,2	26,4	18,6
Habitacionais	7,3	6,4	6,6	7,0	5,8
Rurais	83,2	80,0	67,0	63,4	80,7
Arrecadação					
Previdência (PGBL, VGBL, Tradicional)	34,3	41,5	37,9	35,1	37,1
Capitalização	26,3	34,1	25,9	34,9	26,1
Câmbio Importação	23,9	23,7	22,3	24,1	19,1
Câmbio Exportação	26,5	30,3	26,3	27,2	26,4

1 - Inclui TVM privados, garantias prestadas e o saldo de carteiras de crédito PF adquiridas com coobrigação, em conformidade à Resolução CMN 3.533/08.

2 - Não considera os recursos administrados pelo Banco Votorantim.

3 - A partir deste trimestre o índice de Basileia foi calculado em referência ao conglomerado prudencial.

4 - Série revista pelo Banco Central. Não considera crédito agroindustrial. Total do SFN: R\$218,4 bilhões.

ND - Não Disponível.

Tabela 24. Ratings

	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Ratings Globais					
Fitch Ratings					
Viabilidade	bb+	bb+	bb+	bb+	bb+
CP em Moeda Local	F2	F2	F2	F2	F2
LP em Moeda Local	BBB	BBB	BBB	BBB	BBB
Perspectiva - Moeda Local	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
CP em Moeda Estrangeira	F2	F2	F2	F2	F2
LP em Moeda Estrangeira	BBB	BBB	BBB	BBB	BBB
Perspectiva - Moeda Estrangeira	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
Moody's					
CP em Moeda Local	P-2	P-2	P-2	P-2	P-2
CP em Moeda Estrangeira	P-2	P-2	P-2	P-2	P-2
Dívida de LP em Moeda Estrangeira	Baa2	Baa2	Baa2	Baa2	Baa2
Depósitos de LP em Moeda Local	Baa2	Baa2	Baa2	Baa2	Baa2
Depósitos de LP em Moeda Estrangeira	Baa2	Baa2	Baa2	Baa2	Baa2
Perspectiva	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>
Standard & Poor's					
LP em Moeda Local	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-
Perspectiva - Moeda Local	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
CP em Moeda Estrangeira	A-3	A-3	A-3	A-3	A-3
LP em Moeda Estrangeira	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-
Perspectiva - Moeda Estrangeira	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
Ratings Nacionais					
Fitch Ratings					
Curto Prazo	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)
Longo Prazo	AAA (bra)	AAA (bra)	AAA (bra)	AAA (bra)	AAA (bra)
Perspectiva	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
Moody's					
Curto Prazo	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1
Longo Prazo	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br
Perspectiva	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>

Tabela 25. Compulsório/Exigibilidade (%)

	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Compulsório/Exigibilidade (%)					
Depósitos à Vista					
Alíquota	44	45	45	45	45
Adicional	0	0	0	0	0
Exigibilidade (crédito rural)	34	34	34	34	34
Exigibilidade (microfinanças)	2	2	2	2	2
Livre	20	19	19	19	19
Depósitos de Poupança					
Rural					
Alíquota	18	18	18	13	13
Adicional	10	10	10	10	10
Exigibilidade	67	67	67	72	72
Livre	5	5	5	5	5
Imobiliário					
Alíquota	20	20	20	20	20
Adicional	10	10	10	10	10
Exigibilidade	65	65	65	65	65
Livre	5	5	5	5	5
Depósitos a Prazo					
Alíquota	20	20	20	20	20
Adicional	11	11	11	11	11
Livre	69	69	69	69	69

Governança Corporativa

A governança no Banco do Brasil (BB) define uma ampla visão sobre princípios e práticas que contribuem para fortalecer a transparência de sua gestão e aumentar seu valor institucional. Essas diretrizes são constantemente atualizadas em decorrência de alterações legais ou estatutárias.

O BB mantém a adoção das melhores práticas em governança corporativa, que asseguram o equilíbrio de direitos entre acionistas, a prestação de contas aos investidores e à sociedade, a ética no trato com os diversos públicos e a sustentabilidade dos negócios suportadas pela utilização de ferramentas de monitoramento que alinham o comportamento dos executivos aos interesses de seus públicos e acionistas e da sociedade em geral.

Desde 2006, o Banco do Brasil integra o Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento de listagem que reúne empresas sujeitas às mais rigorosas práticas de governança corporativa. Além disso, está listado nos Índices de Sustentabilidade Empresarial (ISE), de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag) e de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC). Em 2012, o BB despontou pela primeira vez no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), da Bolsa de Nova Iorque, onde se manteve em 2014, fato que impulsiona ainda mais sua inserção no cenário internacional.

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil estão presentes o Conselho de Administração, composto por 8 membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna, e a Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e 9 Vice-Presidentes) e por 27 Diretores Estatutários. O BB mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal composto por 5 membros titulares e 5 suplentes.

O Banco instituiu instrumentos para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva, que possibilita o mapeamento e a identificação de oportunidades de aprimoramento das suas respectivas atuações. Além do Estatuto Social, o Código de Governança Corporativa e o Código de Ética são documentos que dão suporte às melhores práticas de governança corporativa do Banco do Brasil.

Em 2012, o Banco do Brasil criou o modelo para Avaliação de Desempenho de Estatutários e o Comitê de Remuneração, órgão responsável por propor ao Conselho de Administração políticas de remuneração variável de dirigentes do Conglomerado.

O Estatuto Social do Banco estabelece a segregação de funções na definição das atribuições dos órgãos de administração com vistas a se evitar eventuais conflitos de interesse. Também está previsto impedimento que integrantes do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva tomem decisões nos assuntos para os quais apresentem eventual conflito de interesses.

Em todos os níveis do Banco, as decisões são tomadas de forma colegiada, com o propósito de envolver os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diversos negócios do Banco do Brasil. Para tanto, a administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Está previsto também no Estatuto Social do Banco do Brasil, em seu Art. 24, Inciso III, § 2º, que os diretores membros da Diretoria Executiva sejam funcionários de carreira do Banco do Brasil.

Abaixo apresentamos os organogramas da Administração do Banco do Brasil.

Figura 10. Estrutura da Alta Administração

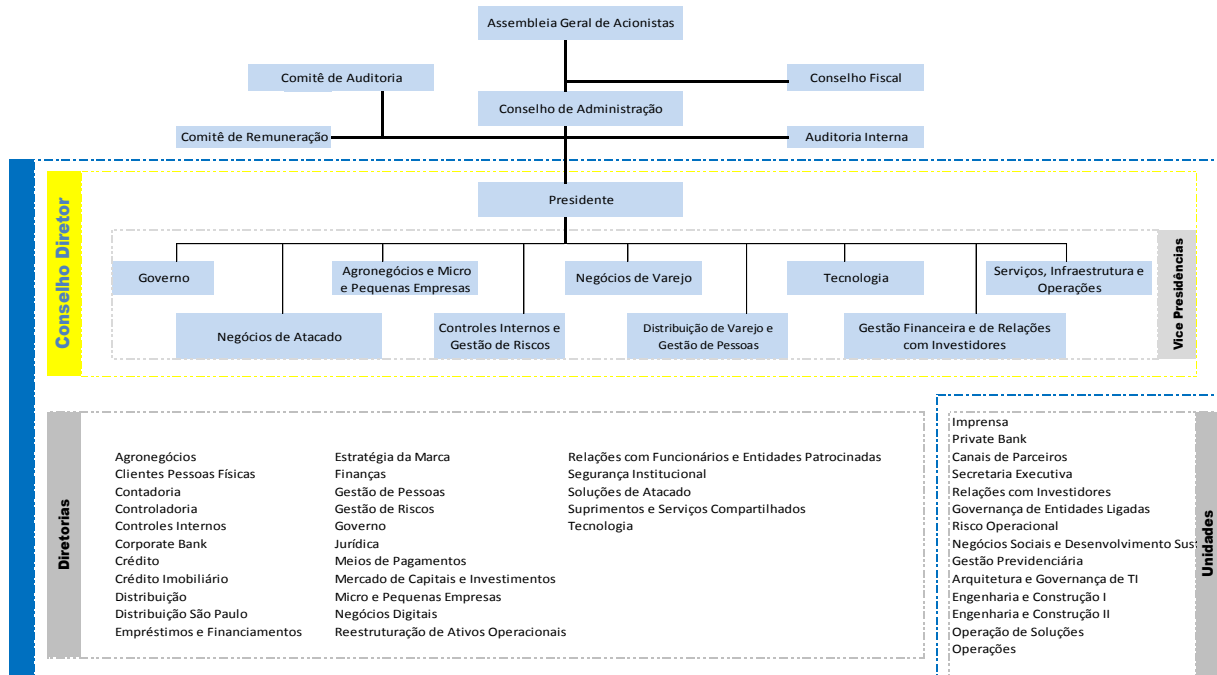
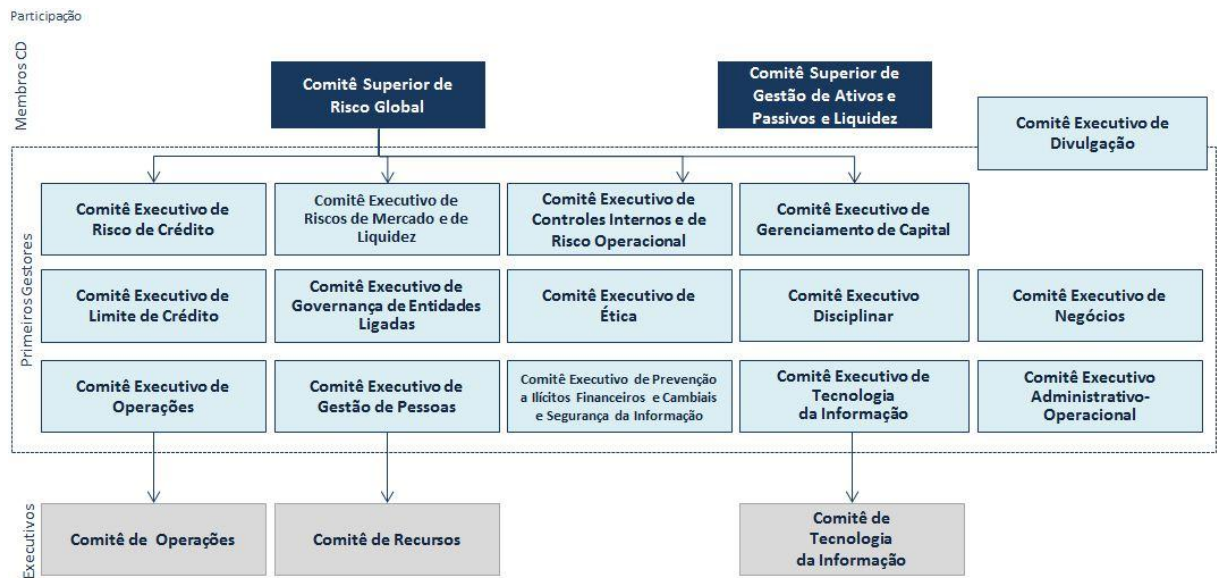


Figura 11. Comitês Estratégicos



Conheça o Código de Governança no site de Relações com Investidores do BB: www.bb.com.br/ri.

2 - Demonstrações Contábeis Resumidas

2.1. Balanço Patrimonial Resumido

Tabela 26. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo

R\$ milhões	Saldos			Var. %	
	Mar/14	Dez/14	Mar/15	s/ Mar/14	s/ Dez/14
ATIVO	1.369.965	1.437.486	1.523.666	11,2	6,0
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.345.770	1.415.218	1.501.811	11,6	6,1
Disponibilidades	10.993	13.787	16.537	50,4	19,9
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	292.331	304.237	351.658	20,3	15,6
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	196.451	222.643	235.999	20,1	6,0
Títulos Disponíveis para Negociação	82.654	101.939	107.822	30,4	5,8
Títulos Disponíveis para Venda	97.312	104.367	109.158	12,2	4,6
Títulos Mantidos até o Vencimento	14.873	14.136	15.265	2,6	8,0
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.611	2.201	3.754	133,1	70,5
Relações Interfinanceiras	97.630	67.249	64.486	(33,9)	(4,1)
Depósitos no Banco Central	87.796	63.252	56.634	(35,5)	(10,5)
Compuls. s/ Depósitos não Remunerados	13.888	14.115	10.153	(26,9)	(28,1)
Compuls. s/ Depósitos Remunerados	73.908	49.136	46.480	(37,1)	(5,4)
Demais	9.834	3.997	7.852	(20,2)	96,4
Relações Interdependências	236	594	197	(16,8)	(66,9)
Operações de Crédito	568.565	618.499	630.530	10,9	1,9
(PCLD)	(23.073)	(26.105)	(27.725)	20,2	6,2
Operações de Arrendamento Mercantil	1.123	1.024	1.012	(9,9)	(1,2)
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	1.180	1.071	1.054	(10,6)	(1,6)
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(56)	(47)	(42)	(25,4)	(10,1)
Outros Créditos	174.578	183.107	197.642	13,2	7,9
Créd. por Avais e Fianças Honrados	425	540	522	23,0	(3,2)
Carteira de Câmbio	18.093	18.368	21.196	17,2	15,4
Rendas a Receber	2.104	3.865	3.008	43,0	(22,2)
Negoc. e Intermed. de Valores	1.286	1.293	1.416	10,1	9,5
Créditos Específicos	1.433	1.550	1.592	11,1	2,7
Créd. de Oper. de Seg., Previd. e Capitaliz.	3.840	5.010	5.390	40,3	7,6
Crédito Tributário	27.581	29.501	35.122	27,3	19,1
Ativo Atuarial	16.024	6.130	6.395	(60,1)	4,3
Fundo Paridade	168	119	125	(25,7)	4,7
Deved. por Depósitos em Garantia	34.644	38.854	40.956	18,2	5,4
Fundo Destinação Superávit - Previ	7.935	8.155	8.474	6,8	3,9
Diversos	62.877	72.026	75.651	20,3	5,0
(Provisão para Outros Créditos)	(1.830)	(2.304)	(2.205)	20,5	(4,3)
(Com Caract. de Concessão de Crédito)	(945)	(1.160)	(1.167)	23,5	0,6
(Sem Caract. de Concessão de Crédito)	(885)	(1.143)	(1.038)	17,3	(9,2)
Outros Valores e Bens	3.863	4.078	3.751	(2,9)	(8,0)
Bens Não de Uso Próprio e Mat. em Estoque	657	618	663	0,9	7,2
(Provisões para Desvalorizações)	(161)	(147)	(147)	(8,6)	(0,2)
Despesas Antecipadas	3.366	3.608	3.235	(3,9)	(10,3)
Permanente	24.195	22.267	21.855	(9,7)	(1,9)
Investimentos	3.382	3.420	3.585	6,0	4,8
Imobilizado de Uso	7.290	7.557	7.504	2,9	(0,7)
Intangível	13.471	11.249	10.729	(20,4)	(4,6)
Diferido	52	42	37	(28,3)	(11,0)

Tabela 27. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo

R\$ milhões	Saldos			Var. %	
	Mar/14	Dez/14	Mar/15	s/ Mar/14	s/ Dez/14
PASSIVO	1.369.965	1.437.486	1.523.666	11,2	6,0
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.296.027	1.356.432	1.439.634	11,1	6,1
Depósitos	482.237	468.362	468.006	(3,0)	(0,1)
Depósitos à Vista	72.054	74.210	73.712	2,3	(0,7)
Depósitos de Poupança	144.111	148.699	144.089	(0,0)	(3,1)
Depósitos Interfinanceiros	27.447	30.969	37.554	36,8	21,3
Depósitos a Prazo	238.625	214.484	212.651	(10,9)	(0,9)
Captações no Mercado Aberto	282.553	306.046	338.907	19,9	10,7
Oper. Compromissadas com Títulos Privados	28.801	48.155	37.842	31,4	(21,4)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	140.893	159.035	183.329	30,1	15,3
Letras de Crédito do Agronegócio	89.034	103.752	119.690	34,4	15,4
Letras de Crédito Imobiliário	8.159	14.358	19.285	136,4	34,3
Demais Letras Bancárias	9.706	9.071	9.580	(1,3)	5,6
Obrig. por TVM no Exterior	33.994	31.853	34.773	2,3	9,2
Relações Interfinanceiras	4.792	31	2.775	(42,1)	-
Relações Interdependências	2.664	5.291	4.206	57,9	(20,5)
Obrigações por Empréstimos	18.962	23.996	29.157	53,8	21,5
Empréstimos no País - Outras Instituições	293	1.754	1.872	-	6,8
Empréstimos no Exterior	18.669	22.243	27.284	46,2	22,7
Obrig. por Repasses do País - Inst. Oficiais	91.332	91.050	92.615	1,4	1,7
Tesouro Nacional	461	340	345	(25,2)	1,4
BNDES	43.813	44.282	43.247	(1,3)	(2,3)
CEF	6.026	12.360	14.233	136,2	15,2
Finame	30.363	33.205	34.073	12,2	2,6
Outras Instituições	10.669	864	717	(93,3)	(17,0)
Obrigações por Repasses do Exterior	20	0	0	(97,6)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.924	3.443	5.632	43,5	63,6
Outras Obrigações	268.650	299.178	315.008	17,3	5,3
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	6.037	438	4.509	(25,3)	-
Carteira de Câmbio	19.577	21.707	17.786	(9,1)	(18,1)
Socials e Estatutárias	718	2.357	2.160	-	(8,4)
Fiscais e Previdenciárias	24.162	22.784	24.820	2,7	8,9
Negociação e Intermediação de Valores	1.322	830	941	(28,9)	13,3
Prov. Técnicas de Seg., Prev. e Capitalização	81.620	102.220	108.982	33,5	6,6
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	7.731	10.840	12.265	58,6	13,1
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	12.367	4.866	6.269	(49,3)	28,8
Dívida Subordinada	52.876	52.316	52.809	(0,1)	0,9
Passivo Atuarial	6.457	5.830	5.907	(8,5)	1,3
Diversas	47.552	53.522	53.560	12,6	0,1
Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	8.230	21.468	25.001	-	16,5
Resultados de Exercícios Futuros	422	440	434	2,9	(1,4)
Patrimônio Líquido	73.517	80.613	83.598	13,7	3,7
Capital	54.000	54.000	54.000	-	-
Instrumento Elegível ao Capital Principal	-	8.100	8.100	-	0,0
Reservas de Capital	10	11	14	34,9	29,9
Reservas de Reavaliação	5	3	3	(38,6)	(0,6)
Reservas de Lucros	19.647	26.626	25.393	29,2	(4,6)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.088)	(9.598)	(10.175)	-	6,0
Planos de Benefícios	(2.671)	(8.680)	(8.680)	-	(0,0)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.898	-	4.624	143,6	-
(Ações em Tesouraria)	(1.439)	(1.622)	(1.630)	13,3	0,5
Participações Minoritárias nas Controladas	2.483	3.093	3.269	31,6	5,7

2.2. Demonstração Resumida do Resultado Societário

Tabela 28. Demonstração Resumida do Resultado Societário

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Receitas da Intermediação Financeira	31.112	40.486	49.435	58,9	22,1
Operações de Crédito	20.087	25.281	29.322	46,0	16,0
Operações de Arrendamento Mercantil	38	37	44	15,2	19,1
Resultado de Operações com TVM	8.827	12.995	16.973	92,3	30,6
Resultado Instrum. Finan. Derivativos	(93)	403	903	-	123,9
Resultado de Operações de Câmbio	426	(197)	424	(0,4)	-
Resultado de Aplicações Compulsórias	1.420	1.279	1.190	(16,1)	(6,9)
Op. Venda / Transf. Ativos Financ.	173	110	109	(36,9)	(1,3)
Result. Fin. Oper. Seg., Previ. e Cap.	235	578	469	99,1	(18,8)
Despesas de Intermediação Financeira	(23.208)	(33.153)	(44.582)	92,1	34,5
Operações de Captação no Mercado	(17.856)	(21.974)	(23.557)	31,9	7,2
Op. Emprést., Cessões e Repasses	(944)	(5.925)	(15.076)	-	154,4
PCLD	(4.407)	(5.255)	(5.949)	35,0	13,2
Resultado Bruto da Interm. Financeira	7.904	7.333	4.853	(38,6)	(33,8)
Outras Rec.(Desp.) Operacionais	(3.171)	(2.877)	(2.651)	(16,4)	(7,9)
Receitas de Prestação de Serviços	4.189	5.047	4.654	11,1	(7,8)
Rendas de Tarifas Bancárias	1.552	1.751	1.655	6,7	(5,4)
Despesas de Pessoal	(4.676)	(5.175)	(5.189)	11,0	0,3
Outras Despesas Administrativas	(4.338)	(4.549)	(4.122)	(5,0)	(9,4)
Outras Despesas Tributárias	(1.009)	(1.374)	(1.846)	82,9	34,3
Result. Part. Colig. e Controladas	(518)	603	1.708	-	183,3
Result. Op. Seg., Prev. e Capitalização	1.002	1.283	1.153	15,1	(10,1)
Outras Receitas Operacionais	4.024	2.859	3.140	(22,0)	9,8
Outras Despesas Operacionais	(3.396)	(3.321)	(3.804)	12,0	14,5
Resultado Operacional	4.733	4.457	2.202	(53,5)	(50,6)
Resultado Não Operacional	98	27	5.771	-	-
Result. Antes Tribut. s/ Lucro	4.831	4.484	7.973	65,0	77,8
IR e CS	(1.437)	(639)	(984)	(31,5)	53,9
Participações Estatutárias no Lucro	(394)	(436)	(765)	94,1	75,6
Participações Minoritárias	(322)	(449)	(405)	25,7	(9,9)
Lucro Líquido	2.678	2.959	5.818	117,3	96,6

2.3. Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 29. Demonstração do Resultado com Realocações

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Receitas da Intermediação Financeira	30.620	41.319	52.527	71,5	27,1
Operações de Crédito (1) (8) ¹	20.080	25.392	29.431	46,6	15,9
Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ. (1)	173	110	109	(36,9)	(1,3)
Operações de Arrendamento Mercantil	38	37	44	15,2	19,1
Resultado de Operações com TVM (2) ²	8.828	12.999	16.992	92,5	30,7
Resultado com Inst. Financeiros Derivativos	(93)	403	903	-	123,9
Resultado de Operações de Câmbio	426	(197)	424	(0,4)	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.420	1.279	1.190	(16,1)	(6,9)
Res. Fin. das Op. de Seg., Previd. e Capitaliz. (28) ²	286	389	469	63,8	20,5
Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Ext. (3)	(480)	599	1.708	-	185,2
Outras Rec. Op. com Caract. de Interm. Fin. (4) (5)	306	26	(21)	-	-
Hedge Fiscal (6) (7)	(189)	392	1.387	-	-
Despesa da Intermediação Financeira	(18.738)	(27.837)	(38.549)	105,7	38,5
Operações de Captação no Mercado (23)	(17.793)	(21.912)	(23.473)	31,9	7,1
Op. de Emp., Cessão e Repasses	(944)	(5.925)	(15.076)	-	154,4
Margem Financeira Bruta	11.882	13.482	13.978	17,6	3,7
Prov. p/ Créd. de Liquid. Duvidosa (8) (11)	(4.187)	(5.203)	(5.999)	43,3	15,3
Margem Financeira Líquida	7.696	8.279	7.979	3,7	(3,6)
Rendas de Tarifas	5.741	6.797	6.309	9,9	(7,2)
Receitas de Prestação de Serviços	4.189	5.047	4.654	11,1	(7,8)
Rendas de Tarifas Bancárias	1.552	1.751	1.655	6,7	(5,4)
Res. de Op. com Seg., Prev. e Capitaliz. (29) ²	952	1.146	1.153	21,2	0,6
Despesas Tributárias s/ Faturamento (6) (15) (20) (21) (31)	(1.154)	(1.278)	(1.269)	9,9	(0,7)
Margem de Contribuição	13.234	14.945	14.173	7,1	(5,2)
Despesas Administrativas	(7.729)	(8.694)	(8.226)	6,4	(5,4)
Despesas de Pessoal (19)	(4.476)	(4.874)	(4.870)	8,8	(0,1)
Outras Despesas Administrativas (12) (13) (14)	(3.253)	(3.820)	(3.356)	3,2	(12,1)
Outras Despesas Tributárias (15)	(94)	(139)	(122)	29,4	(12,4)
Resultado Comercial	5.411	6.112	5.825	7,6	(4,7)
Risco Legal	(566)	(281)	(441)	(22,0)	57,3
Demandas Cíveis (16) (17) (24) (25) (26)	(261)	(204)	(278)	6,2	36,4
Demandas Trabalhistas (18) (19) (27)	(305)	(77)	(164)	(46,3)	112,3
Outros Componentes do Resultado	(715)	(1.010)	(593)	(17,0)	(41,3)
Res. de Part. em Colig. e Control. (3)	(38)	4	0	-	(92,6)
Res. De Outras Receitas/Despesas Operac.	(677)	(1.014)	(593)	(12,3)	(41,5)
Outras Rec Operacionais (2) (4) (9) (10) (16) (18) ³	1.770	2.116	2.250	27,1	6,3
Previ - Plano de Benefícios 1 (9)	446	228	139	(68,8)	(39,2)
Previ - Atualização de Fundo Utilização (10)	260	223	444	71,0	99,1
Outras Desp Op. (5) (11) (12) (13) (14) (17)	(3.152)	(3.581)	(3.426)	8,7	(4,3)
Resultado Operacional	4.130	4.821	4.790	16,0	(0,6)
Resultado Não Operacional (32)	98	27	(1)	-	-
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	4.228	4.849	4.789	13,3	(1,2)
IR e Contribuição Social (7) (22) (34) (35)	(1.107)	(987)	(790)	(28,6)	(19,9)
Benefício Fiscal de JCP	353	380	422	19,5	10,9
Participações Estatutárias no Lucro (36)	(362)	(458)	(569)	57,3	24,3
Participações Minoritárias (30)	(322)	(384)	(405)	25,7	5,4
Lucro Líquido Ajustado	2.436	3.020	3.025	24,2	0,2
Itens Extraordinários	241	(61)	2.793	-	-
Planos Econômicos (23) (24)	(343)	(387)	(188)	(45,3)	(51,4)
Eficiência Tributária (20)	260	-	-	-	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes (25)	133	46	(558)	-	-
Prov. Demandas Legais : Aj. Parâmetros e Pol. Acordos (26) (27)	385	-	-	-	-
BrasilPrev Circular Susep 457/12 e 462/13 (28) (29)	-	325	-	-	-
Efeito BrasilPrev nos Minoritários (30)	-	(65)	-	-	-
Cateno - Gestão de Contas de Pagamentos S.A (32) (33)	-	-	11.572	-	-
Resultado Não Realizado - Cateno (21) (22) (33)	-	-	(3.474)	-	-
Ef. Fiscais e PLR sobre Itens Extraord. (31) (34) (35) (36)	(193)	20	(4.558)	-	-
Lucro Líquido	2.678	2.959	5.818	117,3	96,6

(n) - Representa o item do evento na tabela "Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários" apresentada a seguir.

1 - Série revista desde 1T12.

2 - Série revista desde 1T14.

3 - Série revista desde 1T11.

2.3.1. Abertura das Realocações

Neste capítulo são demonstrados os ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário para a obtenção da DRE com Realocações. Tais ajustes têm por objetivo:

- a) segregar os itens extraordinários e apresentar o lucro líquido ajustado do período;
- b) alterar a disposição dos itens de receitas e despesas, para possibilitar um melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa;
- c) permitir que a Margem Financeira Bruta (MFB) registrada no período reflita, efetivamente, o ganho de todos os ativos rentáveis, buscando informar ao mercado qual é o *spread* obtido pela divisão dessa margem pelo saldo médio dos ativos rentáveis. Para tal foi necessário:
 - I - Integrar, na MFB, as rendas com características de intermediação financeira contabilizadas em outras receitas operacionais provenientes de ativos rentáveis registrados no grupamento de outros créditos do balanço patrimonial;
 - II - Identificar, em item específico dentro da MFB, o ganho (perda) cambial sobre os ativos e passivos no exterior;
 - III - Manter na MFB valores relativos a reajustes cambiais negativos e reversão de despesas que foram contabilizados em outras receitas / despesas operacionais para evitar inversão de saldo de rubricas, cujas naturezas são de intermediação financeira;
 - IV - Integrar, na MFB, todas as despesas de captação relativas à emissão de Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.

A seguir apresenta-se o demonstrativo de todas as realocações realizadas no período:

Tabela 30. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários

R\$ milhões						
Item	DE	PARA	EVENTO	1T14	4T14	1T15
1	Op. Venda / Transferência de Ativos Financ.	Operacoes de Credito	Operações de Crédito	172,6	110,3	108,9
2	Outras Receitas Operacionais	Resultado de Operações com TVM	Rendimentos de Aplicações Financeiras	1,4	4,5	18,3
3	Res. de Part. em Coligadas e Controladas	Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Ext.	Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Ext.	(480,2)	598,8	1.707,5
4	Outras Receitas Operacionais	Outras Rec. de Op. c/ Caract. de Int. Fin.	Reajuste Cambial	1.038,9	45,1	117,1
5	Outras Despesas Operacionais	Outras Rec. de Op. c/ Caract. de Int. Fin.	Reajuste Cambial	(733,3)	(19,0)	(137,8)
6	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	(20,6)	42,6	80,7
7	Imposto de Renda e Contribuição Social	Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	(168,8)	349,1	1.306,3
8	Operações de Crédito	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Ajuste de Recuperação/PCLD	180,0	-	-
9	Outras Receitas Operacionais	Previ - Plano de Benefícios 1	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	445,7	228,3	138,9
10	Outras Receitas Operacionais	Previ - Atualização de Fundo Utilização	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	259,8	223,2	444,4
11	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Outras Despesas Operacionais	PCLD sem Caract. de Int. Financeira	(40,8)	(51,3)	50,0
12	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Despesa de Amortização de Ágio	(230,5)	(244,3)	(271,0)
13	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Despesa de Amortização do Banco Postal	(396,6)	-	-
14	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Verba de Relacionamento Negocial	(457,4)	(484,5)	(494,8)
15	Outras Despesas Tributárias	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Despesas Tributárias s/ Faturamento	(915,0)	(1.235,1)	(1.723,9)
16	Outras Receitas Operacionais	Demandas Cíveis	Reversão de Passivos Contingentes	20,0	18,9	16,0
17	Outras Despesas Operacionais	Demandas Cíveis	Despesas de Demandas Judiciais	(636,6)	(501,5)	(955,9)
18	Outras Receitas Operacionais	Demandas Trabalhistas	Reversão de Passivos Trabalhistas	488,1	223,4	155,4
19	Despesas de Pessoal	Demandas Trabalhistas	Provisão para Demandas Trabalhistas	(200,4)	(300,6)	(319,3)
20	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Eficiência Tributária	Eficiência Tributária	260,0	-	-
21	Outras Despesas Tributárias	Resultado Não Realizado - Cateno	Crédito Tributário s/ Resultado Não Realizado - Cateno	-	-	535,0
22	Imposto de Renda e Contribuição Social	Resultado Não Realizado - Cateno	Crédito Tributário s/ Resultado Não Realizado - Cateno	-	-	1.791,2
23	Operações de Captação no Mercado	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(63,0)	(62,1)	(83,9)
24	Demandas Cíveis	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(280,5)	(324,9)	(104,0)
25	Demandas Cíveis	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	133,0	45,7	(558,3)
26	Demandas Cíveis	Prov. Dem. Legais - Aj. Parâmetros e Políticas de Acordos	Prov. Dem. Legais - Aj. Parâmetros e Políticas de Acordos	(207,7)	-	-
27	Demandas Trabalhistas	Prov. Dem. Legais - Aj. Parâmetros e Políticas de Acordos	Prov. Dem. Legais - Aj. Parâmetros e Políticas de Acordos	592,6	-	-
28	Resul. Finan. das Oper. com Seguridade	BrasilPrev Circular Susep 457/12 e 462/13	BrasilPrev Circular Susep 457/12 e 462/13	-	281,5	-
29	Resul. Operações com Seguridade	BrasilPrev Circular Susep 457/12 e 462/13	BrasilPrev Circular Susep 457/12 e 462/13	-	44,0	-
30	Participações Minoritárias	Efeito BrasilPrev nos Minoritários	Efeito BrasilPrev nos Minoritários	-	(65,1)	-
31	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Efeitos Fiscais e PLR s/ Itens Extraordinários	Pasep/Cofins - Cateno	-	-	(1.070,4)
32	Resultado Não Operacional	Cateno - Gestão de Contas de Pagamentos S.A	Operação Cateno	-	-	5.771,5
33	Resultado Não Realizado - Cateno	Cateno - Gestão de Contas de Pagamentos S.A	Operação Cateno	-	-	5.800,5
34	Imposto de Renda e Contribuição Social	Efeitos Fiscais e PLR s/ Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e PLR s/ Itens Extraordinários	(160,8)	(2,0)	279,0
35	Imposto de Renda e Contribuição Social	Efeitos Fiscais e PLR s/ Itens Extraordinários	Operação Cateno	-	-	(3.570,5)
36	Participações Estatutárias no Lucro	Efeitos Fiscais e PLR s/ Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e PLR s/ Itens Extraordinários	(32,5)	21,9	(196,4)

2.3.2. Glossário de Realocações

- (1) Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
- (2) Receitas de aplicações financeiras de empresas do segmento de Meios de Pagamentos.
- (3) Corresponde ao resultado das variações cambiais sobre o investimento em subsidiárias e agências no exterior.
- (4) e (5) Inclui as receitas e despesas financeiras de câmbio.
- (6) e (7) Mecanismo para reduzir os efeitos de variação cambial sobre o resultado.
- (8) Ajuste na recuperação/provisão de operação com grupo empresarial.
- (9) Receitas financeiras oriundas da revisão dos ativos e passivos atuariais da Previ.
- (10) Receitas financeiras oriundas de atualização do Fundo Utilização da Previ.
- (11) Despesas com PCLD para créditos sem característica de intermediação financeira.
- (12) Despesas provenientes de amortização de ágio de investimentos e intangível (Banco Nossa Caixa).
- (13) Despesa de amortização do ativo intangível relacionado ao Banco Postal.
- (14) Parcela da verba de relacionamento comercial contabilizada em outras despesas administrativas.
- (15) Despesas tributárias realocadas para compor a margem de contribuição.
- (16) Reversão de saldos que, por força do plano de contas do Bacen (Cosif), não pôde ser contabilizada em Outras Despesas Administrativas na DRE societária.
- (17) Despesas provenientes de demandas cíveis.
- (18) Reversão de saldos que, por força do plano de contas do Bacen (Cosif), não pôde ser contabilizada em Despesas de Pessoal na DRE societária.
- (19) Despesas provenientes de demandas trabalhistas.
- (20) Receita referente à eficiência tributária gerada pelo Banco do Brasil em revisão periódica da base fiscal.
- (21) e (22) Crédito tributário referente a Resultado Não Realizado na operação Cateno.
- (23) e (24) Despesas com provisão proveniente de ações judiciais referentes aos planos econômicos.
- (25) Provisão extraordinária com demandas contingentes.
- (26) e (27) Provisão Demandas Legais - Ajuste de Parâmetros e Políticas de Acordos.
- (28) Resultado Financeiro da adequação de passivos da BrasilPrev em cumprimento à Circular Susep nº 457/12 e nº 462/13.
- (29) Adequação de passivos da BrasilPrev em cumprimento à Circular Susep nº 457/12 e nº 462/13.
- (30) Participação minoritária sobre o resultado financeiro da BB Seguridade, referente ao resultado financeiro da adequação de passivos da BrasilPrev.
- (31) Despesas de Pasep/Cofins ocorridas na operação Cateno.
- (32) Resultado Não Operacional ocorrido na operação Cateno.
- (33) Resultado Não Realizado ocorrido na operação Cateno.
- (34) e (36) Segregação dos efeitos de itens extraordinários do período sobre o pagamento de Participações nos Lucros e Resultados (PLR), e a unificação dos efeitos desses itens sobre os impostos (IR e CSLL). A tabela a seguir demonstra isoladamente o efeito de cada item extraordinário nos impostos e na PLR.
- (35) Despesas de IR e CS ocorridas na operação Cateno.

Tabela 31. Efeitos Fiscais e Participação nos Lucros e Resultados sobre Itens Extraordinários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Planos Econômicos	151	170	83	(45,4)	(51,3)
Eficiência Tributária	(116)	-	-	-	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	(59)	(20)	245	-	-
Prov. Demandas Legais - Aj. de Par. e Pol. de Acordos	(170)	-	-	-	-
BrasilPrev Circular Susep 457/12 e 462/13	-	(130)	-	-	-
Cateno - Gestão de Contas de Pagamentos S.A	-	-	(4.886)	-	-
Total	(193)	20	(4.558)	-	-

2.4. Receitas e Despesas Operacionais Totais

A seguir é apresentada tabela com o reagrupamento das receitas e das despesas da DRE com Realocações, com objetivo de evidenciar o percentual de consumo das despesas operacionais totais em relação ao total de receitas.

Tabela 32. Receitas e Despesas Operacionais Totais

R\$ milhões	Saldos					
	1T14	Part. %	4T14	Part. %	1T15	Part. %
Receitas Operacionais Totais	17.860	100,0	20.416	100,0	20.848	100,0
Margem Financeira Bruta	11.882	66,5	13.482	66,0	13.978	67,0
Rendas de Tarifas	5.741	32,1	6.797	33,3	6.309	30,3
Res. de Oper. com Seg., Previd. e Capitaliz.	952	5,3	1.146	5,6	1.153	5,5
Result. Partic. em Coligadas e Controladas	(38)	(0,2)	4	0,0	0	0,0
Outras Receitas Operacionais	1.770	9,9	2.116	10,4	2.250	10,8
Previ - Plano de Benefícios 1	446	2,5	228	1,1	139	0,7
Previ - Atualização de Fundo Utilização	260	1,5	223	1,1	444	2,1
Outras Despesas Operacionais	(3.152)	(17,6)	(3.581)	(17,5)	(3.426)	(16,4)
Despesas Operacionais Totais	(13.730)	(76,9)	(15.595)	(76,4)	(16.058)	(77,0)
Despesas Administrativas Ampliadas	(8.295)	(46,4)	(8.975)	(44,0)	(8.668)	(41,6)
Despesas Administrativas	(7.729)	(43,3)	(8.694)	(42,6)	(8.226)	(39,5)
Despesas de Pessoal	(4.476)	(25,1)	(4.874)	(23,9)	(4.870)	(23,4)
Outras Despesas Administrativas	(3.253)	(18,2)	(3.820)	(18,7)	(3.356)	(16,1)
Risco Legal	(566)	(3,2)	(281)	(1,4)	(441)	(2,1)
Outras Despesas Tributárias	(94)	(0,5)	(139)	(0,7)	(122)	(0,6)
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.154)	(6,5)	(1.278)	(6,3)	(1.269)	(6,1)
Prov. Créditos de Liquid. Duvidosa	(4.187)	(23,4)	(5.203)	(25,5)	(5.999)	(28,8)
Resultado Operacional	4.130	23,1	4.821	23,6	4.790	23,0
Resultado Não Operacional	98	0,5	27	0,1	(1)	(0,0)
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	4.228	23,7	4.849	23,7	4.789	23,0
Imposto de Renda e Participações no Lucro	(1.469)	(8,2)	(1.444)	(7,1)	(1.359)	(6,5)
Participações Minoritárias	(322)	(1,8)	(384)	(1,9)	(405)	(1,9)
Lucro Líquido Ajustado	2.436	13,6	3.020	14,8	3.025	14,5
Itens Extraordinários	241	1,4	(61)	(0,3)	2.793	13,4
Lucro Líquido	2.678	15,0	2.959	14,5	5.818	27,9

3 - Crédito

O Processo de Crédito do Banco do Brasil

A concessão de crédito no Banco do Brasil é precedida de criteriosa análise, a partir de avançadas metodologias de cálculo de risco de crédito. Essas metodologias foram desenvolvidas pelo BB e seguem as melhores práticas de gestão de riscos.

O risco do cliente reflete a probabilidade do tomador se tornar inadimplente no período de até 1 ano após a análise do risco. Com ele, o Banco do Brasil determina o volume de recursos que está disposto a se expor ao tomador. O risco é calculado utilizando informações internas e externas, além do histórico de relacionamento com o cliente, conforme descrição a seguir.

- I. Informações Cadastrais - análise de informações cadastrais obtidas em fontes internas e externas, inclusive informações restritivas;
- II. Informações Comportamentais no BB - avaliação do endividamento, utilização de produtos de crédito, pontualidade no pagamento e dados de relacionamento com o Banco;
- III. Informações Comportamentais no Sistema Financeiro Nacional (SFN) – análise do endividamento em outras instituições financeiras, da utilização de produtos na concorrência e da pontualidade de pagamento no SFN;
- IV. Metodologias Personalizadas - avaliação de demonstrativos financeiros, das perspectivas do segmento do cliente e demais informações de mercado.

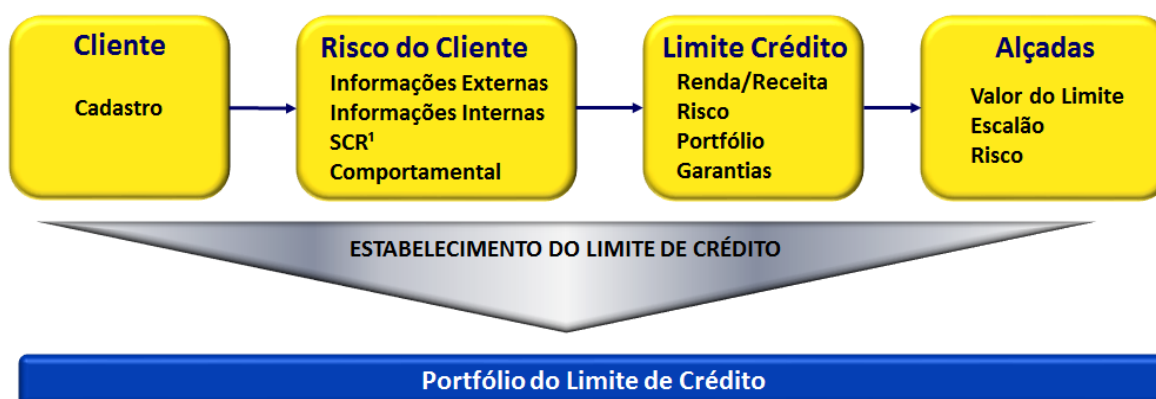
O risco é calculado de forma massificada para clientes pessoas físicas, microempresas e produtores rurais, e de forma personalizada para clientes pessoas jurídicas, entes do setor público, entre outros.

Na análise massificada, o risco de crédito do cliente é calculado automaticamente pelo sistema do Banco, com resultados imediatos para a contratação da operação.

As análises personalizadas são realizadas pelos técnicos do Banco do Brasil e por cálculos de sistemas corporativos. Cabe aos comitês responsáveis a aprovação do risco desses clientes.

O risco do cliente é insumo importante para o estabelecimento do limite de crédito, para a adequada classificação do risco das operações e para o direcionamento de linhas de negócios com o cliente.

Figura 12. Processo de Crédito do Banco do Brasil



1 - SCR: Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil.

3.1. Carteira de Crédito

Para melhor entendimento das operações de crédito do BB, a seguir são apresentados os conceitos referentes à carteira de crédito. As informações apresentadas nesse capítulo são segmentadas em pessoa física, pessoa jurídica e agronegócios.

a) Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

b) Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias, onde:

b.1) TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

b.2) Garantias: são operações onde o BB assegura a liquidação financeira dos contratos.

Tabela 33. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Carteira de Crédito Classificada (a)	631.617	100,0	687.911	100,0	700.825	100,0	11,0	1,9
País	582.588	92,2	633.742	92,1	637.931	91,0	9,5	0,7
Pessoa Física	169.604	26,9	179.225	26,1	181.426	25,9	7,0	1,2
CDC Consignação	62.195	9,8	64.245	9,3	64.720	9,2	4,1	0,7
CDC Salário	18.094	2,9	16.836	2,4	17.631	2,5	(2,6)	4,7
Empréstimo Pessoal	5.722	0,9	5.826	0,8	6.008	0,9	5,0	3,1
Financiamento de Veículos	34.647	5,5	32.768	4,8	32.357	4,6	(6,6)	(1,3)
Financiamento Imobiliário	20.886	3,3	28.487	4,1	30.386	4,3	45,5	6,7
Cartão de Crédito	19.526	3,1	22.665	3,3	21.889	3,1	12,1	(3,4)
Cheque Especial	2.784	0,4	2.298	0,3	2.550	0,4	(8,4)	11,0
Demais	5.750	0,9	6.100	0,9	5.885	0,8	2,3	(3,5)
Pessoa Jurídica	263.719	41,8	290.877	42,3	293.986	41,9	11,5	1,1
MPE	100.218	15,9	102.220	14,9	100.362	14,3	0,1	(1,8)
Governos	20.389	3,2	29.123	4,2	33.398	4,8	63,8	14,7
Médias e Grandes	143.113	22,7	159.535	23,2	160.226	22,9	12,0	0,4
Agronegócio	149.265	23,6	163.640	23,8	162.519	23,2	8,9	(0,7)
Pessoa Física	99.669	15,8	116.851	17,0	117.806	16,8	18,2	0,8
Pessoa Jurídica	49.596	7,9	46.789	6,8	44.713	6,4	(9,8)	(4,4)
Exterior	49.029	7,8	54.169	7,9	62.893	9,0	28,3	16,1
TVM Privados e Garantias (b)	67.904		72.961		76.072		12,0	4,3
Carteira de Crédito Ampliada (a + b)	699.521	100,0	760.872	100,0	776.897	100,0	11,1	2,1
País	643.363	92,0	698.728	91,8	704.422	90,7	9,5	0,8
Pessoa Física	169.926	24,3	179.722	23,6	182.034	23,4	7,1	1,3
Pessoa Jurídica	323.480	46,2	354.104	46,5	358.970	46,2	11,0	1,4
Agronegócio	149.957	21,4	164.902	21,7	163.418	21,0	9,0	(0,9)
Exterior	56.159	8,0	62.144	8,2	72.476	9,3	29,1	16,6

A tabela a seguir demonstra a participação do BB na carteira de crédito classificada do SFN. Mesmo sem considerar as operações no exterior, TVM privados e as garantias, a participação de mercado do BB é de 20,8%.

Tabela 34. Crédito SFN¹

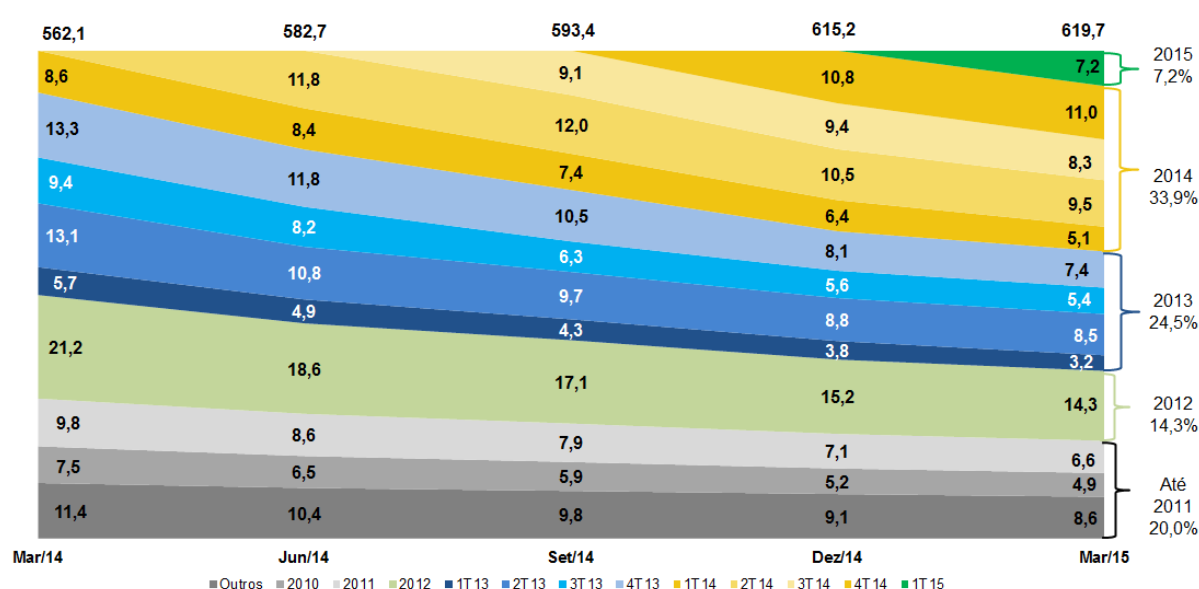
R\$ milhões	Saldos					Var. % s/	
	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15	Mar/14	Dez/14
SFN	2.752.289	2.824.626	2.896.570	3.017.456	3.060.056	11,2	1,4
Pessoa Física	1.277.962	1.321.597	1.357.316	1.412.105	1.438.601	12,6	1,9
Pessoa Jurídica	1.474.327	1.503.029	1.539.254	1.605.351	1.621.455	10,0	1,0
Participação de Mercado BB - %	21,2	21,3	21,1	21,0	20,8		

1 – Séries revistas pelo Bacen.

Na próxima figura, apresenta-se a Carteira de Crédito Classificada País (Sem BV) considerando o período de contratação. Pode ocorrer, em alguns casos, do desembolso do crédito continuar ocorrendo nos trimestres subsequentes à contratação, sendo somado a este.

Considerando a carteira de março/15, 7,2% dos ativos foram contratados no 1T15. Em relação a representatividade dos anos de 2013 e 2014 na carteira encerrada no 1T15, os percentuais foram de 24,5% e 33,9% respectivamente, conforme figura a seguir.

Figura 13. Carteira de Crédito País (Sem BV) por Período de Contratação - % e R\$ bilhões



3.1.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

As tabelas a seguir apresentam as principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas. Ressalta-se que as linhas de crédito consignado e financiamento de veículos incluem o saldo das carteiras de crédito adquiridas com coobrigação.

Tabela 35. Carteira de Crédito Pessoa Física

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Carteira de Crédito Classificada	169.604	99,8	179.225	99,7	181.426	99,7	7,0	1,2
CDC	86.011	50,6	86.907	48,4	88.359	48,5	2,7	1,7
Crédito Consignado	62.195	36,6	64.245	35,7	64.720	35,6	4,1	0,7
Empréstimo Pessoal	5.722	3,4	5.826	3,2	6.008	3,3	5,0	3,1
CDC Salário	18.094	10,6	16.836	9,4	17.631	9,7	(2,6)	4,7
Financiamento de Veículos	34.647	20,4	32.768	18,2	32.357	17,8	(6,6)	(1,3)
Financiamento Imobiliário	20.886	12,3	28.487	15,9	30.386	16,7	45,5	6,7
Cartão de Crédito	19.526	11,5	22.665	12,6	21.889	12,0	12,1	(3,4)
Cheque Especial	2.784	1,6	2.298	1,3	2.550	1,4	(8,4)	11,0
Microcrédito	828	0,5	1.341	0,7	1.110	0,6	34,1	(17,2)
Demais	4.923	2,9	4.760	2,6	4.775	2,6	(3,0)	0,3
TVM Privados e Garantias	322	0,2	497	0,3	607	0,3	88,5	22,2
Carteira de Crédito Ampliada	169.926	100,0	179.722	100,0	182.034	100,0	7,1	1,3

O BB mantém-se entre os líderes de mercado em créditos com menor risco. A participação do BB nas linhas de empréstimos com essa característica é demonstrada a seguir.

Tabela 36. Crédito Pessoa Física – Participação de Mercado³

R\$ milhões	Mar/14			Dez/14			Mar/15		
	BB ¹	SFN	Part. %	BB ¹	SFN	Part. %	BB ¹	SFN	Part. %
Crédito Consignado	62.195	229.591	27,1	64.245	252.185	25,5	64.720	259.032	25,0
Financiamento de Veículos ²	33.865	196.088	17,3	31.821	187.244	17,0	31.420	182.232	17,2
Financiamento Imobiliário	20.886	357.386	5,8	28.487	431.647	6,6	30.386	452.119	6,7

1 – Inclui carteiras de crédito adquiridas com coobrigação segundo Resolução CMN nº 3.533/08.

2 – Apenas carteiras de recursos livres.

3 – Séries revistas pelo Bacen.

As carteiras de crédito adquiridas pelo BB compõem-se de operações de crédito consignado e financiamento de veículos. Destaque para o crescimento de 9,2% na carteira de crédito veículos adquirida na visão anual, chegando a R\$ 13,8 bilhões em março/15. A queda da carteira adquirida

total na visão anual foi motivada pela consolidação e reorganização do setor, especialmente no segmento de crédito consignado.

As operações com coobrigação respondem por mais de 99,0% do total.

Tabela 37. Carteiras Adquiridas¹

R\$ milhões	Saldos					Var. % s/	
	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15	Mar/14	Dez/14
Financiamento a Veículos	12.672	11.623	12.999	13.014	13.842	9,2	6,4
Crédito Consignado	7.042	6.007	4.705	3.514	2.864	(59,3)	(18,5)
Total	19.714	17.629	17.703	16.528	16.706	(15,3)	1,1

1 - Inclui carteiras de crédito adquiridas com coobrigação segundo Resolução CMN 3.533/08.

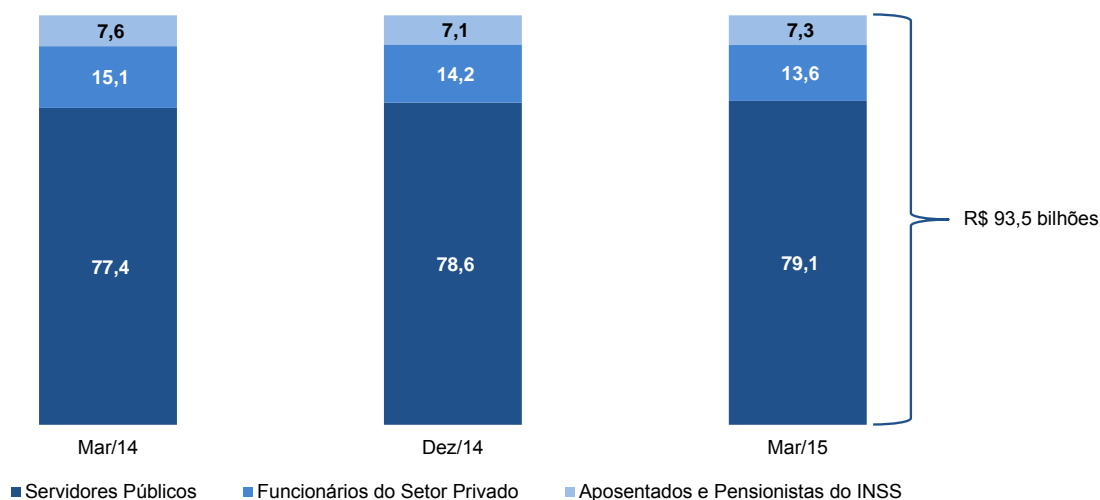
A Carteira de Crédito Classificada Orgânica PF (excluindo-se as carteiras adquiridas e 50% das operações do Banco Votorantim) registrou crescimento de 12,2% em relação a março de 2014. Destaque para as operações de financiamento imobiliário, que apresentaram crescimento de 45,5% em 12 meses e 6,7% na visão trimestral.

Tabela 38. Carteira de Crédito Classificada Orgânica - Pessoa Física

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/	
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Carteira Classificada Orgânica	136.969	100,0	151.087	100,0	153.644	100,0	12,2	1,7
CDC	77.100	56,3	81.478	53,9	83.471	54,3	8,3	2,4
Crédito Consignado	53.301	38,9	58.843	38,9	59.863	39,0	12,3	1,7
Empréstimo Pessoal	5.706	4,2	5.798	3,8	5.976	3,9	4,7	3,1
CDC Salário	18.094	13,2	16.836	11,1	17.631	11,5	(2,6)	4,7
Financiamento Imobiliário	20.886	15,2	28.487	18,9	30.386	19,8	45,5	6,7
Cartão de Crédito	19.096	13,9	22.149	14,7	21.373	13,9	11,9	(3,5)
Financiamento de Veículos	11.352	8,3	10.575	7,0	9.979	6,5	(12,1)	(5,6)
Cheque Especial	2.784	2,0	2.298	1,5	2.550	1,7	(8,4)	11,0
Microcrédito	828	0,6	1.341	0,9	1.110	0,7	34,1	(17,2)
Demais	4.923	3,6	4.760	3,2	4.775	3,1	(3,0)	0,3

Considerando as operações de CDC e de financiamento de veículos, a maioria das operações é realizada com servidores públicos e pensionistas, num total de 86,4%, demonstrando a estabilidade e proteção da carteira orgânica.

Figura 14. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC e Veículos - %



Um dos importantes componentes da metodologia de crédito é o histórico que o Banco do Brasil possui dos seus clientes. Daqueles com operações de crédito no BB, 87,4% possuem conta há pelo menos cinco anos.

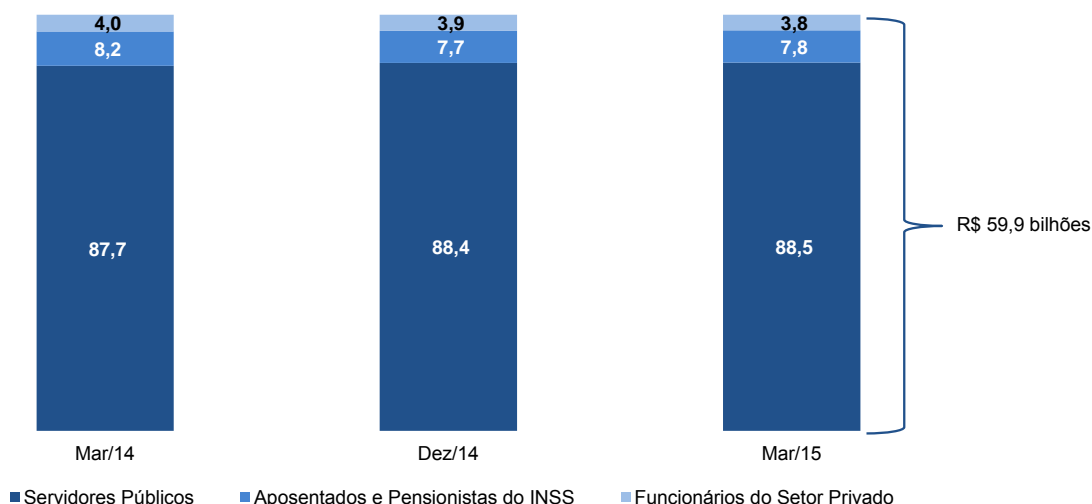
Tabela 39. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito

%	Mar/14	Dez/14	Mar/15
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	1,9	2,0	1,9
Entre 1 a 2 anos	2,6	3,0	3,0
Entre 2 a 5 anos	13,9	7,8	7,8
Entre 5 a 10 anos	15,6	21,0	21,0
Mais de 10 anos	65,9	66,2	66,4

Crédito Consignado

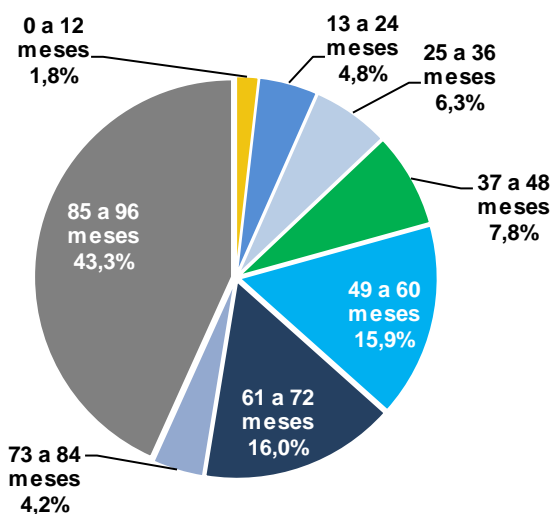
A carteira de crédito consignado no BB é composta, em quase sua totalidade, por operações com clientes servidores públicos e pensionistas, que oferecem menor risco. A tabela abaixo demonstra a composição da carteira.

Figura 15. Composição da Carteira de Crédito Consignada Orgânica %



A maioria das operações de crédito consignado contratadas no Banco do Brasil no 1T15 tem prazo maior do que 60 meses. A característica dos clientes dessa carteira permite o alongamento do prazo e gera fidelização e oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse tempo.

Figura 16. Prazo das Operações Contratadas no 1T15 – Crédito Consignado



Financiamento de Veículos

As operações de veículos originadas nas agências BB totalizaram saldo de R\$ 10,0 bilhões em março/15.

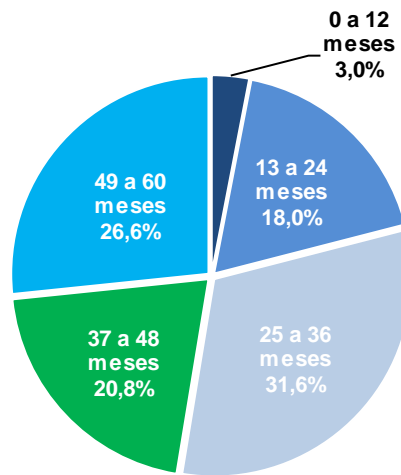
Na tabela a seguir são demonstradas as principais características dos clientes da carteira de financiamento de veículos orgânica do Banco do Brasil. Pode-se constatar que a maioria dos clientes são correntistas há mais de 10 anos, recebem proventos pelo Banco.

Tabela 40. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica

%	Mar/14	Dez/14	Mar/15
Tempo de Relacionamento			
Até 5 anos	18,1	14,2	13,7
Entre 5 a 10 anos	17,9	20,2	20,2
Mais de 10 anos	64,0	65,6	66,1
Proventos			
Recebem Proventos	63,9	59,5	65,4
Não Recebem Proventos	36,1	40,5	34,6

A próxima figura demonstra o prazo das operações de financiamento de veículos contratadas no Banco do Brasil no 1T15. Mais de 73,4% das contratações no trimestre tem prazo de até 48 meses.

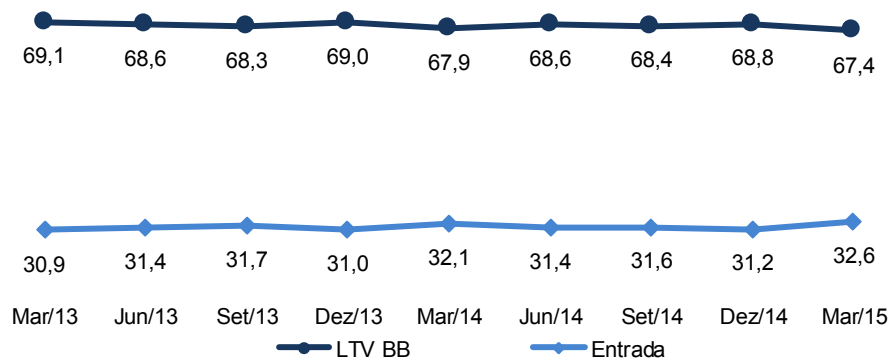
Figura 17. Prazo das Operações Contratadas no 1T15 – Financiamento de Veículos



Na próxima figura, apresenta-se o indicador de percentual financiado de um bem (*Loan-to-Value LTV*). Tal métrica é calculada dividindo o valor financiado pelo valor do bem.

Para a carteira de financiamento de veículos utiliza-se a ponderação pela relevância da operação no total do desembolso trimestral. O percentual do veículo financiado, na visão orgânica, chegou a 67,4% em março/15, menor nível da série de dois anos. Nesse caso, os clientes se comprometem com 32,6% do valor do bem, o que reduz ainda mais a probabilidade de inadimplência.

Figura 18. Percentual Financiado (LTV) e Entrada – Fin. de Veículos Carteira Orgânica



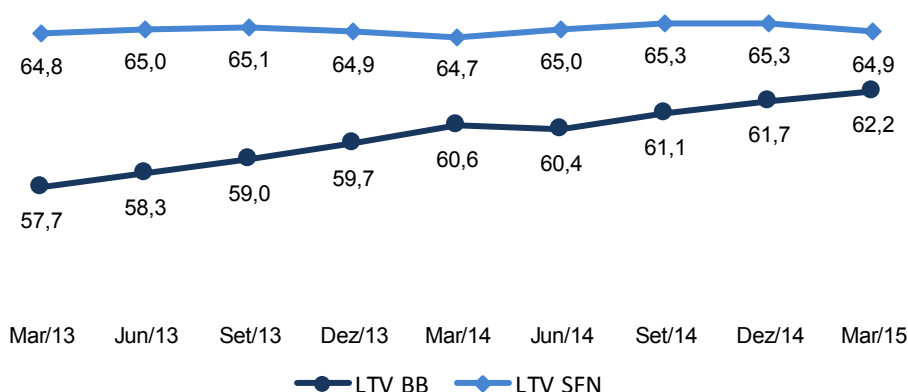
Financiamento Imobiliário

A carteira de crédito imobiliário pessoa física chegou a R\$ 30,4 bilhões em março/15, elevação de 45,5% em relação a março/14 e 6,7% na visão trimestral. Nos últimos 12 meses o crescimento foi de R\$ 9,5 bilhões, confirmando a tendência de ganho de relevância da carteira, que passou de 12,3% para 16,7% na visão classificada. O incremento observado no período foi resultado da estratégia de ampliação de produtos ofertados aos clientes, bem como ganhos de eficiência na análise e liberação de operações.

O BB atingiu a participação de mercado de 6,7% em março/15, aumento de 90 pontos base em relação ao mesmo período do ano passado.

O percentual financiado do imóvel ficou em 62,2%, abaixo do praticado no SFN, que atingiu 64,9%, segundo dados da Abecip¹. Seguindo conceito dessa Associação, a cifra demonstrada considera o estoque da carteira.

Figura 19. Percentual Financiado (LTV) – Financiamento Imobiliário



1 – Fonte: Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança) – Considera operações contratadas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Os dados do BB consideram toda carteira PF. – Posição Fevereiro/15.

A tabela a seguir demonstra o prazo médio e a taxa de juros nas operações com menor risco. Os prazos médios da carteira são calculados ponderando o prazo restante das operações pelo saldo devedor apurado nos fechamentos de balancetes. As taxas também são ponderadas pelo saldo devedor apurado no fechamento do período.

Tabela 41. Taxas e Prazos Médios

	Mar/14	Dez/14	Mar/15
Banco do Brasil			
CDC Veículos			
Taxa Média - % a.m.	1,31	1,42	1,47
Prazo Médio - meses	33	32	31
Financiamento Imobiliário			
Ticket Médio - R\$ mil	112,5	113,4	108,9
Taxa Média - % a.a.	7,81	7,34	7,24
Prazo Médio - meses	332,0	338,0	342,0
Crédito Consignado			
Taxa Média - % a.m.	1,77	1,76	1,77
Prazo Médio - meses	53	58	59
BV - Financiamento de Veículos			
Taxa Média - % a.m.	1,99	1,97	2,05
Prazo Médio - meses	44	44	44

3.1.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

O crescimento da Carteira de Crédito Pessoa Jurídica na comparação trimestral e anual resulta do incremento das operações de capital de giro e investimento. Essas linhas foram influenciadas positivamente pelo volume de contratações de médias e grandes empresas, além do crédito Governo.

As operações com TVM privados e garantias atingiram saldo de R\$ 65,0 bilhões ao final de março de 2015, crescimento de 8,7% em 12 meses. Essas operações são negociadas com empresas de grande porte e historicamente apresentam baixo risco. Já as operações de investimentos, segunda mais relevante da carteira, com participação de 19,0% cresceram 16,6% na visão anual.

Tabela 42. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Carteira de Crédito Classificada	263.719	81,5	290.877	82,1	293.986	81,9	11,5	1,1
Capital de Giro	139.197	43,0	150.202	42,4	153.172	42,7	10,0	2,0
Investimento	58.395	18,1	66.894	18,9	68.066	19,0	16,6	1,8
Recebíveis	17.367	5,4	17.105	4,8	14.490	4,0	(16,6)	(15,3)
Cartão de Crédito	14.108	4,4	15.014	4,2	15.441	4,3	9,5	2,8
ACC/ACE	11.408	3,5	12.833	3,6	12.969	3,6	13,7	1,1
Crédito Imobiliário	6.636	2,1	10.276	2,9	10.649	3,0	60,5	3,6
Conta Garantida	3.953	1,2	4.059	1,1	3.938	1,1	(0,4)	(3,0)
BNDES Exim	3.678	1,1	4.003	1,1	3.908	1,1	6,3	(2,4)
Cheque Especial	296	0,1	317	0,1	392	0,1	32,6	23,6
Demais	8.681	2,7	10.172	2,9	10.960	3,1	26,3	7,7
TVM Privados e Garantias	59.761	18,5	63.227	17,9	64.984	18,1	8,7	2,8
Carteira de Crédito Ampliada	323.480	100,0	354.104	100,0	358.970	100,0	11,0	1,4

A distribuição da carteira pessoa jurídica do Banco do Brasil, considerando a visão ampliada, é apresentada na tabela a seguir. As Médias e Grandes Empresas (com TVM) representam 62,7% do portfólio, enquanto a linha de Governo representa 9,3% e a carteira MPE 28,0% em março/2015.

Tabela 43. Distribuição da Carteira Pessoa Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Médias e Grandes Empresas	202.874	62,7	222.762	62,9	225.210	62,7	11,0	1,1
MPE	100.218	31,0	102.220	28,9	100.362	28,0	0,1	(1,8)
Governo	20.389	6,3	29.123	8,2	33.398	9,3	63,8	14,7
Carteira de Crédito Ampliada	323.480	100,0	354.104	100,0	358.970	100,0	11,0	1,4

Crédito para Comércio Exterior

O Banco do Brasil é o principal parceiro do comércio internacional brasileiro, encerrando o 1T15 com participação de mercado de 26,4% e 19,1% em operações de câmbio exportação e importação, respectivamente. Com liderança nas operações de ACC/ACE, o BB encerrou o trimestre com 24,5% de participação neste mercado.

Tabela 44. Câmbio de Exportação e Importação

	Saldos					Var. % s/	
	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	1T14	4T14
Câmbio Exportação							
Volume Contratado (US\$ milhões)	14.077	18.826	15.043	14.258	11.432	(18,8)	(19,8)
Participação de Mercado - %	26,5	30,3	26,3	27,2	26,4	(0,2)	(2,7)
Câmbio Importação							
Volume Contratado (US\$ milhões)	12.650	13.696	12.498	12.380	8.042	(36,4)	(35,0)
Participação de Mercado - %	23,9	23,7	22,3	24,1	19,1	(20,1)	(20,7)

Tabela 45. ACC/ACE

	Saldos					Var. % s/	
	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	1T14	4T14
Volume Contratado (US\$ milhões)	2.346	2.834	2.612	2.483	2.042	(13,0)	(17,7)
Quantidade de Contratos	2.943	3.462	3.249	3.121	2.253	(23,4)	(27,8)
Volume Médio por Contrato (US\$ mil)	797	819	804	795	906	13,7	13,9

Crédito para Investimentos

Os desembolsos para investimentos realizados pelo Banco do Brasil atingiram o montante de R\$ 14,6 bilhões no 1T15, aumento de 18,5% em relação a 1T14. Na linha “Demais Investimentos”, que ganhou relevância na carteira, destaque para o produto de Financiamento de Infraestrutura de Transportes.

O gráfico a seguir apresenta a participação das linhas de repasse nos desembolsos para investimentos.

Figura 20. Participação das Linhas de Repasse nos Desembolsos - %



Crédito para Governo

No segmento governo, o BB vem ampliando a sua atuação como parceiro no financiamento a programas de investimento em infraestrutura, aproveitando a margem aprovada pelo Tesouro Nacional no Programa de Ajuste Fiscal dos Estados, que autoriza a contratação de novas operações de crédito para financiar investimentos.

No 1T15, o Banco do Brasil contratou cerca de R\$ 567,8 milhões em operações com Estados, visando financiar a execução de programas de investimentos constantes do plano plurianual e ações em infraestrutura, turismo, saúde, educação e segurança, aquisição de transportes escolares, máquinas, equipamentos e melhoria na gestão pública. e leis orçamentárias desses entes. Dessas operações foram desembolsados mais de R\$ 283,8 milhões no trimestre.

Segundo a Circular nº 3.644/2013, artigo 37, do Banco Central do Brasil, deve ser aplicado Fator de Ponderação de Risco (FPR) de 0% à parcela de exposição coberta por operações de crédito com garantias prestadas pelo Tesouro Nacional, não havendo assim, comprometimento de capital.

Crédito para Micro e Pequenas Empresas

O Banco do Brasil mantém seu posicionamento de “Banco da Micro e Pequena Empresa”, reforçando sua atuação como principal parceiro desse segmento. Ao final do 1T15, o BB possuía 2,3 milhões de clientes MPE.

Do saldo dessa carteira, 94,5% estão aplicados junto aos correntistas com tempo de relacionamento superior a dois anos.

Tabela 46. Tempo de Relacionamento dos Clientes - % do Saldo da Carteira MPE

%	Mar/14	Dez/14	Mar/15
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	1,8	1,2	0,7
De 1 a 2 anos	5,2	5,2	4,8
De 2 a 5 anos	25,1	21,8	22,0
Entre 5 a 10 anos	29,5	32,7	33,0
Mais de 10 anos	38,5	39,0	39,4

O saldo das operações para MPE em março de 2015 foi de R\$ 100,4 bilhões, crescimento de R\$ 144 milhões em um ano. Enquadram-se como clientes no segmento MPE as empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 25 milhões.

As tabelas a seguir apresentam os principais detalhamentos dos saldos aplicados junto ao segmento MPE.

Tabela 47. Crédito MPE por Setor de Atividade

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Comércio	41.082	41,0	43.010	42,1	41.850	41,7	1,9	(2,7)
Serviço	29.148	29,1	30.905	30,2	31.088	31,0	6,7	0,6
Indústria	29.989	29,9	28.305	27,7	27.423	27,3	(8,6)	(3,1)
Total	100.218	100,0	102.220	100,0	100.362	100,0	0,1	(1,8)

Tabela 48. Produtos de Crédito - MPE

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Capital de Giro	64.502	64,4	64.616	63,2	63.006	62,8	(2,3)	(2,5)
Investimento	33.605	33,5	35.537	34,8	35.201	35,1	4,7	(0,9)
Comércio Exterior	2.112	2,1	2.067	2,0	2.155	2,1	2,1	4,3
Total	100.218	100,0	102.220	100,0	100.362	100,0	0,1	(1,8)

Nas operações de capital de giro e de financiamento de investimentos com micro e pequenas empresas, o Banco do Brasil utiliza amplamente o Fundo de Garantia de Operações (FGO) como forma de mitigar os riscos de crédito das operações, ampliar o volume da carteira e facilitar o acesso ao crédito para MPE.

O Banco do Brasil é administrador e cotista do FGO, fundo com natureza privada e cujo patrimônio é formado pela integralização de cotas pelo Tesouro Nacional e outros agentes financeiros.

As garantias prestadas pelo FGO nas operações de empréstimos e financiamentos complementam em até 80% as garantias exigidas das pessoas jurídicas em empréstimos e financiamentos bancários, em especial às de micro e pequeno porte.

Ao final de março de 2015, haviam 460,6 mil operações com cobertura do Fundo, totalizando o saldo aplicado de R\$ 21,3 bilhões, o que representa crescimento de 14,9% em relação ao saldo aplicado em março de 2014. Ao final de março/15, as operações garantidas por esse Fundo representavam 36,2% dos desembolsos observados nas linhas de giro e investimento, que admitem a vinculação dessa garantia.

Outro importante mecanismo para viabilizar a contratação de operações de financiamentos de investimentos é o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). O Fampe complementa em até 80% o valor das garantias necessárias à realização de operações com micro e pequenas empresas.

Ao final do 1T15, o saldo devedor das operações garantidas pelos fundos garantidores atingiu R\$ 25,0 bilhões, representando 24,9% do portfólio.

A participação dos fundos, em relação à carteira MPE, pode ser observada a seguir:

Tabela 49. Fundos Garantidores de Crédito – FGO e FAMPE

R\$ bilhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Total	22,1	22,0	25,2	24,7	25,0	24,9	13,3	(0,8)
FGO	18,6	18,5	21,4	20,9	21,3	21,3	14,9	(0,2)
FAMPE	3,5	3,5	3,8	3,7	3,7	3,7	4,9	(4,2)
Carteira de Crédito MPE	100.218	100,0	102.220	100,0	100.362	100,0	0,1	(1,8)

3.1.3. Carteira de Crédito de Agronegócios

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, tendo fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento do País.

O Brasil é um dos principais exportadores do agronegócio mundial, com destaque para a posição que ocupa na produção, exportações e comércio das principais cadeias produtivas agropecuárias.

Tabela 50. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial em março/15

Item	Produção	Exportação	% Comércio Mundial
Suco de Laranja	1º	1º	77,1%
Açúcar	1º	1º	44,7%
Complexo de Soja	2º	2º	39,1%
Carne de Frango	2º	2º	35,0%
Café	1º	1º	28,0%
Carne Bovina	2º	1º	22,5%
Milho	3º	2º	18,3%
Algodão	5º	5º	5,5%

Fonte: USDA – PSD online.

O protagonismo do agronegócio brasileiro decorre da combinação de fatores relacionados aos recursos naturais disponíveis, tecnologia de ponta, oferta de crédito e competência dos produtores rurais. Todo esse conjunto de atributos faz com que o País tenha uma posição privilegiada no contexto agrícola mundial.

A atividade agropecuária brasileira respeita o calendário agrícola, chamado de ano-safra, que se inicia em julho de cada ano e termina em junho do ano seguinte. Os dados apresentados neste relatório contemplam as informações do terceiro trimestre do ano safra 2014/2015.

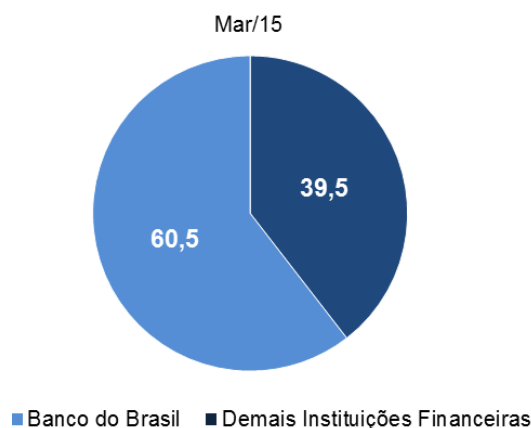
Agronegócio no BB

O Banco do Brasil é um dos principais agentes indutores do desenvolvimento do agronegócio no País alinhado aos critérios estabelecidos para a manutenção da sustentabilidade socioambiental.

Atuando desde o pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais, o Banco financia o custeio da produção e da comercialização de produtos agropecuários, além de estimular os investimentos rurais, tais como armazenamento, beneficiamento, industrialização dos produtos agrícolas e modernização das máquinas e implementos agrícolas.

Apoiando o agronegócio brasileiro em todas as etapas das cadeias produtivas, o Banco do Brasil mantém-se historicamente como o principal agente financeiro do agronegócio brasileiro, contribuindo de forma expressiva para o suprimento da demanda de crédito do segmento. Conforme dados do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o BB detém 60,5% do crédito rural em março de 2015.

Figura 21. Participação do BB no Crédito Rural – %¹



1 – Série revista pelo Banco Central.

A distribuição das operações de agronegócios por região do País mostra a participação de cada uma delas no desempenho do crédito.

Tabela 51. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região

Região	Crédito Rural - %	Agroindustrial - %	Total - %
Sudeste	33,0	96,3	44,9
Sul	34,1	2,5	28,2
Centro-Oeste	22,2	0,5	18,1
Nordeste	6,1	0,3	5,1
Norte	4,6	0,3	3,8

A carteira de agronegócios no conceito ampliado, incluindo operações de CPR e garantias, apresentou crescimento de 9,0% em 12 meses, representando 21,0% de toda a carteira de crédito do BB, na mesma visão.

A tabela a seguir apresenta a destinação da carteira de agronegócio do BB segmentada em linhas de custeio, investimento, comercialização, agroindustrial e demais.

Tabela 52. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Carteira de Crédito Classificada	149.265	99,5	163.640	99,2	162.519	99,4	8,9	(0,7)
Investimento	61.244	40,8	74.768	45,3	77.238	47,3	26,1	3,3
Custeio	45.004	30,0	49.478	30,0	48.179	29,5	7,1	(2,6)
Agroindustrial	35.200	23,5	30.330	18,4	30.394	18,6	(13,7)	0,2
Comercialização	5.672	3,8	6.500	3,9	4.239	2,6	(25,3)	(34,8)
Demais	2.144	1,4	2.565	1,6	2.469	1,5	15,2	(3,7)
Cédula de Produto Rural e Garantias	692	0,5	1.262	0,8	899	0,6	30,1	(28,7)
Carteira de Crédito Ampliada	149.957	100,0	164.902	100,0	163.418	100,0	9,0	(0,9)

A tabela a seguir apresenta a composição da carteira de crédito de agronegócios por programa/linha de crédito.

Destaque para o saldo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que totalizou R\$ 36,8 bilhões em março/15, crescimento de 23,4% frente ao mesmo período do ano anterior. O Pronaf destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor familiar.

Destaque também para a evolução do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) que totalizou R\$ 21,9 bilhões em março/15, crescimento de 23,4% em 12 meses e para o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC), que totalizou R\$ 8,6 bilhões em março/15, crescimento de 46,4% em 12 meses e 7,3% em relação ao trimestre anterior.

Tabela 53. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Carteira de Crédito Classificada	149.265	99,5	163.640	99,2	162.519	99,4	8,9	(0,7)
Crédito Rural	114.065	76,1	133.310	80,8	132.125	80,9	15,8	(0,9)
Pronaf	29.784	19,9	35.983	21,8	36.768	22,5	23,4	2,2
Custeio Agropecuário	27.937	18,6	29.911	18,1	28.804	17,6	3,1	(3,7)
Pronamp	17.765	11,8	22.082	13,4	21.924	13,4	23,4	(0,7)
BNDES/Finame Rural	8.820	5,9	10.249	6,2	10.812	6,6	22,6	5,5
FCO Rural	8.447	5,6	8.825	5,4	8.813	5,4	4,3	(0,1)
Investimento Agropecuário	6.726	4,5	8.324	5,0	8.754	5,4	30,2	5,2
Programa ABC	5.882	3,9	8.024	4,9	8.610	5,3	46,4	7,3
Comercialização Agropecuária	4.511	3,0	5.934	3,6	3.732	2,3	(17,3)	(37,1)
Demais	4.192	2,8	3.978	2,4	3.909	2,4	(6,8)	(1,7)
Crédito Agroindustrial	35.200	23,5	30.330	18,4	30.394	18,6	(13,7)	0,2
Cédula de Produto Rural e Garantias	692	0,5	1.262	0,8	899	0,6	30,1	(28,7)
Carteira de Crédito Ampliada	149.957	100,0	164.902	100,0	163.418	100,0	9,0	(0,9)

A tabela a seguir detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por tipo de item financiado.

Tabela 54. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Carteira de Crédito Classificada	149.265	99,5	163.640	99,2	162.519	99,4	8,9	(0,7)
Bovinocultura	29.266	19,5	32.718	19,8	33.310	20,4	13,8	1,8
Carne	19.606	13,1	21.609	13,1	22.038	13,5	12,4	2,0
Leite	9.660	6,4	11.109	6,7	11.272	6,9	16,7	1,5
Maquinas e Implementos	15.039	10,0	21.972	13,3	22.884	14,0	52,2	4,1
Soja	11.829	7,9	13.679	8,3	13.566	8,3	14,7	(0,8)
Milho	6.290	4,2	5.842	3,5	5.542	3,4	(11,9)	(5,1)
Cana	6.634	4,4	6.973	4,2	5.501	3,4	(17,1)	(21,1)
Avicultura	3.367	2,2	3.887	2,4	3.678	2,3	9,2	(5,4)
Café	4.138	2,8	3.897	2,4	3.492	2,1	(15,6)	(10,4)
Arroz	2.233	1,5	2.201	1,3	2.023	1,2	(9,4)	(8,1)
Suinocultura	2.168	1,4	2.186	1,3	1.911	1,2	(11,9)	(12,6)
Algodao	1.854	1,2	1.423	0,9	1.208	0,7	(34,8)	(15,1)
Outros	31.248	20,8	38.532	23,4	39.011	23,9	24,8	1,2
Crédito Agroindustrial	35.200	23,5	30.330	18,4	30.394	18,6	(13,7)	0,2
Cédula de Produto Rural e Garantias	692	0,5	1.262	0,8	899	0,6	30,1	(28,7)
Carteira de Crédito Ampliada	149.957	100,0	164.902	100,0	163.418	100,0	9,0	(0,9)

A tabela a seguir demonstra o saldo da carteira do agronegócio segregado conforme o porte do cliente.

Tabela 55. Carteira de Agronegócios por Porte do Cliente

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Carteira de Crédito Classificada	149.265	99,5	163.640	99,2	162.519	99,4	8,9	(0,7)
Médio e Grande Produtor	66.826	44,6	77.809	47,2	77.916	47,7	16,6	0,1
Empresas	42.857	28,6	39.218	23,8	37.842	23,2	(11,7)	(3,5)
Pequeno Produtor	32.843	21,9	39.041	23,7	39.890	24,4	21,5	2,2
Cooperativas Agroindustriais	6.740	4,5	7.571	4,6	6.871	4,2	2,0	(9,2)
Cédula de Produto Rural e Garantias	692	0,5	1.262	0,8	899	0,6	30,1	(28,7)
Carteira de Crédito Ampliada	149.957	100,0	164.902	100,0	163.418	100,0	9,0	(0,9)

Na tabela seguinte, é apresentada a distribuição do saldo da carteira de crédito de agronegócios por tipo de personalidade jurídica.

Tabela 56. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Carteira de Crédito Classificada	149.265	99,5	163.640	99,2	162.519	99,4	8,9	(0,7)
Pessoa Física	99.669	66,5	116.851	70,9	117.806	72,1	18,2	0,8
Pessoa Jurídica	49.596	33,1	46.789	28,4	44.713	27,4	(9,8)	(4,4)
Cédula de Produto Rural e Garantias	692	0,5	1.262	0,8	899	0,6	30,1	(28,7)
Carteira de Crédito Ampliada	149.957	100,0	164.902	100,0	163.418	100,0	9,0	(0,9)

Nos financiamentos rurais e agroindustriais o BB utiliza 80,0% de recursos próprios (principalmente depósitos a vista, poupança rural e Letras de Crédito do Agronegócio – LCA). Além destes, o BB também repassa recursos do BNDES, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de Fundos Constitucionais, tais como Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

A seguir, é apresentada a carteira de crédito ampliada de agronegócios por fonte de recursos.

Tabela 57. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos

R\$ milhões	SalDOS					
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %
Poupança Rural	71.849	47,9	84.839	51,4	83.490	51,1
LCA	27.707	18,5	27.830	16,9	28.909	17,7
Depósitos à Vista	20.302	13,5	20.036	12,2	18.360	11,2
FCO	11.231	7,5	12.008	7,3	12.286	7,5
BNDES/FINAME	9.308	6,2	10.736	6,5	11.455	7,0
FAT	594	0,4	286	0,2	244	0,1
Demais ¹	8.965	6,0	9.168	5,6	8.676	5,3
Carteira de Crédito Ampliada	149.957	100,0	164.902	100,0	163.418	100,0

1 - Tesouro Nacional, Funcafé, Cédula de Produto Rural e Garantias.

O Banco do Brasil atua como agente financeiro em operações de crédito rural incentivadas pelo governo e destinadas ao financiamento de ações de interesse público. Essas operações são realizadas com taxas de juros reduzidas ao tomador e o Banco utiliza como *funding* os recursos da Poupança, Depósitos à Vista, FAT, Tesouro Nacional, Funcafé e FCO.

Para tornar essa intermediação viável e cobrir o custo da captação, o risco de crédito, os custos administrativos e tributários e a rentabilidade do Banco, o Tesouro Nacional e o Banco Central podem autorizar os seguintes subsídios:

a) Equalização de Taxas: valor pago pelo Tesouro Nacional que representa uma receita dos bancos para a cobertura dos custos administrativos e tributários, além de garantir a taxa de rentabilidade sobre os recursos aplicados;

b) Fator de Ponderação: é um multiplicador adotado pelo Governo Federal para aplicação dos recursos originários de depósitos à vista e poupança rural. Por meio desse mecanismo, os bancos são autorizados a cumprir uma menor taxa de exigibilidade de aplicação de recursos em crédito rural, possibilitando que o montante liberado seja investido em operações a taxas de mercado, com objetivo de compensar o diferencial de rentabilidade decorrente da baixa taxa de juros paga pelo tomador final nas operações do crédito rural incentivadas pelo governo.

O mecanismo do fator de ponderação reduz as receitas dos bancos com a equalização de taxas, mas permite o aumento das receitas financeiras, pois o resultado gerado na aplicação dos recursos liberados à taxa de mercado reduz a quantidade de recursos que o governo tem que equalizar e permite a compensação proporcional na rentabilidade. No Banco do Brasil, os recursos liberados para o caixa são aplicados à remuneração TMS.

A tabela a seguir mostra o histórico do recebimento de receitas a título de equalização de taxas e fator de ponderação.

Tabela 58. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação

R\$ milhões	SalDOS				
	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Receitas de Equalização	1.203	1.281	1.406	1.565	1.801
Fator de Ponderação	307	434	466	403	442
Total	1.509	1.715	1.872	1.968	2.243

A tabela a seguir evidencia a distribuição dos recursos equalizáveis da carteira de agronegócios do BB.

Tabela 59. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios

R\$ milhões	Saldos		
	Mar/14	Dez/14	Mar/15
Carteira de Crédito Classificada	149.265	163.640	162.519
Recursos Equalizáveis	66.785	82.534	82.729
Custeio	32.745	37.057	36.250
Investimento	31.710	43.663	45.597
Comercialização	2.329	1.815	882
Recursos Não-Equalizáveis	82.480	81.106	79.790
Cédula de Produto Rural e Garantias	692	1.262	899
Carteira de Crédito Ampliada	149.957	164.902	163.418

Nos terceiro trimestre da safra 2014/15, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 57,4 bilhões em operações de crédito rural, evolução de 8,1% em relação ao terceiro trimestre da safra anterior.

Na Agricultura Empresarial foram aplicados R\$ 35,1 bilhões, representando crescimento de 4,0% em relação ao mesmo período da safra 2013/14, enquanto na Agricultura Familiar o desembolso foi de R\$ 12,9 bilhões, 21,0% superior ao alcançado nos nove meses da safra anterior. As operações por meio do Programa Nacional de Apoio aos Médios Produtores Rurais (Pronamp) somaram R\$ 9,4 bilhões, 8,2% maior que o verificado nos novos primeiros meses da safra 2013/14.

A tabela seguinte mostra o comparativo do desembolso da safra 2013/2014 com a de 2014/2015, detalhando a finalidade do crédito, sua destinação e o segmento do cliente.

Tabela 60. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural

R\$ milhões	Safra 13/14 (A)	Safra 14/15 (B)	Var. (%) (B/A)
Agricultura Familiar - Pronaf	10.665	12.907	21,0
Custeio	5.278	5.919	12,2
Investimento	5.388	6.988	29,7
Médios Produtores - Pronamp	8.660	9.373	8,2
Custeio	5.824	6.876	18,1
Investimento	2.836	2.497	(11,9)
Demais Produtores	33.738	35.093	4,0
Custeio/Comercialização	25.455	25.831	1,5
Investimento	8.283	9.262	11,8
Total	53.062	57.373	8,1

Mitigadores de Risco

Desde a safra 2006/07 o Banco do Brasil estimula a contratação de proteção contra intempéries climáticas (Seguro Agrícola ou Proagro) nas operações de custeio agrícola. A estratégia vem sendo disseminada e aperfeiçoada a cada nova safra, inclusive com a oferta massificada de opções e outros mecanismos, tais como o Seguro Faturamento.

A estratégia de mitigação leva em consideração diversas informações das operações demandadas pelos clientes, tais como risco do cliente, cultura a ser financiada, local do financiamento. Essas informações permitem direcionar o mecanismo de proteção (Seguro Agrícola/Proagro ou Opções) mais adequado ao perfil de risco de cada operação.

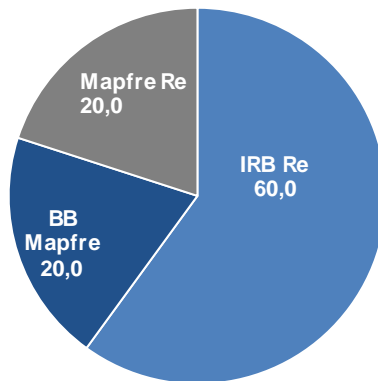
A tabela seguinte mostra o histórico recente de utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola. Os volumes referem-se aos nove primeiros meses de cada safra.

Tabela 61. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola

R\$ milhões	Contratação					
	Safra 12/13	Part. %	Safra 13/14	Part. %	Safra 14/15	Part. %
Custeio Agrícola	16.262	100,0	18.484	100,0	17.634	100,0
Total com Mitigador	8.543	52,5	11.904	64,4	10.110	57,3
Proagro	4.798	29,5	4.809	26,0	5.791	32,8
Seguro Agrícola	3.464	21,3	6.812	36,9	4.188	23,7
Proteção de Preço	281	1,7	283	1,5	131	0,7
Sem Mitigador	7.719	47,5	6.580	35,6	7.524	42,7

Os riscos assumidos em decorrência da contratação de seguro agrícola na safra 2014/2015 foram distribuídos conforme a figura abaixo:

Figura 22. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola - %



3.1.4. Concentração

As tabelas a seguir apresentam o nível de concentração com os clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona. A primeira tabela apresenta a concentração em relação à carteira de crédito classificada e a segunda em relação ao patrimônio de referência.

Tabela 62. 100 Maiores Tomadores em relação à Carteira de Crédito Classificada

R\$ milhões

Período	1º Cliente (%)	Saldos	2º ao 20º (%)	Saldos	21º ao 100º (%)	Saldos	100 maiores (%)	Saldos
Jun/13	2,8	15.922	11,8	67.742	8,6	49.704	23,2	133.368
Set/13	2,9	16.694	11,6	67.669	9,0	52.495	23,4	136.857
Dez/13	3,2	19.647	11,6	72.295	9,0	56.383	23,8	148.325
Mar/14	3,2	20.485	11,5	72.384	9,1	57.669	23,8	150.538
Jun/14	3,1	20.114	10,8	70.172	9,3	60.185	23,2	150.471
Set/14	3,1	20.757	11,7	77.275	9,5	62.729	24,3	160.761
Dez/14	2,9	20.039	11,6	79.759	9,7	66.969	24,2	166.767
Mar/15	3,0	21.322	12,7	89.175	10,0	69.856	25,7	180.352

Tabela 63. 100 Maiores Tomadores em relação ao PR¹

R\$ milhões

Período	1º Cliente (%)	Saldos	2º ao 20º (%)	Saldos	21º ao 100º (%)	Saldos	100 maiores (%)	Saldos
Jun/13	13,5	15.922	57,4	67.742	42,1	49.704	113,0	133.368
Set/13	14,1	16.694	57,2	67.669	44,3	52.495	115,6	136.857
Dez/13	16,6	19.647	61,1	72.295	47,7	56.383	125,4	148.325
Mar/14	18,2	20.485	64,5	72.384	51,4	57.669	134,1	150.538
Jun/14	17,0	20.114	59,4	70.172	51,0	60.185	127,5	150.471
Set/14	16,8	20.757	62,5	77.275	50,7	62.729	129,9	160.761
Dez/14	15,8	20.039	63,0	79.759	52,9	66.969	131,7	166.767
Mar/15	16,6	21.322	69,3	89.175	54,3	69.856	140,1	180.352

1 – Patrimônio de referência utilizado para março/15 foi de R\$ 128.705 milhões, referente ao conglomerado prudencial.

A próxima tabela apresenta a concentração da carteira de crédito PJ e agronegócios PJ, na visão ampliada orgânica.

Cada macrossetor é dividido em diversos segmentos econômicos correlacionados. A carteira é constituída de acordo com o código de atividade principal no cadastro de cada cliente.

Tabela 64. Concentração da Carteira Ampliada Orgânica PJ e Agro PJ por Macrossetor¹

Macrossetor ¹	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Petroleiro	40.968	9,9	41.113	9,2	44.250	9,7	8,0	7,6
Metalurgia e Siderurgia	40.629	9,8	42.130	9,4	43.790	9,6	7,8	3,9
Energia Elétrica	29.206	7,1	36.974	8,3	39.617	8,7	35,7	7,1
Alimentos de Origem Vegetal	35.045	8,5	36.610	8,2	36.090	7,9	3,0	(1,4)
Administração Pública	21.287	5,2	29.634	6,6	34.085	7,5	60,1	15,0
Transportes	24.219	5,9	27.778	6,2	29.908	6,5	23,5	7,7
Automotivo	26.030	6,3	25.921	5,8	26.648	5,8	2,4	2,8
Serviços	25.948	6,3	25.828	5,8	24.753	5,4	(4,6)	(4,2)
Comércio Varejista	18.785	4,5	19.922	4,5	20.858	4,6	11,0	4,7
Imobiliário	16.609	4,0	20.414	4,6	20.545	4,5	23,7	0,6
Atividades Específicas da Construção	15.271	3,7	15.480	3,5	15.332	3,4	0,4	(1,0)
Instituições e Serviços Financeiros	9.689	2,3	13.408	3,0	14.270	3,1	47,3	6,4
Alimentos de Origem Animal	14.359	3,5	14.928	3,3	13.755	3,0	(4,2)	(7,9)
Têxtil e Confecções	12.650	3,1	13.315	3,0	12.696	2,8	0,4	(4,7)
Insumos Agrícolas	10.008	2,4	11.095	2,5	11.274	2,5	12,6	1,6
Papel e Celulose	10.265	2,5	11.076	2,5	11.207	2,5	9,2	1,2
Eletroeletrônico	11.325	2,7	11.727	2,6	10.206	2,2	(9,9)	(13,0)
Químico	9.439	2,3	9.569	2,1	9.415	2,1	(0,3)	(1,6)
Construção Pesada	8.054	1,9	9.442	2,1	9.327	2,0	15,8	(1,2)
Telecomunicações	11.079	2,7	9.664	2,2	9.035	2,0	(18,4)	(6,5)
Comércio Atacadista e Ind. Diversas	7.405	1,8	7.958	1,8	7.598	1,7	2,6	(4,5)
Madeireiro e Moveleiro	6.912	1,7	7.029	1,6	6.963	1,5	0,7	(0,9)
Couro e Calçados	2.901	0,7	3.180	0,7	3.100	0,7	6,9	(2,5)
Bebidas	2.249	0,5	1.753	0,4	1.774	0,4	(21,1)	1,2
Demais Atividades	2.719	0,7	722	0,2	728	0,2	(73,2)	0,8
Total	413.049	100,0	446.666	100,0	457.225	100,0	10,7	2,4
Carteira de Crédito Interna	305.787		330.711		331.550			
Carteira de Crédito Externa	41.792		44.681		51.781			
Garantias	21.934		24.592		27.481			
TVM	43.536		46.682		46.413			
Total	413.049		446.666		457.225			

1 – Em março/15 foi inserida a linha "Instituições e Serviços Financeiros", com impacto na linha "Demais Atividades". Série revista desde março/14.

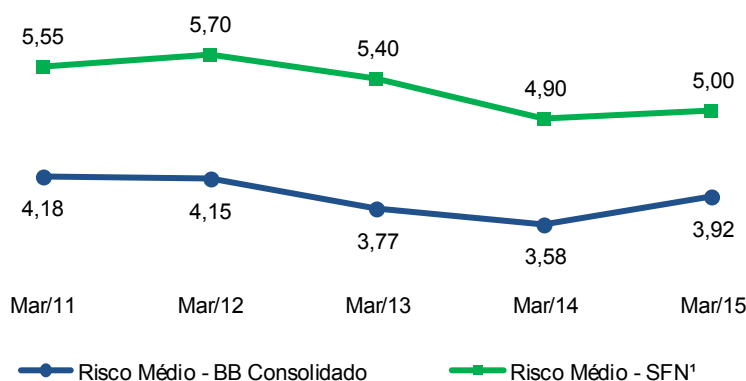
3.2. Qualidade do Crédito

Todas as segmentações do risco da carteira de crédito nesta seção referem-se à Carteira Classificada (Resolução CMN nº 2.682/99), exceto se indicado de outra forma.

O Banco do Brasil mantém um consistente processo de avaliação e acompanhamento do risco de crédito nas operações realizadas com clientes. O principal indicador de qualidade da carteira de crédito é o Risco Médio, que demonstra a relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada.

O gráfico a seguir apresenta a evolução histórica do risco médio da carteira do Banco do Brasil e sua comparação direta com o Sistema Financeiro Nacional (SFN). O patamar continua bastante inferior ao do SFN.

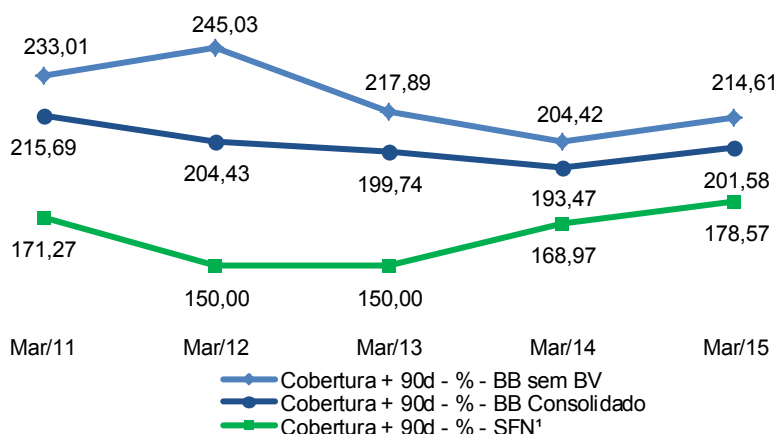
Figura 23. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada



1 – Valor da provisão do SFN foi excluída da Nota à Imprensa do Bacen. Número elaborado através do Índice de Risco Médio, disponível no SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Bacen, com séries revistas em fev/15.

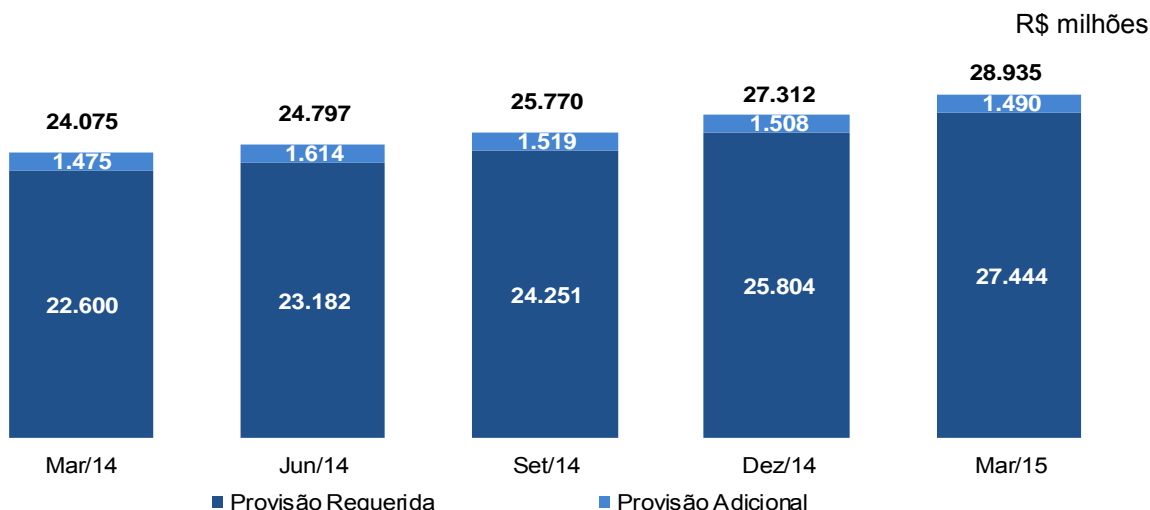
A seguir é apresentado o índice de cobertura das operações em atraso há mais de 90 dias, que exprime a relação entre o saldo total de provisão (requerida mais adicional) e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias. Os níveis atuais de provisão permitem ao Banco registrar índice de cobertura de 201,58%, percentual superior ao registrado pelo SFN. É válido ressaltar que o Banco possui níveis de provisões suficientes para suportar eventuais mudanças de cenários, como elevação do nível de inadimplência.

Figura 24. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada



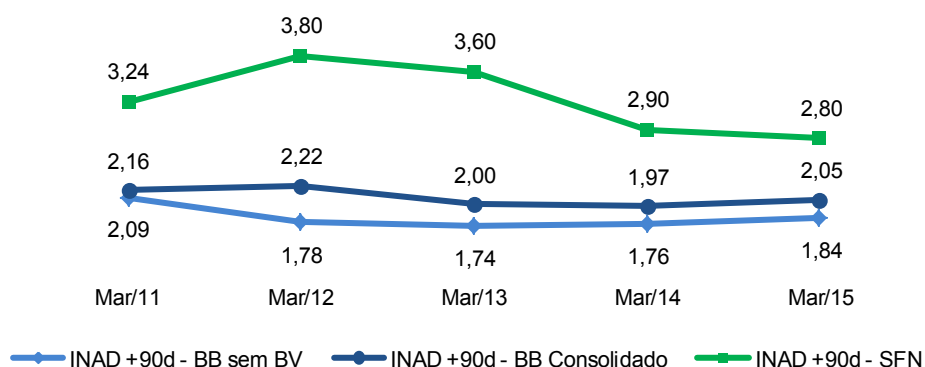
1 – Valor da provisão do SFN foi excluída da Nota à Imprensa do Bacen. Número elaborado através do Índice de Risco Médio, disponível no SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Bacen, com séries revistas em fev/15.

Na figura a seguir, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD é detalhada segregando-se as provisões requerida e adicional. Em março/15, a provisão total apresentou aumento de 20,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Figura 25. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada

Historicamente, o BB apresenta índice de inadimplência inferior ao do SFN, conforme demonstrado na figura a seguir. O índice de inadimplência (INAD +90d) compreende a relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada.

Devido à robusta metodologia de análise e acompanhamento do risco de crédito, o INAD +90d do Banco do Brasil manteve-se praticamente estável nos últimos anos, demonstrando inclusive queda na visão de longo prazo.

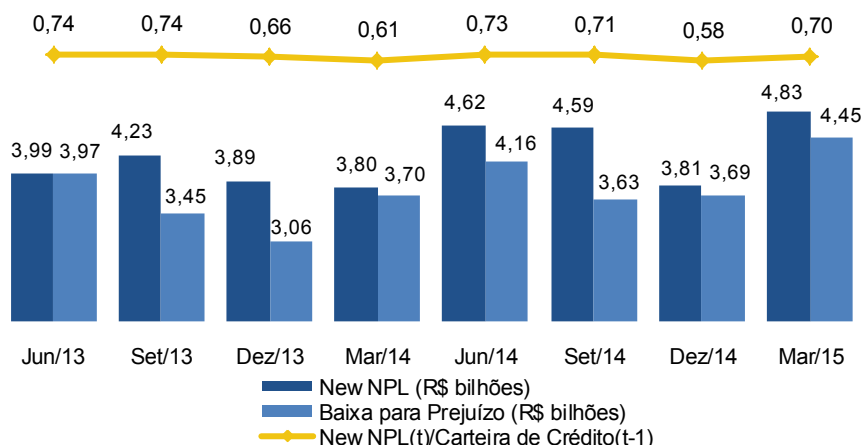
Figura 26. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada

No gráfico a seguir é possível observar o indicador New NPL/Carteira de Crédito que representa uma tendência da futura inadimplência. O indicador é apurado pela relação entre: (i) a variação trimestral do saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, acrescida das baixas para prejuízo efetuadas no trimestre; e (ii) o saldo da carteira de crédito classificada do trimestre imediatamente anterior.

É válido ressaltar que as baixas de operações para prejuízo seguem rigorosamente as determinações da Resolução CMN nº 2.682/99. As operações classificadas em risco H são contabilizadas como perdas somente depois de decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco e com mais de 180 dias de atraso, não sendo admitido o registro em período inferior.

O índice de março/15 apresenta estabilidade em relação à média do período observado.

Figura 27. New NPL e Baixa para Prejuízo – % da Carteira de Crédito Classificada



Os resultados alcançados com a gestão do risco da carteira de crédito, aliados ao baixo índice de inadimplência e elevado histórico de cobertura da PCLD, têm permitido o contínuo aprimoramento das metodologias de classificação de risco das operações de crédito do Banco. Esse aperfeiçoamento permitiu ao Banco do Brasil atingir uma concentração de 94,1% das operações no risco AA-C.

Em Fev/15 o Banco Central descontinuou a divulgação dos níveis de risco do SFN.

Tabela 65. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco

R\$ milhões	Mar/14			Dez/14			Mar/15		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	351.412	-	55,6	395.935	-	57,6	397.802	-	56,8
A	103.199	516	16,3	104.323	522	15,2	106.003	530	15,1
B	118.954	1.190	18,8	125.117	1.251	18,2	122.886	1.229	17,5
C	25.928	778	4,1	26.149	784	3,8	33.094	993	4,7
D	4.391	439	0,7	3.860	386	0,6	5.551	555	0,8
E	8.021	2.406	1,3	9.729	2.919	1,4	11.576	3.473	1,7
F	3.351	1.675	0,5	3.716	1.858	0,5	4.406	2.203	0,6
G	2.554	1.788	0,4	3.332	2.332	0,5	3.485	2.439	0,5
H	13.808	13.808	2,2	15.752	15.752	2,3	16.022	16.022	2,3
Total	631.617	22.600	100,0	687.911	25.804	100,0	700.825	27.444	100,0
AA-C	599.493	2.483	94,9	651.523	2.557	94,7	659.785	2.752	94,1
D-H	32.124	20.117	5,1	36.388	23.246	5,3	41.040	24.693	5,9

Na próxima tabela são demonstrados os movimentos da PCLD na visão anual, trimestral, a carteira classificada média e os indicadores de despesa sobre a carteira.

Tabela 66. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada – BB e BB sem BV

R\$ milhões, exceto quando indicado	Saldos				Var. %		
	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Despesas de PCLD 12 meses							
(A) BB	(16.496)	(16.851)	(17.510)	(18.531)	(20.343)	23,3	9,8
(B) BB sem BV	(14.370)	(14.873)	(15.703)	(17.105)	(18.974)	32,0	10,9
Despesas de PCLD Trimestral							
(C) BB	(4.187)	(4.570)	(4.571)	(5.203)	(5.999)	43,3	15,3
(D) BB sem BV	(3.785)	(4.186)	(4.266)	(4.867)	(5.655)	49,4	16,2
Média da Carteira Classificada							
(E) BB - 12 meses	587.493	610.581	628.665	648.265	663.951	13,0	2,4
(F) BB - 3 meses	626.037	640.167	653.417	673.270	691.089	10,4	2,6
(G) BB sem BV - 3 meses	604.875	619.860	633.782	654.274	672.575	11,2	2,8
Índices de PCLD - %							
(A/E) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 12M	2,81	2,76	2,79	2,86	3,06	-	-
(C/F) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 3M	0,67	0,71	0,70	0,77	0,87	-	-
(D/G) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB sem BV 3M	0,63	0,68	0,67	0,74	0,84	-	-

A tabela a seguir demonstra o impacto da recuperação de crédito nas despesas de PCLD. É válido lembrar que apenas os créditos recuperados parceladamente sensibilizam as provisões.

Tabela 67. Despesas de PCLD Líquidas de Recuperação de Crédito Parcelada

R\$ milhões	Saldos				Var. %		
	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Despesas de PCLD - Trimestral	(4.187)	(4.570)	(4.571)	(5.203)	(5.999)	43,3	15,3
Despesas de PCLD - 12 meses	(16.496)	(16.851)	(17.510)	(18.531)	(20.343)	23,3	9,8
Recup. de Crédito Parcelada - Trimestral	250	275	360	328	207	(17,2)	(37,0)
Recup. de Crédito Parcelada - 12 meses	1.208	939	1.140	1.214	1.171	(3,1)	(3,5)
Despesas de PCLD Líquida - Trimestral	(3.937)	(4.295)	(4.210)	(4.875)	(5.792)	47,1	18,8
Despesas de PCLD Líquida - 12 meses	(15.288)	(15.912)	(16.370)	(17.317)	(19.172)	25,4	10,7

A seguir apresentamos resumo dos principais indicadores de gestão do risco de crédito, alguns já mencionados anteriormente.

Tabela 68. Índices de Atraso da Carteira Classificada

R\$ milhões, exceto quando indicado	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Carteira de Crédito Classificada	631.617	649.831	662.670	687.911	700.825
Operações Vencidas + 15 dias	22.318	21.844	22.949	23.486	30.149
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	3,53	3,36	3,46	3,41	4,30
Operações Vencidas + 60 dias	14.946	15.402	16.381	16.274	17.475
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito - %	2,37	2,37	2,47	2,37	2,49
Op. Vencidas + 15-59 dias/Carteira de Crédito - %	1,17	0,99	0,99	1,05	1,81
Op. Vencidas + 90 dias	12.444	12.907	13.860	13.979	14.354
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - %	1,97	1,99	2,09	2,03	2,05
Op. Vencidas + 15-89 dias/Carteira de Crédito - %	1,56	1,38	1,37	1,38	2,25
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - SFN - %	2,90	2,90	2,90	2,70	2,80
Baixa para Prejuízo	3.698	4.156	3.632	3.695	4.451
Recuperação	(809)	(872)	(903)	(1.065)	(923)
Recuperação/Baixa para Prejuízo - %	21,88	20,97	24,86	28,82	20,73
Saldo Perda	2.889	3.284	2.730	2.630	3.528
Saldo Perda/Carteira de Crédito - anualizado - %	1,84	2,04	1,66	1,54	2,03
Provisão (Requerida + Adicional)	24.075	24.797	25.770	27.312	28.935
Provisão/Carteira de Crédito - %	3,81	3,82	3,89	3,97	4,13
Provisão/Op. Vencidas + 15 dias - %	107,87	113,52	112,29	116,29	95,97
Provisão/Op. Vencidas + 60 dias - %	161,07	161,00	157,32	167,82	165,57
Provisão/Op. Vencidas + 90 dias - %	193,47	192,12	185,93	195,37	201,58

3.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito pessoa física, a respectiva movimentação da PCLD e a inadimplência de mais de 90 dias são apresentadas sem considerar as operações da parceria realizada com o BV, ou seja, corresponde a carteira de crédito pessoa física orgânica acrescida da carteira adquirida.

As operações classificadas com nível de risco AA-C representaram 92,4% do total em março/15.

Tabela 69. Carteira de Crédito Classificada PF por Nível de Risco – sem BV

R\$ milhões	Mar/14			Dez/14			Mar/15		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	48.581	-	31,0	52.854	-	31,5	53.112	-	31,2
A	29.566	148	18,9	29.372	147	17,5	34.753	174	20,4
B	51.825	518	33,1	58.145	581	34,7	54.126	541	31,8
C	15.439	463	9,9	15.179	455	9,1	15.491	465	9,1
D	1.759	176	1,1	1.565	156	0,9	1.902	190	1,1
E	2.372	712	1,5	3.210	963	1,9	3.520	1.056	2,1
F	1.260	630	0,8	1.407	704	0,8	1.576	788	0,9
G	674	472	0,4	960	672	0,6	943	660	0,6
H	5.206	5.206	3,3	4.923	4.923	2,9	4.927	4.927	2,9
Total	156.683	8.325	100,0	167.615	8.601	100,0	170.349	8.801	100,0
AA-C	145.411	1.129	92,8	155.550	1.184	92,8	157.481	1.180	92,4
D-H	11.272	7.196	7,2	12.065	7.418	7,2	12.869	7.622	7,6

Tabela 70. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada PF – sem BV

R\$ milhões, exceto quando indicado	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Carteira de Crédito Classificada PF	156.683	159.955	163.324	167.615	170.349
Provisão Inicial	8.402	8.325	8.255	8.501	8.601
1 - Migração de Risco	1.383	1.390	1.486	1.440	1.495
a) Flora de Risco	2.284	2.273	2.545	2.391	2.335
b) Melhora de Risco	(902)	(883)	(1.059)	(950)	(840)
2 - Contratações	156	226	217	230	211
3 - Perdas	(1.315)	(1.268)	(1.136)	(1.190)	(1.205)
Total (1 + 2 + 3)	223	348	567	480	501
Outros Impactos¹	(301)	(418)	(321)	(380)	(302)
Provisão Final	8.325	8.255	8.501	8.601	8.801
Provisão Exigida pela Res. CMN nº 2.682	8.325	8.255	8.501	8.601	8.801
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	1.238	1.197	1.382	1.291	1.405
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	1.238	1.197	1.382	1.291	1.405
Provisão / Carteira - %	5,31	5,16	5,21	5,13	5,17
Fluxo da Provisão / Carteira - %	0,79	0,75	0,85	0,77	0,82
Op. Vencidas +15 dias/Carteira	4,58	4,27	4,32	4,26	4,60
Op. Vencidas +90 dias/Carteira	2,44	2,32	2,39	2,30	2,20

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

Na tabela abaixo é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito do portfólio PF do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio. As linhas apresentadas na tabela a seguir representam 79,0% da carteira orgânica com aquisições PF do Banco. Destaque para a queda de inadimplência nas linhas de CDC Consignação, CDC Salário e Financiamento a Veículos na comparação anual e trimestral.

Tabela 71. Inad. +90d PF – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV

	Mar/14		Dez/14		Mar/15	
	Inad.	Part. %	Inad.	Part. %	Inad.	Part. %
Pessoa Física	2,44	78,7	2,30	78,3	2,20	79,0
CDC Consignação	1,55	38,5	1,50	37,2	1,37	36,8
CDC Salário	2,70	11,5	3,18	10,0	2,59	10,4
Financiamento Imobiliário	0,31	13,3	0,61	17,0	1,02	17,8
Financiamento a Veículos	0,88	15,3	0,87	14,1	0,83	14,0

Acompanhamento por Safras

Nos gráficos seguintes é apresentado o acompanhamento da inadimplência da carteira de crédito de pessoas físicas por safras. Essa metodologia proporciona um detalhamento maior e mais próximo da carteira do que os indicadores tradicionais, permitindo avaliar, ao longo do tempo, como se comporta a inadimplência do conjunto de operações contratadas em determinado período.

Para inadimplência, consideram-se as operações vencidas há mais de 90 dias e, para apuração da Carteira de Crédito Pessoa Física as operações de Cheque Especial e Cartão de Crédito não são contabilizadas.

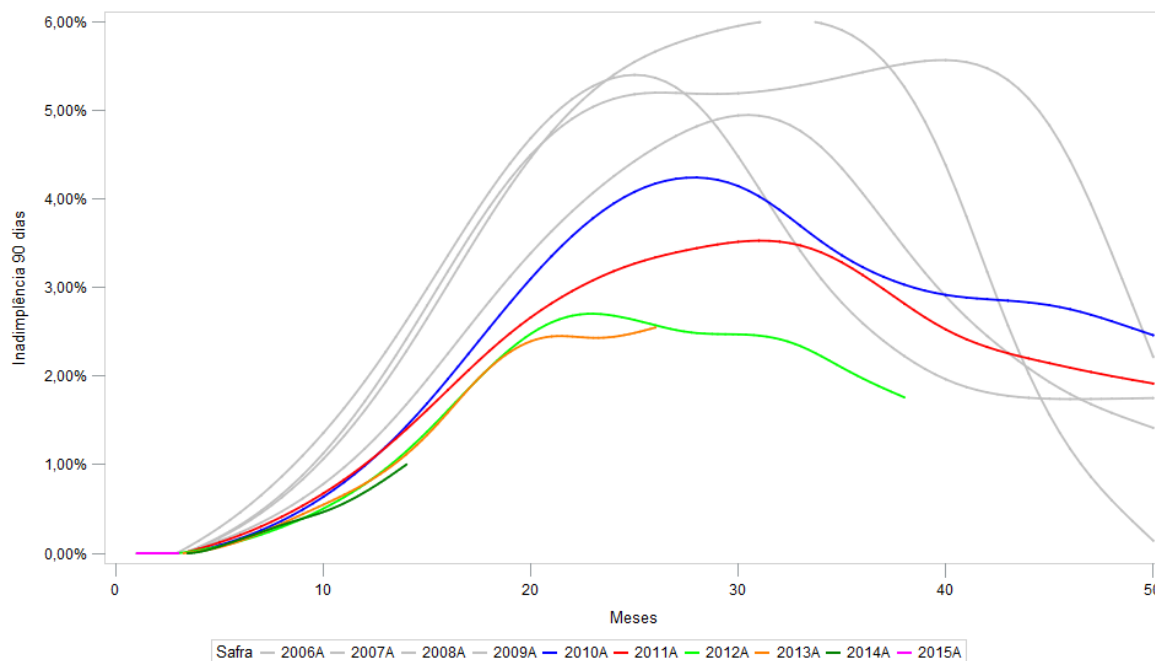
O acompanhamento demonstra, na carteira PF, como as operações mais recentes apresentam uma curva de inadimplência mais favorável do que aquelas contratadas em períodos anteriores. Na carteira de financiamento de veículos, a qualidade das novas safras está em linha com as imediatamente anteriores e melhor do que as mais antigas.

Esses resultados espelham o aperfeiçoamento constante nos modelos de análise, concessão e acompanhamento do crédito. As inflexões apresentadas nas curvas da figura referem-se às cessões de créditos.

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras na periodicidade anual, facilitando a visualização e a interpretação dos dados.

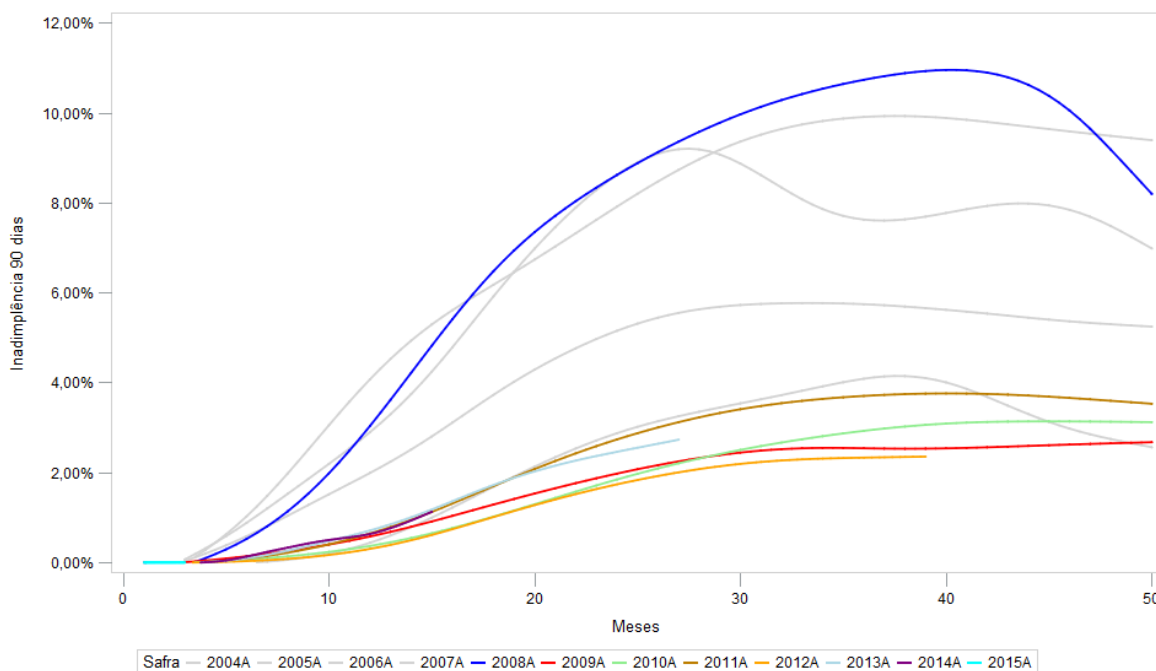
É possível observar que a safra 2014 apresenta melhor desempenho se comparada às safras anteriores.

Figura 28. Vintage Anual – Crédito Pessoa Física



O gráfico abaixo apresenta o detalhamento da carteira própria de financiamento de veículos na visão anual.

Figura 29. Vintage Anual – Carteira Própria de Financiamento de Veículos



3.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito pessoa jurídica e a respectiva movimentação da PCLD são apresentadas sem considerar as operações da parceria realizada com o BV. A participação das operações classificadas nos níveis de risco de AA-C atingiu 94,1% do total da carteira em março/15.

Tabela 72. Carteira de Crédito Classificada PJ por Nível de Risco – sem BV

R\$ milhões	Mar/14			Dez/14			Mar/15		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	183.356	-	71,6	206.573	-	72,8	206.086	-	71,9
A	31.641	158	12,4	31.251	156	11,0	29.898	149	10,4
B	25.711	257	10,0	27.746	278	9,8	27.969	280	9,8
C	4.046	121	1,6	4.004	120	1,4	5.819	175	2,0
D	1.170	117	0,5	1.028	103	0,4	2.354	235	0,8
E	2.279	684	0,9	2.564	769	0,9	3.444	1.033	1,2
F	1.244	622	0,5	1.520	760	0,5	2.017	1.008	0,7
G	962	673	0,4	1.341	939	0,5	1.451	1.016	0,5
H	5.647	5.647	2,2	7.800	7.800	2,7	7.642	7.642	2,7
Total	256.055	8.279	100,0	283.827	10.924	100,0	286.679	11.538	100,0
AA-C	244.754	537	95,6	269.575	554	95,0	269.772	604	94,1
D-H	11.301	7.742	4,4	14.253	10.370	5,0	16.908	10.935	5,9

Tabela 73. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada PJ – sem BV

R\$ milhões, exceto quando indicado	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Carteira de Crédito Classificada PJ	256.055	267.003	273.198	283.827	286.679
Provisão Inicial	7.918	8.279	9.158	9.962	10.924
1 - Migração de Risco	2.032	2.677	2.753	2.855	3.015
a) Flora de Risco	2.390	2.938	3.237	3.195	3.337
b) Melhora de Risco	(358)	(261)	(484)	(341)	(322)
2 - Contratações	139	141	178	556	265
3 - Perdas	(1.569)	(1.721)	(1.739)	(1.870)	(2.528)
Total (1 + 2 + 3)	602	1.097	1.193	1.541	753
Outros Impactos¹	(241)	(218)	(388)	(579)	(139)
Provisão Final	8.279	9.158	9.962	10.924	11.538
Provisão Exigida pela Res. CMN 2.682	8.279	9.158	9.962	10.924	11.538
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	1.929	2.600	2.543	2.832	3.142
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	1.929	2.600	2.543	2.832	3.142
Provisão / Carteira - %	3,23	3,43	3,65	3,85	4,02
Fluxo da Provisão / Carteira - %	0,75	0,97	0,93	1,00	1,10
Op. Vencidas +15 dias/Carteira	3,84	3,81	4,07	3,90	4,69
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira	2,24	2,43	2,68	2,59	2,52

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

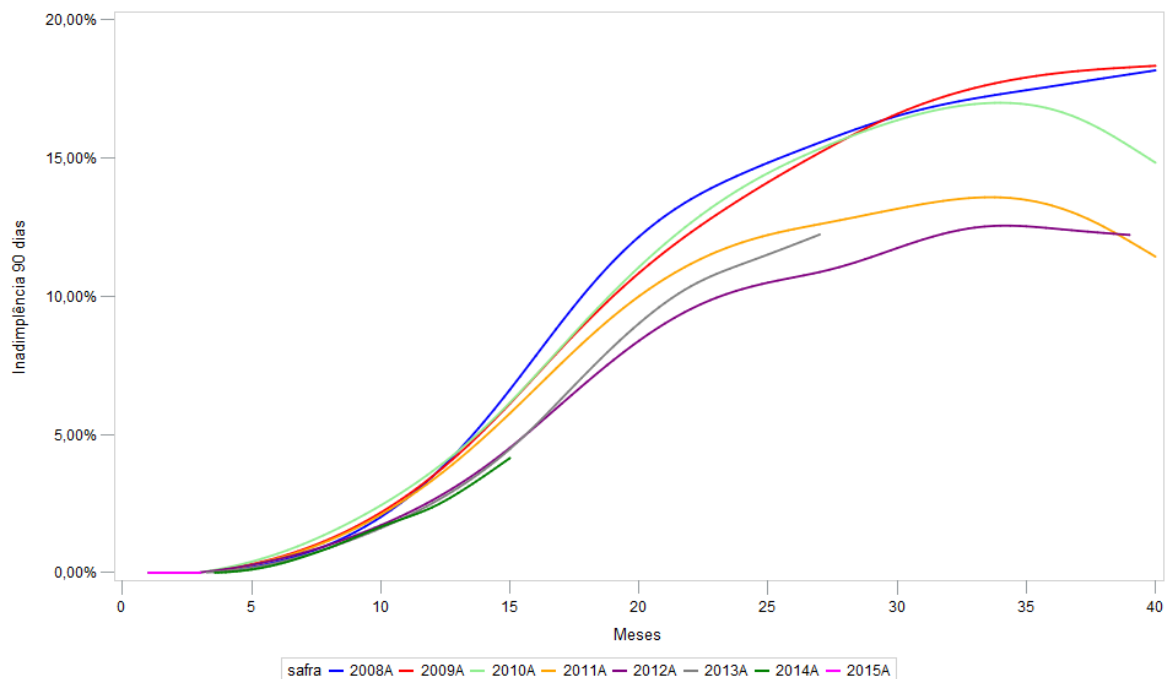
Na tabela abaixo é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito do portfólio PJ do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio. Tais linhas representam 84,6% do total da carteira PJ do Banco. Destaque para a queda na inadimplência nas linhas de Capital de Giro, Investimento e ACC/ACE na comparação trimestral.

Tabela 74. Inad. +90d PJ – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV

	Mar/14		Dez/14		Mar/15	
	Inad.	Part. %	Inad.	Part. %	Inad.	Part. %
Pessoa Jurídica	2,24	85,8	2,59	84,9	2,52	84,6
Capital de Giro	2,00	52,8	2,45	51,6	2,32	52,1
Investimento	0,75	22,1	0,78	23,0	0,71	23,2
Recebíveis	3,22	6,6	3,71	5,9	4,33	4,9
ACC/ACE	0,19	4,3	0,35	4,4	0,28	4,4

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras de crédito MPE na periodicidade anual, facilitando a visualização e a interpretação dos dados. Como pode ser observado, desde 2011 as safras apresentam qualidade superior na comparação com as mais antigas, o que demonstra o estreito acompanhamento das operações desse segmento de negócios.

Figura 30. Vintage Anual – Carteira MPE



3.2.3. Carteira de Agronegócios

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito classificada de agronegócios por nível de risco.

Tabela 75. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco

R\$ milhões	Mar/14			Dez/14			Mar/15		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	83.817	-	56,2	96.441	-	58,9	96.162	-	59,2
A	25.288	126	16,9	25.607	128	15,6	21.565	108	13,3
B	31.901	319	21,4	31.896	319	19,5	34.015	340	20,9
C	2.391	72	1,6	3.031	91	1,9	3.125	94	1,9
D	546	55	0,4	636	64	0,4	665	67	0,4
E	2.918	876	2,0	3.354	1.006	2,0	3.885	1.165	2,4
F	388	194	0,3	510	255	0,3	613	307	0,4
G	221	155	0,1	358	250	0,2	381	266	0,2
H	1.794	1.794	1,2	1.808	1.808	1,1	2.108	2.108	1,3
Total	149.265	3.590	100,0	163.640	3.921	100,0	162.519	4.455	100,0
AA-C	143.397	517	96,1	156.975	538	95,9	154.868	542	95,3
D-H	5.868	3.073	3,9	6.665	3.383	4,1	7.652	3.913	4,7

Na tabela abaixo é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito do portfólio Agronegócios do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio. Tais linhas representam 60,5% do total da carteira Agro do Banco.

Tabela 76. Inad. +90d Agronegócios – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV

	Mar/14		Dez/14		Mar/15	
	Inad.	Part. %	Inad.	Part. %	Inad.	Part. %
Agronegócios	0,74	56,5	0,69	60,0	0,82	60,5
Pronaf	1,37	20,0	1,01	22,0	1,00	22,6
Custeio Agropecuário	0,81	18,7	0,97	18,3	1,30	17,7
Pronamp	0,71	11,9	0,85	13,5	1,15	13,5
BNDES/Finame Rural	0,34	5,9	0,27	6,3	0,28	6,7

As próximas tabelas apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa física por nível de risco e a movimentação da PCLD relativa a tais operações.

Tabela 77. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco

R\$ milhões	Mar/14			Dez/14			Mar/15		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	44.781	-	44,9	60.241	-	51,6	62.404	-	53,0
A	20.157	101	20,2	19.214	96	16,4	17.865	89	15,2
B	27.068	271	27,2	28.656	287	24,5	27.786	278	23,6
C	2.044	61	2,1	2.450	73	2,1	2.517	75	2,1
D	470	47	0,5	475	48	0,4	500	50	0,4
E	2.831	849	2,8	3.256	977	2,8	3.755	1.127	3,2
F	383	191	0,4	492	246	0,4	585	293	0,5
G	211	147	0,2	308	215	0,3	351	246	0,3
H	1.723	1.723	1,7	1.760	1.760	1,5	2.043	2.043	1,7
Total	99.669	3.391	100,0	116.851	3.701	100,0	117.806	4.200	100,0
AA-C	94.051	433	94,4	110.561	456	94,6	110.571	443	93,9
D-H	5.618	2.958	5,6	6.290	3.245	5,4	7.234	3.758	6,1

Tabela 78. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF

R\$ milhões, exceto quando indicado	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PF	99.669	109.020	109.939	116.851	117.806
Provisão Inicial	3.271	3.391	3.301	3.320	3.701
1 - Migração de Risco	514	363	444	684	866
a) Flora de Risco	990	955	1.047	1.312	1.531
b) Melhora de Risco	(476)	(592)	(603)	(627)	(665)
2 - Contratações	36	69	68	68	41
3 - Perdas	(391)	(491)	(367)	(282)	(340)
Total (1 + 2 + 3)	159	(60)	144	470	568
Outros Impactos¹	(39)	(31)	(125)	(88)	(69)
Provisão Final	3.391	3.301	3.320	3.701	4.200
Provisão Exigida pela Res. CMN 2.682	3.391	3.301	3.320	3.701	4.200
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	511	401	386	664	839
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	511	401	386	664	839
Provisão / Carteira - %	3,40	3,03	3,02	3,17	3,57
Fluxo da Provisão / Carteira - %	0,51	0,37	0,35	0,57	0,71

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

As tabelas a seguir apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa jurídica por nível de risco e a respectiva movimentação da PCLD.

Tabela 79. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco

R\$ milhões	Mar/14			Dez/14			Mar/15		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	39.036	-	78,7	36.201	-	77,4	33.759	-	75,5
A	5.131	26	10,3	6.393	32	13,7	3.700	18	8,3
B	4.833	48	9,7	3.240	32	6,9	6.229	62	13,9
C	347	10	0,7	581	17	1,2	608	18	1,4
D	76	8	0,2	161	16	0,3	165	17	0,4
E	88	26	0,2	99	30	0,2	129	39	0,3
F	5	3	0,0	18	9	0,0	28	14	0,1
G	11	8	0,0	50	35	0,1	30	21	0,1
H	70	70	0,1	48	48	0,1	65	65	0,1
Total	49.596	199	100,0	46.789	220	100,0	44.713	254	100,0
AA-C	49.346	84	99,5	46.414	82	99,2	44.296	99	99,1
D-H	250	114	0,5	375	138	0,8	417	155	0,9

Tabela 80. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ

R\$ milhões, exceto quando indicado	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PJ	49.596	46.599	46.881	46.789	44.713
Provisão Inicial	206	199	145	179	220
1 - Migração de Risco	18	10	40	56	52
a) Flora de Risco	29	26	53	72	60
b) Melhora de Risco	(11)	(16)	(12)	(16)	(8)
2 - Contratações	9	12	10	12	24
3 - Perdas	(5)	(52)	(12)	(7)	(28)
Total (1 + 2 + 3)	22	(29)	38	60	48
Outros Impactos¹	(29)	(24)	(5)	(19)	(14)
Provisão Final	199	145	179	220	254
Provisão Exigida pela Res. CMN 2.682	199	145	179	220	254
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	(2)	(1)	45	48	63
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	(2)	(1)	45	48	63
Provisão / Carteira - %	0,40	0,31	0,38	0,47	0,57
Fluxo da Provisão / Carteira - %	(0,00)	(0,00)	0,10	0,10	0,14

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas

O risco médio da carteira é influenciado pelas operações prorrogadas, principalmente entre os anos de 2005 e 2007, com saldo total de R\$ 5.276 milhões em março/15. A Resolução CMN nº 2.682/99, que disciplina a classificação de risco e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, estabelece a manutenção do risco das operações renegociadas no nível de risco observado à época da renegociação. Em função desta regra as operações renegociadas majoram o risco médio da carteira de crédito.

Na tabela a seguir, a carteira de crédito classificada do agronegócio é segregada em operações não prorrogadas e prorrogadas. Verifica-se que as operações em atraso acima de 90 dias (risco BB+Terceiros) representam 0,68% da carteira total não prorrogada em março/15, enquanto que esse mesmo indicador para as operações prorrogadas alcançou 4,37%.

Tabela 81. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio

R\$ milhões	Operações Não-Prorrogadas			Operações Prorrogadas		
	Saldos	Provisão	Atraso 90 ¹	Saldos	Provisão	Atraso 90 ¹
AA	95.414	-	32	748	-	-
A	20.839	104	0	726	4	0
B	32.373	324	-	1.642	16	-
C	2.588	78	7	537	16	7
D	463	46	9	202	20	3
E	3.283	985	116	602	181	27
F	467	233	126	146	73	23
G	282	198	101	98	69	21
H	1.535	1.535	714	573	573	148
Total	157.243	3.502	1.073	5.276	952	231
A-C	55.799	506	7	2.906	36	7
D-H	6.029	2.997	1.066	1.622	916	224

1 - As operações em atraso no nível AA referem-se a crédito com risco de terceiros.

Na tabela seguinte são apresentados os saldos, índice de inadimplência 90 dias e risco médio da carteira classificada de agronegócio segmentada em carteira total, prorrogada e não prorrogada.

Tabela 82. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios

R\$ milhões	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15
Carteira de Crédito Classificada	149.265	155.620	156.819	163.640	162.519
Provisão	3.590	3.446	3.498	3.921	4.455
Operações Vencidas + 15 dias	1.643	1.424	1.691	1.955	2.091
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	1,10	0,91	1,08	1,19	1,29
Operações Vencidas + 90 dias	1.099	870	925	1.130	1.330
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - % ¹	0,74	0,56	0,59	0,69	0,82
Provisão/Carteira de Crédito - %	2,41	2,21	2,23	2,40	2,74
Baixa para Prejuízo	397	544	380	292	368
Op. não Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	143.904	150.282	151.563	158.409	157.243
Provisão	2.571	2.494	2.588	2.996	3.502
Operações Vencidas + 90 dias	776	654	707	905	1.105
Op. Vencidas + 90 dias/Operações não Prorrogadas - %	0,54	0,44	0,47	0,57	0,70
Provisão/Operações não Prorrogadas - %	1,79	1,66	1,71	1,89	2,23
Baixa para Prejuízo	309	345	272	204	279
Op. Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	5.361	5.337	5.256	5.231	5.276
Provisão	1.019	952	910	925	952
Operações Vencidas + 90 dias	325	237	220	214	231
Op. Vencidas + 90 dias/Operações Prorrogadas - %	6,07	4,44	4,19	4,10	4,37
Provisão/Operações Prorrogadas - %	19,01	17,84	17,32	17,69	18,05
Baixa para Prejuízo	88	199	108	88	89
Simulação Op. não Pror. sem Efeito Arrasto das Pror.					
a - Risco BB + Terceiros	143.904	150.282	151.563	158.409	157.243
b - Provisão	739	618	671	874	1.073
Risco Médio (b/a) - %	0,51	0,41	0,44	0,55	0,68

1 - No cálculo do índice foi computado o atraso proveniente de operações com risco de terceiros.

3.2.4. Carteira de Crédito no Exterior e BV

As tabelas a seguir demonstram as Carteiras Externa e do BV por nível de risco, respectivamente.

Tabela 83. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco

R\$ milhões	Mar/14			Dez/14			Mar/15		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	34.513	-	70,4	38.851	-	71,7	41.566	-	66,1
A	8.072	40	16,5	8.957	45	16,5	10.490	52	16,7
B	5.345	53	10,9	5.287	53	9,8	5.482	55	8,7
C	573	17	1,2	431	13	0,8	4.559	137	7,2
D	207	21	0,4	81	8	0,1	96	10	0,2
E	95	28	0,2	239	72	0,4	326	98	0,5
F	55	27	0,1	82	41	0,2	11	5	0,0
G	39	27	0,1	4	3	0,0	17	12	0,0
H	131	131	0,3	236	236	0,4	347	347	0,6
Total	49.029	346	100,0	54.169	471	100,0	62.893	716	100,0
AA-C	48.503	111	98,9	53.526	111	98,8	62.097	244	98,7
D-H	527	235	1,1	643	361	1,2	797	472	1,3

Tabela 84. Carteira de Crédito Classificada Banco Votorantim (50%)¹

R\$ milhões	Mar/14			Dez/14			Mar/15		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	1.144	-	4,3	1.215	-	6,5	876	-	4,8
A	8.631	43	42,5	9.136	46	49,0	9.297	46	50,6
B	4.172	42	20,5	2.043	20	10,9	1.295	13	7,0
C	3.480	104	17,1	3.504	105	18,8	4.100	123	22,3
D	709	71	3,5	550	55	2,9	533	53	2,9
E	356	107	1,8	362	109	1,9	401	120	2,2
F	404	202	2,0	196	98	1,0	190	95	1,0
G	657	460	3,2	669	468	3,6	693	485	3,8
H	1.030	1.030	5,1	985	985	5,3	998	998	5,4
Total	20.584	2.060	100,0	18.659	1.886	100,0	18.384	1.934	100,0
AA-C	17.428	189	84,7	15.897	171	85,2	15.569	182	84,7
D-H	3.157	1.870	15,3	2.762	1.714	14,8	2.815	1.751	15,3

1 – Não contempla o saldo das operações provenientes de cessão de crédito (Resolução CMN nº 3.533/2008).

3.3. Cobrança e Recuperação de Créditos

3.3.1. Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal

O Banco do Brasil monitora os créditos com indícios de comprometimento de qualidade. O tratamento das operações em curso anormal é realizado em fases: condução, cobrança e recuperação.

- I. A condução busca evitar a inadimplência, uma atuação de forma preventiva;
- II. A cobrança tem como objetivo regularizar a operação inadimplente, fato que reduz os custos processuais e mantém o bom relacionamento com o cliente;
- III. A recuperação tem como finalidade minimizar as perdas e recuperar o maior montante possível.

3.3.2. O Processo de Cobrança e Recuperação de Créditos

O Banco do Brasil utiliza modelos quantitativos próprios que, em conjunto com plataformas automatizadas de cobrança e recuperação, monitoram e gerenciam o comportamento dos clientes que ficam inadimplentes.

Os perfis desses clientes são estatisticamente identificados a partir do seu comportamento histórico em relação às ações de cobrança, o que resulta na determinação da probabilidade de regularização dos créditos em atraso, e são classificados como aqueles com:

- I. Alta probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos;
- II. Probabilidade intermediária de regularizar seus créditos inadimplidos;
- III. Baixa probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos.

A partir da análise de informações e variáveis são determinadas as ações, canais, política de renegociação e desconto, cessões de crédito, que sustentam o modelo de cobrança e recuperação de crédito do BB.

O modelo conceitual que sustenta o processo baseia-se nas seguintes premissas:

- I. Perfil do cliente: as ações são definidas em função do perfil do cliente, considerando aspectos como pilar de atendimento, nível de relacionamento, produtos consumidos, endividamento no BB, entre outros;
- II. Canais de Atendimento: o processo de recuperação ocorre em diversos canais, de forma sequencial. Evita-se a abordagem simultânea ao cliente;
- III. Ações Sequenciais: as ações de cobrança são pré-determinadas para cada perfil de cliente e aumentam de intensidade com o tempo.
- IV. Relações de Valor: abordagem diferenciada que respeita o nível de relacionamento de cada cliente com o BB;
- V. Sistemas de Informação: são utilizadas avançadas plataformas analíticas e operacionais que automatizam o processo de cobrança e melhoram a eficiência do negócio.

O desempenho histórico das ações de cobrança determina a probabilidade da regularização dos créditos em atraso. A principal consequência do acompanhamento estatístico é a possibilidade de aperfeiçoar continuamente o processo, utilizando a retroalimentação das informações das estratégias mais acertadas no período.

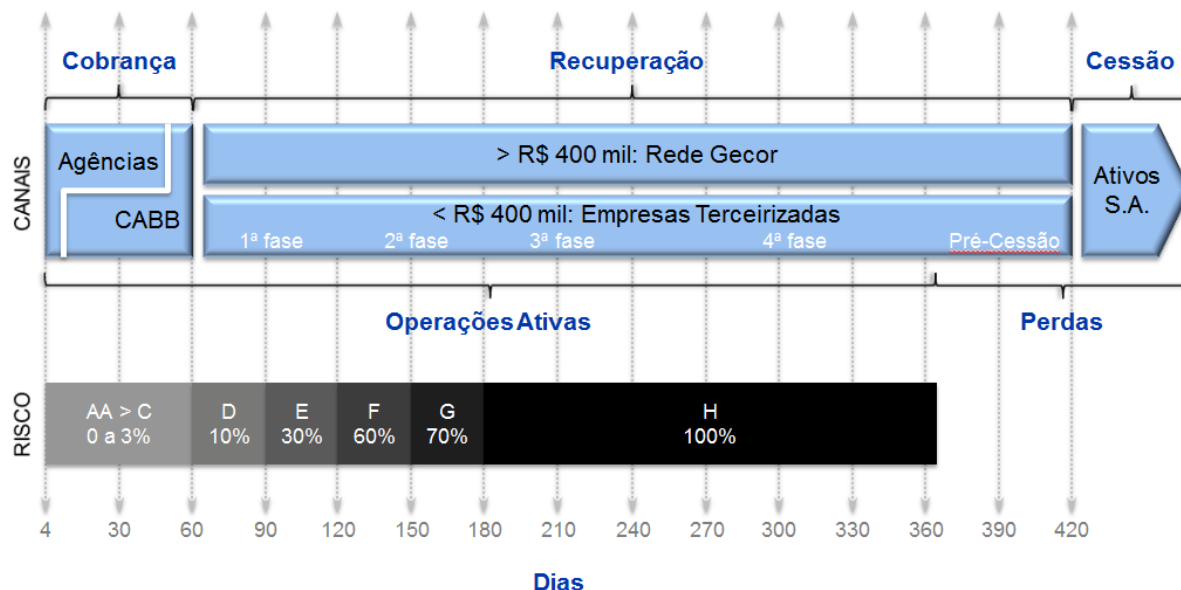
A possibilidade de segmentar os clientes inadimplentes é um importante aspecto da estratégia de cobrança e recuperação, da política de descontos e da cessão de créditos.

O Banco do Brasil utiliza de cessão de crédito como parte da estratégia de recuperação, com o objetivo de reduzir as perdas e os custos de gestão do portfólio inadimplido, por meio de transações com empresas de personalidade jurídica autônoma.

3.3.3. Fluxo Operacional da Cobrança e Recuperação de Créditos

A utilização dos canais de cobrança e recuperação, de forma sequencial, guarda relação estreita com o sucesso na estratégia do BB.

Figura 31. Canais de Cobrança e Recuperação¹



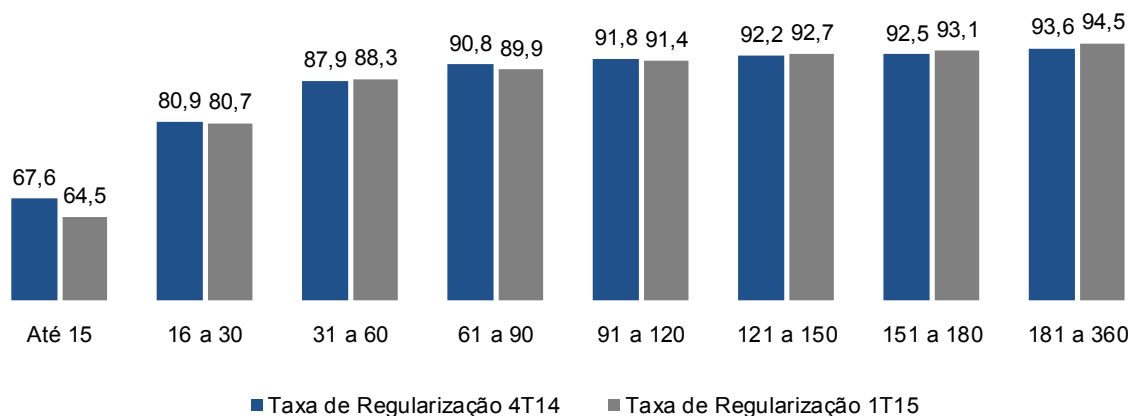
1 - Rede Gecor: refere-se a um conjunto de unidades de negócio especializadas na condução e tratamento de créditos anormais de clientes com endividamento superior a R\$ 400 mil.

3.3.4. Eficiência do Processo

Nas próximas figuras são apresentados os resultados obtidos no fluxo de cobrança e recuperação de créditos.

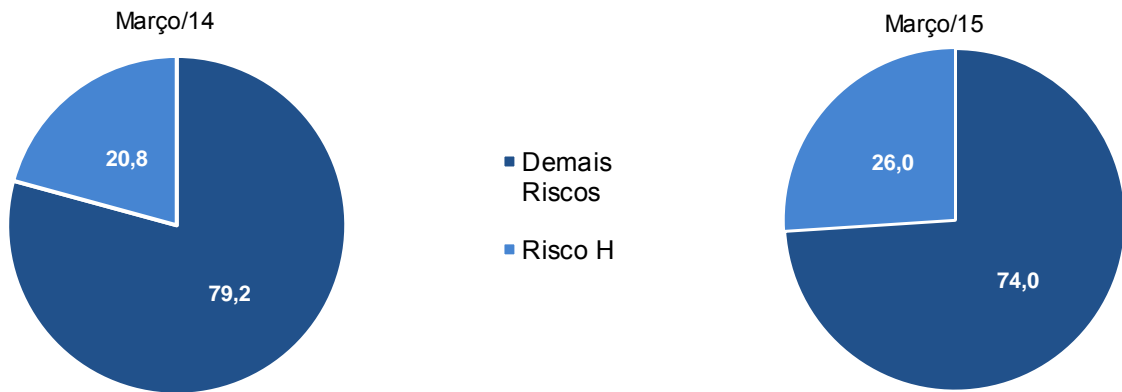
Em média, 94,5% do volume de créditos que ingressam em cobrança em determinada safra foram resolvidos em até 360 dias no 1T15, percentual superior ao trimestre anterior.

Figura 32. Taxa de Regularização do Crédito pelo Período de Cobrança %



O Banco vem priorizando o recebimento de créditos em atraso há mais de 90 dias, antes de serem enviados para perda, seguindo o fluxo de cobrança. O BB cobrou e recuperou R\$ 12,2 bilhões em caixa nos últimos quatro trimestres, sendo que créditos em atraso classificados em risco H representam 26% desse total. Os outros 74,0% foram cobrados e recuperados enquanto estavam em outros níveis de risco.

Figura 33. Cobrança e Recuperação Em Caixa Antes do Envio para Perdas ¹ %

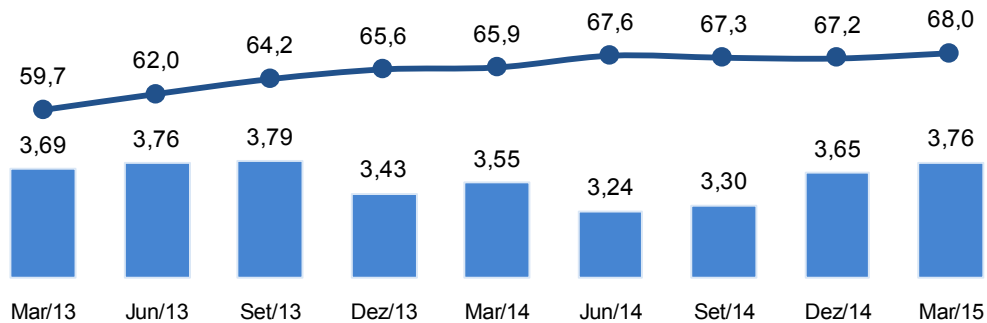


1 - Acumulado quatro trimestres

Já para os ativos em perdas, a estratégia das ações de recuperação é voltada para recebimento à vista das operações inadimplidas, que não geram novas provisões de crédito. Nos últimos quatro trimestres, na visão do Conglomerado BB, foram recuperados mais de R\$ 3,7 bilhões. Desse total o montante de R\$ 2,5 bilhões foi recebido em caixa e R\$ 1,2 bilhão recuperado a prazo.

A recuperação em caixa de créditos atingiu nos últimos quatro trimestres, o patamar de 68,0%, patamar mais alto da série, confirmando a tendência dos últimos trimestres e o sucesso dessa estratégia.

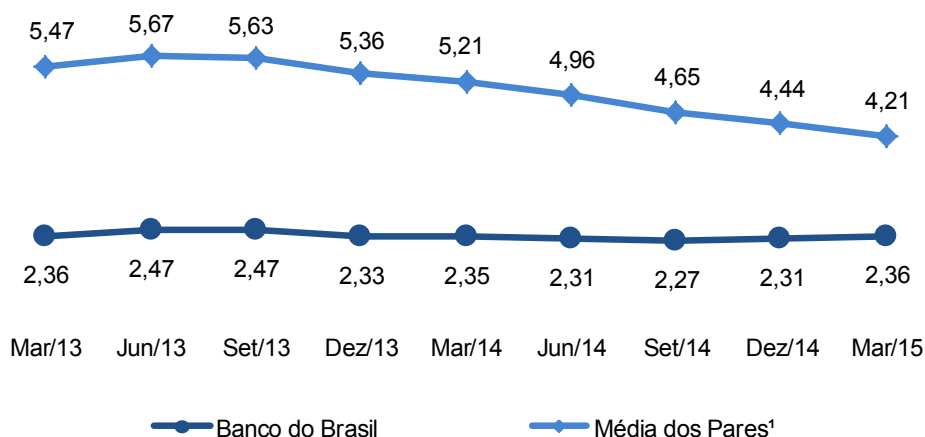
Figura 34. Recuperação Acumulada¹ – R\$ Bilhões e Índice de Recuperação à Vista² – %³



1 - Acumulado quatro trimestres
 2 - % - Média de quatro trimestres
 3 - Visão Conglomerado

O gráfico a seguir demonstra o comportamento das baixas para prejuízo acumuladas em 12 meses em relação ao saldo médio da carteira de crédito classificada no mesmo período. Pode-se observar que o BB apresenta, historicamente, índice melhor que os principais pares de mercado.

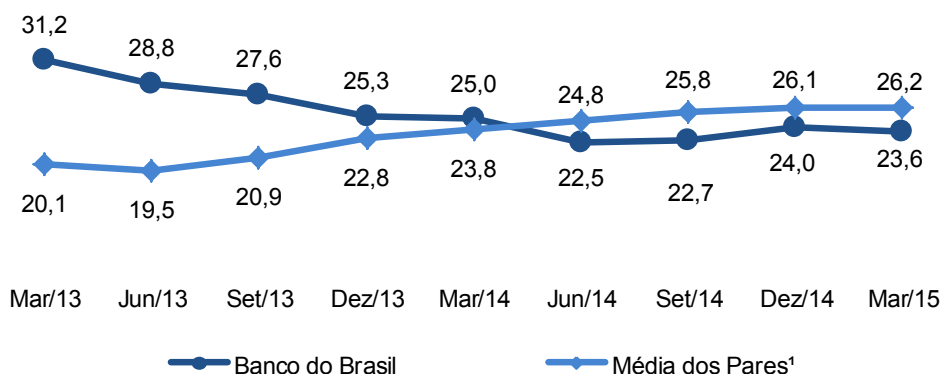
Figura 35. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada



1 - Corresponde aos três maiores bancos privados brasileiros.

Adicionalmente, o gráfico abaixo demonstra a relação entre o montante de crédito recuperado e o total baixado para prejuízo, ambos acumulados em 12 meses. Observa-se que o BB vinha apresentando desempenho acima dos pares de mercado até Mar/14.

Figura 36. Recuperação de Crédito/Baixa para Prejuízo – %



1 - Corresponde aos três maiores bancos privados brasileiros.

3.3.5. Carteira de Crédito Renegociada

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada. O saldo dessa carteira inclui as operações do BV e, por outro lado, não contempla as operações prorrogadas da carteira de agronegócio, abordadas na seção 3.2.3 deste Relatório. A seguir estão descritas as definições das principais linhas constantes da tabela:

a) Créditos Renegociados: saldo de operações de crédito repactuadas no período, vincendas ou em atraso;

a.1) Renegociados por Atraso: composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento;

a.2) Renovados: operações contratadas para liquidação parcial ou integral de operação anterior que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, inclusive com possibilidade de novos desembolsos.

Tabela 85. Carteira de Crédito Renegociada¹

R\$ milhões	1T14	4T14	1T15
Créditos Renegociados	9.575	14.564	10.875
Renegociados por Atraso	923	2.052	1.947
Renovados	8.652	12.512	8.928
Créditos Renegociados por Atraso - Movimentação			
Saldo Inicial	8.192	8.952	10.089
Contratações	923	2.052	1.947
Recebimento e Apropriação de Juros ²	(187)	(362)	(135)
Baixas para Prejuízo	(373)	(554)	(595)
Saldo Final	8.555	10.089	11.306
Créditos Renegociados por Atraso - Saldo da Provisão	5.362	5.931	6.302
Créditos Renegociados por Atraso - Inadimplência + 90 dias	1.698	1.446	1.602
Indicadores - %			
Provisão/Carteira	62,7	58,8	55,7
Inadimplência + 90 dias/Carteira	19,9	14,3	14,2
Índice de Cobertura	315,7	410,1	393,4

1 - Conforme Nota Explicativa 10 – Crédito

2 - Série revista no 4T14.

4 - Captações

As captações comerciais do Banco do Brasil registraram saldo de R\$ 644,8 bilhões em março de 2015, evolução de 6% em doze meses. O Banco manteve a estratégia de mudança de seu *mix* de captações visando redução de custos. Destaque para a evolução em doze meses das linhas: Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Depósitos Interfinanceiros e Letras de Créditos do Agronegócio (LCA), que obtiveram crescimentos de 136,4%, 36,8% e 34,4%, respectivamente.

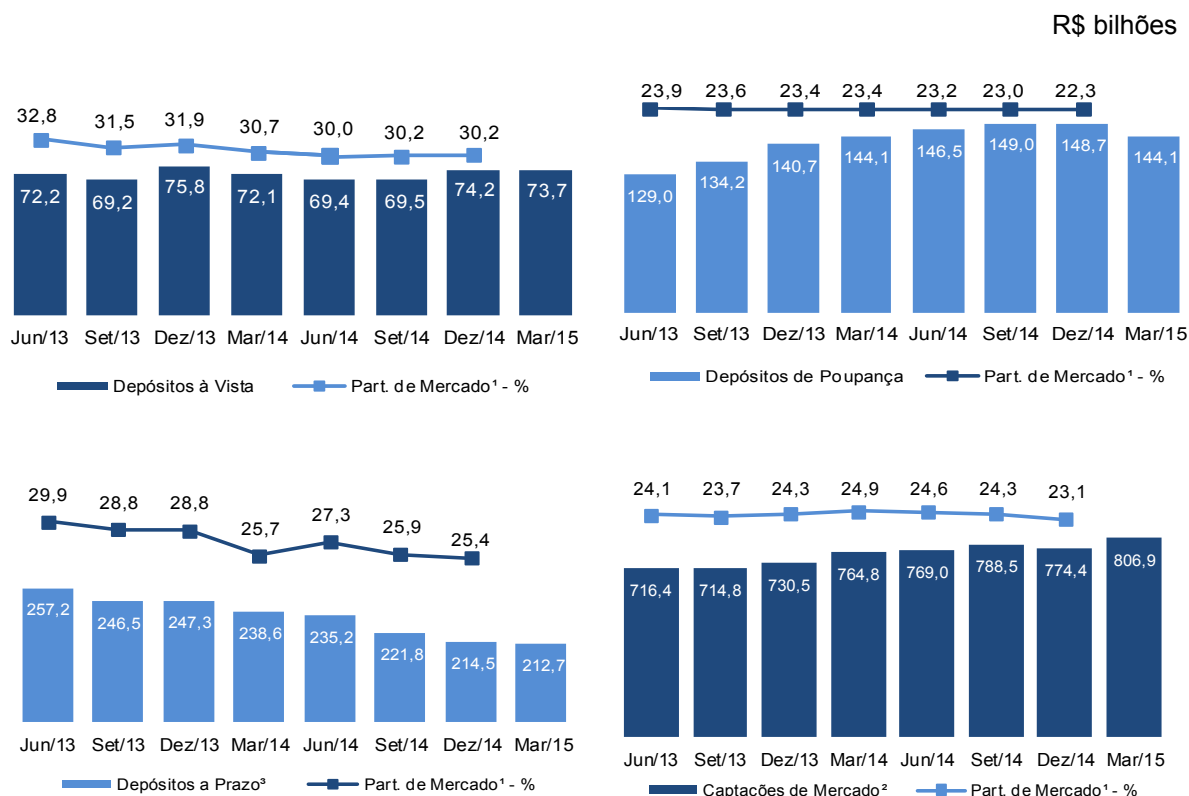
Tabela 86. Captações Comerciais

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Depósitos de Poupança	144.111	23,7	148.699	23,4	144.089	22,3	(0,0)	(3,1)
Letras de Crédito do Agronegócio	89.034	14,6	103.752	16,3	119.690	18,6	34,4	15,4
Depósitos Judiciais	104.340	17,2	115.010	18,1	118.591	18,4	13,7	3,1
Depósitos a Prazo	134.285	22,1	99.474	15,7	94.060	14,6	(30,0)	(5,4)
Depósitos à Vista	72.054	11,8	74.210	11,7	73.712	11,4	2,3	(0,7)
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ¹	28.801	4,7	48.155	7,6	37.842	5,9	31,4	(21,4)
Depósitos Interfinanceiros	27.447	4,5	30.969	4,9	37.554	5,8	36,8	21,3
Letras de Crédito Imobiliário ²	8.159	1,3	14.358	2,3	19.285	3,0	136,4	34,3
TOTAL	608.231	100,0	634.627	100,0	644.823	100,0	6,0	1,6

1 - A linha de Operações Compromissadas com Títulos Privados abrange parte dos saldos de Títulos Privados da Nota Explicativa 17-C.
2 - O saldo de LCI inclui o saldo de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

A seguir são apresentadas as participações do Banco do Brasil nas captações de mercado do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Figura 37. Participação de Mercado das Captações do BB



1 - As informações sobre participação de mercado no SFN são provenientes do relatório "50 Maiores" bancos do Banco Central. Posição: Dez/14;
2 - Considera depósitos totais e captações no mercado aberto.
3 - Inclui os Depósitos Judiciais.

A tabela a seguir mostra o saldo das captações institucionais do BB.

Tabela 87. Captações Institucionais

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Op. de Emp., Cessões e Repasses	118.167	56,8	122.358	59,6	125.955	58,9	6,6	2,9
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	33.994	16,3	31.853	15,5	34.773	16,2	2,3	9,2
Letras Financeiras	28.452	13,7	32.602	15,9	33.899	15,8	19,1	4,0
Dívida Subordinada no Exterior	8.688	4,2	9.553	4,7	11.413	5,3	31,4	19,5
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	12.367	5,9	4.866	2,4	6.269	2,9	(49,3)	28,8
CDBs Subordinados	6.378	3,1	4.111	2,0	1.698	0,8	(73,4)	(58,7)
TOTAL	208.045	100,0	205.342	100,0	214.007	100,0	2,9	4,2

Ao final do primeiro trimestre de 2015, o Banco do Brasil atingiu um montante de US\$ 49,6 bilhões no saldo de captações no exterior.

Tabela 88. Captações no Exterior - Modalidade

US\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	22.107	41,4	21.081	41,3	19.833	40,0	(10,3)	(5,9)
Interbancário	16.519	30,9	17.015	33,3	18.330	37,0	11,0	7,7
Pessoa Jurídica	9.467	17,7	8.945	17,5	7.598	15,3	(19,7)	(15,1)
Pessoa Física	2.983	5,6	3.390	6,6	3.301	6,7	10,7	(2,6)
Compromissadas	1.879	3,5	500	1,0	359	0,7	(80,9)	(28,3)
Outros	458	0,9	149	0,3	160	0,3	(65,1)	7,4
TOTAL	53.413	100,0	51.081	100,0	49.581	100,0	(7,2)	(2,9)

Tabela 89. Captações no Exterior - Produto

US\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Depósitos a Prazo	21.165	39,6	21.194	41,5	21.664	43,7	2,4	2,2
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	22.107	41,4	21.081	41,3	19.833	40,0	(10,3)	(5,9)
Depósito à Vista	2.523	4,7	3.142	6,2	2.820	5,7	11,8	(10,2)
Over	1.646	3,1	1.864	3,6	1.976	4,0	20,1	6,0
Depósitos de Poupança	1.293	2,4	1.362	2,7	1.291	2,6	(0,2)	(5,2)
Call Account	1.852	3,5	1.315	2,6	1.038	2,1	(44,0)	(21,1)
Compromissadas	1.879	3,5	500	1,0	359	0,7	(80,9)	(28,3)
Pledge	490	0,9	473	0,9	440	0,9	(10,1)	(6,9)
Special Account	458	0,9	149	0,3	160	0,3	(65,1)	7,4
TOTAL	53.413	100,0	51.081	100,0	49.581	100,0	(7,2)	(2,9)

A tabela a seguir apresenta os títulos de renda fixa emitidos pelo Banco do Brasil no mercado internacional de capitais. O volume das operações vigentes no exterior soma US\$ 17,1 bilhões em valores nominais.

Tabela 90. Emissões Vigentes no Exterior

Data de Emissão	Volume em US\$ milhões	Moeda	Prazo em anos	Cupom (%)	Frequência do Cupom	Preço de Emissão	Retorno p/ Investidor(%)	Spread s/ Treasury	Rating ¹ S&P/Moody's/Fitch	Estrutura
18/07/2007	187	BRL	10	9,750	Semestral	100,000	9,750	-	SR / Baa2 / SR	Sênior
29/04/2008	150	USD	10	5,250	Trimestral	100,000	5,250	-	A / A3 / SR	Securitização
05/09/2008	200	USD	7	L3M+1.2	Trimestral	100,000	L3M+1.2	-	A / A3 / SR	Securitização
20/10/2009	1.500	USD	-	8,500	Semestral	100,000	8,500	-	SR / Ba1 / SR	Perpétuo
22/01/2010	500	USD	10	6,000	Semestral	99,451	6,074	238	BBB- / Baa2 / SR	Sênior
05/10/2010	660	USD	10	5,375	Semestral	99,361	5,464	300	SR / Baa3 / SR	Subordinada Nível II
20/01/2011	1.009	EUR	5	4,500	Anual	99,453	4,625	mid-sw ap+200	BBB- / Baa2 / SR	Sênior
26/05/2011	1.500	USD	10	5,875	Semestral	98,695	6,044	288	SR / Baa3 / SR	Subordinada Nível II
23/11/2011	500	USD	5	3,875	Semestral	99,413	4,000	312	SR / Baa2 / SR	Sênior
20/01/2012	1.000	USD	-	9,250	Semestral	100,000	9,250	733	BB- / SR / SR	Perpétuo
05/03/2012	750	USD	-	9,250	Semestral	108,500	8,488	-	BB- / SR / SR	Perpétuo
19/06/2012	750	USD	10	5,875	Semestral	99,023	6,000	434	BB / Baa3 / SR	Subordinada Nível II
24/09/2012	317	JPY	3	1,800	Semestral	100,000	1,800	146	BBB- / Baa2 / SR	Sênior
10/10/2012	1.925	USD	10	3,875	Semestral	98,978	4,000	238	BBB- / Baa2 / SR	Sênior
31/01/2013	2.000	USD	-	6,250	Semestral	100,000	6,250	440	BB- / SR / SR	Perpétuo
25/07/2013	930	EUR	5	3,750	Anual	99,442	3,875	mid-sw ap+337.2	BBB- / Baa2 / BBB	Sênior
20/12/2013	307	CHF	5,5	2,500	Anual	99,729	2,555	CHF mid-sw ap+190	BBB- / Baa2 / BBB	Sênior
26/03/2014	417	EUR	5	3,750	Anual	102,304	3,169	230	BBB- / Baa2 / BBB	Sênior
18/06/2014	2.500	USD	-	9,000	Semestral	100,000	9,000	636	BB- / Ba3 / SR	Perpétuo

1 – Os ratings das emissões foram revisados em 12/05/2015.

Fontes e Usos

Os indicadores apresentados na tabela a seguir demonstram a relação entre as fontes de captação e as aplicações dos recursos no Banco do Brasil.

O Banco do Brasil busca diversificar suas fontes de captação, oferecendo alternativas atrativas aos clientes e que representem redução dos custos de captação para o Banco. Nos últimos doze meses, houve forte crescimento em Operações Compromissadas com Títulos Privados, LCA e LCI, contribuindo diretamente na estratégia de redução de custo do *funding*.

Em março/15, as fontes de captação atingiram saldo de R\$ 856,9 bilhões. Destaque para as Letras de Crédito, LCA e LCI que, juntas, cresceram 43,0% em doze meses, atingindo o montante de R\$ 139 bilhões. No comparativo trimestral, a alta foi de 17,7%.

Ressalte-se que a partir do 3T14, conforme autorização do Banco Central publicada em Fato Relevante do dia 22/09/2014, o valor de R\$ 8,1 bilhões relacionado ao IHCD no País passou a ser considerado como Capital Principal. Considerando que este montante é fonte de recursos para o crédito ao agronegócio, o mesmo foi considerado na linha Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

Quanto aos usos, a carteira de crédito continua sendo o principal destino dos recursos captados, com crescimento de 10,2% em doze meses e participação de 83,9% do total de usos.

Tendo em vista o montante expressivo de crédito originado por linhas de repasse no país, a próxima tabela também apresenta o indicador carteira de crédito líquida ajustada sobre captações comerciais, que desconsidera o crédito com natureza de repasse. Ao final de março/15, o índice atingiu 91,9%, demonstrando que a carteira de crédito do BB está adequada ao seu nível de captações comerciais.

Tabela 91. Fontes e Usos

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	Mar/14	Dez/14
Fontes	755.360	100,0	823.182	100,0	856.887	100,0	13,4	4,1
Captações Comerciais	608.231	80,5	634.627	77,1	644.823	75,3	6,0	1,6
Depósitos Totais	482.237	63,8	468.362	56,9	468.006	54,6	(3,0)	(0,1)
LCA + LCI	97.193	12,9	118.110	14,3	138.975	16,2	43,0	17,7
Operações Compromissadas com Títulos Privados ¹	28.801	3,8	48.155	5,8	37.842	4,4	31,4	(21,4)
Obrigações por Repasses no País	91.332	12,1	91.050	11,1	92.615	10,8	1,4	1,7
Obrigações no Exterior ²	65.530	8,7	68.515	8,3	79.740	9,3	21,7	16,4
Dívida Subordinada	44.187	5,8	42.763	5,2	41.396	4,8	(6,3)	(3,2)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital ³	8.230	1,1	29.568	3,6	33.101	3,9	302,2	12,0
Demais Letras Bancárias	9.706	1,3	9.071	1,1	9.580	1,1	(1,3)	5,6
IHCD no País	8.208	1,1	-	-	-	-	-	-
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	7.731	1,0	10.840	1,3	12.265	1,4	58,6	13,1
Depósitos Compulsórios	(87.796)	(11,6)	(63.252)	(7,7)	(56.634)	(6,6)	(35,5)	(10,5)
Usos	755.360	100,0	823.182	100,0	856.887	100,0	13,4	4,1
Carteira de Crédito Líquida (a) = (b) + (c) + (d)	652.464	86,4	707.123	85,9	718.863	83,9	10,2	1,7
Carteira de Crédito Classificada (b)	631.617	83,6	687.911	83,6	700.825	81,8	11,0	1,9
TVM Privados (c)	44.921	5,9	46.524	5,7	46.973	5,5	4,6	1,0
Provisão para Risco de Crédito (d)	(24.075)	(3,2)	(27.312)	(3,3)	(28.935)	(3,4)	20,2	5,9
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (e)	526.089	69,6	584.765	71,0	592.908	69,2	12,7	1,4
Linhas de Repasse no País (e)	126.374	16,7	122.358	14,9	125.955	14,7	(0,3)	2,9
Recursos Disponíveis	102.896	13,6	116.059	14,1	138.024	16,1	34,1	18,9
Indicadores - %								
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	135,3		151,0		153,6			
Carteira de Crédito Líquida / Captações Comerciais	107,3		111,4		111,5			
Carteira de Crédito Líquida Ajustada / Captações Comerciais	86,5		92,1		91,9			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes	86,4		85,9		83,9			

1 - Abrange parte dos saldos de Títulos Privados da Nota Explicativa 17-C.

2 - Inclui Empréstimos no Exterior, Obrigações por TVM no Exterior, Obrigações por Repasses no Exterior, Dívida Subordinada no Exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) no Exterior.

3 - A partir do 3T14, inclui os recursos do IHCD País elegíveis a Capital Principal, conforme autorização do Bacen através do Ofício 15006/2014-BCB/DEORF/DIFIN.

4 - Inclui Letras Financeiras e Debêntures.

Tabela 92. Segregação de Depósitos por Prazo¹

R\$ milhões	Curto Prazo ³	Part. %	Longo Prazo ⁴	Part. %	TOTAL	TOTAL
					31.03.2015	31.03.2014
Depósitos a Prazo ²	156.678	73,7	55.973	26,3	212.651	238.625
Depósitos de Poupança	144.089	100,0	-	-	144.089	144.111
Depósitos à Vista	73.712	100,0	-	-	73.712	72.054
Depósitos Interfinanceiros	30.315	80,7	7.239	19,3	37.554	27.447
TOTAL	404.794	86,5	63.212	13,5	468.006	482.237

1 - Conforme Nota Explicativa 17-B

2 - Inclui depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez) e depósitos judiciais.

3 - Com vencimento até 1 ano.

4 - Com vencimento superior a 1 ano.

5 - Resultado Financeiro

Neste capítulo serão discutidos os principais componentes do resultado financeiro do Banco do Brasil.

A partir do 1T15 será apresentada nova organização de parte das informações financeiras. Nesse novo formato, o capítulo será iniciado com a composição da Margem Financeira Bruta (MFB) e, em seguida, será analisada a constituição de cada uma de suas linhas.

No processo de revisão foram reavaliados conceitos utilizados para compor as linhas da Margem Financeira, de modo que foi necessário o ajuste da série histórica desde 2014.

É importante ressaltar que os saldos apresentados nas linhas de Receitas de Operação de Crédito, Despesas de Captação, Captação Institucional não consideram os efeitos de variação cambial, que são realocados gerencialmente para a linha de Resultado de Tesouraria.

5.1. Margem Financeira Bruta

A composição da MFB é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 93. Composição da Margem Financeira Bruta

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Margem Financeira Bruta	11.882	13.482	13.978	17,6	3,7
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	19.836	22.291	22.777	14,8	2,2
Despesa Financeira de Captação	(8.030)	(9.267)	(9.470)	17,9	2,2
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(3.122)	(3.213)	(3.537)	13,3	10,1
Recuperação de Crédito ²	809	1.065	923	14,1	(13,3)
Resultado de Tesouraria ³	2.389	2.606	3.285	37,5	26,0

1 - Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior;

2 - Realocações: (I) no 1T14, referente à recomposição de operação baixada e recuperada de prejuízo no mês;

3 - Inclui o resultado com juros, as receitas de compulsórios rentáveis, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado.

No 1T15, a Margem Financeira Bruta (MFB) alcançou R\$ 13.978 milhões crescimento de 17,6%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A elevação de R\$ 2.941 milhões nas receitas de operação de crédito e de R\$ 896 milhões no resultado de tesouraria foram parcialmente compensadas pela elevação nas despesas com captação e captação institucional. Destacam-se as linhas abaixo na sua composição:

I. Receita Financeira com Operações de Crédito atingiu R\$ 22.777 milhões no período, incremento de 14,8%, justificado, sobretudo, pelo aumento das receitas em virtude do maior volume e de reprecificação da carteira;

II. Despesas Financeiras de Captação e Captação Institucional cresceram no período 17,9% e 13,3%, respectivamente, devido ao aumento no volume de recursos captados e crescimento de 17% da taxa efetiva do CDI. A estratégia de diversificação do portfólio de captações do BB minimizou o aumento da despesa de Captação;

III. Resultado de Tesouraria registrou R\$ 3.285 milhões no período, evolução de 37,5%, reflexo principalmente do aumento na média de saldo diário de TVM, da elevação de 16,4% da TMS e da variação cambial no período.

5.2. Receita Financeira com operações de Crédito

Tabela 94. Receita Financeira de Operação de Crédito

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	19.836	22.291	22.777	14,8	2,2
Operações de Crédito - PF	7.556	8.229	8.316	10,1	1,1
Operações de Crédito - PJ	7.438	8.894	8.959	20,4	0,7
Operações de Crédito - Agronegócio	3.469	4.121	4.359	25,7	5,8
Receita de Equalização	1.203	1.565	1.801	49,7	15,1
Operações de Crédito - Rede Externa	1.125	855	936	(16,8)	9,4
Op. de Venda ou de Transf. de Ativos Financeiros	173	110	109	(36,9)	(1,3)
Demais Operações de Crédito	38	45	56	47,3	24,1
Operações de Arrendamento Mercantil	38	37	44	15,2	19,1

A elevação no trimestre de R\$ 486 milhões nas receitas de operações de crédito foi influenciada principalmente pela alta nas receitas de equalização, que subiram R\$ 236 milhões no período. Merece destaque também a linha de PF, com alta de R\$ 87 milhões.

No comparativo 12 meses a alta de R\$ 2.941 milhões foi influenciada principalmente pela elevação de 13,4% da MSD no período e reprecificação da carteira.

5.3. Despesa Financeira de Captação

As despesas financeiras de captação abrangem as operações realizadas com clientes, exceto as operações compromissadas com títulos privados. Também fazem parte da composição das despesas com captação o resultado das aplicações compulsórias e a despesa com o FGC.

Tabela 95. Despesa de Captação¹

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Despesa Financeira de Captação	(8.030)	(9.267)	(9.470)	17,9	2,2
Despesas de Captação com Depósitos	(7.417)	(7.557)	(7.312)	(1,4)	(3,2)
Depósitos a prazo	(2.837)	(2.387)	(2.136)	(24,7)	(10,5)
Depósitos de poupança	(2.335)	(2.530)	(2.495)	6,9	(1,4)
Depósitos judiciais	(2.246)	(2.639)	(2.681)	19,4	1,6
Emissão de títulos	(1.877)	(2.826)	(3.184)	69,6	12,7
Letra de crédito do agronegócio - LCA	(1.797)	(2.579)	(2.799)	55,7	8,5
Letra de crédito imobiliário - LCI	(80)	(247)	(385)	381,1	56,1
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.420	1.279	1.190	(16,1)	(6,9)
Fundo Garantidor Créditos - FGC	(156)	(163)	(165)	6,1	1,1

1 – Não considera despesas de operações compromissadas com títulos privados.

Na comparação com o trimestre anterior, as despesas cresceram R\$ 203 milhões. A queda nas despesas com depósitos a prazo foi mais que compensada pela elevação nas despesas com LCA e LCI. No caso da LCA (alta de R\$ 219 milhões no período) mais de 80% do crescimento pode ser atribuído à elevação de 7,1% na MSD. A evolução da LCI (alta de R\$ 138 milhões) apresenta tendência semelhante, com o crescimento de 53,6% na MSD.

Já em relação ao mesmo período do ano anterior, a despesa total cresce R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 1,0 bilhão referente a despesas com LCA, a principal responsável pela movimentação da linha, impulsionada principalmente pelo aumento de 32,9% na MSD. O restante da elevação é justificado pelo aumento da taxa média (elevação de 17% 1T14/1T15 no CDI acumulado).

5.4. Despesa Financeira de Captação Institucional

A tabela a seguir apresenta a abertura das despesas de captação institucional. A composição da linha foi revisada, passando a considerar CDB Subordinado, TVM no Exterior, Letras Financeiras e Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses, de forma a apresentar um conceito mais abrangente das despesas, excluindo variação cambial.

Tabela 96. Despesa de Captação Institucional

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Despesa Financeira de Captação Institucional	(3.122)	(3.213)	(3.537)	13,3	10,1
Despesas com dívida subordinada no exterior	(111)	(124)	(137)	23,3	11,0
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(344)	(461)	(516)	49,9	12,0
CDB Subordinado	(138)	(122)	(117)	(15,4)	(4,7)
Títulos e valores mobiliários no exterior	(250)	(295)	(279)	11,6	(5,4)
Letras Financeiras	(706)	(960)	(1.054)	49,3	9,8
Op. De Emp., Cessões e Repasses	(1.573)	(1.252)	(1.434)	(8,8)	14,6

A linha de Despesa de Captação Institucional subiu R\$ 324 milhões no 1T15 em relação ao 4T14.

Destaque para as despesas com Operações por Empréstimos, Cessão e Repasse, que subiram R\$ 182 milhões, impactadas também pela taxa (TJLP: 4T14: 5,0% e 1T15: 5,5%).

Considerando o mesmo período do ano anterior, as despesas cresceram R\$ 415 milhões, sendo R\$ 348 milhões em Letras Financeiras, devido ao crescimento da MSD e também da evolução de 17% do CDI no período.

Também influenciaram no resultado as emissões realizadas em 2014: € 417 milhões (linha de despesa com dívida subordinada no exterior) e USD 2,5 bilhões (linha de IHCD).

A tabela abaixo mostra o custo de captação dos depósitos no BB em comparação à taxa média Selic do período. Observou-se recuo em relação ao trimestre anterior, em função da TMS acumulada no 1T15 ser 1,6% maior do que a observada no trimestre anterior, o que gerou uma diminuição do custo em percentual da Selic nas linhas indexadas à TR.

Tabela 97. Captações vs. Taxa Selic

R\$ milhões	1T14			4T14			1T15		
	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic
Depósitos Totais	568.788	(9.428)	68,8	570.054	(10.331)	48,5	578.593	(10.323)	46,8
Depósitos a Prazo	137.058	(2.837)	85,4	102.882	(2.387)	83,5	93.594	(2.136)	80,8
Depósitos a Prazo - Depósitos Judiciais	103.831	(2.246)	89,2	113.291	(2.639)	83,8	117.388	(2.681)	80,9
Depósitos de Poupança	143.363	(2.335)	67,2	148.551	(2.530)	61,3	146.207	(2.495)	60,4
Letras de Crédito do Agronegócio	86.444	(1.797)	85,7	104.863	(2.579)	88,5	115.153	(2.799)	86,1
Depósitos Interfinanceiros	27.449	(214)	32,1	29.525	(195)	23,7	34.100	(212)	22,0
Depósitos à Vista	70.642	-	-	70.942	-	-	72.151	-	-
Captações no Mercado Aberto	274.799	(6.812)	102,2	314.639	(8.987)	102,8	330.617	(9.702)	103,9
Total	843.586	(16.241)	79,7	884.693	(19.318)	67,8	909.210	(20.024)	67,6

5.5. Receita de recuperação de Crédito

A receita de recuperação de crédito no 1T15 foi de R\$ 923 milhões, queda de 13,3% em relação ao 4T14 e alta de 14,1% em relação ao 1T14.

Mais informações sobre o processo e saldos de operações de Recuperação de Crédito podem ser encontradas nos capítulos 3.2 e 3.3 desse relatório.

Tabela 98. Recuperação de Crédito

R\$ milhões	Var. %				
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Recuperação de Crédito	809	1.065	923	14,1	(13,3)

5.6. Resultado de Tesouraria

O resultado de tesouraria abrange o resultado com juros e variação cambial de atividades típicas de tesouraria, além de conter o resultado da variação cambial incidente sobre receitas financeiras de operações de crédito e despesas de captação e captação institucional.

Tabela 99. Resultado de Tesouraria

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Resultado de Tesouraria	2.389	2.606	3.285	37,5	26,0
Res. Títulos e Valores Mobiliários	8.870	11.209	12.328	39,0	10,0
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(6.812)	(8.987)	(9.702)	42,4	8,0
Res. Fin. das Op. com Seg., Previd. e Capitaliz.	286	389	469	63,8	20,5
Resultado com Inst. Financeiros Derivativos	78	(70)	145	87,0	-
Outros Componentes de Tesouraria ¹	(32)	65	45	-	(31,3)

1 – Contém itens não discriminados na abertura do resultado de tesouraria, inclusive variação cambial.

A linha de Tesouraria apresentou crescimento de R\$ 679 milhões em relação ao 4T14, com alta de R\$ 1,1 bilhão em resultado com TVM e de R\$ 715 milhões com despesas de captação no mercado aberto. A seguir, a análise dos componentes do resultado de tesouraria.

Resultado com TVM

O Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários encerrou o trimestre em R\$ 12.328 milhões, aumento de 10,0% em relação ao 4T14, influenciado pela linha de aplicações interfinanceiras de liquidez.

Comparando com 1T14, o crescimento de R\$ 3.458 milhões em TVM devido a alta de R\$ 2.830 milhões nas aplicações interfinanceiras de liquidez, devido ao crescimento de saldo e TMS no período.

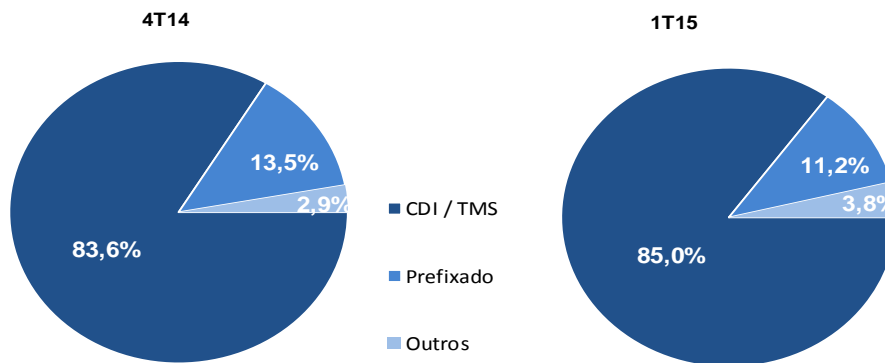
Na tabela a seguir evidenciam-se os resultados das operações de todo o conglomerado (incluindo empresas não financeiras, BB Banco de Investimento, Banco Votorantim, subsidiárias e agências no exterior) apresentando apenas as operações classificadas pelo Banco Central como TVM/Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

Tabela 100. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Res. Títulos e Valores Mobiliários	8.870	11.209	12.328	39,0	10,0
Res. Títulos de Renda Fixa	8.792	11.173	12.224	39,0	9,4
Reavaliação - Curva	2.700	3.096	3.392	25,6	9,6
Resultado das Negociações	18	15	(36)	-	-
Marcação a Mercado	63	(55)	28	(55,9)	-
Aplicações Interf. de Liquidez	5.972	8.104	8.802	47,4	8,6
Rendas no Exterior	39	13	38	(2,4)	196,0
Demais	78	36	104	33,2	192,1

A figura a seguir apresenta a classificação da carteira de títulos do Banco Múltiplo por tipo de indexador.

Figura 38. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo)



Como pode ser observado no gráfico acima, ocorreu um aumento da posição ativa do Banco Múltiplo em títulos pós-fixados atrelados a CDI/TMS, movimento que está em linha com o crescimento das posições passivas do Banco em taxas pós-fixadas.

Como o gráfico apresenta a posição de títulos apenas do Banco Múltiplo, ele não necessariamente representa a exposição de todo o conglomerado.

As tabelas a seguir demonstram a abertura da carteira de TVM.

Tabela 101. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado

R\$ milhões	Saldos						Var. %	
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	s/ Mar/14	s/ Dez/14
Títulos e Valores Mobiliários	195.618	100,0	224.153	100,0	233.105	100,0	19,2	4,0
Títulos Disponíveis p/ Negociação	82.654	42,3	101.939	45,5	107.822	46,3	30,4	5,8
Títulos Disponíveis p/ Venda	97.312	49,7	104.367	46,6	109.158	46,8	12,2	4,6
Títulos Mantidos até o Vencimento	15.652	8,0	17.847	8,0	16.125	6,9	3,0	(9,6)

Tabela 102. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado

R\$ milhões	Até 1 ano		1 a 5 anos		5 a 10 anos		Acima de 10 anos		Total
	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	
Jun/13	54.079	28,4%	98.112	51,6%	24.132	12,7%	13.848	7,3%	190.171
Set/13	59.680	30,7%	91.278	46,9%	30.075	15,5%	13.406	6,9%	194.438
Dez/13	63.913	31,7%	95.361	47,4%	27.623	13,7%	14.409	7,2%	201.306
Mar/14	72.194	36,9%	84.521	43,2%	26.145	13,4%	12.758	6,5%	195.618
Jun/14	76.774	36,9%	89.802	43,2%	29.098	14,0%	12.439	6,0%	208.113
Set/14	101.193	48,2%	75.255	35,9%	21.117	10,1%	12.342	5,9%	209.908
Dez/14	77.543	34,6%	94.768	42,3%	37.456	16,7%	14.387	6,4%	224.153
Mar/15	76.717	32,9%	96.419	41,4%	45.123	19,4%	14.845	6,4%	233.105

Tabela 103. Instrumentos Financeiros Derivativos

R\$ milhões	Saldos			Var. %	
	Mar/14	Dez/14	Mar/15	s/ Mar/14	s/ Dez/14
Instrumentos Financ. Derivativos	1.611	2.201	3.754	133,1	70,5

A tabela seguinte apresenta o Saldo de Liquidez, diferença entre os Ativos e Passivos de Liquidez.

Tabela 104. Saldo da Liquidez

R\$ milhões	Saldos						Var. %	
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	s/ Mar/14	s/ Dez/14
Ativos de Liquidez (A)	499.775	100,0	540.667	100,0	604.194	100,0	20,9	11,7
Disponibilidades	10.993	2,2	13.787	2,5	16.537	2,7	50,4	19,9
Aplicações Interfinanceiras	292.331	58,5	304.237	56,3	351.658	58,2	20,3	15,6
TVM (exceto vincul. ao Bacen)	196.451	39,3	222.643	41,2	235.999	39,1	20,1	6,0
Passivos de Liquidez (B)	310.000	100,0	337.014	100,0	376.461	100,0	21,4	11,7
Depósitos Interfinanceiros	27.447	8,9	30.969	9,2	37.554	10,0	36,8	21,3
Captações no Mercado Aberto	282.553	91,1	306.046	90,8	338.907	90,0	19,9	10,7
Saldo da Liquidez (A-B)	189.774		203.652		227.733		20,0	11,8

Captação no Mercado Aberto

As despesas de captação no Mercado Aberto constituem principalmente despesas incorridas com operações compromissadas lastreadas com títulos em carteira própria e de terceiros. Incluem também despesas com depósitos interfinanceiros.

Tabela 105. Despesa de Captação no Mercado Aberto

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(6.812)	(8.987)	(9.702)	42,4	8,0
Carteira de terceiros	(5.209)	(7.297)	(7.889)	51,4	8,1
Carteira própria	(1.382)	(1.488)	(1.571)	13,7	5,6
Carteira de livre movimentação	(8)	(3)	(4)	(45,2)	24,1
Depósitos interfinanceiros	(214)	(195)	(212)	(0,7)	8,8
Outras Operações de Captação no Mercado	(0)	(3)	(25)	-	816,8

No 1T15, dos R\$ 715 milhões de crescimento nas despesas de captação no mercado aberto, R\$ 592 milhões se referem à carteira de terceiros, motivada pela alta de 5,7 % na MSD no período.

Em relação ao 1T14, pode-se perceber movimento semelhante, sendo o principal motivador a alta de 24% na MSD em operações com títulos lastreados em carteira de terceiros.

Outros Componentes de Tesouraria

O grupamento outros componentes de tesouraria contém, além dos resultados de ganho/perda cambial sobre o PL no exterior e hedge fiscal, a variação cambial incidente nas linhas de operação de crédito, captação e captação institucional entre outras, registradas na linha “demais”.

Tabela 106. Outros Componentes de Tesouraria

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Outros Componentes de Tesouraria	(32)	65	45	-	(31,3)
Ganho (Perda) Cambial s/ PL no Ext.	(480)	599	1.708	-	185,2
Hedge Fiscal	(189)	392	1.387	-	254,1
Resultado de Operações de Câmbio	56	124	224	-	79,9
Outros Rec. Op. com Caract. de Interm.	306	26	(21)	-	-
Demais	275	(1.076)	(3.253)	-	202,3

No 1T15, houve queda de R\$ 20 milhões em relação ao 4T14, apesar da variação cambial do período (alta de 21% no 1T15), sendo que os impactos positivos do ganho cambial sobre PL no exterior, hedge fiscal e variação cambial em operações de crédito foram compensados por perdas com variação cambial em Operações de Empréstimos, Cessão e Repasse.

5.7. Análise de Ativos e Passivos

5.7.1. Análise de Ativos

Tabela 107. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral)

R\$ milhões	4T14			1T15		
	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²
Ativos Rentáveis	1.257.864	34.836	11,5	1.304.853	36.371	11,6
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	533.381	11.209	8,7	569.332	12.328	8,9
Operações de Crédito + Leasing ⁴	664.669	22.291	14,1	679.063	22.777	14,1
Depósito Compulsório Rentável	53.874	1.279	9,8	47.706	1.190	10,4
Demais	5.940	57	3,9	8.752	76	3,5
Ativos Não Rentáveis	186.194			191.142		
Créditos Tributários	29.776			33.236		
Demais Ativos	135.208			136.017		
Ativo Permanente	21.209			21.889		
ATIVO TOTAL	1.444.057			1.495.994		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa trimestral anualizada;

3 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;

4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas;

5.7.2. Análise de Passivos

Tabela 108. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral)

R\$ milhões	4T14			1T15		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.076.762	(20.142)	7,7	1.118.033	(21.400)	7,9
Depósitos de Poupança	148.551	(2.530)	7,0	146.207	(2.495)	7,0
Depósitos Interfinanceiros	29.525	(195)	2,7	34.100	(212)	2,5
Depósitos a Prazo	216.173	(2.387)	4,5	210.982	(2.136)	4,1
Captações no Mercado Aberto	314.639	(8.987)	11,9	330.617	(9.702)	12,3
Obrig. por Emprést. e Rep. no Exterior	21.400	(309)	5,9	25.176	(263)	4,2
Obrig. por Emprést. e Repasses no País	90.874	(943)	4,2	93.712	(1.171)	5,1
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	10.157	(57)	2,3	11.695	(138)	4,8
Dívida Subordinada	85.577	(1.604)	7,7	89.933	(1.820)	8,3
Obrigações com T.V.M. no Exterior	33.272	(295)	3,6	32.917	(279)	3,4
Letras de Crédito do Agronegócio	104.863	(2.579)	10,2	115.153	(2.799)	10,1
Demais Letras Bancárias ³	21.731	(256)	4,8	27.541	(385)	5,7
Demais Passivos	367.296			377.961		
Depósitos à Vista	70.942			72.151		
Outros Passivos	222.741			230.946		
Patrimônio Líquido	73.612			74.864		
PASSIVO TOTAL	1.444.057			1.495.994		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa trimestral anualizada;

3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

5.7.3. Análise Volume e Taxa

Tabela 109. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral

R\$ milhões	4T14	1T15	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.257.864	1.304.853	46.989
Margem Financeira Bruta (b)	13.482	13.978	495
Spread - % (b/a)	1,0718	1,0712	(0,0006)
Ganho/(Perda) com Volume ²			504
Ganho/(Perda) com Taxa ³			(8)
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa ⁴			(0)

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior líq. da MFB anterior;

3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual;

4 - Ganho/(Perda) combinado dos dois efeitos supracitados.

A seguir apresenta-se a evolução da Margem Global.

Tabela 110. Margem Global

%	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Spread Global ¹	4,5	4,4	4,3	4,1	4,1	4,2	4,4	4,4
Spread Ajustado pelo risco ²	2,9	2,9	2,8	2,7	2,6	2,6	2,7	2,5

1 - Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado;

2 - Margem Financeira Líquida (MFB menos PCLD)/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Tabela 111. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

R\$ milhões	1T14	4T14	1T15
Saldo Médio dos Ativos Rentáveis (a)	1.172.921	1.257.864	1.304.853
Saldo Médio dos Passivos Onerosos (b)	1.013.259	1.076.762	1.118.033
Margem Financeira Bruta (c)	11.882	13.482	13.978
Receita Líquida de Juros (d)	12.978	14.694	14.972
Receitas de Juros (1.d)	30.200	34.836	36.371
Despesas de Juros (2.d)	(17.221)	(20.142)	(21.400)
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta ¹ (e)	(1.096)	(1.211)	(994)
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis - % (b/a)	86,4	85,6	85,7
Rentabilidade Média dos Ativos ^{2 4} - % (1.d/a)	10,7	11,5	11,6
Custo Médio dos Passivos ^{2 4} - % (2.d/b)	7,0	7,7	7,9
Margem de Lucro Líquida ^{2 3} - %	3,7	3,9	3,7
Margem Líquida de Juros ² - % (d/a)	4,5	4,8	4,7
Spread Global ² - % (c/a)	4,1	4,4	4,4

1 - Contém derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de op. de câmbio, recuperação de créd. baixados como prejuízo, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira;

2 - Taxas anualizadas;

3 - Diferença entre a taxa média dos ativos rentáveis e a taxa média dos passivos onerosos;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

O saldo médio dos ativos rentáveis atingiu R\$ 1.304,8 bilhões no 1T15, evolução de 3,7% na comparação com trimestre anterior. A taxa média anualizada alcançou 11,6%.

Também na comparação com o 4T14, os saldos médios dos Passivos Onerosos cresceram 3,8%, saindo de R\$ 1.076,7 bilhões para R\$ 1.118,0 bilhões. A taxa média anualizada encerrou o período com 7,9%.

Os quadros a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos, nos períodos em análise.

Tabela 112. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)

R\$ milhões	1T15/4T14			1T15/1T14		
	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³
Ativos Rentáveis⁵	1.310	226	1.536	3.677	2.494	6.172
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	778	341	1.119	1.980	1.478	3.458
Operações de Crédito + Leasing	483	3	486	2.110	831	2.941
Depósito Compulsório Rentável	(154)	66	(88)	(665)	436	(229)
Demais	24	(6)	19	37	(34)	3
Passivos Onerosos⁵	(614)	(644)	(1.258)	(2.005)	(2.173)	(4.178)
Depósitos de Poupança	40	(4)	36	(49)	(112)	(160)
Depósitos Interfinanceiros	(28)	11	(17)	(41)	43	2
Depósitos a Prazo	53	199	251	303	398	701
Captações no Mercado Aberto	(469)	(246)	(715)	(1.638)	(1.252)	(2.890)
Obrig. por Emprést. e Repasses no Exterior	(39)	85	46	(77)	452	375
Obrig. por Emprést. e Repasses no País	(35)	(193)	(229)	(44)	(193)	(237)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(18)	(63)	(81)	(47)	20	(27)
Dívida Subordinada	(88)	(128)	(216)	(342)	(317)	(659)
Obrigações com T.V.M. no Exterior	3	13	16	18	(47)	(29)
Letras de Crédito do Agronegócio	(250)	31	(219)	(698)	(304)	(1.001)
Demais Letras Bancárias ⁴	(81)	(48)	(129)	(155)	(99)	(254)

1 - Variação Líquida – Taxa Média;

2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

4 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

5 - Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3.

5.8. Margem Gerencial de Crédito

A apuração da margem financeira gerencial é auferida considerando:

- 1 Receitas financeiras, classificadas por tipos de carteiras;
- 2 Custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras.

Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a TMS. No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

A partir do 1T15 foi aprimorada a metodologia de cálculo do spread, que passará a considerar, para efeito de cálculo, a carteira orgânica país. De forma a manter a comparabilidade, a série histórica foi revista.

Tabela 113. Margem Gerencial

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Operações de Crédito	8.698	9.797	9.828	13,0	0,3
Pessoa Física	3.814	4.156	4.162	9,1	0,2
Pessoa Jurídica ¹	3.011	3.459	3.375	12,1	(2,4)
Agronegócios	1.758	2.026	2.113	20,2	4,3

1 – Não inclui operações com o Governo.

Taxa Gerencial

A tabela seguinte apresenta o spread gerencial segmentado por tipo de operações. A taxa é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios.

No 1T15 a queda na taxa PF motivada principalmente pelo crescimento em linhas mais seguras, porém, com menor spread, em especial, crédito imobiliário e consignado.

Na linha de PJ, a queda no spread foi motivada pela maior participação no segmento Atacado.

Tabela 114. Taxa por Carteira

%	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Operações de Crédito	7,6	7,3	7,0	6,8	7,1	7,0	7,0	6,9
Pessoa Física	16,0	15,4	14,6	13,9	13,9	14,0	13,8	13,5
Pessoa Jurídica ¹	5,6	5,3	5,2	5,3	5,5	5,5	5,7	5,5
Agronegócios	4,7	4,7	4,7	4,8	4,9	5,1	5,1	5,2

1 – Não inclui operações com o Governo.

6 - Negócios Não Financeiros

6.1. Rendas de Tarifas

A atuação do Banco busca alcançar a excelência no relacionamento com os clientes e favorece a expansão do volume de negócios, contribuindo para a diversificação das rendas de tarifas. No 1T15, as rendas de tarifas atingiram R\$ 6,3 bilhões, evolução de 9,9% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior.

A retração nas tarifas de cartões de crédito e débito, em relação ao 4T14, é explicada pela sazonalidade. Historicamente, as rendas de tarifas no quarto trimestre têm seu desempenho mais positivo, devido às festividades de natal e gastos com férias. Cabe ressaltar que, mesmo após a criação da nova empresa, Cateno, com impacto nas receitas do mês de março, a variação na renda de tarifas de cartões, frente ao 1T14, foi positiva em 9,4%.

O crescimento significativo na arrecadação de tarifas de administração de fundos, de 15,3%, reflete diretamente o crescimento de volume de recursos administrados, maior em 15,1% frente ao 4T14, conforme Ranking ANBIMA atualizado.

Na tabela a seguir demonstramos a composição das rendas de tarifas do Banco do Brasil.

Tabela 115. Rendas de Tarifas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Rendas de Tarifas	5.741	6.797	6.309	9,9	(7,2)
Cartão de Crédito/Débito	1.502	1.806	1.643	9,4	(9,1)
Conta-corrente	959	1.051	1.019	6,3	(3,0)
Administração de Fundos	938	1.110	1.081	15,3	(2,6)
Oper. de Crédito e Garantias Prestadas	560	631	531	(5,2)	(15,9)
Cobrança	351	397	419	19,5	5,5
Seguros, Previdência e Capitalização	290	409	252	(13,4)	(38,5)
Arrecadações	227	253	260	14,2	2,4
Interbancária	179	197	186	3,6	(5,7)
Rendas do Mercado de Capitais	97	129	174	79,9	34,8
Serviços Fiduciários	104	116	113	8,9	(2,0)
Outros	534	697	633	18,5	(9,3)

A seguir apresentamos a base de clientes e de contas-correntes do Banco do Brasil.

Tabela 116. Base de Clientes e Contas-correntes

R\$ mil	Posição				Var. %		
	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15	s/ Mar/14	s/ Dez/14
Base de Clientes	61.548	61.570	61.775	61.645	61.969	0,7	0,5
Contas-correntes	38.788	38.722	39.039	38.085	38.212	(1,5)	0,3
Pessoa Física	36.363	36.278	36.552	35.655	35.781	(1,6)	0,4
Pessoa Jurídica	2.425	2.444	2.487	2.430	2.431	0,3	0,1

6.2. Negócios de Cartões

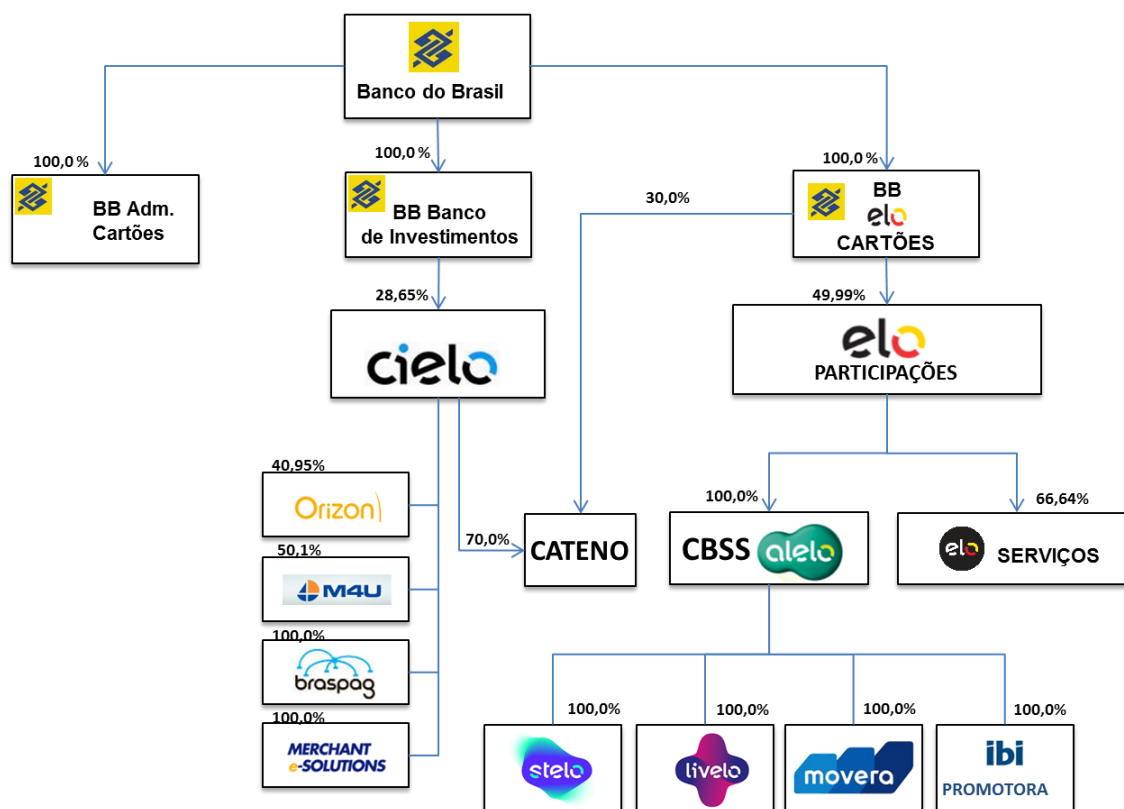
O Banco do Brasil, fortalecendo sua estratégia de ampliação dos resultados com os negócios de cartões, tem diversificado sua atuação por meio de lançamento de novos produtos e soluções, tanto para segmentos tradicionais, que são as compras em estabelecimentos comerciais com cartões BB, quanto para novos segmentos comerciais.

A busca de sinergias e ampliação dos negócios em parceria com as empresas coligadas complementam os alicerces da estratégia.

A seguir é apresentado o organograma dos principais negócios de meios eletrônicos de pagamento, nos quais o Banco do Brasil possui participação societária direta ou indireta, incluindo a Cateno, empresa que irá explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas

e de gestão da funcionalidade de compras via débito. Livelo e Stelo encontram-se em fase pré-operacional.

Figura 39. Organograma Negócios de Cartões – Principais Empresas¹



1 – Considera a posição de 31/03/2015.

6.2.1. Emissão de Cartões

O BB é um dos principais emissores das bandeiras Visa, Mastercard e Elo, posição alcançada devido à ampla base de clientes e à estratégia de atuação diversificada, além da plataforma de emissão de cartões de múltiplas funções (crédito, débito, bancária e crediário).

Ao final de Mar/15, a base total de cartões emitidos atingiu R\$ 79,9 milhões, entre cartões de crédito, débito e pré-pagos, redução de 1,6% em relação a Dez/14.

Tabela 117. Base de Cartões

Em milhares	Mar/14	Dez/14	Mar/15	Var. %	
				s/ Mar/14	s/ Dez/14
Base de Cartões	80.847	81.168	79.851	(1,2)	(1,6)
Cartões de Crédito	22.222	23.377	22.878	3,0	(2,1)
Cartões de Débito/Pré-Pago	58.625	57.792	56.973	(2,8)	(1,4)

A base de cartões do BB com uso recorrente – pelo menos uma transação de compra nos últimos 30 dias – atingiu, em Mar/15, o patamar de 9,2 milhões na função crédito e 11,1 milhões na função de débito. Esses números reforçam o alto potencial de crescimento dos negócios de cartões junto à significativa base de clientes portadores de cartão já existente no Conglomerado BB.

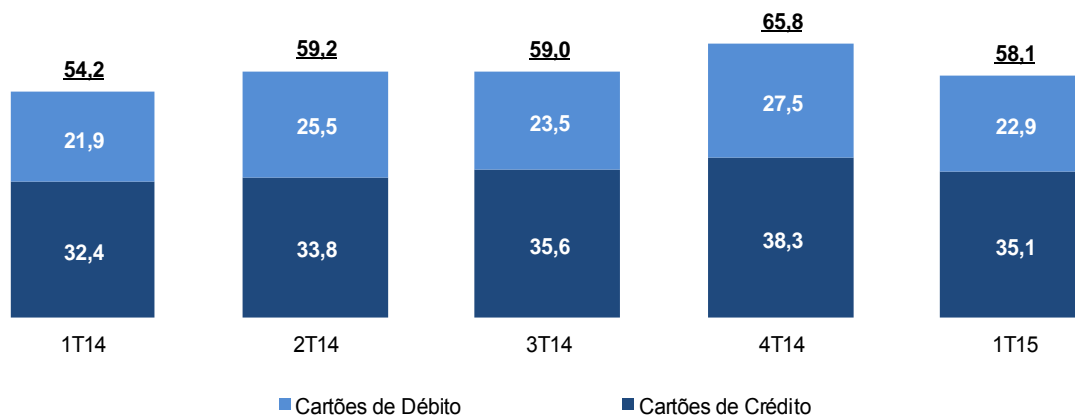
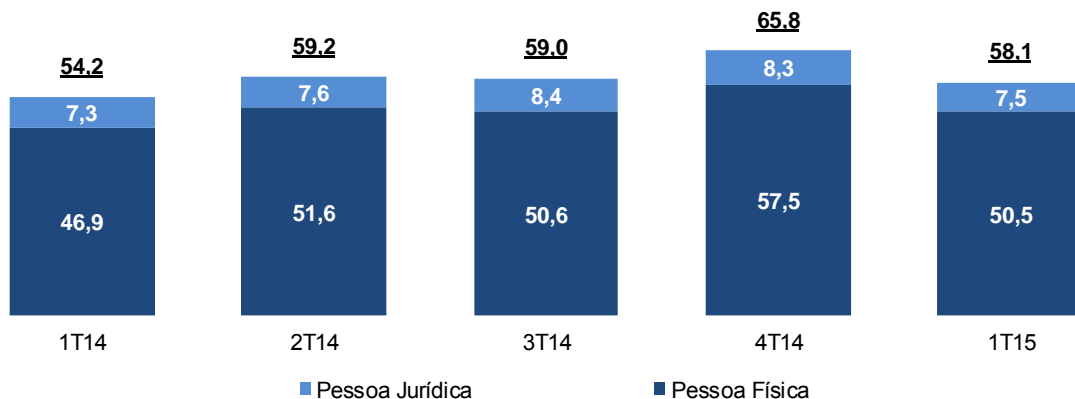
Como um dos grandes pioneiros no processo de emissão de cartões com *chip*, o BB detém 100% da sua base de cartões de múltiplas funções com essa tecnologia, resultando em maior segurança e eficiência operacional em suas transações.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de transações com cartões do BB. A evolução desse indicador, frente ao mesmo período do ano anterior, demonstra o potencial de geração de receitas para o Banco.

Tabela 118. Quantidade de Transações

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Quantidade de Transações	501	590	539	7,6	(8,7)
Cartões de Crédito	211	243	225	7,0	(7,2)
Cartões de Débito/Pré-Pagos	290	347	313	8,1	(9,8)

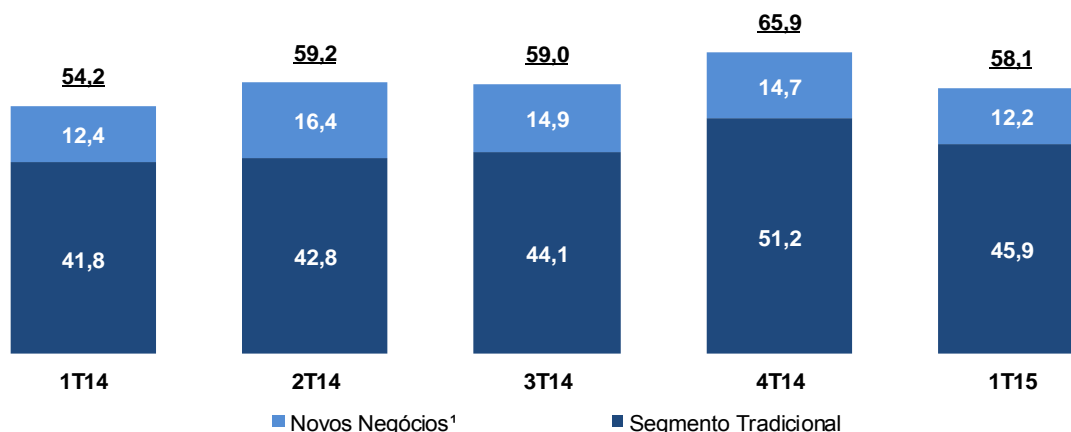
O volume financeiro transacionado por meio de cartões - faturamento total - do Banco do Brasil, no 1T15, alcançou R\$ 58,1 bilhões, crescimento de 7,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando somente o segmento tradicional, o crescimento alcançou 9,8% na mesma base de comparação. A queda, frente ao 4T14, é explicada pela sazonalidade do negócio.

Figura 40. Faturamento Total de Cartões – R\$ bilhões**Figura 41.** Faturamento Total de Cartões por Tipo de Personalidade Jurídica – R\$ bilhões

A estratégia de diversificação dos negócios de cartões permite a renovação constante do portfólio e a manutenção do ritmo de crescimento de forma mais equilibrada. Soluções que levam o cartão para novas cadeias de negócios, tais como o agronegócio, financiamentos para investimentos, compras empresariais e crediário, permitem que o Banco avance na substituição de outros meios de pagamentos.

No 1T15, 21,0% do faturamento com cartões teve sua origem a partir da inovação de modelos de negócios e de novas soluções, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura 42. Faturamento Total de Cartões por Tipo de Segmento Negocial – R\$ bilhões



1 – Representa o volume de transações com Ourocard Agronegócios, Ourocard Crediário, Cartão BNDES, pagamento de títulos com cartão, Ourocard Pré-pago e Alelo e compras B2B/empresariais com cartões.

6.2.2. Bandeira Elo

No fluxo trimestral, a variação negativa decorre da sazonalidade dos novos negócios, que se referem a transações de pagamento de contas com grandes empresas, muito suscetíveis às variações de taxas de juros e às liberações de recursos de agronegócio

Tabela 119. Base de Cartões e Faturamento com Cartões Elo Banco do Brasil

	Var. %				
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Faturamento - R\$ milhões	4.253	4.919	3.410	(19,8)	(30,7)
Base de Cartões - milhares	6.987	7.066	6.986	(0,0)	(1,1)

6.2.3. Resultado de Serviço de Cartões

O resultado de serviços de cartões advém, principalmente, da emissão e utilização dos cartões nas funções crédito, débito e crediário pelos clientes. Inclui também o resultado dos serviços de credenciamento e adquirência, cartões pré-pagos/voucher e de bandeira de cartões, que são prestados pelas coligadas do Banco.

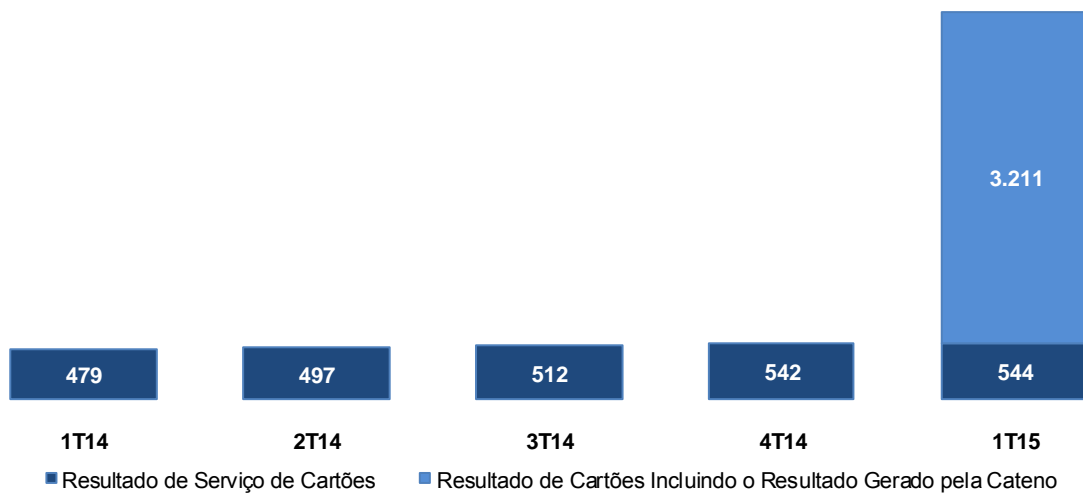
O resultado de serviços não abrange as receitas e despesas financeiras oriundas do pagamento mínimo ou parcial da fatura (crédito rotativo), porém, contempla os custos administrativos e operacionais diretamente relacionados ao negócio cartão .

No 1T15, o resultado após a tributação foi de R\$ 544 milhões, crescimento de 13,6%, quando comparado a 1T14. Cabe ressaltar que o desempenho do grupo Cielo foi impactado pelas despesas não recorrentes para constituição da Cateno e pelo resultado operacional do mês de março da nova empresa. No resultado registrado pela BB Elo Cartões, não estão contempladas as despesas referentes à constituição da nova empresa.

O ritmo de crescimento no resultado de serviços de cartões, excluindo o efeito da sazonalidade, decorre principalmente do aumento no volume de negócios, busca constante de maior eficiência operacional e ampliação e diversificação de negócios com clientes e com empresas coligadas.

O resultado dos serviços de cartões, incluindo o resultado gerado pela Cateno, foi de R\$ 3,755 bilhões, conforme demonstrado na próxima figura.

Figura 43. Resultado de Serviço de Cartões BB – R\$ milhões



Nas tabelas a seguir é apresentado o detalhamento do resultado dos serviços de cartões e o respectivo resultado após a tributação.

Tabela 120. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 1T15

R\$ milhões	BB Emissor ¹	Cielo	BB Elo Cartões ²	Total
Receitas Operacionais Totais	982	947	265	2.194
Emissão	825	-	20	845
Adquirência	-	479	118	597
Outras Receitas	157	468	127	752
Despesas Operacionais Totais	(641)	(543)	(156)	(1.340)
Emissão	(636)	-	(16)	(652)
Adquirência	-	(532)	(83)	(615)
Outras Despesas	(5)	(11)	(56)	(72)
Resultado de Serviços de Cartões	341	404	109	854
IR/CSLL	(136)	(137)	(37)	(310)
Resultado Após Tributação	205	267	72	544

1 – Inclui BB Administradora de Cartões de Crédito.

2 – Inclui o resultado de Elo Serviços e CBSS – Alelo.

Tabela 121. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 4T14

R\$ milhões	BB Emissor ¹	Cielo	BB Elo Cartões ²	Total
Receitas Operacionais Totais	1.304	734	243	2.281
Emissão	1.164	-	11	1.175
Adquirência	-	491	139	630
Outras Receitas	140	243	93	476
Despesas Operacionais Totais	(865)	(396)	(161)	(1.422)
Emissão	(831)	-	(13)	(844)
Adquirência	-	(369)	(67)	(436)
Outras Despesas	(34)	(27)	(81)	(142)
Resultado de Serviços de Cartões	439	338	82	859
IR/CSLL	(175)	(114)	(28)	(317)
Resultado Após Tributação	264	224	54	542

1 – Inclui BB Administradora de Cartões de Crédito.

2 – Inclui o resultado de Elo Serviços e CBSS – Alelo.

Tabela 122. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 1T14

R\$ milhões	BB Emissor ¹	Cielo	BB Elo Cartões ²	Total
Receitas Operacionais Totais	1.032	618	182	1.832
Emissão	959	-	8	967
Adquirência	-	441	107	548
Outras Receitas	73	177	67	317
Despesas Operacionais Totais	(689)	(271)	(117)	(1.077)
Emissão	(681)	-	(13)	(694)
Adquirência	-	(253)	(67)	(320)
Outras Despesas	(8)	(18)	(37)	(63)
Resultado de Serviços de Cartões	343	347	65	755
IR/CSLL	(137)	(118)	(21)	(276)
Resultado Após Tributação	206	229	44	479

1 – Inclui BB Administradora de Cartões de Crédito.
2 – Inclui o resultado de Elo Serviços e CBSS – Alelo.

A tabela a seguir apresenta a composição das principais receitas e despesas consideradas na apuração do resultado operacional de serviços de cartões.

Tabela 123. Principais Receitas e Despesas – Serviço de Cartões

			
Linha do Resultado Operacional	Descrição dos principais itens de receitas e despesas		
Receitas Operacionais Totais			
Emissão	Intercâmbio, anuidade, tarifas sobre emissão de cartões, tarifas de contas pré-pagas, tarifas do programa de relacionamento PJ, receitas sobre operações de parcelamento da fatura do cartão, dentre outras.		Comissões e tarifas inerentes a emissão de meios de pagamento auferidas pela Alelo
Adquirência		Taxa de administração líquida (Net MDR), aluguel de POS, tarifas de conectividade, receitas de float, dentre outras.	Taxa de administração líquida (Net MDR), receitas de float, dentre outras.
Outras Receitas	Receitas com variação cambial positiva e outras comissões e receitas operacionais do cartão.	Antecipação comercial para estabelecimentos credenciados, dentre outras.	Royalties recebidos pela Bandeira ELO, dentre outras receitas da BB Elo Cartões e de suas participadas.
Despesas Operacionais Totais			
Emissão	Despesas de emissão e entrega de cartões, impressão, remessa e cobrança das faturas, royalties de bandeiras, programa de recompensas, central de atendimento ao cliente, comunicação e promoção, captura e processamento das transações, tributos diretos, perdas operacionais, dentre outras.		Despesas de emissão e entrega de cartões, perdas operacionais, central de atendimento ao cliente, suporte para vendas, tributos diretos sobre receitas de emissão dentre outras.
Adquirência		Custos dos serviços prestados, vendas e marketing, pessoal e administrativas, tributos diretos, dentre outras.	Captura e processamento de transações de adquirência, habilitação de estabelecimentos comerciais, despesas com parceiros, despesas com pagamentos a estabelecimentos comerciais, tributos diretos sobre receitas de adquirência, dentre outras.
Outras Despesas	Variação cambial negativa e outras despesas operacionais do cartão.	Ajustes a valor presente antecipação comercial para estabelecimento credenciados, custo de captação no mercado, dentre outras.	Processamento, marketing, despesa de pessoal, dentre outras despesas da BB Elo Cartões e das suas participadas.
Result. Oper. de Serviços de Cartões			
Efeito Tributário			
Result. Oper. de Serviços de Cartões Líq. de Tributos			

Descrição das Empresas do Segmento de Cartões

- I. **BB Administradora de Cartões de Crédito:** tem por objeto a administração e emissão de cartões de crédito e de débito, de vales alimentação e/ou refeição, de travelers cheques e atividades afins;
- II. **BB Elo Cartões:** tem por objeto a participação em outras sociedades;
- III. **Elo Participações:** empresa em sociedade com o Bradesco, que tem por objeto a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; a gestão de negócios e ativos de empresas controladas direta ou indiretamente; a prestação de serviços relacionados com atividades, transações e operações para empresas controladas direta ou indiretamente, bem como o licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade própria;
- IV. **Elo Serviços:** empresa em sociedade com o Bradesco e a Caixa Econômica Federal – CaixaPar, que tem por objeto a prestação de serviços relacionados a soluções e meios de pagamentos em geral, inclusive através de meios eletrônicos; o licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Sociedade ou o sub-licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes licenciados por terceiros para a Sociedade;
- V. **Cielo:** empresa em que o BB participa, em conjunto com o Bradesco e que tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; e a coleta de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais;
- VI. **Orizon:** empresa em que o BB participa indiretamente por meio da Cielo e que tem como objeto social o processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (*back office*) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias, na prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, atendimento em *call center* e outras soluções; na prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; e na locação ou comercialização de leitoras de cartões, outros equipamentos e sistemas de informática utilizados na prestação de seus serviços;
- VII. **M4 Produtos:** empresa em que o BB participa indiretamente por meio da Cielo e tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de *softwares*;
- VIII. **Braspag:** empresa em que o BB participa indiretamente por meio da Cielo e tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador; o processamento de transações eletrônicas; e os serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via internet;
- IX. **Merchant e-Solutions:** sediada nos Estados Unidos, empresa em que o BB participa indiretamente por meio da Cielo, tem como objeto social a prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito, compreendendo a autorização de transações, as liquidações financeiras e a notificação de transações aos estabelecimentos comerciais;
- X. **CBSS/Alelo:** empresa em sociedade com o Bradesco, que possui uma divisão de negócios que tem como objetivo principal a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamentos e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, *smart cards* e outros;
- XI. **IBI Promotora:** empresa em sociedade com o Bradesco, que possui uma divisão de negócios que tem por objeto a prestação de serviços de promoção de vendas, de representante e correspondente no país de instituições financeiras; a execução de contratos e convênios de prestação de serviços mantidos pela instituição contratante com terceiros; a prestação de serviços de exibição, divulgação e veiculação de materiais publicitários; a prestação de serviços de intermediação, agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos por sociedades corretoras de seguro ou quaisquer terceiros;

a prestação de serviços complementares de coleta de informações cadastrais e de documentação; a prestação de serviços de gestão comercial, de assessoria mercadológica, de gestão; a intermediação na comercialização de vendas de passagens aéreas, terrestres e marítimas, bem como pacote de viagens; a locação de bens móveis fungíveis, incluindo, mas não se limitando a *softwares*; a criação de estabelecimentos comerciais e lojas para a prestação de todo e qualquer serviço acima referido.

XII. Stelo: empresa de meios eletrônicos de pagamentos, em sociedade com o Bradesco, que irá administrar, operar e explorar os segmentos de facilitadoras de pagamentos voltada para o comércio eletrônico, bem como negócios de carteira digital.

XIII. Nivelo: empresa em sociedade com o Bradesco, que tem por objeto explorar negócios relacionados a programa de fidelidade por coalizão, que permitirá o acúmulo e resgate de pontos em diversos parceiros.

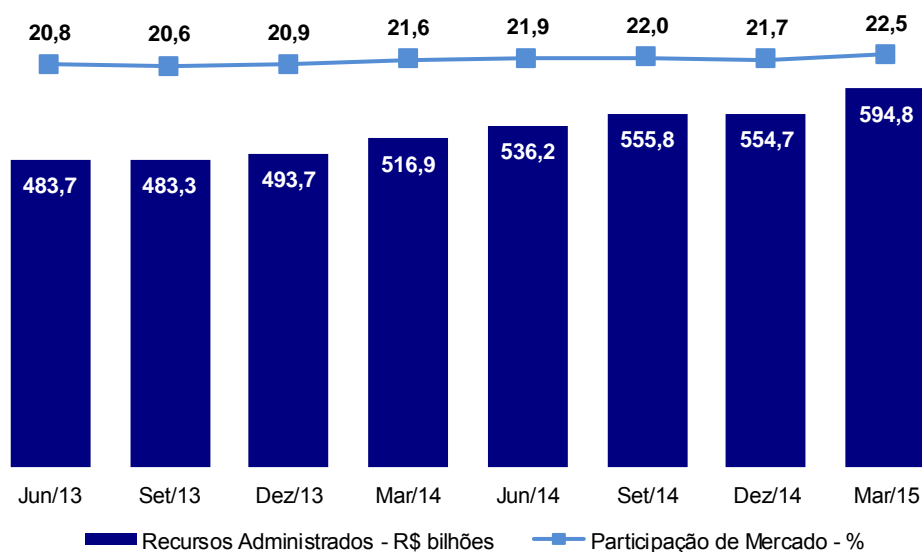
XIV. Cateno: empresa em sociedade com a Cielo, que tem por objeto explorar negócios relacionados às atividades de gestão de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito no âmbito dos arranjos de pagamento Ourocard.

6.3. Gestão de Recursos de Terceiros

A BB Gestão de Recursos DTVM S.A., com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo, tem como atividades principais a estruturação, instituição, administração e gestão de fundos, carteiras e clubes de investimento.

De acordo com o ranking de Administração de Recursos da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), a BB DTVM encerrou o primeiro trimestre de 2015 com saldo de R\$ 594,8 bilhões em recursos de terceiros geridos, e participação de mercado de 22,5%. Esse resultado representou um crescimento de 15,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Figura 44. Gestão de Recursos de Terceiros



Além dos recursos computados para efeito de ranking entre as instituições participantes do mercado, a BB DTVM detém R\$ 42,7 bilhões de patrimônio líquido em fundos extramercados.

A captação no 1T15 foi de R\$ 18,2 bilhões, com destaque para as categorias Curto Prazo, com captação de R\$ 9,5 bilhões; Previdência, R\$ 4,9 bilhões; e Renda Fixa, R\$ 4,2 bilhões.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o ranking de Administração de Recursos da ANBIMA, a BB DTVM é líder nos segmentos: Investidor Institucional, Poder Público e Varejo. As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos recursos administrados por segmento e produto.

Tabela 124. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento

R\$ bilhões	Saldos						Var. %	
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	s/ Mar/14	s/ Dez/14
Investidor Institucional	215.370	41,7	242.896	43,8	255.724	43,0	18,7	5,3
Poder Público	132.559	25,6	104.337	18,8	122.363	20,6	(7,7)	17,3
Varejo	50.988	9,9	67.571	12,2	70.136	11,8	37,6	3,8
Alta Renda	30.395	5,9	39.271	7,1	38.882	6,5	27,9	(1,0)
RPPS	27.945	5,4	33.376	6,0	35.842	6,0	28,3	7,4
Investidor Estrangeiro	19.571	3,8	22.270	4,0	25.896	4,4	32,3	16,3
Private	15.786	3,1	18.718	3,4	19.613	3,3	24,2	4,8
Middle Market	11.718	2,3	13.780	2,5	14.343	2,4	22,4	4,1
Corporate	12.581	2,4	12.505	2,3	12.043	2,0	(4,3)	(3,7)
Total	516.915	100,0	554.724	100,0	594.842	100,0	15,1	7,2

Tabela 125. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Tipo

R\$ milhões	Saldos						Var. %	
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	s/ Mar/14	s/ Dez/14
Fundos de Investimentos	504.706	97,6	542.399	97,8	582.168	97,9	15,3	7,3
Renda Fixa	214.224	41,4	220.175	39,7	234.335	39,4	9,4	6,4
Curto Prazo	82.620	16,0	78.202	14,1	90.300	15,2	9,3	15,5
Renda Variável	57.567	11,1	52.057	9,4	52.229	8,8	(9,3)	0,3
Referenciado DI	38.950	7,5	49.827	9,0	51.902	8,7	33,3	4,2
Multimercado	9.335	1,8	11.475	2,1	11.136	1,9	19,3	(2,9)
Outros	102.009	19,7	130.664	23,6	142.266	23,9	39,5	8,9
Carteiras Administradas	12.209	2,4	12.325	2,2	12.674	2,1	3,8	2,8
Renda Fixa	12.209	2,4	12.325	2,2	12.674	2,1	3,8	2,8
Total	516.915	100,0	554.724	100,0	594.842	100,0	15,1	7,2

Governança Corporativa

A BB DTVM, instituição com personalidade jurídica independente, adota as melhores práticas de governança. Possui Conselho de Administração próprio e sua Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente e dois Diretores Executivos estatutários. Para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa, possui Conselho Fiscal específico.

A BB DTVM aderiu aos Comitês de Auditoria único e de Remuneração, do Conglomerado BB, conforme facultado nas Resoluções CMN nº 3.198/2004 e CMN nº 3.921/2010, respectivamente.

A empresa adota modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis. Para isso, são estruturados comitês internos com instâncias deliberativas em seus processos decisórios, o que favorece a transparência, a segurança, a interação entre as áreas e o compartilhamento de informações e procedimentos.

Com o objetivo de adotar as melhores práticas de governança corporativa e de planejamento e para especialização nas questões relacionadas à regulação e autorregulação, a BB DTVM possui área específica e dedicada ao gerenciamento e condução dessas atividades, reforçando assim o compromisso de elevar cada vez mais a solidez e a consistência de seus resultados.

Risco e Compliance

A BB DTVM conta com uma gerência segregada e dedicada à gestão dos riscos de mercado, liquidez e operacional, além das atividades de *compliance*. Essa área é vinculada diretamente ao Diretor-Presidente.

Certificações e Premiações

Desde 2006, a BB DTVM possui o grau máximo de qualidade, MQ1, atribuído pela agência classificadora de risco Moody's América Latina. A Moody's, em sua última análise, ressaltou que a BB DTVM tem práticas e procedimentos de gestão de risco e controle excelentes, tanto no nível dos fundos como no nível da companhia. Ainda segundo a Moody's, o desempenho dos fundos de investimento da BB DTVM tem sido sólido com forte retorno ajustado ao risco e têm atingido seus objetivos de risco e retorno de uma maneira consistente.

A BB DTVM possui a Certificação ISO 9001:08 – Qualidade Total em seu Processo de Análise de Risco de Crédito, uma das mais renomadas certificações de abrangência internacional em qualidade de serviços, produtos e processos. A auditoria, que é realizada anualmente pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini em todas as etapas de análise de crédito da gestora, garante a excelência nos processos que definem a aprovação do crédito privado dentro da BB DTVM.

A BB DTVM conquistou no 1º trimestre de 2015 as seguintes premiações:

- a) Em janeiro, a BB DTVM alcançou a 1ª posição no ranking MBI – Melhor Banco para Investir da FGV na categoria Ações e a 2ª colocação em Multimercados;
- b) Em março, a revista Investidor Institucional divulgou o ranking *Top Asset* referente à dezembro de 2014 e a BB DTVM ficou em 1º lugar nas categorias Ranking Geral, Integradas, Capital Nacional, Fundos Exclusivos, Fundos *Offshore*, Fundos de Pensão, Capitalização, Varejo e Títulos Públicos e 2º nas categorias Previdência Aberta, RPPS, Governos/Políticas Públicas, Investidores Estrangeiros, *Middle Market*, Títulos Privados e Ações no Brasil/BDRs.

Sustentabilidade

Alinhada aos princípios de responsabilidade social e ambiental adotados pelo Banco do Brasil, desde Nov/10 a BB DTVM é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa de investidores globais, propondo-se a aplicar, em seus processos de gestão, práticas que favoreçam a integração de temas ambientais, sociais e de governança corporativa em suas análises e tomadas de decisão de investimento.

A BB DTVM participa do grupo de engajamento da rede brasileira do PRI, iniciativa que busca uma mudança no comportamento das empresas nas quais investe, a fim de melhorar a transparência sobre esses temas.

Atualmente, a BB DTVM administra cinco fundos de investimento com características socioambientais, após a incorporação do fundo BB Multimercado Balanceado LP Jovem pelo BB Multimercado Macro LP 200 FIC, em 20/03/2015, (o fundo incorporador não se enquadra nas regras de fundos sustentáveis), e do BB Ações Carbono Sustentabilidade com Opção de Venda FIA pelo BB Ações Carbono Sustentabilidade FIA, em 13/03/2015. O objetivo das incorporações é a racionalização do portfólio oferecido aos clientes, eliminando a existência de fundos com patrimônio reduzido, caso do BB Multimercado Balanceado LP Jovem, e de fundos idênticos, assim como os fundos BB Ações Carbono Sustentabilidade. A variação positiva de 25,9% no patrimônio do fundo BB Ações Carbono Sustentabilidade FIA é reflexo desse movimento.

A tabela a seguir detalha o saldo dos recursos administrados nos fundos, desconsiderando o patrimônio líquido dos fundos incorporados neste trimestre.

Tabela 126. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais

R\$ milhões	Saldos		Var. %
	Mar/14	Mar/15	s/ Mar/14
BB Multi Global Acqua LP Private FI	439,4	535,3	21,8
BB Previdenciário Ações Governança	247,0	202,5	(18,0)
BB Referenciado DI Social 50	50,6	10,6	(79,1)
BB Ações ISE Jovem FIC	16,5	13,1	(20,4)
BB Ações Carbono Sustent. FIA	6,1	7,7	26,4
BB Ações Carbono Sustent. Op. Venda FIA	4,6	-	(100,0)
BB Multi Mercado LP Jovem FIC	1,0	-	(100,0)
Total	765,2	769,2	0,5

Fonte: Anbima.

6.4. Mercado de Capitais

O mercado de capitais é uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva nas economias de todo o mundo. Os instrumentos de captação, além de viabilizarem o crescimento das empresas também contribuem para a geração e diluição do risco de novos investimentos.

O Banco do Brasil está presente no mercado de capitais por meio de suas subsidiárias integrais: BB Banco de Investimento S.A.– BB-BI (no Brasil), BB Securites Ltd. (Londres), Banco do Brasil Securities LLC. (Nova Iorque) e BB Securities Asia Pte Ltd. (Cingapura). Juntas, as empresas promovem o elo entre emissores nacionais e os investidores do mercado doméstico e estrangeiros. Em seu portfólio estão serviços que envolvem a pesquisa de mercado, estruturação e distribuição de

operações, liquidação e custódia dos ativos, bem como produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas.

6.4.1. Produtos e Serviços

A seguir são apresentados os principais produtos e serviços prestados pelo Banco no mercado de capitais:

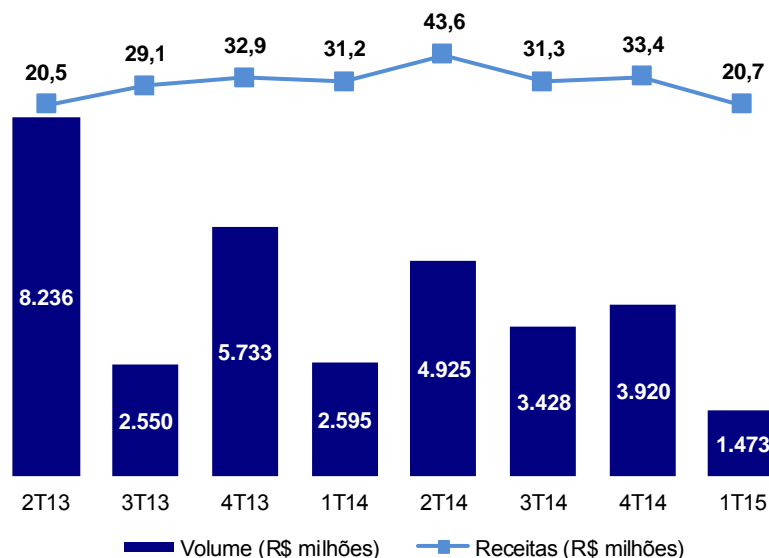
- I. **Fusões e aquisições:** O BB-BI presta assessoria financeira em operações de alienações, reorganizações societárias (fusões, cisões e incorporações), colocações privadas e emite laudos de avaliação e de *fairness opinion* para empresas.
- II. **Ouro:** O Banco oferece serviços de compra e venda de ouro em forma escritural ou de lingotes pelos clientes, além da custódia desses ativos.
- III. **Private Equity:** O BB-BI é cotista de 16 fundos e atua como assessor em 7 deles, com 55 investimentos indiretos em empresas localizadas em várias regiões do país, nos mais diversos segmentos (energia, infraestrutura, logística, portos, ferrovias, agroindústria, etc.) e em diferentes estágios de desenvolvimento (empresas consolidadas, emergentes e empresas com tecnologia inovadora).
- IV. **Renda Fixa:** (i) Mercado doméstico: através do BB Investimentos são ofertados os serviços de coordenação, estruturação e distribuição de debêntures, notas comerciais e letras financeiras. (ii) Mercado internacional: atuação na coordenação, estruturação e distribuição de papéis emitidos por empresas, bancos e governo brasileiro por meio das corretoras localizadas em Londres, Nova Iorque e Cingapura, conferindo uma atuação global do BB no mercado de capitais.
- V. **Renda Variável:** O BB-BI oferece os serviços de assessoria em todas as etapas de ofertas públicas de ações, ofertas públicas de aquisição de ações (OPA) e ofertas de Cepacs (instrumento de captação de recursos para financiar obras públicas). Atua também na estruturação e distribuição de Fundos de Investimento Imobiliários (FII). Para os investidores individuais, o portfólio em renda variável abrange os serviços de compra e venda de ações, e para os investidores do segmento *private* abrange também o serviço de aluguel de ações.
- VI. **Securitização:** As empresas clientes contam com a experiência do BB-BI para estruturar, coordenar e distribuir operações de recebíveis. Os títulos negociáveis em mercado de capitais, produtos da operação de securitização, são os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

6.4.2. Desempenho em Mercado de Capitais

No 1T15, o BB-BI atuou como coordenador em 9 emissões de títulos de renda fixa, entre debêntures e notas promissórias, totalizando volume de R\$ 1,47 bilhão. Tanto em termos de originação quanto em termos de distribuição, o BB-BI ocupou a 3ª posição no ranking Anbima, com 13,2% de participação de mercado no ranking de originação e 13,4% em distribuição.

O gráfico a seguir demonstra o desempenho do BB-BI na originação de títulos de renda fixa no mercado doméstico.

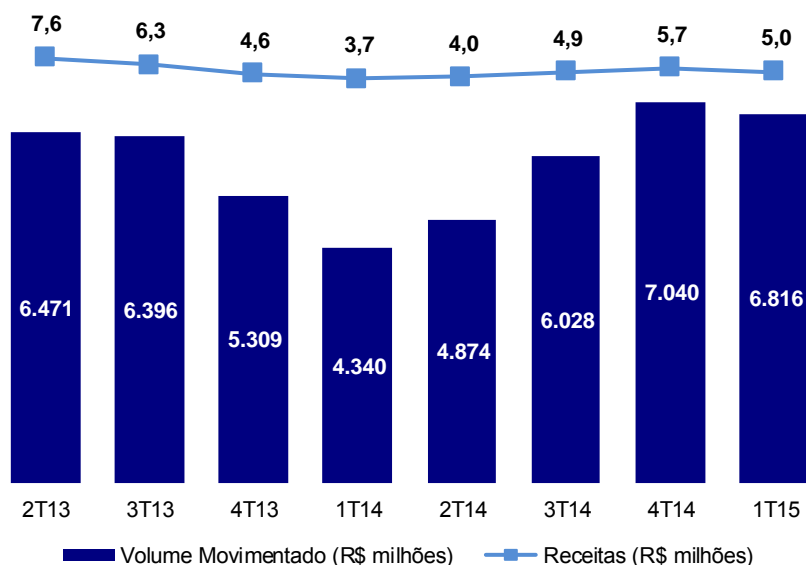
Figura 45. Renda Fixa – Mercado Doméstico



O BB continua ocupando a primeira colocação no Ranking Anbima de Emissões Externas relativo aos últimos 12 meses, apesar de não ter havido emissões de *bonds* por empresas brasileiras no mercado de capitais internacional, no primeiro trimestre de 2015. Adicionalmente, o BB participou como *co-manager* em 15 operações de emissores estrangeiros, totalizando US\$ 9,14 bilhões, seguindo sua estratégia de diversificação geográfica e expansão de sua atuação.

Para os investidores de Varejo, o BB-BI oferece o serviço de Compra e Venda de Ações por meio da rede de agências do BB, internet (*home broker*) e *mobile*. No 1T15, o volume movimentado foi de R\$ 6,8 bilhões, crescimento de 57,1% em relação ao 1T14. A seguir, apresentamos a movimentação trimestral.

Figura 46. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário



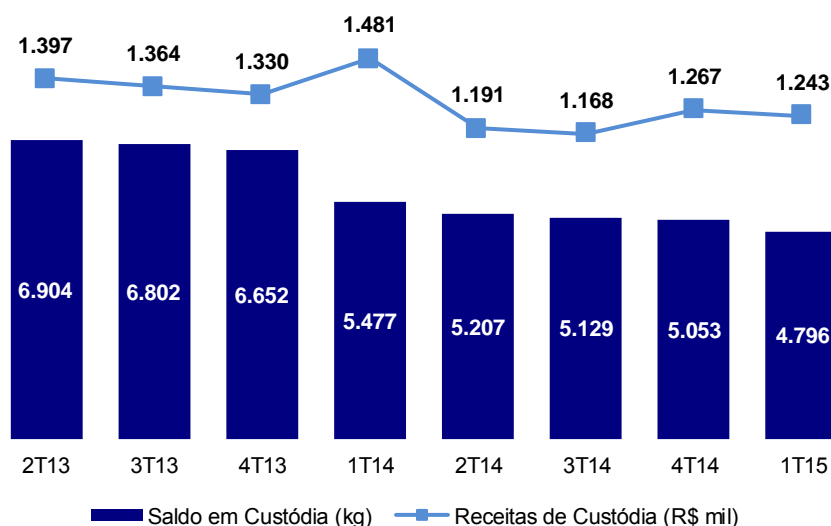
Na indústria de *private equity*, o BB-BI é cotista de 16 fundos. O total de capital comprometido pelo BB-BI na indústria de *private equity* é de R\$ 1.774 milhões, conforme tabela a seguir.

Tabela 127. *Private Equity* – Participação Indireta

R\$ milhões	Mar/14		Dez/14		Mar/15	
	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)
FIP Angra Infraestrutura	59,9	8,1	60,0	8,1	60,0	8,1
FIP Logística Brasil	60,0	13,0	60,0	13,0	60,0	13,0
FIP Brasil Energia	60,4	5,8	60,4	5,8	60,4	5,8
FIP Infra Brasil	60,0	7,3	60,0	7,3	60,0	7,3
FIP Coliseu	200,0	15,0	266,7	20,1	266,7	20,1
FIP Redentor	400,0	28,6	400,0	28,6	400,3	28,6
FMIEE Rio Bravo Nordeste II	20,0	15,2	20,0	15,2	20,0	15,2
FMIEE Jardim Botânico VC I	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
FMIEE Fundotec II	12,0	15,5	12,0	15,5	12,0	15,5
FIP Fundo Brasil de Governança Corporativa	82,5	13,8	82,5	13,8	82,5	13,8
FIP Brasil Agronegócio	160,0	19,0	160,0	19,1	160,0	19,1
FIP Brasil Sustentabilidade	40,0	9,5	40,0	9,5	40,0	9,5
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas	88,0	24,4	88,0	24,4	88,0	24,4
FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos	169,3	18,8	169,3	18,8	169,3	18,8
FIP Brasil Óleo e Gás	125,0	25,0	125,0	25,0	125,0	25,0
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas II	-	-	-	-	150,0	21,4
Total	1.557,1		1.623,8		1.774,1	

A figura a seguir apresenta o saldo em custódia no BB-BI e as receitas de custódia no mercado de ouro.

Figura 47. Ouro – Custódia



6.5. Serviços Fiduciários

Os serviços fiduciários são representados pelas atividades complementares ao mercado de capitais, à indústria de fundos e às operações de crédito. Esses serviços compreendem basicamente administração fiduciária, custódia e *trustee* (administração de garantias e contratos). Destaca-se que nos serviços de custódia estão agregados serviços de controladoria, contabilidade, escrituração de ativos, banco liquidante e banco mandatário.

No 1T15, o resultado apurado foi de R\$ 58 milhões, crescimento de 9,4% quando comparado a igual período do ano anterior. O crescimento advém da expansão dos negócios de custódia e de administração fiduciária.

Na tabela a seguir é apresentado o resultado de serviços fiduciários.

Tabela 128. Resultado de Serviços Fiduciários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Receitas Operacionais	104	116	113	8,7	(2,6)
Receitas de Serviços Fiduciários	104	116	113	8,7	(2,6)
Despesas Operacionais	15	15	16	6,7	6,7
Despesas de Pessoal	10	10	11	10,0	10,0
Outras Despesas Administrativas	5	5	5	-	-
Result. de Serviços Fiduciários	89	101	97	9,0	(4,0)
IR/CSLL	36	41	39	8,3	(4,9)
Resultado após Tributação	53	60	58	9,4	(3,3)

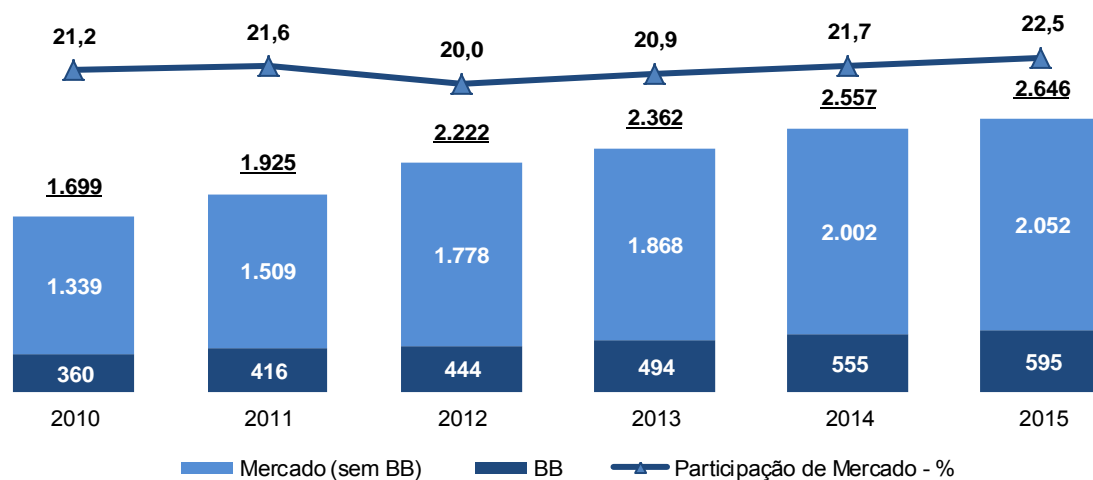
6.5.1. Administração Fiduciária

O administrador fiduciário é o responsável legal pelos fundos de investimento perante os órgãos reguladores, devendo zelar para que os recursos sejam aplicados segundo as melhores práticas de mercado e de acordo com os normativos e regulações vigentes, resguardando os interesses e prestando informações aos investidores. É também o agente responsável pela contratação e pela supervisão dos serviços executados pelos prestadores de serviços em nome dos fundos de investimento.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o ranking de administração de recursos da ANBIMA, a BB DTVM continua líder nos segmentos de investidor institucional, poder público e varejo.

O gráfico a seguir mostra a evolução da indústria de administração de recursos de terceiros brasileira, nos últimos 5 anos, e a participação da BB DTVM, líder deste mercado.

Figura 48. Administração Fiduciária e Market Share – R\$ bilhões



Fonte: Anbima.

6.5.2. Custódia

O BB presta os serviços de custódia, controladoria, contabilidade e escrituração de ativos, definidos a seguir:

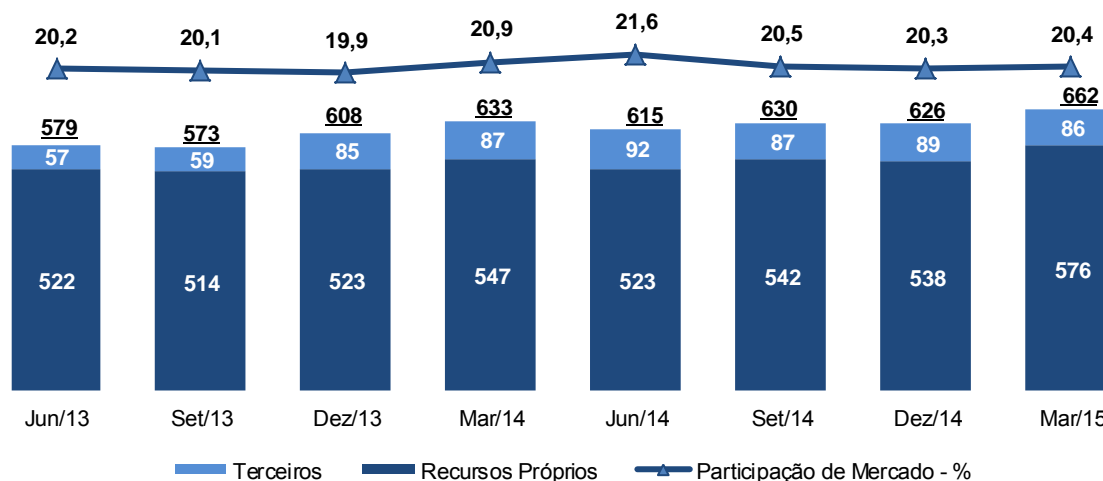
- I) Custódia: serviço de guarda, movimentação e liquidação financeira de operações e eventos associados a ativos;
- II) Controladoria e contabilidade: controles especializados de ativos e passivos, incluindo a execução de procedimentos contábeis (contabilidade) e a geração de relatórios técnicos, gerenciais e legais;
- III) Escrituração: serviço de registro de emissões e movimentações, e controle de bases de dados com informações de investidores em ativos escriturais.

No segmento de custódia de ativos, o Banco do Brasil encerrou o primeiro trimestre de 2015 mantendo o terceiro lugar no ranking Anbima de Custódia Doméstica, alcançando R\$ 662,1 bilhões

em Mar/15, evolução de 4,6% em relação ao mesmo período do ano anterior e 5,7% em relação ao último trimestre. A participação de mercado foi de 20,4% no 1T15.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos recursos custodiados no Banco do Brasil.

Figura 49. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: Anbima.

Observa-se na tabela a seguir, a evolução anual dos saldos de custódia no BB, separados por tipo de cliente.

Tabela 129. Custódia de Origem Própria por Tipo de Cliente

R\$ bilhões	Saldos			
	2012	2013	2014	1T15
Administrador/Gestor	273,4	311,2	360,2	395,2
Entidade Fechada de Previdência Complementar	153,0	153,2	149,0	151,9
Seguradoras	3,9	4,6	5,6	5,7
Outros Investidores Institucionais	53,2	53,5	22,9	22,8
Total	483,5	522,5	537,7	575,6

6.5.3. Trustee (Administração de Garantias e Contratos)

Serviço que consiste no gerenciamento e controle de movimentações e de ativos financeiros de contas vinculadas a contratos de financiamentos de garantia ou de uma transação comercial. O *Trustee* atua como intermediador e gerenciador dos termos da operação, a fim de garantir às partes envolvidas o fiel cumprimento dos termos contratuais.

As principais modalidades são:

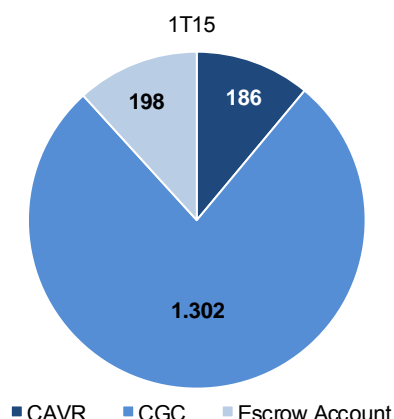
- I) Contrato de Administração e Vinculação de Receitas - CAVR : gestão de fluxos de recursos de empresa e/ou projeto com o objetivo de saldar obrigações em operações de *project finance* ou gestão de *funding* em projetos de infraestrutura com repasses de recursos;
- II) Contrato de Constituição de Garantias - CCG : modalidade de serviço exclusiva do setor elétrico, consiste na gestão centralizada do fluxo de recebíveis da distribuidora ou transmissora, com o objetivo de honrar pagamentos com a geradora em leilões de energia ou transmissora;
- III) *Escrow Account*: na qualidade de interveniente bancário, custodia um ativo – geralmente recursos depositados em conta de depósito à vista ou aplicação financeira – até a conclusão do negócio entre as partes, sendo esse ativo vinculado em garantia.

Seguindo a uma tendência do mercado de capitais brasileiro e, principalmente, em função da maior utilização de operações sindicalizadas para financiar grandes projetos de infraestrutura e energia, o segmento de *trustee* ganha cada vez mais relevância no Banco do Brasil.

Exemplo disso são os investimentos que o BB realizou nos últimos trimestres, no desenvolvimento de soluções em TI que irão assegurar segurança, agilidade e confiabilidade aos serviços de *trustee*.

A figura a seguir mostra a participação de cada segmento de *trustee*, nas 1.686 operações geridas pelo BB em março de 2015.

Figura 50. *Trustee* – Quantidade de Operações



6.6. Seguros

A BB Seguridade é o grupo segurador do Banco do Brasil. Constituída em 2012, a empresa representa o resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008. Dentre as suas atividades estão a oferta de produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e serviços de corretagem.

A seguir apresenta-se o resultado financeiro e operacional por cada tipo de segmento, conforme informações contábeis disponíveis na Nota Explicativa referente às operações de seguros, previdência e capitalização, constante das Demonstrações Contábeis.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no Relatório Análise de Desempenho daquela empresa, disponível no site www.bancodobrasilseguridade.com.br.

Tabela 130. Seguros - Resultado Financeiro e Operacional

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Resultado Financeiro	95	139	264	179,0	89,8
Receitas Financeiras	262	423	1.288	390,9	204,6
Despesas Financeiras	(168)	(284)	(1.024)	510,4	260,9
Atualização e Juros de Provisões Técnicas	(6)	(18)	(20)	256,1	12,2
Resultado Operacional	903	1.075	937	3,8	(12,8)
Prêmios Retidos e Contribuições	2.103	2.933	2.327	10,7	(20,7)
Variação das Provisões Técnicas	12	(549)	44	263,0	-
Sinistros Retidos	(983)	(1.040)	(1.211)	23,2	16,5
Despesas de Comercialização	(230)	(269)	(224)	(2,6)	(16,9)
Total	992	1.196	1.181	19,1	(1,3)

Tabela 131. Previdência – Resultado Financeiro e Operacional

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Resultado Financeiro	531	560	730	37,5	30,3
Receitas Financeiras	1.350	1.551	2.325	72,2	50,0
Despesas Financeiras	(819)	(990)	(1.596)	94,7	61,1
Atualização e Juros de Provisões Técnicas	(444)	(181)	(607)	36,7	235,0
Resultado Operacional	44	103	86	94,6	(16,2)
Prêmios Retidos e Contribuições	3.834	7.137	6.392	66,7	(10,4)
Varição das Provisões Técnicas	(3.787)	(7.002)	(6.303)	66,4	(10,0)
Sinistros Retidos	(412)	(1)	-	-	-
Despesas de Comercialização	(2)	(28)	(2)	15,2	(91,3)
Desp. com Benefícios e Resg. de Planos de Previdência	(134)	(3)	(1)	(99,0)	(58,4)
Total	131	482	209	59,2	(56,7)

Tabela 132. Capitalização - Resultado Financeiro e Operacional

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Resultado Financeiro	159	200	228	43,6	14,1
Receitas Financeiras	166	210	238	43,4	13,4
Despesas Financeiras	(7)	(10)	(10)	37,6	(0,9)
Atualização e Juros de Provisões Técnicas	(99)	(123)	(126)	27,0	2,5
Resultado Operacional	55	106	131	135,4	23,2
Prêmios Retidos e Contribuições	867	1.347	874	0,8	(35,1)
Varição das Provisões Técnicas	(730)	(1.107)	(713)	(2,3)	(35,6)
Despesas de Comercialização	(51)	(87)	(5)	(91,1)	(94,8)
Desp. com Sorteios e Resg. de Títulos de Capitalização	(31)	(47)	(26)	(16,4)	(45,3)
Total	115	183	233	102,2	27,1

Na próxima tabela estão presentes os principais indicadores de desempenho da BB Seguridade.

Tabela 133. BB Seguridade – Indicadores de Desempenho

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (p.p)	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Indicadores de Desempenho - %					
Seguros - Vida, Habitacional e Rural					
Sinistralidade ¹	37,5	24,6	32,8	(4,7)	8,2
Índice de Comissionamento ²	26,6	26,0	26,5	(0,1)	0,5
Margem Técnica	36,2	49,5	40,9	4,8	(8,6)
Índice Combinado ³	78,9	69,8	69,7	(9,2)	(0,2)
Índice Combinado Ampliado ⁴	73,1	64,6	62,1	(11,0)	(2,5)
RSPL Ajustado	34,2	55,0	57,3	23,1	2,3
Seguros - Patrimônio					
Sinistralidade ¹	55,7	57,6	59,5	3,8	2,0
Índice de Comissionamento ²	23,4	23,6	20,6	(2,9)	(3,1)
Margem Técnica	20,9	18,9	20,1	(0,9)	1,2
Índice Combinado ³	96,1	98,9	99,4	3,3	0,5
Índice Combinado Ampliado ⁴	91,7	93,7	91,8	0,1	(2,0)
RSPL Ajustado	12,6	9,6	13,3	0,7	3,7
Previdência					
Índice de Comissionamento ²	1,4	0,9	1,1	-	0,2
RSPL Ajustado	59,9	54,8	52,7	(7,2)	(2,1)
Capitalização					
Índice de Comissionamento ²	47,1	47,7	48,4	1,3	0,8
Margem de Capitalização	17,0	19,9	19,2	2,2	(0,7)
RSPL Ajustado	129,2	148,7	149,3	20,1	0,6
Corretagem					
Margem Operacional Ajustada	76,2	81,7	83,5	7,3	1,8
Margem Líquida Ajustada	52,6	57,4	58,1	5,5	0,7

1 – Sinistralidade = Despesas com Sinistros / Prêmios Ganhos.

2 – Índice de Comissionamento = Despesas de Comercialização / Prêmios Ganhos.

3 – Índice Combinado = (Desp. Gerais + Desp. Adm. + Desp. de Comerc. + Desp. com Sinistros + Rec. com Emissão de Apólices + Rec. com Resseguro) / Prêmios Ganhos.

4 – Índice Combinado Ampliado = (Desp. Gerais + Desp. Adm. + Desp. de Comerc. + Desp. com Sinistros + Rec. com Emissão de Apólices + Rec. com Resseguro) / (Prêmios Ganhos + Resultado Financeiro).

6.7. Consórcios

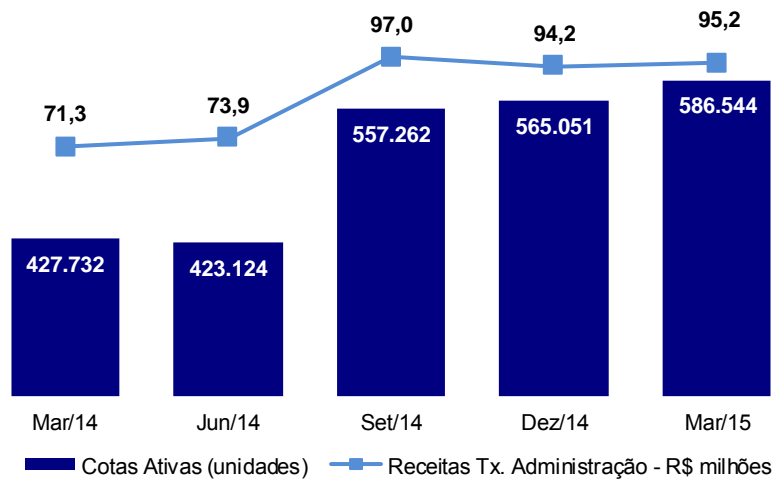
O mercado de consórcios movimentou, nos dois primeiros meses de 2015, R\$ 13,5 bilhões em volume de negócios, conforme últimos dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios – ABAC. Em fevereiro, o número de participantes atingiu 6,3 milhões, novo topo histórico para o segmento.

O Banco do Brasil atua no mercado de consórcios por meio de sua controlada, BB Administradora de Consórcios S.A., comercializando produtos nos segmentos de imóveis, automóveis, motocicletas, eletroeletrônicos, serviços, veículos pesados e máquinas agrícolas. Em fevereiro de 2015, último dado disponibilizado pelo Banco Central, a BB Consórcios contava com 8,2% de participação de mercado.

Tabela 134. Consórcios - Cotas Ativas por Segmento

unidades	SalDOS				Var. %			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	s/ Mar/14	s/ Dez/14
Automóveis	398.925	93,3	528.614	93,6	548.532	93,5	37,5	3,8
Imóveis	14.804	3,5	16.772	3,0	16.934	2,9	14,4	1,0
Moto	6.327	1,5	8.219	1,5	9.020	1,5	42,6	9,7
Trator/Caminhão	5.342	1,2	6.817	1,2	7.162	1,2	34,1	5,1
Eletrodomésticos	1.131	0,3	2.032	0,4	2.078	0,4	83,7	2,3
Serviços	1.203	0,3	2.597	0,5	2.818	0,5	134,2	8,5
Total	427.732	100,0	565.051	100,0	586.544	100,0	37,1	3,8

A receita originada pela taxa de administração de consórcios no 1T15, atingiu o montante de R\$ 95,2 milhões, resultado 33,5% superior ao registrado no mesmo período de 2014.

Figura 51. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços

As tabelas a seguir apresentam comparativo entre valor médio, prazo médio e taxa de administração média das cotas comercializadas no período.

Tabela 135. Consórcios - Ticket Médio

R\$	Saldos				
	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15
Trator/Caminhão	125.997	135.627	134.159	132.404	126.799
Imóveis	209.604	169.893	114.861	115.233	121.765
Automóveis	30.091	29.044	24.319	29.555	26.174
Moto	8.412	8.457	8.433	8.849	8.438
Serviços	4.620	4.445	4.839	5.940	5.162
Eletrodomésticos	2.438	2.548	2.433	2.457	2.455

Tabela 136. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média

	Mar/14		Dez/14		Mar/15	
	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)
Trator/Caminhão	97	10,1	111	11,3	112	11,4
Imóveis	200	15,9	200	17,2	197	17,1
Automóveis	70	10,4	69	12,5	72	13,1
Moto	60	14,0	60	17,8	60	17,8
Serviços	30	14,4	30	16,1	30	16,3
Eletrodomésticos	30	15,6	36	15,3	36	16,0

7 – Produtividade e Eficiência

O Banco do Brasil tem buscado melhorar sua eficiência operacional e produtividade mantendo rígido controle de suas despesas administrativas, de pessoal e operacionais.

7.1. Indicadores

Nesta seção são apresentados os indicadores normalmente utilizados para análise de instituições financeiras. Na comparação 1T15/1T14, pode-se observar na tabela a seguir, que os índices de cobertura acumulados em 12 meses apresentaram evolução em função do desempenho favorável das rendas de tarifas.

Tabela 137. Índices de Cobertura – Ajustados¹

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Rendas de Tarifas	5.741	6.169	6.363	6.797	6.309
Despesas Administrativas	7.729	7.819	8.048	8.694	8.226
Despesas de Pessoal	4.476	4.465	4.630	4.874	4.870
Outras Despesas Administrativas	3.253	3.354	3.417	3.820	3.356
Cobertura das Despesas de Pessoal - Trimestral	128,3	138,2	137,4	139,5	129,6
Cobertura das Desp. de Pessoal - 12 meses	135,4	134,8	134,3	135,9	136,1
Cobertura das Despesas Adm. - Trimestral	74,3	78,9	79,1	78,2	76,7
Cobertura das Despesas Adm. - 12 meses	76,7	76,3	76,4	77,6	78,2

1 - Dados referentes à Demonstração de Resultado com Realocações.

O índice de eficiência em 12 meses encerrou Mar/15 em 42,5% ante os 44,9% apresentados no ano anterior, devido, principalmente, ao crescimento da margem financeira bruta e da renda de tarifas (apresentadas nos capítulos 5 e 6 respectivamente) em relação às despesas administrativas (seções 7.2 e 7.3).

Tabela 138. Índices de Eficiência – Ajustados¹

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Receitas Operacionais (A)	17.155	18.391	18.553	19.964	20.264
Margem Financeira Bruta	11.881	12.361	12.601	13.482	13.978
Rendas de Tarifas	5.741	6.169	6.363	6.797	6.309
Outras Receitas Operacionais	1.771	1.695	1.972	2.116	2.250
Res. de Op. com Seg., Previd. e Capitaliz.	952	1.092	1.017	1.146	1.153
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	(38)	13	3	4	0
Outras Despesas Operacionais	(3.152)	(2.940)	(3.403)	(3.581)	(3.426)
Despesas Administrativas (B)	7.729	7.819	8.048	8.694	8.226
Despesas de Pessoal	4.476	4.465	4.630	4.874	4.870
Outras Despesas Administrativas	3.253	3.354	3.417	3.820	3.356
Índice de Eficiência (B/A) - %	45,1	42,5	43,4	43,5	40,6
Índice de Eficiência 12 meses - %	44,9	44,6	44,5	43,6	42,5

1 - Dados referentes à Demonstração de Resultado com Realocações.

A tabela a seguir apresenta outros indicadores de produtividade utilizados.

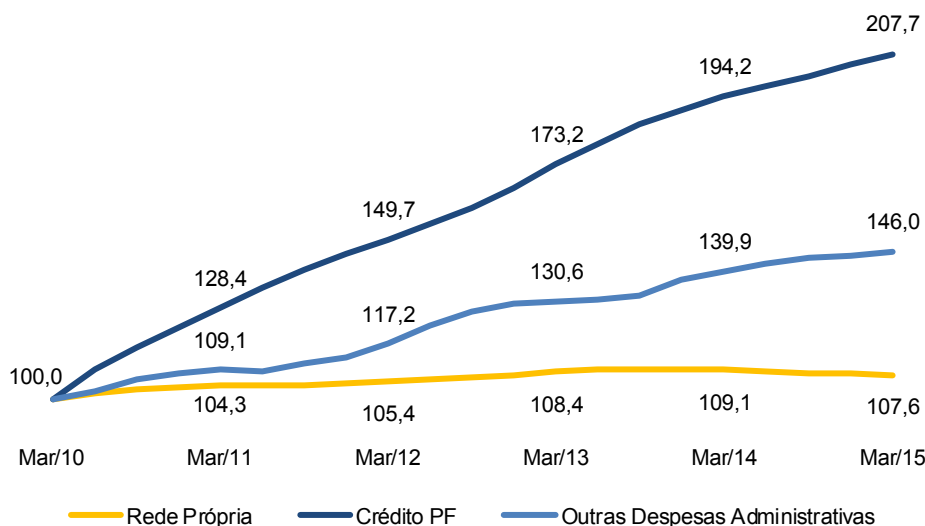
Tabela 139. Outros Indicadores de Produtividade

	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15
Ativos por Funcionário - R\$ mil	12.213	12.561	12.793	12.877	13.651
Contas Correntes/Rede Própria	2.030	2.039	2.063	2.009	2.023
Contas Correntes/Funcionários em Agências	444	446	449	440	441
Renda de Tarifas/Rede Própria - R\$ mil	300	325	336	359	334
Despesa de Pessoal por Funcionário - R\$ mil	40	40	41	44	44
Cart. de Créd. Ampl./Rede Própria - R\$ milhões	37	38	39	40	41
Funcionários em Agências/(Ag.+Postos de Atendimento)	12	12	12	12	12

Os próximos gráficos apresentam a evolução da produtividade do BB ao longo dos últimos 5 anos. Foram utilizados como referência o crescimento da carteira de crédito PF e a evolução da linha de outras despesas administrativas em relação à rede própria e, a evolução das tarifas sobre serviços em relação à quantidade de funcionários e agências.

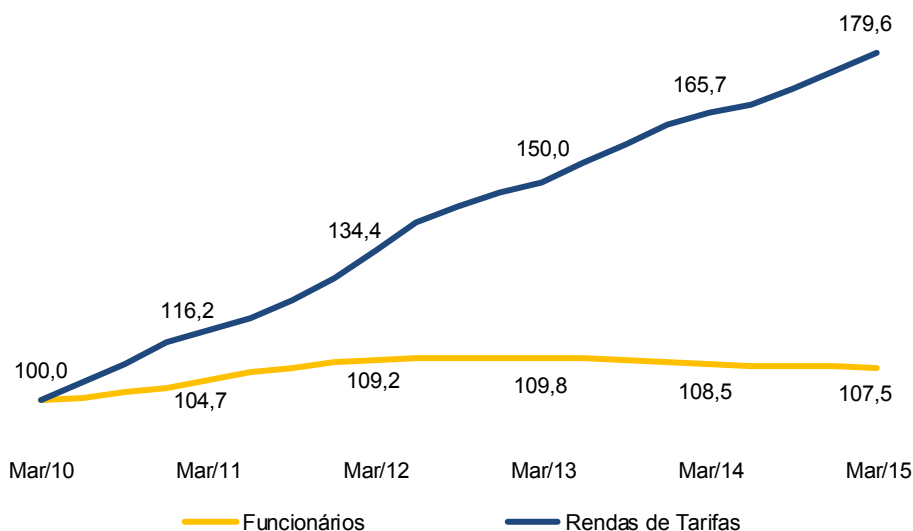
No primeiro gráfico observa-se que o indicador Crédito PF (média 12 meses) apresentou evolução de 107,7% no período, enquanto o indicador Outras Despesas Administrativas (acumulado em 12 meses) registrou crescimento de 46%.

Figura 52. Rede Própria, Crédito PF e Outras Despesas Administrativas (Base 100 = Mar/10)



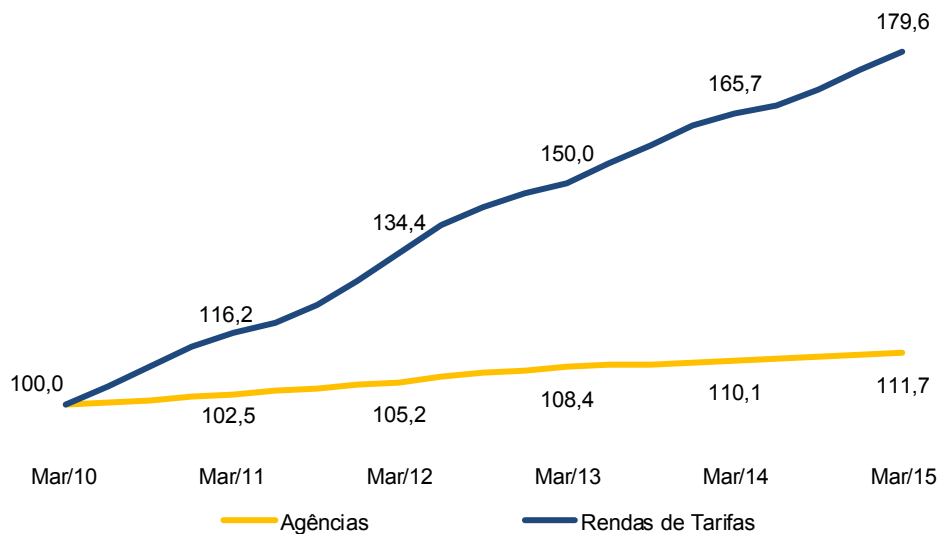
No próximo gráfico é demonstrada a comparação entre a quantidade média de funcionários (em 12 meses) e o montante de rendas de tarifas acumulado em 12 meses.

Figura 53. Funcionários e Rendas de Tarifas (Base 100 = Mar/10)



No gráfico a seguir é apresentada a comparação entre a quantidade média da rede de agências (em 12 meses) e o montante de rendas de tarifas acumulado em 12 meses.

Figura 54. Agências e Rendas de Tarifas (Base 100 = Mar/10)



7.2. Despesas de Pessoal

No 1T15, as despesas de pessoal apresentaram crescimento de 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciadas, principalmente, pelo reajuste de 8,5% referente ao ACT 2014/2015.

Destaque para as despesas com treinamento, que aumentaram 43,8% na mesma comparação, em função das ações de incentivo do BB em relação à formação dos seus funcionários (graduação, pós-graduação e MBA).

Tabela 140. Despesas de Pessoal

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. % s/	
	1T14	4T14	1T15	1T14	4T14
Despesas de Pessoal	(4.476)	(4.874)	(4.870)	8,8	(0,1)
Proventos	(2.094)	(2.709)	(2.306)	10,1	(14,9)
Encargos Sociais	(777)	(960)	(843)	8,6	(12,2)
Benefícios	(604)	(693)	(659)	9,1	(5,0)
Provisões Administrativas de Pessoal	(873)	(319)	(913)	4,6	186,3
Previdência Complementar	(97)	(143)	(109)	12,9	(23,5)
Honorários de Diretores e Conselheiros	(22)	(24)	(26)	21,0	6,6
Treinamento	(10)	(25)	(14)	43,8	(45,2)

A seguir apresentamos a evolução do quadro de pessoal e o perfil dos funcionários do BB.

Figura 55. Evolução do Quadro de Pessoal

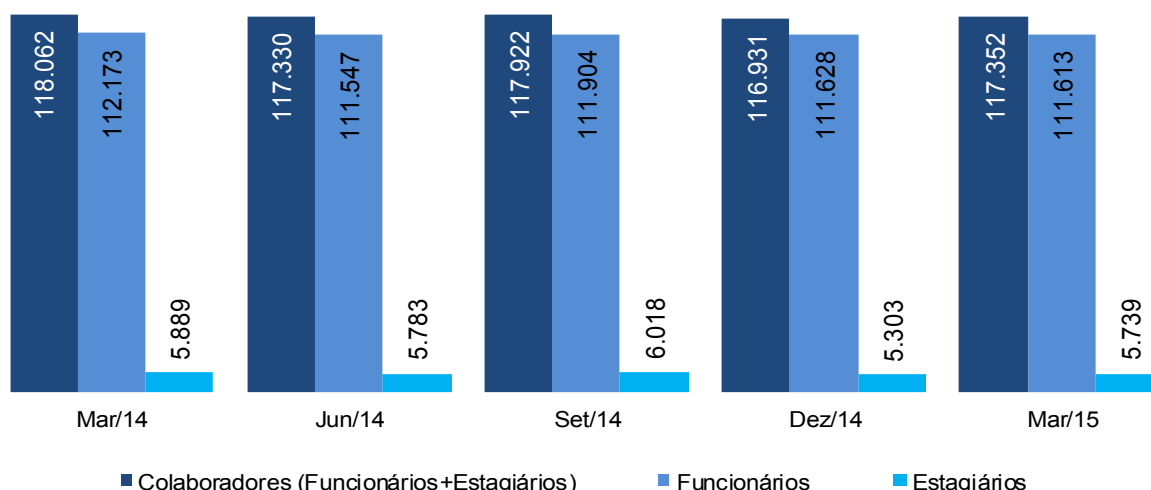


Tabela 141. Perfil dos Funcionários

	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15
Funcionários	112.173	111.547	111.904	111.628	111.613
Feminino	46.636	46.438	46.498	46.364	46.387
Masculino	65.537	65.109	65.406	65.264	65.226
Escolaridade					
Ensino Médio	26.194	25.383	25.443	24.956	24.607
Graduação	51.368	51.043	50.864	49.772	49.679
Especialização, Mestrado e Doutorado	34.203	34.725	35.208	36.515	36.949
Demais	408	396	389	385	378
Índice de Rotatividade Trimestral (%)	1,0	0,7	1,0	0,7	0,7

7.3. Outras Despesas Administrativas

No 1T15 as Outras Despesas Administrativas apresentaram crescimento de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, destacando-se as linhas a seguir:

- I - Serviços de Terceiros – redução de 9,9%, devido principalmente à alteração na metodologia de remuneração ao Banco Postal;
- II - Imóveis e Bens de Uso - acréscimo de 17,9%, devido à novas locações decorrentes da expansão da rede e também de prédios administrativos, além dos reajustes e renovações contratuais; e
- II - Serviços de Vigilância, Segurança e Transporte - elevação de 3,6%, justificado pelo reajuste anual previsto nos contratos dos serviços de vigilância e de transporte.

Tabela 142. Outras Despesas Administrativas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. % s/	
	1T14	4T14	1T15	1T14	4T14
Outras Despesas Administrativas	(3.253)	(3.820)	(3.356)	3,2	(12,1)
Imóveis e Bens de Uso	(577)	(650)	(680)	17,9	4,5
Serviços de Terceiros	(662)	(696)	(596)	(9,9)	(14,3)
Comunicação e Processamento de Dados	(590)	(632)	(574)	(2,8)	(9,2)
Serv. de Vigilância, Segurança e Transp.	(546)	(636)	(566)	3,6	(11,0)
Amortização e Depreciação	(298)	(339)	(349)	17,2	3,2
Publicidade e Relações Públicas	(162)	(263)	(127)	(21,6)	(51,8)
Demais Despesas Administrativas	(419)	(604)	(464)	10,7	(23,2)

Apresentamos a seguir dados sobre a estrutura do Banco que contribuem para a formação das outras despesas administrativas.

7.3.1. Rede de Atendimento

O Banco do Brasil encerrou o 1T15 com 68,4 mil pontos de atendimento, entre rede própria, compartilhada e correspondentes, fazendo-se presente em 99,8% dos municípios brasileiros.

O BB possui parcerias para o compartilhamento de terminais de autoatendimento e utilização da rede de lotéricas onde é possível realizar saques, depósitos, pagamentos, entre outros serviços. Essas parcerias consolidam o atendimento pulverizado e nacional da rede do Banco do Brasil.

Na próxima tabela apresentamos a composição da rede própria de atendimento do BB, que engloba as seguintes categorias: agências, postos de atendimento e postos de atendimento eletrônico (inclui salas de autoatendimento).

Tabela 143. Rede de Atendimento

	Posição			Var. %	
	Mar/14	Dez/14	Mar/15	Mar/14	Dez/14
Rede Própria	19.105	18.956	18.892	(1,1)	(0,3)
Agência	5.474	5.524	5.544	1,3	0,4
Postos de Atendimento	1.737	1.699	1.696	(2,4)	(0,2)
Postos de Atendimento Eletrônico	11.894	11.733	11.652	(2,0)	(0,7)
Rede MaisBB	15.802	15.538	14.474	(8,4)	(6,8)
Correspondentes no País ¹	9.614	9.347	8.325	(13,4)	(10,9)
Banco Postal	6.188	6.191	6.149	(0,6)	(0,7)
Rede Compartilhada	33.149	34.641	35.080	5,8	1,3
CEF - Lotéricas	13.254	13.250	13.518	2,0	2,0
Banco 24h	14.596	16.779	17.044	16,8	1,6
TAA: BRB + CEF	5.299	4.612	4.518	(14,7)	(2,0)
Total	68.056	69.135	68.446	0,6	(1,0)

1 – Revisão dos convênios com correspondentes ativos.

O BB possui a maior rede de agências do Brasil. A tabela seguinte apresenta a distribuição da rede de agências por região do País.

Tabela 144. Rede de Agências por Região

	BB	SFN	Part. %
Nordeste	1.190	3.674	32,4
Norte	330	1.143	28,9
Centro-Oeste	497	1.850	26,9
Sul	1.087	4.377	24,8
Sudeste	2.440	12.117	20,1
Total	5.544	23.161	23,9

Rede MaisBB

A Rede MaisBB, composta por Correspondentes no País e Banco Postal, está presente em mais de 14,4 mil pontos espalhados pelo País. A Rede oferece atendimento em horários diferenciados.

A tabela a seguir apresenta dados operacionais da Rede MaisBB, segregados em Correspondentes no País e Banco Postal.

Tabela 145. Rede MaisBB – Dados Operacionais

milhares	Rede MaisBB			
	Correspondentes no País		Banco Postal	
	1T14	1T15	1T14	1T15
Dados Operacionais				
Aberturas de Contas PF ¹ (unidades)	172.123	116.708	308.093	205.970
Pagamentos, Recebimentos e Consultas				
Recebimentos ²	45.710	41.584	17.337	19.621
Depósitos	1.510	1.588	5.816	6.192
Saques	1.240	1.254	6.541	7.502
Saldos	463	546	3.575	3.948
Extratos	113	73	2.778	2.839
Crédito³				
Quantidade de Operações (unidades)	281.261	259.589	72.000	97.784
Volume Desembolsado (R\$ milhões)	1.627	1.484	117	155

1 - Quantidade de propostas.

2 - Recebimentos de títulos, tributos e convênios.

3 - Informações do Banco Postal: operações efetuadas na Rede Banco Postal e por clientes do Banco Postal em outros canais do Banco.

Banco Postal

O Banco Postal está presente em 94% dos municípios brasileiros, prestando atendimento em mais de 6,1 mil agências. A tabela seguinte demonstra algumas características dos seus clientes.

Tabela 146. Banco Postal – Perfil Cliente

milhares	Banco Postal	
	1T15	
Correntistas Pessoa Física	2.135	
Empréstimos Realizados por Correntistas	97,8	
Correntistas com Produtos - %	71,5	
Correntistas com Mais de 2 Produtos - %	21,4	
Grau de Instrução - %		
Ensino Fundamental	35,7	
Ensino Médio	52,8	
Ensino Superior	9,7	
Outros	1,8	

Rede Externa

A rede externa do Banco é composta por 43 dependências localizadas em 23 países. Em complemento a essa estrutura, o Banco do Brasil mantém acordo com outras instituições financeiras no exterior para atendimento aos seus clientes. Ao final do 1º trimestre de 2015, havia 1.087 bancos atuando como correspondentes do BB em 135 países.

Tabela 147. Rede de Distribuição no Exterior

Agências	Subagências	Escritórios de Representação	Subsidiárias e Sucursais	Unid. de Serv. Compartilhados
Assunção	Cidade do Leste	Caracas	Banco do Brasil AG Madri	BB USA Serv. Center
Buenos Aires	Hamamatsu	Cidade do México	Banco do Brasil AG Milão	BB Europa Serv. Center
Frankfurt	Nagoia	Dubai	Banco do Brasil AG Paris	
Grand Cayman	Sta. Cruz de La Sierra	Hong Kong	Banco do Brasil AG Viena	
La Paz		Lima	Banco do Brasil Securities LLC	
Londres		Luanda	BB Leasing Company Ltd.	
Miami		Montevideú	BAMB Brazilian Americ. Merch. Bank	
Nova Iorque		Panamá	BB Securities Ltd. Londres	
Santiago		Washington	BB USA Holding Company	
Tóquio			BB Money Transfers, Inc.	
Xangai			BB Securities Asia PTE, Ltd	
			BB AG - Sucursais em Portugal	
			Cascais	
			Costa da Caparica	
			Marquês de Pombal	
			Lisboa	
			Parque das Nações	
			Porto	

Rede Compartilhada – Banco 24 Horas

A TecBan (Tecnologia Bancária S.A) é uma empresa especializada na gestão de redes de autoatendimento bancário, atuando como a extensão dos bancos no relacionamento com seus clientes.

O Banco do Brasil possui participação de 13,5% do capital social da empresa. Com mais de 30 anos no mercado, a TecBan é referência em redes de autoatendimento em locais de acesso público, sendo a principal rede nacional multibanco. A companhia é reconhecida pelos seus elevados índices de disponibilidade, qualidade e segurança e conta atualmente com mais de 17 mil terminais, distribuídos estrategicamente em todos os estados brasileiros.

Em Jul/14, foi aprovado um novo acordo de acionistas que prevê a expansão da marca atual. A expectativa do acordo é ampliar o acesso dos brasileiros aos serviços bancários, até atingir um parque de 30 mil ATMs em 2020.

7.3.2. Canais Automatizados

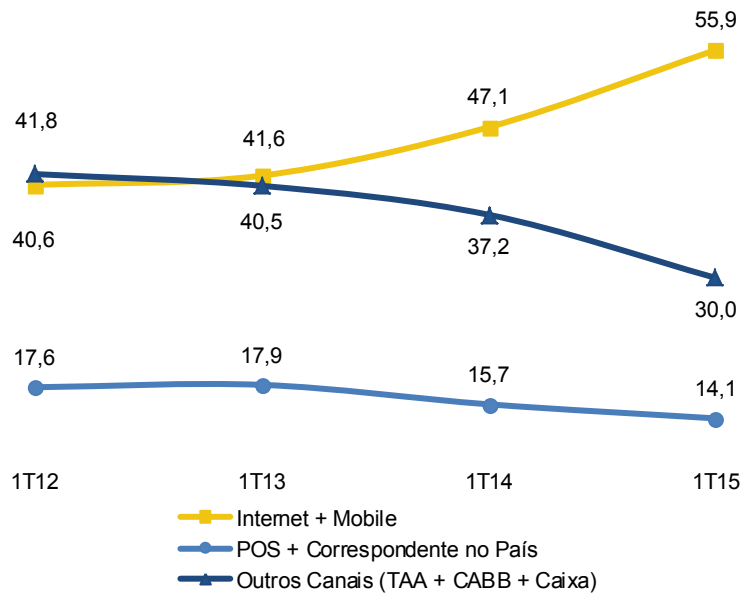
Os canais de atendimento automatizados do Banco do Brasil são um diferencial estratégico, disponibilizando uma ampla gama de serviços e produtos aos clientes, além de contribuir no controle de custos.

Mobile e Internet Banking

O BB *Mobile e Internet Banking* buscam tornar a experiência bancária dos clientes cada vez mais simples, rápida, segura e conveniente, com a disponibilização de amplo portfólio de produtos e serviços, de forma a atendê-lo a qualquer hora e em qualquer lugar em que ele esteja.

As transações realizadas por esses canais são responsáveis por parcela expressiva do total das operações bancárias realizadas no Banco do Brasil. A próxima figura apresenta a evolução do percentual das transações realizadas por canal de atendimento.

Figura 56. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações (média) - %



Os próximos dois gráficos apresentam a recente evolução da quantidade de usuários cadastrados e das transações realizadas pelos canais *mobile banking* e *internet banking*, respectivamente.

Figura 57. Quantidade de Usuários e das Transações (milhões) – *Mobile Banking*

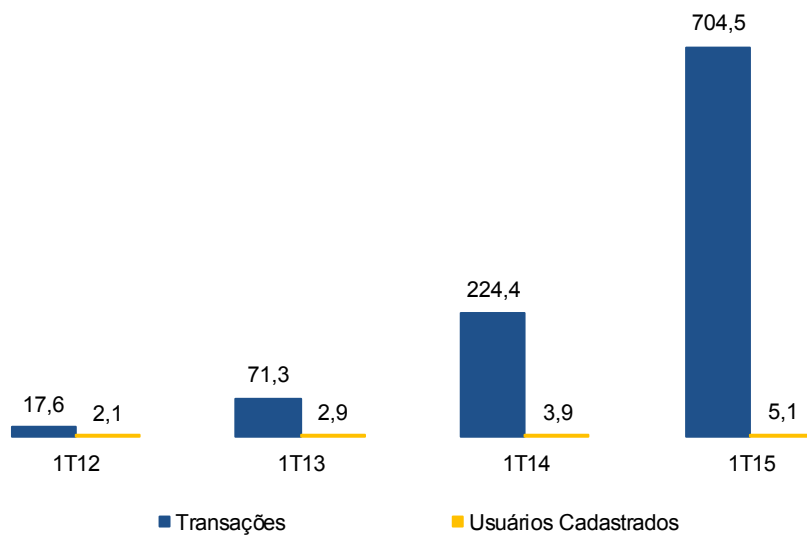
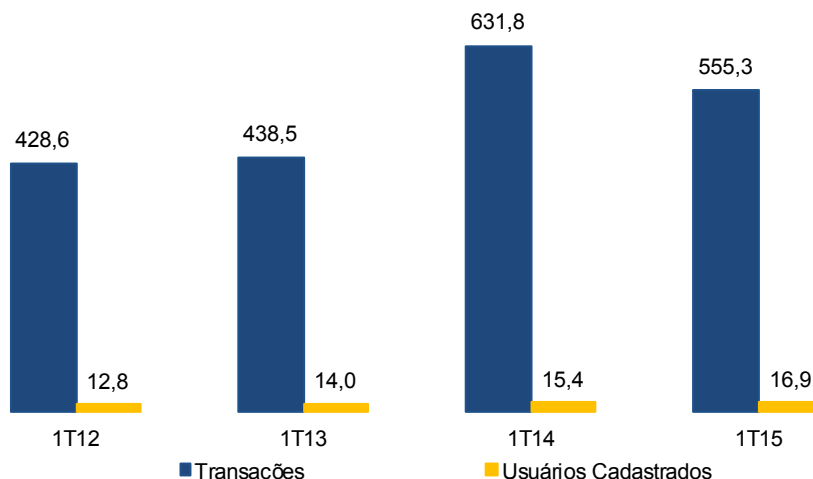


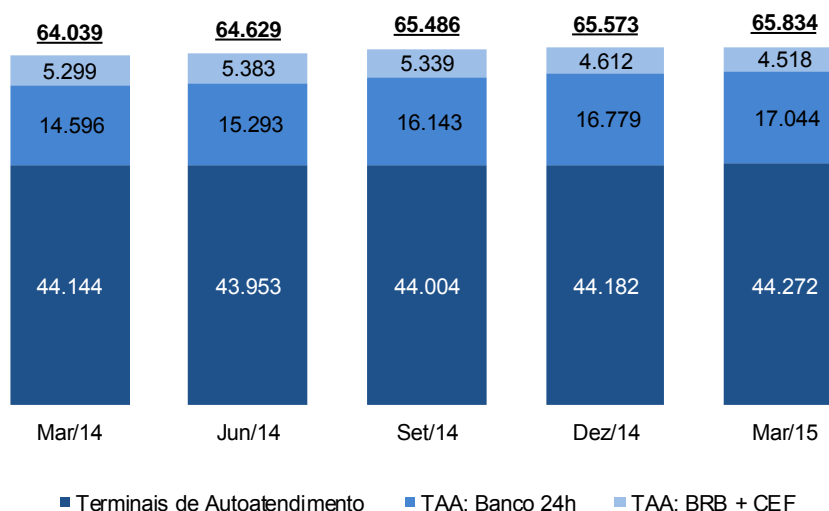
Figura 58. Quantidade de Usuários e das Transações (milhões) – *Internet Banking*



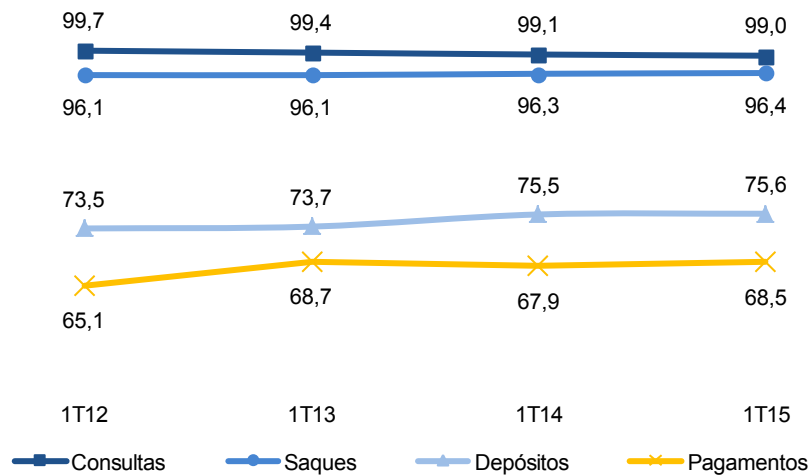
Terminais de Autoatendimento

O Banco do Brasil conta com a maior rede de terminais de autoatendimento (TAA) do País. A figura a seguir apresenta a quantidade de terminais de autoatendimento da rede própria e das parcerias com a Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Regional de Brasília (BRB) e rede do Banco 24h.

Figura 59. Terminais de Autoatendimento

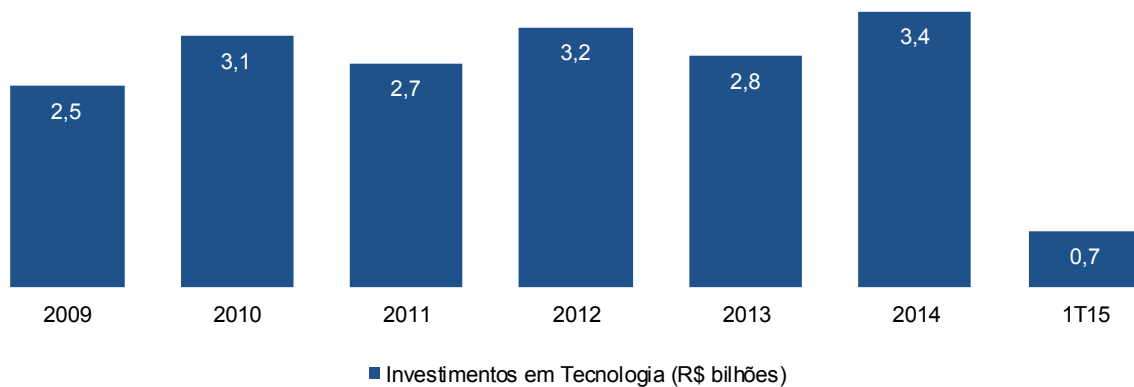


No próximo gráfico é possível observar que os terminais de autoatendimento, em comparação com os caixas das agências e dos postos de atendimento, respondem pela maioria absoluta das transações bancárias básicas, tais como consultas diversas, saques, depósitos e pagamentos de títulos e convênios.

Figura 60. Participação dos Terminais de Autoatendimento nas Transações Bancárias Básicas

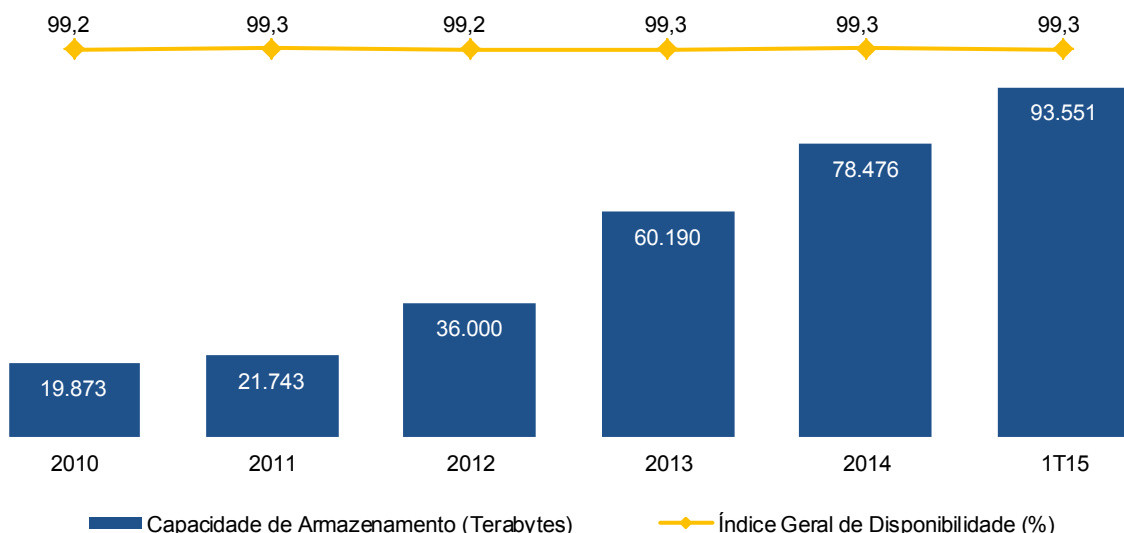
Investimento em Tecnologia

O Banco do Brasil investe permanentemente em tecnologia com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, reduzir as perdas operacionais, expandir os negócios e melhorar o atendimento ao cliente. Na próxima figura pode-se observar que o total investido, durante o período de 2009 a Mar/15 atingiu o montante de R\$ 18,3 bilhões.

Figura 61. Investimentos em Tecnologia

Um importante resultado dos investimentos em tecnologia está relacionado ao significativo aumento da capacidade de armazenamento de dados e no índice de disponibilidade, conforme demonstrado na próxima figura.

Figura 62. Capacidade de Armazenamento e Índice Geral de Disponibilidade



7.4. Outras Receitas e Despesas Operacionais

A tabela a seguir apresenta as principais linhas nas outras receitas/despesas operacionais. É válido ressaltar que a linha “Demais” representa o somatório das subcontas de valores pouco relevantes e pulverizados.

No 1T15, a principal variação nas Outras Despesas Operacionais foi registrada na linha Operações com Cartões, devido à expansão dos negócios com cartões.

Tabela 148. Outras Receitas e Despesas Operacionais

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. % s/	
	1T14	4T14	1T15	1T14	4T14
Outras Receitas Operacionais	1.770	2.116	2.250	27,1	6,3
Atualização de Depósitos em Garantia	428	534	555	29,9	4,0
Operações com Cartões	313	381	515	64,4	35,0
Atualiz. das Destinações do Superávit - Plano 1	265	226	451	69,9	99,1
Recuperação de Encargos e Despesas	202	217	260	29,0	20,1
Rendas de Títulos e Créditos a Receber	130	192	189	45,1	(1,8)
Rec. de Empresas Colig./Control. Não Financeiras	147	151	181	23,4	20,2
Outras Despesas Operacionais	(3.152)	(3.581)	(3.426)	8,7	(4,3)
Operações com Cartões	(669)	(775)	(920)	37,6	18,8
Verba de Relacionamento Negocial	(457)	(485)	(495)	8,2	2,1
Desp. das Empresas Ligadas não Financeiras	(321)	(271)	(249)	(22,4)	(8,1)
Atualização das Obrigações Atuariais	(268)	(233)	(247)	(8,0)	5,9
Amortização de Ágio em Investimentos	(231)	(244)	(271)	17,5	10,9
Descontos Concedidos em Renegociação	(205)	(185)	(163)	(20,4)	(12,2)
Remuneração pelas Transações do Banco Postal	-	(284)	(284)	-	0,0
Amortização de Intangível - Banco Postal	(397)	-	-	-	-
Demais	(320)	(690)	(700)	118,9	1,4

7.5. Perdas Operacionais

O Banco do Brasil classifica suas perdas operacionais em categorias de eventos de risco operacional conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006. A participação percentual de cada categoria é discriminada na tabela a seguir. Ressalta-se que o BB considera as constituições/reversões de provisões – notadamente para passivos contingentes – no total apurado de perdas operacionais para as categorias Problemas Trabalhistas, Falhas nos Negócios e Falhas em Processos.

Tabela 149. Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda (%)

	1T14 ¹	2T14	3T14	4T14	1T15
Falhas nos Negócios	56,1	55,9	52,3	68,3	81,9
Fraudes e Roubos Externos	11,7	17,2	11,8	13,1	8,7
Falhas em Processos	1,4	1,4	5,1	8,2	5,4
Problemas Trabalhistas	29,8	24,0	29,9	8,8	3,5
Fraude Interna	0,5	1,2	0,6	0,8	0,3
Danos ao Patrimônio Físico	0,4	0,2	0,2	0,4	0,2
Falhas de Sistemas	0,1	0,0	0,0	0,5	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

1 – Desconsiderando-se efeitos extraordinários na movimentação das provisões do 1º trimestre de 2014.

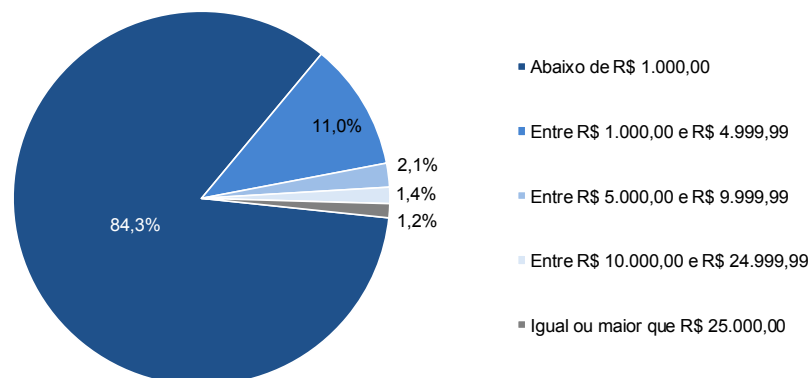
O BB registra na categoria “Falhas nos Negócios” as perdas operacionais relacionadas aos ressarcimentos ou indenizações a correntistas e não correntistas decorrentes de ações judiciais e administrativas, excluídas aquelas decorrentes de fraudes, resultantes de questionamentos relacionados a práticas de atendimento e aos produtos e serviços comercializados pelo Banco e seus parceiros de negócios.

Na categoria “Problemas Trabalhistas” são registradas as perdas decorrentes de divergências na relação empregado-empregador envolvendo contratos ou leis, saúde, segurança e discriminação no ambiente de trabalho, incluídas as perdas por responsabilidade subsidiária relativas aos empregadores terceirizados.

As perdas decorrentes de “Fraudes e Roubos Externos” caracterizam-se por atos praticados por terceiros com intenção de apropriar-se indevidamente de valores e ativos físicos do Banco ou de clientes. Destacam-se, nessa categoria, as perdas operacionais oriundas de fraudes eletrônicas e roubos externos.

A categoria “Falhas em Processos” caracteriza-se pela possibilidade de perdas com pagamentos a outros Bancos, parceiros de negócio, fornecedores, órgãos reguladores, fiscalizadores e de controle, decorrentes de falhas ou inadequações na execução, condução e gerenciamento das atividades associadas aos respectivos processos internos.

A distribuição das perdas operacionais do BB está concentrada (95,3%) em valores abaixo de R\$ 5.000,00, sendo 84,3% abaixo de R\$ 1.000,00. As perdas acima de R\$ 5.000,00 representam apenas 4,7% do total de perdas.

Figura 63. Perdas Operacionais por Faixa de Valor - %

A seguir é apresentado o comportamento da categoria Fraudes e Roubos Externos, descrevendo as principais variações de valores e quantidades, entre outras informações. Ressalta-se que nessa categoria são consideradas as perdas operacionais oriundas de fraudes eletrônicas, roubos externos, perdas com cartões e fraude documental.

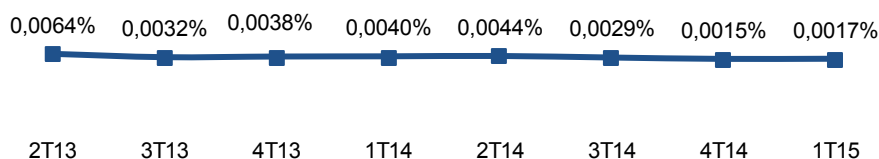
Fraudes Eletrônicas

O percentual de transações contestadas por clientes no 1T15 permaneceu estável em relação ao 4T14. No terceiro e quarto trimestre de 2014, o percentual de transações contestadas apresentou uma sensível redução, resultado das ações de mitigação implantadas pelo Banco nos canais de

autoatendimento. Dentre estas, podemos destacar: expansão da biometria nos terminais de autoatendimento BB; migração massificada de cartões com tarja para cartões com chip; e, melhorias na regras de monitoração de transações nos canais de autoatendimento.

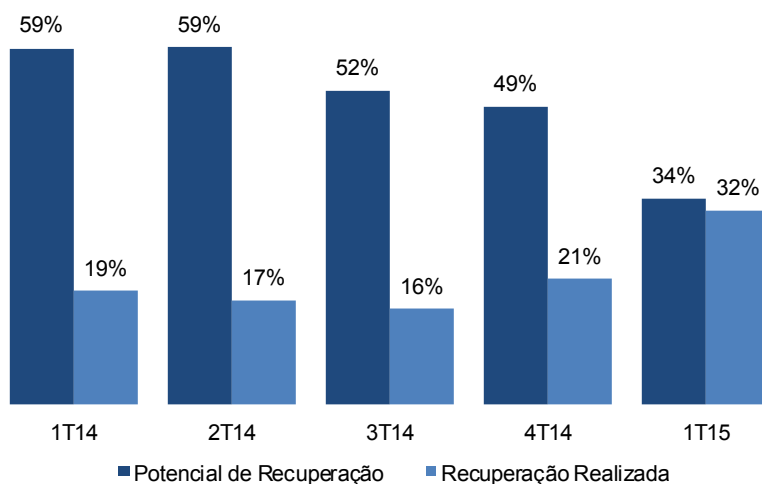
O gráfico a seguir apresenta a relação entre a quantidade de transações fraudadas e a quantidade de transações realizadas nesses canais.

Figura 64. Relação entre Transações Fraudadas e Realizadas



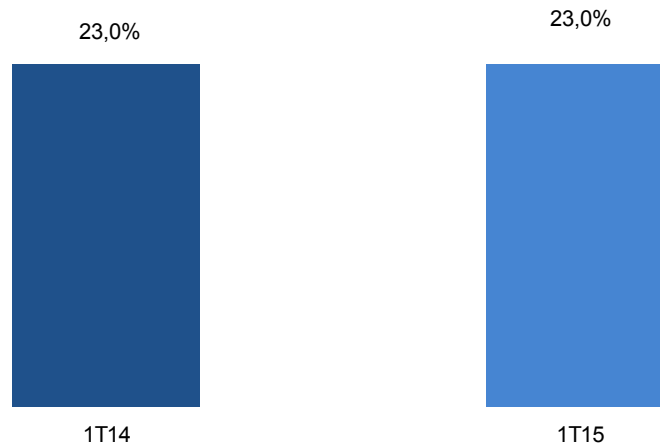
O Banco desenvolve ações visando à mitigação das perdas operacionais nos canais de atendimento, bem como atua na recuperação de valores subtraídos. Na próxima figura observam-se os percentuais recuperados comparados com o potencial de recuperação.

Figura 65. Potencial de Recup. vs Recup. Realizada – Canais de Atendimento



Roubos Externos

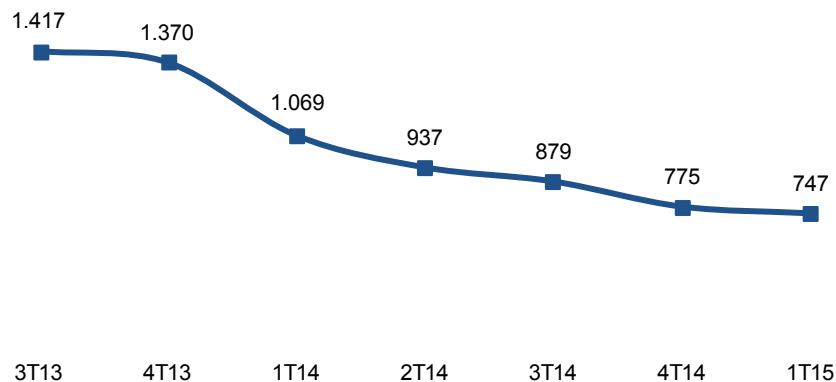
Apesar das diversas tentativas de ataque, o Banco adota procedimentos de segurança e ações mitigadoras com a finalidade de evitar atos que culminem em perdas operacionais (ataques obstados). No 1T15, o volume de perdas evitadas está em linha com o mesmo período de 2014.

Figura 66. Quantidade de Ataques versus Quantidade de Ataques Obstados

7.5.1. Indicadores Públicos de Reclamações de Clientes

O Banco do Brasil tem elevado os investimentos relacionados ao aprimoramento do atendimento ao cliente, refletindo na melhoria de indicadores públicos de reclamações, tais como as demandas junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) e ao Instituto de Defesa do Consumidor (Procon).

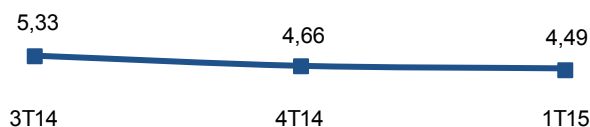
Na figura a seguir pode-se observar que, desde 3T13, o Banco vem reduzindo, de maneira consistente, a quantidade de demandas julgadas procedentes nas centrais de atendimento ao público do Bacen.

Figura 67. Quantidade de Denúncias Procedentes Junto ao Bacen

Fonte: Banco Central do Brasil.

A seguir é apresentado a evolução do índice de reclamações apurado pelo Bacen. O cálculo é feito pela soma da base do Sistema de Informações de Crédito (SCR) e do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) multiplicado por 1 milhão. O BB permanece com índices abaixo da média de mercado.

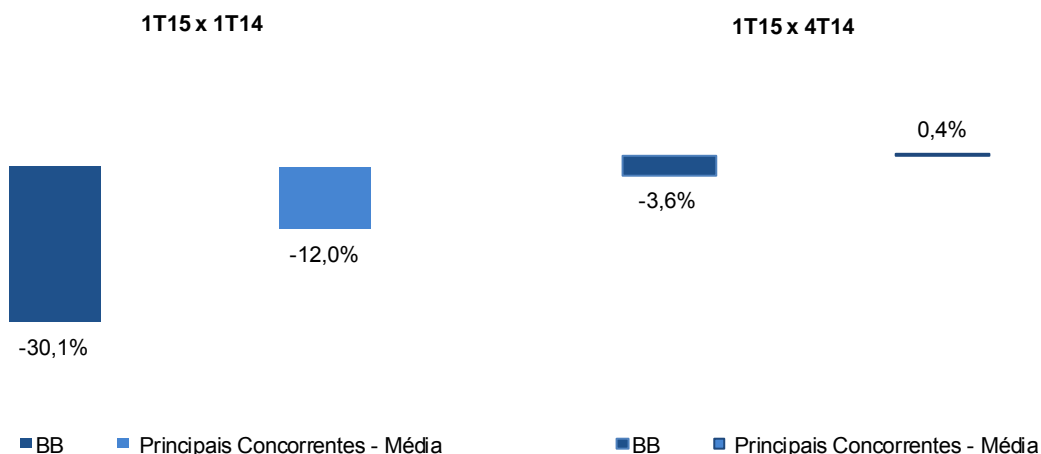
Figura 68. Índice de Reclamações – Banco Central do Brasil (média)



A próxima figura demonstra que o Banco do Brasil apresenta melhor desempenho do que a média da concorrência em relação à quantidade de denúncias consideradas procedentes pelo Bacen.

Na comparação 1T15/1T14, o Banco apresentou redução de 30,1% no total de denúncias, enquanto seus principais concorrentes obtiveram uma redução de 12%. Na comparação com o 4T14, o Banco obteve queda de 3,6% enquanto os principais concorrentes apresentaram elevação de 0,4%.

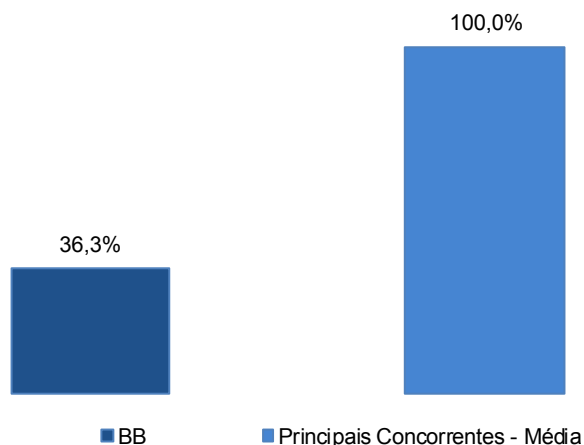
Figura 69. Denúncias Procedentes Junto ao Bacen – BB versus Principais Concorrentes



Fonte: SENACON

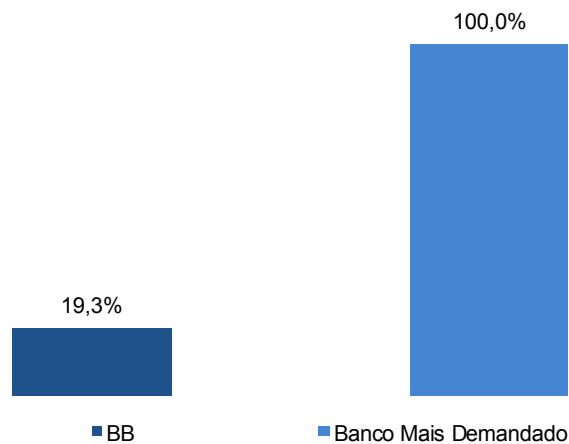
Considerando-se as demandas registradas nos Procon do primeiro trimestre de 2015 , integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - Sindec, o número de reclamações do Banco do Brasil foi 63,7% menor do que a média registrada para os principais bancos concorrentes, conforme demonstrado na próxima figura.

Figura 70. Denúncias Registradas nos Procon: BB versus Principais Concorrentes



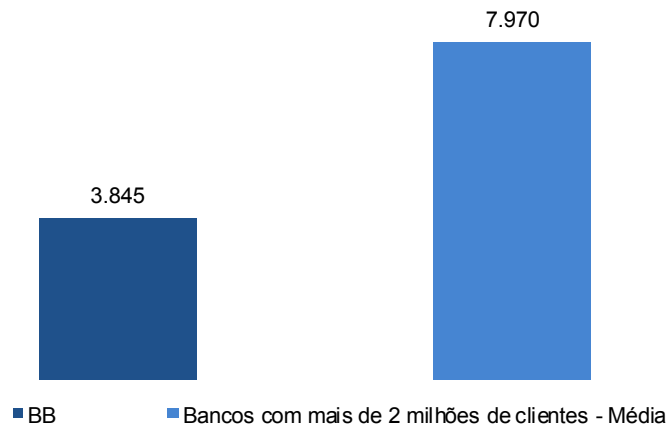
No mesmo período comparativo (1T15 x 1T14), observa-se a seguir que o BB possui participação 80,7% menor em relação ao banco que detém o maior número de ocorrências.

Figura 71. Denúncias Registradas no Procon: BB versus Banco Mais Demandado



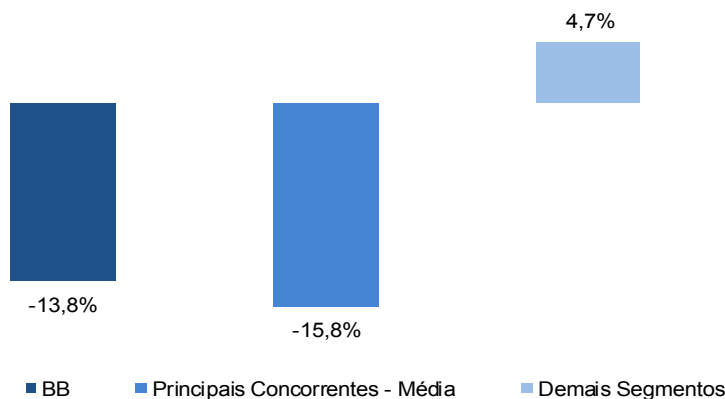
A próxima figura apresenta a comparação da quantidade de denúncias entre o Banco do Brasil e todos os bancos com mais de 2 milhões de clientes no 1T15.

Figura 72. Denúncias Registradas no Procon: BB vs. Bancos com Mais de 2 Milhões de Clientes



Em relação às demandas ingressas nos Procon, na comparação 1T15 x 1T14, o BB apresentou uma redução de 13,8%, contra uma queda de 15,83% na quantidade de demandas dos demais bancos com mais de 2 milhões de clientes.

Figura 73. Denúncias Ingressas no Procon: BB versus Principais Concorrentes



Com o aprimoramento do trabalho realizado pelo Banco do Brasil, verificou-se no primeiro trimestre a resolução de 77,56% das demandas recebidas dos Procon integrados ao Sindec, apresentando índice superior à resolutividade média das demais instituições financeiras no indicador que avalia a solução de demandas de consumidores por meio de Cartas de Informações Preliminares (CIP).

Em audiências administrativas junto às Entidades de Defesa do Consumidor, o BB melhorou 1,29 pontos percentuais de Jan/15 a Mar/15, em relação ao mesmo período do ano passado.

Entre as medidas que contribuíram para a melhoria do Banco nos indicadores de reclamações de clientes, desde 2013, estão a simplificação do portfólio de pacotes comercializados e disponibilização do extrato de serviços, que permite aos clientes a comparação dos pacotes de tarifas que sejam mais adequados ao seu perfil, podendo o cliente, pelos canais de atendimento alterar, cancelar ou aderir ao pacote de serviços considerado mais adequado ao seu perfil de consumo.

O Banco também disponibilizou aos clientes das regiões Norte, Sul, Nordeste e Centro-Oeste, o serviço de reclamações no autoatendimento na internet, tornando mais rápido o tratamento de demandas pelo SAC.

O atendimento realizado pelo Banco nas redes sociais demonstra-se como uma eficiente estratégia para melhorar a percepção do cliente sobre a marca e proporcionar experiências positivas no relacionamento, em canais de maior conveniência. Desde 2013 o BB interage com os consumidores por meio do *Facebook* e *Twitter*.

Ainda visando a melhoria de comunicação e atendimento ao cliente, o Banco foi a primeira instituição financeira a aderir a solução “consumidor.gov.br”, sob a gestão da Senacon/MJ, o qual tem por objetivo a solução alternativa de conflitos de consumo por meio da internet, permitindo o incentivo à competitividade no mercado pela melhoria da qualidade e do atendimento ao consumidor.

8 – Outros Componentes Patrimoniais

8.1. Ativo Atuarial

Histórico

O ativo atuarial do Banco do Brasil representa a parcela do patrocinador no superávit obtido pelo Plano de Benefícios 1 (Plano 1), administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ. Seu valor é apurado periodicamente com fundamento em laudo de avaliação atuarial e sua disponibilidade é condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em legislação e por autoridades reguladoras.

O Plano 1, estabelecido sob a modalidade Benefício Definido, foi custeado pelas contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e patrocinador (Banco do Brasil) até dezembro/2000, à razão de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A adesão de novos participantes foi encerrada em 23/12/1997.

A partir de janeiro/2001, foi implementada a contribuição paritária (50%) pelo Banco do Brasil e pelos participantes e beneficiários, visando adequação às disposições da Emenda Constitucional nº 20.

Em vista da paridade contributiva, a participação do Banco no superávit é de 50% do valor presente dos ativos e obrigações atuariais do Plano.

Em novembro/2010, o Banco firmou Memorando de Entendimentos do Plano 1 com a Previ visando a destinação e utilização parcial do superávit, após atendidos os requisitos estabelecidos nas legislações (Lei Complementar nº 109/2001 e a Resolução CGPC nº 26/2008).

A mensuração do saldo atuarial do Plano 1 é realizada semestralmente (junho e dezembro) e contempla: (i) o montante do superávit do plano para o final do semestre corrente e (ii) a estimativa do resultado financeiro do plano para o final do semestre subsequente, consideradas as projeções do custo do serviço corrente, contribuições, custos dos juros do passivo e rentabilidade dos ativos.

A partir da estimativa de resultado financeiro do Plano 1 para o final do semestre subsequente, o BB efetua o reconhecimento antecipado mensal desse montante à razão de 1/6 (um sexto) dos ganhos ou perdas projetados, no decorrer do semestre ao qual se refere.

Participantes do Plano 1

São participantes do Plano 1 os funcionários que detinham a condição de associado da Previ em 24/12/1997 e aqueles que foram demitidos ou desligados anteriormente, mas optaram por permanecer no plano. Os participantes estão divididos em três grupos:

- I. Contrato 97: grupo de participantes admitidos até 14/04/1967 que não estavam aposentados e até aquela data não reuniam condições para a aposentadoria. Foram abrangidos por contrato assinado em 24/12/1997 entre o Banco do Brasil e a Previ, no qual foi firmado o compromisso do pagamento pelo patrocinador das aposentadorias relativas ao período em que não houve a formação de reserva matemática. A partir de abril/1967, as reservas matemáticas garantidoras dos benefícios desse grupo de participantes passaram a ser integralizadas ao Plano 1;
- II. Admitidos entre 15/04/1967 e 23/12/1997;
- III. Grupo Especial: abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais.

Em vista da situação superavitária do Plano 1, as contribuições pelos participantes e patrocinador foram suspensas entre jan/2007 e nov/2010, quando ocorreu o acordo de revisão do Plano. Entre dez/10 e dez/13, as contribuições foram compensadas com o saldo do Fundo de Contribuição, descrito no item 8.2 desse relatório.

Os ativos do Plano 1 da Previ, conforme composição apresentada na tabela a seguir, são mensurados a valor justo principalmente com referência ao valor de mercado.

Tabela 150. Composição dos Ativos

%	Mar/14	Dez/14	Mar/15
Renda Fixa	31,1	34,4	35,1
Renda Variável	59,1	55,2	54,5
Investimentos Imobiliários	5,8	6,1	6,0
Empréstimos e Financiamentos	3,4	3,7	3,6
Outros	0,6	0,7	0,7
Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano			
Em Instrumentos Financeiros Próprios da Entidade	7,2	8,1	7,5
Em Propriedades ou Outros Ativos Utilizados pela Entidade	0,1	0,1	0,1

Tabela 151. Principais Premissas Atuariais

%	2013	1S14	2014
Taxa real de desconto (a.a.)	6,4	6,1	6,3
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	13,5	12,3	12,8

O passivo atuarial do Plano 1 corresponde ao valor presente líquido dos benefícios devido aos participantes, apurado considerando-se a estatística de sobrevivência prevista na tábua atuarial AT 2000 e taxa nominal de desconto apurada pela curva futura da taxa de juros praticada nas negociações com títulos públicos (NTN-B). A taxa utilizada pelo Banco é diferente da taxa da Previ, que considera as premissas estabelecidas pelo CGPC 26/2008.

O ativo atuarial do Plano 1 equivale a 50% (paridade) da diferença positiva entre os ativos a valor justo e os passivos a valor presente.

Em virtude da mensuração do superávit do Plano 1 ocorrer semestralmente, o Banco do Brasil reconhece antecipadamente o crescimento projetado para o semestre seguinte, reduzindo a volatilidade do ativo atuarial. No 1T15, esse resultado totalizou R\$ 139 milhões.

Desde 1T14, as contribuições ao Plano 1 passaram a ser realizadas por meio de repasses do Fundo Utilização. No 1T15 essas contribuições totalizaram R\$ 126 milhões.

Tabela 152. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – CVM 695/2012

R\$ milhões	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	144.421	141.679	141.679	135.146	135.146
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(113.523)	(122.205)	(122.205)	(122.885)	(122.885)
(c) Superávit BB = [(a) + (b)] x 50%	15.449	9.737	9.737	6.130	6.130
(d) Saldo Inicial do Ativo Atuarial	15.449	16.024	9.737	10.083	6.130
(e) Resultado Financeiro Antecipado - Mensal	446	446	228	228	139
(f) Contribuição de Fundos	129	172	117	163	126
(g) Reversão dos Fundos Destinação e Contribuição	-	-	-	-	-
(h) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	-	(6.905)	-	(4.343)	-
(i) Saldo do Ativo Atuarial = (d) + (e) + (f) + (g) + (h)	16.024	9.737	10.083	6.130	6.395

8.2. Fundos de Destinação de Superávit

O Banco do Brasil reconheceu em seu ativo valores relativos a:

- I. Paridade contributiva entre patrocinador e participantes, contabilizada em mai/06 a partir do saldo de reservas remanescentes, com montante inicial de R\$ 2,2 bilhões;
- II. Destinação parcial do superávit acordado em 2010, reconhecido como Fundo de Destinação e posteriormente segregado em fundos de Contribuição e Utilização.

Fundo Paridade

O fundo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde jan/07 para compensar os compromissos assumidos no Contrato 97.

Tabela 153. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade

R\$ milhões	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Saldo Inicial	172	168	117	118	119
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(8)	(52)	-	-	-
Atualização	6	4	2	3	7
Contribuições - Grupo Especial	(2)	(3)	(1)	(3)	(1)
Saldo Final	168	117	118	119	125

8.2.1. Retomada das Contribuições

O Plano 1 da Previ é superavitário. Em 2013, no entanto, houve a diminuição do superávit acumulado, deixando de exceder a reserva de contingência (reserva de segurança que deve equivaler a 25% do valor da reserva matemática). Esse decréscimo deve-se a:

- I. menor rentabilidade dos ativos do Plano, decorrente das dificuldades conjunturais enfrentadas pelo mercado de capitais, dada a exposição em renda variável;
- II. aumento da expectativa de vida dos participantes, refletido na mudança das tábuas atuariais pela Previ para AT 2000 suavizada;
- III. correção atuarial (INPC + 5% a.a.) sobre as reservas matemáticas que suportam os benefícios de aposentadorias.

Com a diminuição do superávit acumulado, a Previ comunicou, em janeiro de 2014, o encerramento do Benefício Especial Temporário (BET) e retomada da cobrança das contribuições, tanto para os participantes como para o patrocinador. As medidas adotadas estão em conformidade com o artigo 18 da Resolução CGPC 26/2008, que somente permite a distribuição de superávit com os recursos que excederem a reserva de contingência.

O Banco do Brasil, para fazer frente à redução da reserva de contingência, reverteu integralmente os Fundos Contribuição e Destinação (R\$ 819 milhões). As contribuições para o Plano 1, a partir de 2014, passaram a ser saldadas utilizando o Fundo de Utilização.

Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização foi constituído inicialmente no 2T11 e reforçado trimestralmente pela transferência de recursos do Fundo de Destinação. Esse Fundo representa o montante passível de resgate pelo Banco do Brasil e reflete a contabilização na Previ da distribuição do superávit. Essa reserva é corrigida anualmente pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.) e sua utilização está condicionada à comprovação da cobertura integral das obrigações do plano (art. 25, Deliberação CGPC 26/2008).

Com a retomada dos aportes periódicos por parte dos participantes e do patrocinador, as contribuições do patrocinador passaram a ser realizadas através desse Fundo.

Tabela 154. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização

R\$ milhões	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Saldo Inicial	7.794	7.935	8.046	8.092	8.155
Atualização	260	228	163	223	444
Contribuições ao Plano 1	(119)	(117)	(117)	(160)	(125)
Saldo Final	7.935	8.046	8.092	8.155	8.474

8.3. Passivo Atuarial

O passivo atuarial do Banco do Brasil é composto por suas obrigações junto ao Plano Informal (Previ), ao Plano de Associados (Cassi) e alguns planos Economus. A Cassi é responsável por 75,2% do total do passivo atuarial do BB e está constituído sob forma de plano de benefício definido.

Cassi

O Banco é patrocinador do plano de assistência administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a saúde do associado e seus beneficiários inscritos.

Os participantes do Plano de Associados são subdivididos em:

- I. Associados: funcionários ativos, ex-funcionários (autopatrocinados), aposentados e pensionistas do BB;
- II. Dependentes: cônjuge, companheiro, filhos e enteados que não tenham completado 24 anos de idade;
- III. Dependentes Indiretos: dependentes com vinculação direta ao associado, em qualquer grau de parentesco, admitidos até a reforma estatutária de 1996.

A Cassi apresentava sucessivos descasamentos entre receitas e despesas. Em 1995, a cobertura do déficit operacional ocorreu por rateio entre patrocinador e associados. Para garantir o equilíbrio financeiro do plano, Cassi e Banco reformularam o Estatuto Social em 1996. Entre as principais alterações, destacam-se a restrição ao acesso de novos dependentes indiretos e o aumento nas contribuições dos participantes e patrocinador.

Em 2007 o Banco firmou novo acordo com a Cassi para alteração do seu estatuto, vigente até hoje. As principais modificações foram:

- I. contribuição patronal de 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, para todos os grupos;
- II. contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão passou a ser de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão;
- III. realização de aporte de R\$ 315 milhões pelo BB para investimentos no aprimoramento do seu modelo de atuação relativo aos serviços próprios pela Cassi;
- IV. assunção pelo Banco do déficit dos Dependentes Indiretos até a extinção desse grupo.

Com a vigência da CVM 695/2012, a partir de 2013, a tabela abaixo passou a demonstrar a evolução do passivo atuarial Cassi.

Tabela 155. Efeitos de Contabilização Cassi – CVM 695/2012

R\$ milhões	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	-	-	-	-	-
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(6.334)	(5.790)	(5.790)	(5.830)	(5.830)
(c) Déficit BB = [(a) + (b)]	(6.334)	(5.790)	(5.790)	(5.830)	(5.830)
(d) Saldo Inicial do Passivo Atuarial	(6.334)	(6.457)	(5.790)	(5.873)	(5.830)
(e) Valores Reconhecidos no Resultado	(241)	(241)	(195)	(195)	(201)
(f) Contribuição BB	117	121	113	157	125
(g) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	-	786	-	81	-
(h) Saldo do Passivo Atuarial = [(d) + (e) + (f) + (g)]	(6.457)	(5.790)	(5.873)	(5.830)	(5.907)

Efeitos no Patrimônio Líquido – CVM 695/2012

A tabela a seguir detalha os efeitos da contabilização dos ativos e passivos atuariais do Banco reconhecidos no Patrimônio Líquido (PL) do BB conforme deliberação CVM 695/2012.

Os efeitos no PL ocorrem semestralmente, tendo em vista a realização dos estudos atuariais.

Tabela 156. Efeito no Patrimônio Líquido – CVM 695/2012

R\$ milhões	Previ - Plano 1	Cassi	Outros Planos	Total
Dez/13				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.100	1.090	259	8.449
Efeitos Fiscais	(3.038)	(436)	(104)	(3.578)
Efeito no Patrimônio Líquido	4.062	654	155	4.870
Jun/14				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(6.905)	786	(153)	(6.271)
Efeitos Fiscais	2.955	(315)	61	2.701
Efeito no Patrimônio Líquido	(3.950)	472	(91)	(3.570)
Dez/14				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(4.343)	81	(6)	(4.268)
Efeitos Fiscais	1.858	(33)	2	1.828
Efeito no Patrimônio Líquido	(2.485)	49	(4)	(2.440)

8.4. Impostos Diferidos

Crédito Tributário (Ativo Fiscal Diferido)

O crédito tributário origina-se principalmente de diferenças intertemporais de Imposto de Renda e Contribuição Social.

As diferenças intertemporais decorrem no tratamento diferenciado atribuído pelas normas contábeis e fiscais a determinadas despesas que compõem o lucro do período. As despesas com provisão, por serem constituídas com fundamento em perdas prováveis, são um exemplo. Elas somente poderão ser dedutíveis quando as perdas ocorrerem efetivamente. A partir de janeiro/2013, passaram a ser considerados os valores de ajustes patrimoniais dos planos de benefícios, conforme Deliberação CVM 695/2012. O montante de créditos tributários de diferenças intertemporais representou 94,2% do estoque em março de 2015.

Os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais de Imposto de Renda e de base negativa de Contribuição Social representam um benefício fiscal pela possibilidade de sua compensação conforme ocorra geração de lucro tributável futuro.

Tabela 157. Abertura do Crédito Tributário

R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	s/ Mar/14	s/ Dez/14
Diferenças Intemporais	25.507	92,5	27.397	92,9	33.088	94,2	29,7	20,8
PCLD ¹	14.906	54,0	17.175	58,2	18.535	52,8	24,3	7,9
Provisões Passivas	7.647	27,7	7.328	24,8	7.917	22,5	3,5	8,0
Ajustes Patrimoniais Negativos de Plan. Benef.	451	1,6	166	0,6	166	0,5	(63,2)	-
Marcação a Mercado	900	3,3	1.038	3,5	2.040	5,8	126,7	96,6
Outras Provisões	1.603	5,8	1.690	5,7	4.430	12,6	176,3	162,2
CSLL Escriturada a 18% (MP 2.158/2001)	1.421	5,2	1.277	4,3	1.248	3,6	(12,2)	(2,3)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	130	0,5	375	1,3	353	1,0	172,0	(5,7)
Superveniência de Depreciação	524	1,9	452	1,5	433	1,2	(17,4)	(4,2)
Total de Crédito Tributário	27.581	100,0	29.501	100,0	35.122	100,0	27,3	19,1

1 – Incluem valores de PCLD e Operações de Crédito – Lei nº 9.430/96.

Passivo Fiscal Diferido

O passivo fiscal diferido representa o valor do tributo devido em período futuro e relacionado às receitas e ganhos tributáveis classificados como diferenças intertemporais. De forma análoga ao crédito tributário por diferença intertemporal, provém do tratamento contábil e fiscal sobre as receitas decorrentes de ajustes patrimoniais e cuja realização está condicionada no futuro.

A tabela abaixo mostra a abertura do passivo fiscal diferido:

Tabela 158. Abertura do Passivo Fiscal Diferido

R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Mar/14	Part. %	Dez/14	Part. %	Mar/15	Part. %	s/ Mar/14	s/ Dez/14
Ajustes Patrimoniais Positivos de Planos de Benef.	4.704	74,3	273	16,8	324	14,2	(93,1)	18,6
Atualização de Depósitos Judiciais	424	6,7	453	27,8	463	20,3	9,3	2,2
Marcação a Mercado	443	7,0	318	19,5	989	43,4	123,2	211,5
Ajuste a Valor Presente - Arrend. Mercantil	304	4,8	142	8,7	113	5,0	(62,7)	(20,1)
Outros	455	7,2	442	27,2	390	17,1	(14,4)	(11,9)
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	6.330	100,0	1.628	100,0	2.279	100,0	(64,0)	40,0

8.5. Ágios sobre Investimentos

Anualmente as cotas de amortização são reavaliadas conforme projeções de resultado que fundamentaram os negócios. As estimativas são elaboradas por empresas especializadas contemplando os prazos e as taxas de desconto utilizadas para apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixas futuros.

Em dezembro/13, o Banco Central emitiu Carta Circular nº 3.624/13, alterando a contabilização do ágio na aquisição de sociedade incorporada passando a ser reconhecido como intangível. No caso do Banco do Brasil, esse ajuste impactou apenas a contabilização do Banco Nossa Caixa, que desde o 4T13, é apresentada na tabela de Ativo Intangível.

Tabela 159. Ágio nas Aquisições de Investimentos

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Banco Votorantim					
Valor Contábil	425,7	425,7	425,7	425,7	425,7
Amortização Acumulada	(203,6)	(217,8)	(232,0)	(246,1)	(260,6)
Despesas com Amortização no Período ¹	(14,2)	(14,2)	(14,2)	(14,2)	(14,5)
Saldo Líquido de Amortização	222,1	207,9	193,8	179,6	165,1
Banco Patagonia					
Valor Contábil	298,9	291,7	302,5	314,6	343,4
Varição Cambial ²	(50,3)	(7,2)	10,9	12,1	28,8
Amortização Acumulada	(120,2)	(127,3)	(134,4)	(142,0)	(150,7)
Despesas com Amortização no Período ¹	(7,5)	(7,1)	(7,1)	(7,7)	(8,7)
Saldo Líquido de Amortização	178,7	164,4	168,1	172,6	192,7
Cielo					
Valor Contábil	1.002,1	1.002,1	1.002,1	1.002,1	1.002,1
Amortização Acumulada	(300,5)	(324,6)	(348,7)	(372,8)	(396,3)
Despesas com Amortização no Período ¹	(24,1)	(24,1)	(24,1)	(24,1)	(23,5)
Saldo Líquido de Amortização	701,6	677,5	653,4	629,3	605,8
Demais Empresas do Conglomerado					
Valor Contábil	890,1	1.248,2	1.330,7	1.355,6	1.426,7
Varição Cambial ³	(1,2)	(0,9)	31,4	24,9	71,1
Amortização Acumulada	(565,8)	(580,6)	(594,7)	(612,7)	(634,2)
Despesas com Amortização no Período ¹	(9,8)	(14,7)	(14,1)	(20,7)	(21,5)
Saldo Líquido de Amortização	324,3	667,6	736,1	742,9	792,4

1 – Contabilizada em Outras Despesas Administrativas e realocado para Outras Despesas Operacionais na Demonstração do Resultado com Realocações.

2 – Refere-se à variação cambial do Banco Patagonia (ARS).

3 – Refere-se à variação cambial do BB Americas (USD), Merchant e- Solutions e outras razões econômicas.

8.6. Ativos Intangíveis

As despesas de amortização do ativo intangível referentes à aquisição do direito de exploração do Banco Postal iniciaram-se em janeiro de 2012.

A tabela a seguir apresenta a movimentação dos ativos intangíveis do BB.

Tabela 160. Ativo Intangível

R\$ milhões	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁵					
Saldo Inicial	4.535	6.505	6.150	5.895	6.511
Despesas com Amortização ¹	(457)	(493)	(484)	(485)	(475)
Outros Valores	-	-	-	-	-
Aquisições	2.429	152	223	1.538	13
Baixas	(3)	(14)	6	(437)	(1)
Saldo final (a)	6.505	6.150	5.895	6.511	6.048
Aquisição/Desenvolvimento de Softwares					
Saldo Inicial	1.505	1.491	1.488	1.573	1.711
Despesas com Amortização ²	(30)	(43)	(43)	(46)	(48)
Outros Valores	-	-	-	(2)	2
Aquisições	17	40	128	186	210
Baixas	(0)	-	-	(0)	-
Saldo final (b)	1.491	1.488	1.573	1.711	1.876
Banco Postal					
Saldo Inicial	2.346	1.950	-	-	-
Despesas com Amortização ¹	(397)	(90)	-	-	-
Outros Valores	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-
Baixas ³	-	(1.860)	-	-	-
Saldo final (c)	1.950	-	-	-	-
Banco Nossa Caixa					
Saldo Inicial	3.425	3.247	3.072	2.894	2.717
Despesas com Amortização ¹	(177)	(175)	(178)	(178)	(203)
Outros Valores	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo Final (d)	3.247	3.072	2.894	2.717	2.514
Outros Ativos Intangíveis					
Saldo Inicial	316	316	362	352	311
Despesas com Amortização ²	(0)	5	(5)	3	(20)
Outros Valores ⁴	-	48	(5)	(3)	-
Aquisições	0	(0)	-	-	1
Baixas	(0)	(6)	(1)	(41)	(1)
Saldo final (e)	316	362	352	311	291
Saldo (a+b+c+d+e)	13.510	11.072	10.714	11.249	10.729

1 – Contabilizada em Outras Despesas Administrativas e realocada para Outras Despesas Operacionais na Demonstração do Resultado com Realocações.

2 – Contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

3 - Em 30/06/2014, o custo do direito de utilização da rede do Banco Postal foi convertido em recebíveis no âmbito da nova parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT no montante de R\$ 1.865.250 mil.

4 - Inclui o valor de: R\$ 45.683 mil em Jun/14 referente à reclassificação do ágio da empresa Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.

5 - Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

Tabela 161. Estimativa de Amortização dos Ativos Intangíveis

R\$ milhões	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Valores a Amortizar	2.197	2.975	2.547	1.310	656	1.044	10.729

9 - Gestão de Riscos

9.1. Gestão dos Riscos

O gerenciamento de riscos no Conglomerado Financeiro do Banco do Brasil contempla de forma abrangente os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos, procedimentos e sistemas descritos em cada um desses riscos. Não obstante as atividades estarem focadas nos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, o Banco adota mecanismos para garantir a suficiência de capital para cobertura de outros riscos incorridos.

A gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco e formuladas pelo Comitê Superior de Risco Global - CSRG, um fórum composto pelo Presidente e Vice-Presidentes. As ações para implantação e acompanhamento das diretrizes emanadas do CSRG são conduzidas em comitês específicos (Crédito, Mercado e Liquidez e Operacional), que são fóruns constituídos por Diretores Estatutários.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

As tabelas e gráficos constantes deste capítulo não consideram as informações contábeis do Banco Votorantim (BV), a menos que haja referência explícita em contrário. Nesse sentido, define-se a expressão BB Consolidado como Banco do Brasil no país e exterior exclusive BV.

9.1.1. Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

I - o risco de contraparte: a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;

II - o risco país: a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;

III - o risco de *commitment*: a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;

IV - o risco de interveniente: a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito; e

V - o risco de concentração: a possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a uma contraparte, a um fator de risco ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns.

No Banco do Brasil, a estrutura de gerenciamento do risco de crédito é composta pelas Diretorias de Gestão de Riscos, Diretoria de Crédito e Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, sendo o diretor de Gestão de Riscos, por meio de indicação do Conselho de Administração, o responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Banco. Essa estrutura está em consonância a Resolução CMN nº 3.721, de 30/04/2009.

9.1.2. Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, incluindo a Carteira de Não Negociação (Parcela RBAN), dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A Diretoria de Gestão de Riscos (Diris), conforme previsto na Resolução nº 3.464, de 26.06.2007, é responsável pelo gerenciamento do risco de mercado no Banco do Brasil, com estrutura para gerenciamento dos riscos de mercado compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos da instituição, segregada das unidades de negociação e da unidade executora da atividade de auditoria interna.

O BB utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

I - Sensibilidades;

II - Valor em Risco (*VaR*); e

III - Estresse.

O Banco do Brasil adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Consolidado Econômico-Financeiro.

Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo dos ativos, passivos e derivativos do BB Consolidado referenciados em moedas estrangeiras. A exposição cambial líquida, para 31/03/2015, é passiva no valor de US\$ 1.133 milhões, o que reflete a estratégia de *hedge* fiscal adotada pelo Banco. O *hedge* fiscal objetiva reduzir a volatilidade do resultado, após os efeitos tributários, haja vista que os ganhos com a variação cambial dos investimentos no exterior não são tributados e, similarmente, as perdas não geram dedução na base tributária.

Tabela 162. Balanço em Moedas Estrangeiras

R\$ milhões

MOEDA	CONTAS PATRIMONIAIS	
	ATIVO	PASSIVO
Dólar dos EUA	191.505	192.134
Euro	12.425	15.412
Libra Esterlina	202	1.527
Iene	2.702	3.990
Franco Suíço	16	1.134
Dólar Canadense	12	7
Ouro	23	-
Demais	15.019	14.489
Total	221.904	228.693
Posição Líquida - Patrimoniais		(6.789)

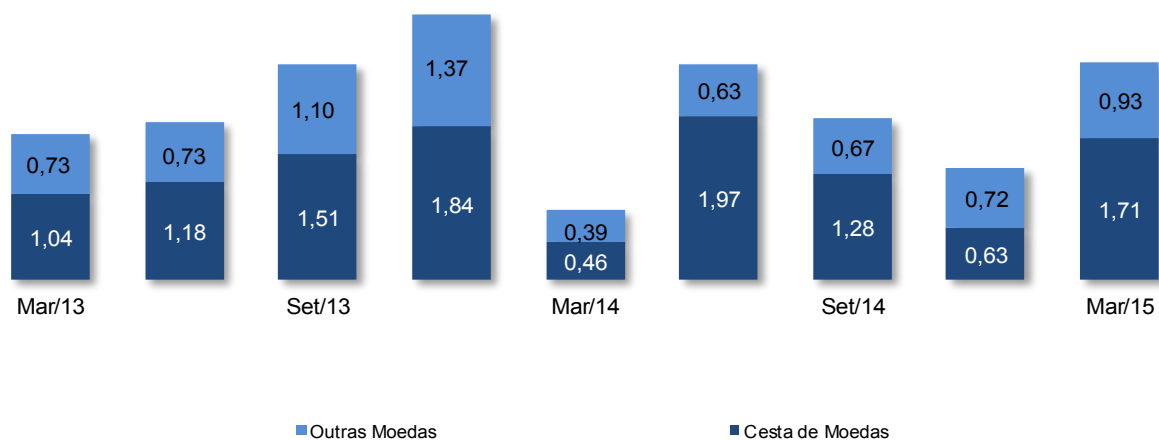
MOEDA	DERIVATIVOS	
	COMPRADO	VENDIDO
Dólar dos EUA	47.348	50.111
Euro	4.445	2.068
Libra Esterlina	1.092	495
Iene	1.154	55
Franco Suíço	1.308	117
Dólar Canadense	-	-
Demais	715	63
Total	56.062	52.909
Posição Líquida - Derivativos		3.153

TOTAIS PATRIMONIAIS E DERIVATIVOS	277.966	281.602
Posição Líquida Total		(3.636)
Posição Líquida Total - Em US\$ milhões		(1.133)

A exposição cambial regulatória do BB Consolidado, calculada conforme a Circular Bacen nº 3.641, de 04 de março de 2013, é da ordem de R\$ 3.341,02 milhões para a data de 31 de março de 2015.

O gráfico a seguir evidencia o comportamento da exposição cambial do BB Consolidado, em relação ao Patrimônio de Referência (PR), trimestralmente, desde março de 2013.

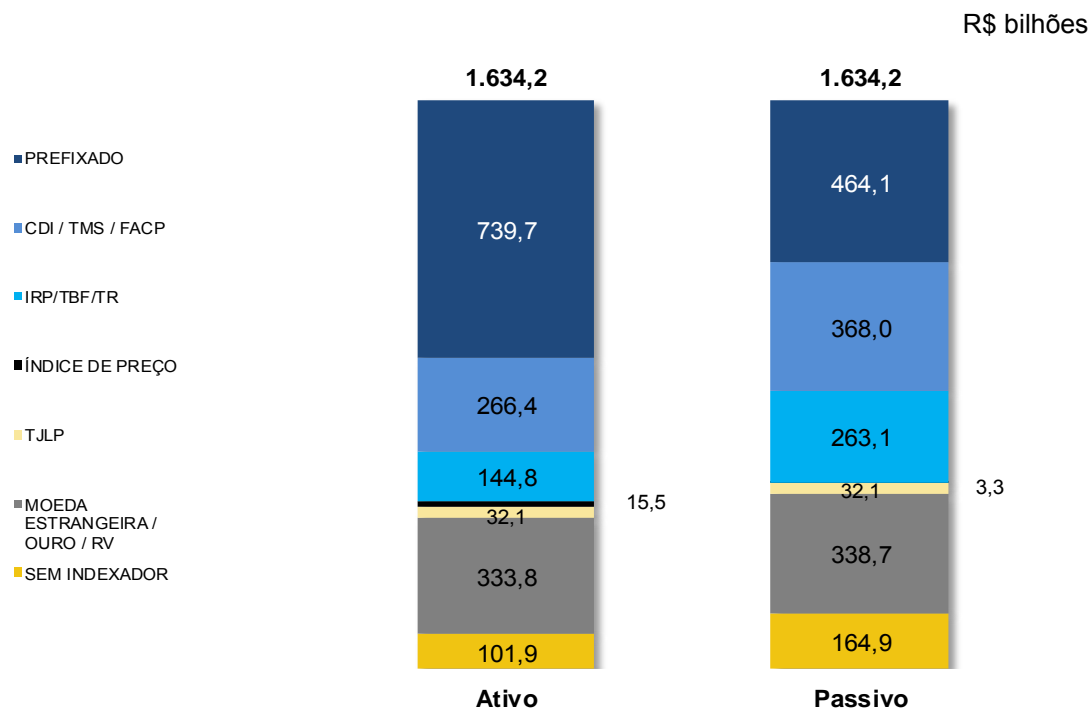
Figura 74. Evolução da Exposição Cambial em % do PR



Balço por Indexador

O gráfico a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos, inclusive derivativos, do BB Consolidado, detalhada por indexador em 31/03/2015:

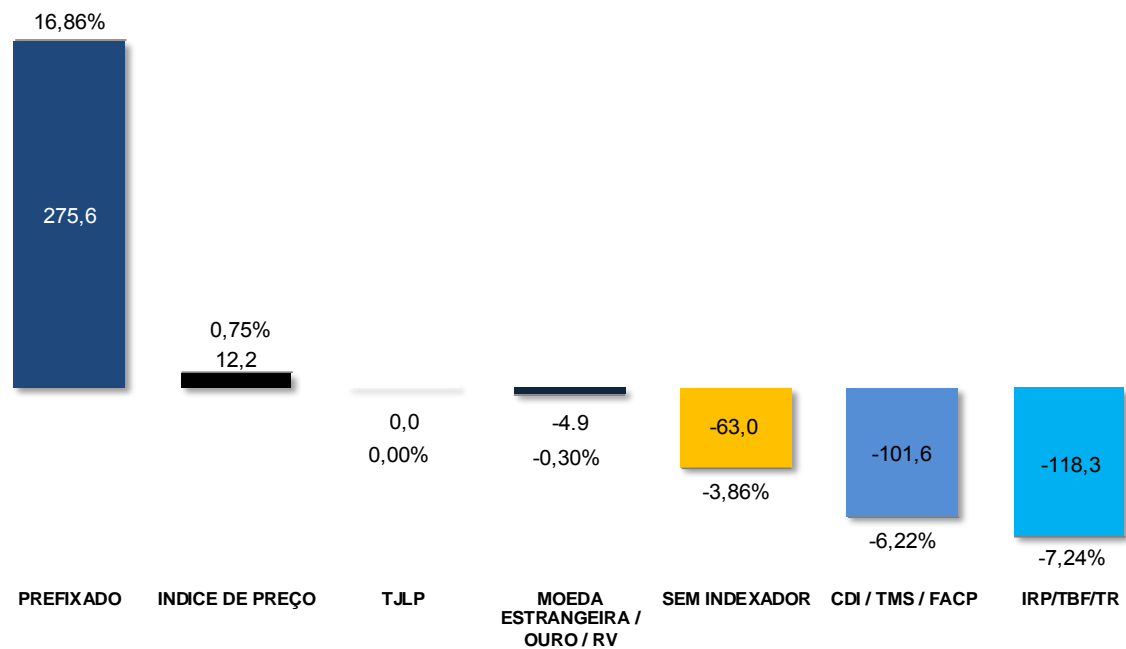
Figura 75. Ativos e Passivos por Indexador



O gráfico a seguir evidencia os descasamentos líquidos por indexador do BB Consolidado:

Figura 76. Posição Líquida por Indexador

R\$ bilhões



Demonstrativo do Perfil de Repactuação das Taxas de Juros

Apresenta-se, a seguir, tabela contendo o estoque de operações sensíveis às variações nas taxas de juros, alocados por fator de risco e por prazo de indexação de taxa de juros do BB Consolidado:

Tabela 163. Perfil de Repactuação das Taxas de Juros

R\$ milhões

Ativos	< 1 Meses	1 > 3 Meses	3 > 6 Meses	6 > 12 Meses	1 > 3 Anos	> 3 Anos	Total
Prefixado	402.163	40.516	41.884	55.072	110.242	89.847	739.724
CDI/TMS	266.405	-	-	-	-	-	266.405
TR/TBF/IRP	-	144.753	-	-	-	-	144.753
Índice de Preço	-	15.529	-	-	-	-	15.529
TJLP	2.567	29.488	-	-	-	-	32.055
US\$/ME	90.297	27.886	22.909	28.683	40.346	123.642	333.763
Total - Ativos	761.432	258.170	64.793	83.755	150.588	213.489	1.532.228
Passivos							
Prefixado ¹	299.173	19.093	18.686	21.832	42.804	62.475	464.063
CDI/TMS	368.019	-	-	-	-	-	368.019
TR/TBF/IRP	-	263.126	-	-	-	-	263.126
Índice de Preço	-	3.330	-	-	-	-	3.330
TJLP	1.979	30.099	-	-	-	-	32.078
US\$/ME	76.766	28.794	25.896	40.994	35.548	130.700	338.699
Total - Passivos	745.937	344.442	44.582	62.826	78.351	193.175	1.469.314
Gap	15.495	(86.272)	20.211	20.929	72.237	20.314	62.914
Gap Acumulado	15.495	(70.776)	(50.565)	(29.637)	42.600	62.914	-
Gap Acumulado como % Ativos (que rendem juros)	2,0%	-33,4%	31,2%	25,0%	48,0%	9,5%	4,1%

1 - Está considerada a totalidade dos depósitos em conta corrente (R\$ 49,9 bilhões) em passivos prefixados.

9.1.3. Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Banco do Brasil mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos da Instituição assumidos no Brasil e no exterior, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes, da qualidade dos seus ativos, da capilaridade da sua rede de dependências externas e da sua capacidade de acesso ao mercado internacional de capitais. O rigoroso controle do risco de liquidez está em consonância com a Política de Risco de Liquidez estabelecida pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências da supervisão bancária nacional e dos demais países onde o Banco opera.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banco do Brasil segregava a Liquidez em Reais da Liquidez em Moedas Estrangeiras. Os principais instrumentos utilizados na gestão são:

- I - Projeções de Liquidez;
- II - Limites de Risco de Liquidez;
- III - Plano de Contingência de Liquidez;
- IV - Monitoramento Prospectivo; e
- V - Teste de Estresse de Liquidez

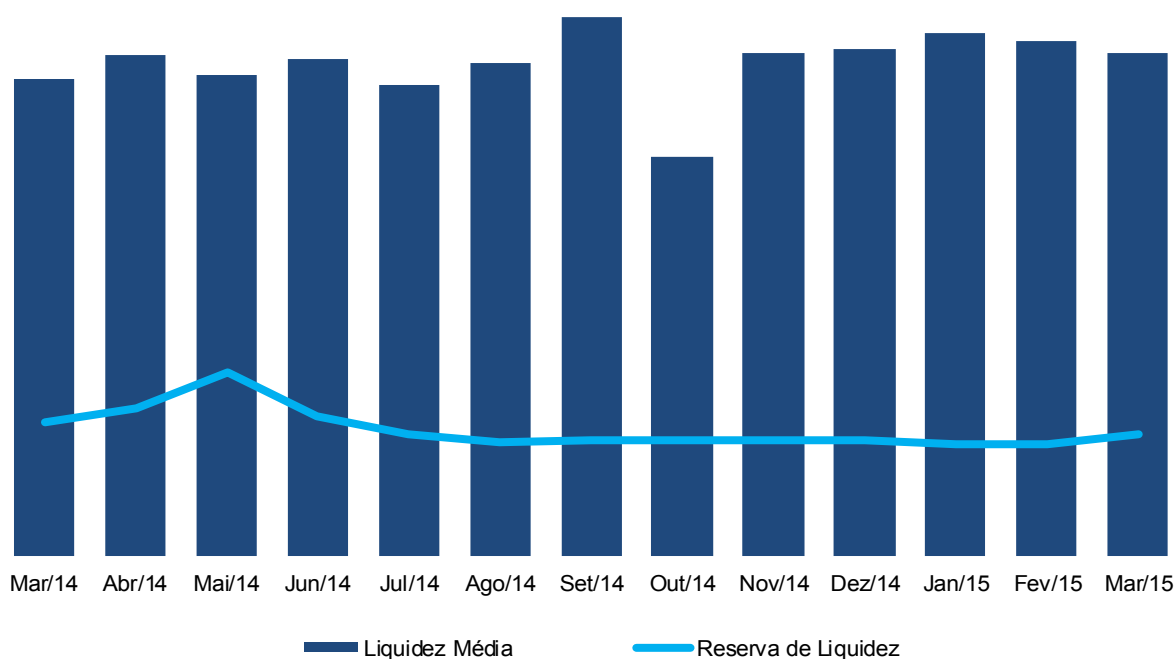
Os instrumentos de gestão do risco de liquidez são periodicamente monitorados e reportados aos Comitês Estratégicos da instituição.

Os limites de risco de liquidez atualmente utilizados no Banco do Brasil são:

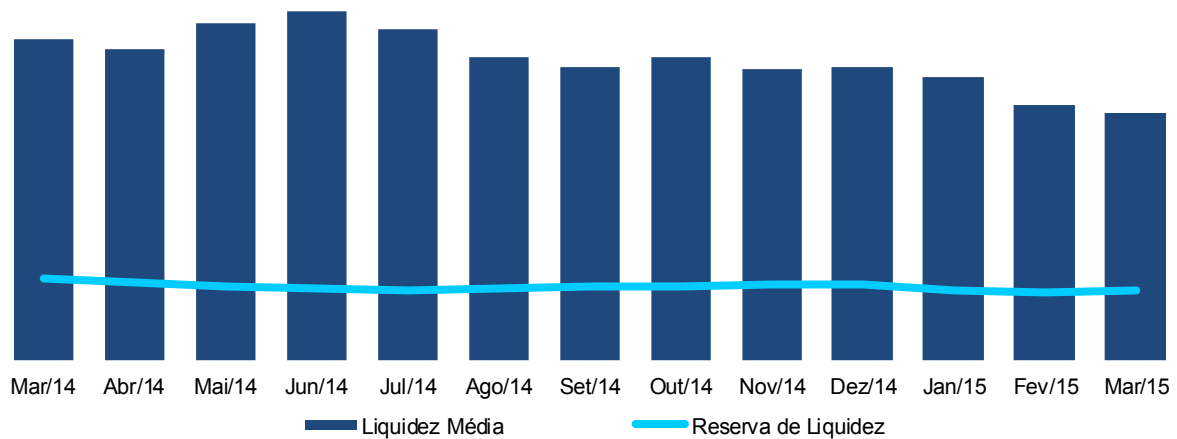
- a Reserva de Liquidez, que representa o volume de ativos de alta liquidez que devem ser mantidos para fazer face ao risco de liquidez de curto prazo, utilizado como parâmetro de identificação de situação de estresse de liquidez prevista no Plano de Contingência de Liquidez e no Monitoramento Prospectivo de Liquidez;
- o Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (Indicador DRL), voltado ao gerenciamento do risco de liquidez de médio e longo prazo; e
- o Colchão de Liquidez, representando o nível de liquidez prudencial para o gerenciamento do risco de liquidez em cenários de estresse.

A figura seguinte apresenta o acompanhamento mensal da Reserva de Liquidez em Moeda Nacional do Banco.

Figura 77. Reserva de Liquidez – Moeda Nacional

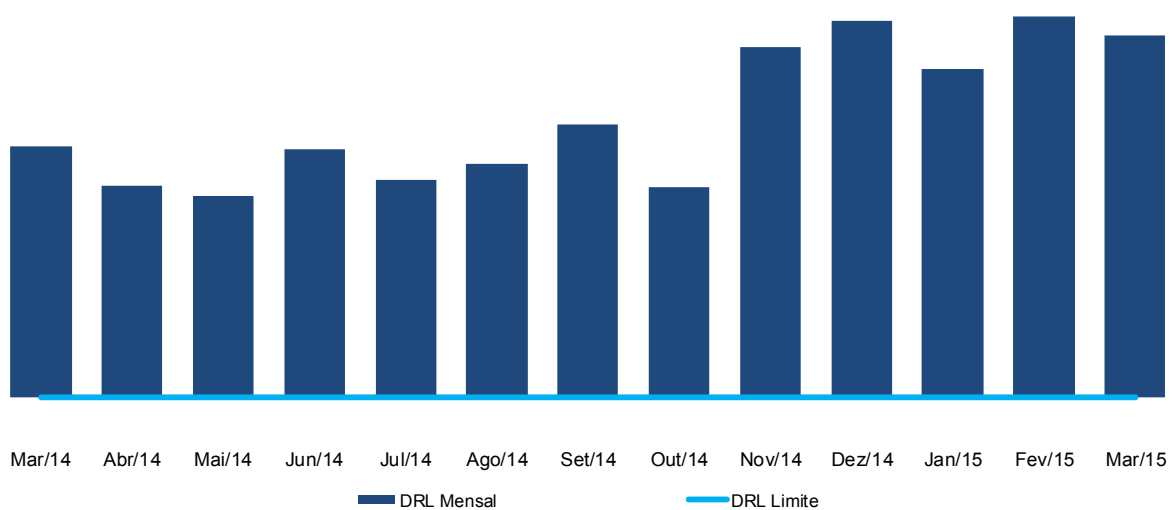


A figura abaixo apresenta o acompanhamento da Reserva de Liquidez em Moeda Estrangeira do Banco.

Figura 78. Reserva de Liquidez – Moeda Estrangeira

O indicador de Disponibilidades de Recursos Livres (DRL) visa assegurar equilíbrio entre captação e aplicação de recursos da carteira comercial da área interna e garantir o financiamento da Liquidez em moeda nacional com recursos comerciais.

O limite do Indicador DRL, definido anualmente pelo Comitê de Risco Global (CRG) de acordo com as metas de captações e aplicações comerciais, é parâmetro utilizado no planejamento e na execução do orçamento da instituição e é monitorado sob periodicidade mensal.

Figura 79. Indicador DRL

Alinhado com a estratégia de financiamento das operações comerciais, o indicador DRL observado no primeiro trimestre se manteve acima do limite anual estabelecido.

Tal medida permite ao Banco a realização de sua estratégia negocial sem comprometer a gestão do risco de liquidez da instituição, conforme monitoramento do limite da Reserva de Liquidez em Moeda Nacional apresentado neste capítulo.

Destaca-se que a manutenção da Liquidez em moeda nacional e em moeda estrangeira, acima dos limites das suas respectivas Reserva de Liquidez, possibilita a execução do planejamento estratégico do Banco em níveis confortáveis de exposição ao risco de liquidez.

9.1.4. Risco Operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de eventos externos. Esta

definição inclui a possibilidade de perdas decorrentes do risco legal que está associado às atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo de gestão do risco operacional adotado permite identificar, avaliar, mitigar, controlar e monitorar os riscos operacionais, proporcionando uma gestão efetiva, contribuindo para a continuidade e solidez da Organização.

O gerenciamento do risco operacional no Banco é realizado de maneira corporativa, por meio de metodologias e instrumentos, com a participação das áreas gestoras de processos, produtos e serviços, envolvidos diretamente na identificação e implementação de ações mitigadoras. As etapas de avaliação, controle e monitoramento são executadas de maneira independente, sendo realizados reportes periódicos aos colegiados estratégicos.

Informações detalhadas sobre risco operacional podem ser consultadas no capítulo 7.5 deste Relatório e no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3 no site do Banco do Brasil – Relações com Investidores – Gestão de Riscos.

9.2. Estrutura de Capital

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

Destaca-se que a partir de 01.10.2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- I. Nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
- II. Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01.01.2015.

Nos termos do Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o Conglomerado Prudencial abrange não só as instituições financeiras como também administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios.

Desempenho

O Banco do Brasil encerrou o primeiro trimestre de 2015 com Índice de Basileia de 16,02% permanecendo acima do mínimo regulatório, que corresponde ao fator “F” disposto na Resolução CMN n.º 4.193/2013:

Tabela 164. Fator “F” aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Vigência	Fator "F" (%)
01/10/2013 a 31/12/2015	11,0
01/01/2016 a 31/12/2016	9,875
01/01/2017 a 31/12/2017	9,25
01/01/2018 a 31/12/2018	8,625
A partir de 01/01/2019	8,0

O PR, que considera os novos requisitos de apuração do capital regulamentar de Basileia III, atingiu o montante de R\$ 128.705 milhões, enquanto o PRMR totalizou R\$ 88.377 milhões.

O Índice de Capital Nível 1 (ICN1) realizado em março de 2015 registrou 11,36%, sendo 8,68% de Índice de Capital Principal (ICP). Ambos os indicadores estão enquadrados nos limites mínimos

regulatórios, que exigem 4,5% para o ICP e 5,5% para o ICN1 até 31.12.2014, e 6%, a partir de 01.01.2015.

A tabela a seguir demonstra a apuração do valor PR e do RWA, até dezembro de 2014, para o Conglomerado Financeiro, a partir de março de 2015 a apuração faz referência ao Conglomerado Prudencial.

Tabela 165. Índice de Basileia

R\$ milhões	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15
Patrimônio de Referência - PR	112.293	118.043	123.713	126.588	128.705
Nível I	80.571	84.276	88.810	89.538	91.298
Capital Principal	63.520	62.050	71.554	71.036	69.739
Patrimônio Líquido	72.097	70.044	71.489	70.675	73.316
Instrumentos elegíveis a capital	-	-	8.100	8.100	8.100
Ajustes prudenciais	(8.576)	(7.994)	(8.035)	(7.740)	(11.677)
Ágios pagos na aquisição de investimento com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(844)	(800)	(758)	(715)	(1.343)
Ativos intangíveis constituídos a partir de 01.10.2013	(687)	(734)	(758)	(1.066)	(2.048)
Ativos atuariais rel. a F. Pensão de Benef. Definido líquidos de passivo fiscal dif. a eles associados	(2.283)	(1.578)	(1.628)	(1.192)	(2.470)
Participação de não controladores	(126)	(120)	(149)	(171)	(434)
Créd. tributários decorrentes de dif. temporárias dependentes da geração de lucros (excesso 10%)	(81)	(124)	-	-	(620)
Inv. Sup. e créd. Trib. dec. de dif. temporárias dependentes da geração de lucros (excesso 15%)	(635)	(591)	(641)	(556)	(359)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(45)	(42)	(39)	(38)	(72)
Créd. tributários decorrentes de prej. fiscais e de base negativa de CSLL	(284)	(258)	(251)	(255)	(499)
Ativos Diferidos	(43)	(39)	(35)	(32)	(26)
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras	(3.547)	(3.707)	(3.776)	(3.714)	(3.805)
Capital Complementar	17.051	22.226	17.256	18.503	21.558
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	8.201	13.377	14.886	16.133	19.485
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ¹	8.850	8.850	2.370	2.370	2.074
Nível II	31.722	33.767	34.903	37.050	37.407
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	31.742	33.773	34.937	37.065	37.425
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	-	1.716	2.308	3.960	5.291
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	31.742	32.056	32.629	33.105	32.134
Recursos captados no FCO ²	19.104	19.615	19.991	20.467	21.076
Recursos captados no exterior ³	4.801	6.341	4.801	4.801	4.201
Recursos captados com CDB ³	1.292	312	1.292	1.292	1.131
Recursos captados com Letras Financeiras ³	6.545	5.788	6.545	6.545	5.727
Dedução do Nível II	(20)	(6)	(34)	(15)	(18)
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras	(20)	(6)	(34)	(15)	(18)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	811.374	831.586	771.394	785.974	803.430
Risco de Crédito (RWACPAD)	763.068	782.473	720.364	734.716	753.728
Risco de Mercado (RWAMPAD)	11.727	12.534	11.318	11.545	19.585
Risco Operacional (RWAOPAD)	36.579	36.579	39.712	39.712	30.117
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)⁴	89.251	91.474	84.853	86.457	88.377
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR - PRMR)	23.042	26.568	38.860	40.131	40.328
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA) - %	9,93%	10,13%	11,51%	11,39%	11,36%
Índice de Capital Principal (CP / RWA) - %	7,83%	7,46%	9,28%	9,04%	8,68%
Índice de Basileia (PR / RWA) - %	13,84%	14,19%	16,04%	16,11%	16,02%

1 - Os Instrumentos autorizados pelo Bacen a compor o PR conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022. Esse decaimento é aplicado sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

2 - De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

3 - Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o faseamento de 20%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

4 - Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA.

O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido do BB alcançou o montante de R\$ 88.377 milhões em março/15, perfazendo uma margem de PR de R\$ 40.328 milhões.

Em 24.07.2014, o Bacen publicou a Circular nº 3.711 e posteriormente, em 20.08.2014, foi divulgada a Circular nº 3.714, que promoveram a revisão das medidas macroprudenciais iniciadas no ano de 2010. Os efeitos desses normativos impactaram na redução do PRMR no que tange às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) a partir do terceiro trimestre de 2014.

A tabela a seguir apresenta a composição do RWA_{CPAD}, considerando as principais exposições.

Tabela 166. PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD}

R\$ milhões	Mar/15		
	RWA_{CPAD}	PRMR	(%)
Operações de Crédito	455.260	50.079	60
Outros Direitos	108.497	11.935	14
TVM e Derivativos	48.539	5.339	6
Limites de Crédito e Créditos a Liberar	30.059	3.306	4
Garantias Prestadas	9.872	1.086	1
Permanente	33.474	3.682	4
Créditos Tributários	36.734	4.041	5
Demais	31.293	3.442	4
TOTAL	753.728	82.910	100

Em relação ao risco de mercado RWA_{MPAD} , apresentamos na tabela a seguir, o PRMR, em março de 2015, por fator de risco:

Tabela 167. PRMR Referente à Parcela do RWA_{MPAD} – Conglomerado Prudencial

R\$ milhões	Mar/15		
	RWA_{MPAD}	PRMR	(%)
Câmbio	15.489	1.704	79
Taxa de Juros	4.060	447	21
Commodities	36	4	0
Ações	0	0	0
TOTAL	19.585	2.154	100

Na apuração do PRMR para a parcela dos ativos ponderados pelo risco, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional (RWA_{OPAD}), o BB utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) prevista na Circular Bacen 3.640/2013, alterada pela Circular Bacen 3.675/2013 e 3.739/2014. A atual parcela de capital para risco operacional, obtida sobre os valores médios do período de dois semestres que se encerrou com o balanço de 31/12/2014, está sendo cumprida com a respectiva alocação de capital, mensalmente, durante o período de janeiro a junho de 2015.

Tabela 168. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD} – Conglomerado Prudencial

R\$ milhões	Mar/15		
	RWA_{OPAD}	PRMR	(%)
Administração de Ativos	634	70	2
Comercial	18.201	2.002	60
Corretagem de Varejo	21	2	0
Finanças Corporativas	(3.975)	(437)	(13)
Negociação e Vendas	1.748	192	6
Pagamentos e Liquidações	2.609	287	9
Serviços de Agente Financeiro	675	74	2
Varejo	10.203	1.122	34
TOTAL	30.117	3.313	100

Tabela 169. RWA_{CPAD} por Fator de Ponderação – FPR – Conglomerado Prudencial

R\$ milhões	FPR	Mar/15	
		RWA _{CPAD} ¹	PRMR ²
Disponibilidades	20%	727	80
	100%	2.638	290
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	20%	1.775	195
	50%	1.821	200
	75%	0	0
	85%	3.057	336
	100%	5.401	594
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2%	3	0
	20%	490	54
	50%	712	78
	85%	16.445	1.809
	100%	27.354	3.009
	1250%	3.536	389
Relações Interfinanceiras	20%	472	52
	50%	139	15
	100%	1.479	163
Operações de Crédito	20%	72	8
	35%	8.951	985
	50%	3.360	370
	75%	178.004	19.580
	85%	134.289	14.772
	100%	130.584	14.364
Operações de Arrendamento Mercantil	75%	338	37
	85%	40	4
	100%	357	39
Outros Direitos	50%	8.610	947
	75%	13.744	1.512
	85%	3.096	341
	100%	83.047	9.135
Outros Valores e Bens	100%	582	64
	100%	23.604	2.596
Permanente	250%	9.870	1.086
	20%	0	0
Limite de Crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição	50%	680	75
	75%	9.824	1.081
	85%	558	61
	100%	2.561	282
	20%	11	1
Créditos a Liberar	50%	1.622	178
	75%	762	84
	85%	5.898	649
	100%	8.143	896
	75%	148	16
Adiantamentos concedidos pela Instituição	85%	7.988	879
	100%	2.895	318
	20%	73	8
Garantias prestadas-avais, fianças e coobrigações	50%	1.058	116
	75%	144	16
	85%	4.853	534
	100%	3.744	412
	100%	17.881	1.967
Créditos tributários	250%	16.283	1.791
	300%	2.570	283
	50%	148	16
Operações a liquidar de compra de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado a vista	100%	123	13
	50%	1	0
Operações a liquidar de venda de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado a vista	100%	1	0
	100%	1	0
Ajuste para Derivativos Decorrente de Variação da Qualidade Creditícia da Contraparte (CVA)		1.166	128
Total		753.728	82.910

1 - Somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco, ajustados pelo Fator de Conversão.

2 - Exposição Ponderada por Fator de Risco multiplicada por 0,11.

10 - Investimentos Estratégicos

10.1. Informações de Coligadas e Controladas

Tabela 170. Participações Societárias do BB Banco Múltiplo

R\$ mil	Atividade		Participação	Saldo de Investimento		Result.
			Total - % Mar/15	Mar/14	Mar/15	de 1T15
Participações Consolidadas						
Segmento Bancário						
Banco do Brasil – AG. Viena	Bancária	(I)	100,00	666.488	924.481	6.402
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	(I)	100,00	3.622	695	-
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(I)	100,00	3.770.054	4.042.749	149.554
BB Leasing Company Ltd.	Arrendamento	(I)	100,00	103.408	146.941	(205)
BB Securities LLC.	Corretora	(I)	100,00	90.107	175.139	2.464
Brasilian American Merchant Bank	Bancária	(I)	100,00	995.891	1.455.639	(11.817)
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	(I)	100,00	11.297	17.742	(741)
BB Securities Ltd.	Corretora	(I)	100,00	111.596	163.776	(10.051)
Besc DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	99,62	7.162	7.205	60
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(I)	58,96	908.472	1.560.912	121.669
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(II)	50,00	3.547.426	3.804.661	74.647
BB Americas	Banco Múltiplo	(I)	100,00	67.768	145.298	544
Segmento Investimentos						
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Invest.	(I)	100,00	3.012.458	3.191.789	366.042
Segmento Gestão de Recursos						
BB DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	100,00	300.378	311.965	180.331
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.						
BB Seguridade Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	3.633.514	4.283.844	628.584
Segmento Meios de Pagamento						
BB Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(I)	100,00	23.217	23.861	4.853
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	(I)	100,00	501.807	4.143.135	3.556.220
Outros Segmentos						
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(I)	100,00	194.777	211.227	47.065
BB Turismo	Turismo	(I)	100,00	13.585	13.311	(825)
BB Money Transfers Inc. ¹	Serviços	(I)	0,00	4.035	-	-
BB Tecnologia e Serviços S.A. (antiga Cobra Tecnologia)	Informática	(I)	99,97	174.912	220.754	12.273

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente.

(1) BB Money Transfers Inc. - Em dezembro/2014 foi concluído o processo de encerramento da empresa de serviços.

A tabela a seguir apresenta as participações societárias detidas diretamente pelo BB Banco de Investimentos S.A. (BB-BI) e que são consolidadas contabilmente pela formação do grupo econômico BB Consolidado. O BB detém participações adicionais por meio de outras subsidiárias nas seguintes empresas:

- I. Ativos S.A.: 75,71% pelo BB-BI e 24,29% pelo Brazilian American Merchant Bank (BAMB), totalizando 100%;
- II. Cibrasec: 9,09% pelo BB-BI e 3,03 pelo Banco Múltiplo, totalizando 12,12%;
- III. Tecban: 8,01% pelo BB-BI e 5,52% pelo Banco Múltiplo, totalizando 13,53%.

Tabela 171. Participações Societárias detidas majoritariamente pelo BB Banco de Investimentos

R\$ mil	Atividade		Participação	Saldo de Investimento		Result. de
			Total - % Mar/15	Mar/14	Mar/15	Particip. 1T15
Participações Consolidadas						
Segmento Investimentos						
Kepler Weber S.A.	Indústria	(II)	17,46	68.477	85.275	(1.364)
Companhia Brasileira de Securit. – Cibrasec	Aquisição de Créd.	(III)	12,12	8.958	8.991	31
Neoenergia S.A.	Energia	(II)	11,99	1.125.868	1.166.259	23.245
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.						
Seg. Brasileira de Créd. à Exportação – SBCE	Seguradora	(II)	12,09	3.155	2.625	272
Segmento Meios de Pagamento						
Cielo S.A. ¹	Serviços	(II)	28,75	1.741.732	2.040.177	240.958
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	Serviços	(III)	13,53	39.742	49.759	2.091
Outros Segmentos						
Ativos S.A. Securitizadora de Créd. Financ.	Aquisição de Créd.	(I)	100,00	1.083.405	1.009.091	36.223

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente.

(III) Coligadas, consolidadas proporcionalmente conforme determinação do Bacen.

¹ - Considera ágio gerado no aumento da participação acionária.

Tabela 172. Participações Societárias do Banco do Brasil via BB Seguridade Participações S.A

R\$ mil	Atividade		Participação	Saldo de Investimento		Result. de
			Total - % Mar/15	Mar/14	Mar/15	Particip. 1T15
Participações Consolidadas						
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.						
BB Seguros Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	5.090.994	5.912.157	601.653
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Holding	(II)	49,68	1.549.482	1.610.511	297.859
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Holding	(II)	33,13	1.359.438	1.491.917	46.251
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Seg./Previd.	(II)	49,68	994.289	1.450.894	165.614
Brasilcap Capitalização S.A.	Capitalização	(II)	44,16	176.977	258.501	69.857
BB Capitalização S.A. ¹	Capitalização	(I)	-	5.552	-	-
IRB - Brasil Resseguros	Resseguros	(II)	13,53	554.770	569.059	26.087
Brasidental	Saúde	(II)	75,00	-	1.539	(196)
BB Cor. Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	298.369	401.181	354.281
BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.	Corretora	(I)	66,25	289.844	389.100	354.097

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente.

(1) BB Capitalização S.A.- Incorporada BB Seguros em 28.11.2014.

Tabela 173. Participações Societárias da BB Elo Cartões Participações S.A

R\$ mil	Atividade		Participação	Saldo de Investimento		Result. de
			Total - % Mar/15	Mar/14	Mar/15	Particip. 1T15
Participações Consolidadas						
Serviços						
Elo Participações S.A.	Holding	(II)	49,99	484.979	637.379	53.163
CBSS - Alelo	Serviços	(II)	49,99	452.678	565.576	54.429
Elo Serviços	Serviços	(II)	33,33	30.329	16.696	1.772
CATENO	Serviços	(II)	30,00	-	1.534.496	12.235

(II) Coligadas, consolidadas proporcionalmente.

Tabela 174. Participações Societárias não Consolidadas

R\$ mil	Atividade		Participação	Saldo de Investimento		Result. de
			Total - % Mar/15	Mar/14	Mar/15	Particip. 1T15
Participações não Consolidadas						
Cadam S.A.	Mineradora	(IV)	21,64	26.925	19.341	(5.860)
Cia. Hidromineral Piratuba	Saneamento	(IV)	15,44	2.495	2.624	99
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	Serviços	(IV)	11,11	8.377	6.571	(1.650)

(IV) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

10.2. Banco Votorantim

A parceria estratégica com a o Banco Votorantim (BV), através da Votorantim Finanças, foi iniciada em 2009 e tem como principais objetivos:

- I) A ampliação dos canais de atendimento;
- II) Ação conjunta no desenvolvimento e distribuição de produtos de investimento;
- III) Ampliação dos negócios no segmento atacado;
- IV) Expansão da capacidade de originação de ativos no mercado de financiamento de veículos.

A consolidação das informações financeiras do BV nas demonstrações contábeis do BB é proporcional à participação no capital social e considera as eliminações de saldos de transações entre os bancos.

Todos os dados apresentados nesta seção refletem 100% dos saldos, entre contas patrimoniais e contas de resultado do BV. Informações mais detalhadas sobre o BV podem ser obtidas no Relatório Gerencial de Resultados 1T15, disponível em www.bancovotorantim.com.br/ri.

A tabela a seguir apresenta os principais itens patrimoniais do período.

Tabela 175. Principais Itens Patrimoniais

R\$ milhões	Mar/14	Dez/14	Mar/15	Var. %	
				s/ Mar/14	s/ Dez/14
Ativos Totais	104.617	98.682	105.511	0,9	6,9
TVM e Derivativos	28.951	30.637	29.463	1,8	(3,8)
Carteira de Crédito	54.167	53.473	54.310	0,3	1,6
Depósitos	6.917	3.811	4.928	(28,8)	29,3
Captação no Mercado Aberto	29.350	27.986	29.227	(0,4)	4,4
Patrimônio Líquido	7.339	7.554	7.679	4,6	1,7

Sumário do Resultado

O Banco Votorantim completou seu processo de reestruturação em 2014. Apresentamos, a seguir, os principais destaques do resultado do BV no 1T15:

- I. Lucro Líquido foi de R\$ 122 milhões, equivalente a RSPL de 6,6% a.a;
- II. A Margem Financeira Bruta (MFB) ficou estável em relação a Dez/14. O *spread* global (NIM) alcançou 5,4% a.a. no 1T15, 10 p.b. menor, em relação a Dez/14;
- III. Inadimplência acima de 90 dias (Inad 90) do Varejo caiu para 5,3% em Mar/15, ante 5,5% em Dez/14, menor patamar desde Jun/11, reflexo da melhor qualidade da carteira de financiamento de veículos;
- IV. Despesas consolidadas com PCLD, líquidas de receitas de recuperação de crédito, reduziram em 17,3% sobre Dez/14 e 41,5% no comparativo a Mar/14, reflexo, principalmente, da melhor qualidade das carteiras do Varejo;
- V. Despesas administrativas e de pessoal apresentaram redução nominal de 3,8% frente ao 4T14. No comparativo a Mar/14, as despesas reduziram 6,2%, devido à menores despesas com demandas trabalhistas ligadas à reestruturação. Com isso, o Índice de Eficiência dos últimos 12 meses alcançou 37,8% em Mar/15.

Tabela 176. Demonstração do Resultado com Realocações¹ - Trimestral

R\$ milhões	Fluxo Trimestral						Var. % s/ 4T14
	4T14			1T15			
	Contábil	Ajustes ¹	Gerencial	Contábil	Ajustes ¹	Gerencial	
Receitas da Intermediação Financeira	4.262	(47)	4.214	5.417	76	5.493	30,3
Operações de Crédito	1.867	(168)	1.837	2.471	(251)	2.220	20,8
Operações de Arrendamento Mercantil	25	-	25	29	-	29	16,1
Resultado de Operações com TVM	985	-	985	1.163	-	1.163	18,2
Result. com Instrum. Financ. Derivat.	193	120	313	539	327	866	176,3
Resultado de Operações de Câmbio	100	-	100	235	-	235	134,4
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	-
Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	954	-	954	980	-	980	2,7
Despesa da Intermediação Financeira	(2.995)	-	(2.995)	(4.277)	7	(4.270)	42,6
Operações de Captação no Mercado	(2.145)	-	(2.145)	(3.154)	-	(3.154)	47,1
Operações de Emp., Cessões e Rep.	(155)	-	(155)	(401)	-	(401)	158,8
Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	(695)	-	(695)	(722)	7	(714)	2,8
Margem Financeira Bruta	1.129	(47)	1.220	1.140	83	1.223	0,3
Provisão para Créd. Liquidação Duvidosa	(672)	168	(505)	(689)	271	(417)	(17,3)
Margem Financeira Líquida	456	120	715	451	354	806	12,7
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(464)	(84)	(686)	(355)	(229)	(585)	(14,8)
Receitas de Prestação de Serviços	276	-	276	243	-	243	(12,1)
Despesas de Pessoal	(321)	-	(321)	(316)	-	(316)	(1,8)
Outras Despesas Administrativas	(291)	-	(291)	(274)	-	(274)	(6,0)
Despesas Tributárias	(100)	(4)	(104)	(117)	(15)	(132)	26,9
Result. de Particip. em Colig. e Controladas	37	-	37	38	-	38	2,4
Outras Receitas Operacionais	197	-	197	331	(214)	117	(40,7)
Outras Despesas Operacionais	(262)	(80)	(480)	(260)	-	(260)	(45,7)
Resultado Operacional	(8)	36	29	96	125	221	674,7
Resultado Não Operacional	(8)	-	(8)	(3)	-	(3)	(64,5)
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	(16)	36	20	93	125	218	983,3
Imposto de Renda e Contribuição Social	141	(36)	104	82	(125)	(43)	-
Participações Estatutária no Lucro (Prejuízo)	(50)	-	(50)	(53)	-	(53)	6,1
Lucro (Prejuízo) Líquido	75	-	75	122	(0)	122	62,7

1-Os ajustes referem-se a: (i) receitas de recuperação de créditos baixados para prejuízo e despesas com provisões de crédito referentes à carteira cedida com coobrigação, classificadas na linha "Operações de Crédito" que foram realocados para "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" e (ii) variações cambiais dos investimentos no exterior, que são contabilizadas em Outras Receitas (Despesas) Operacionais e que foram realocadas para Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos, bem como os efeitos fiscais e tributários da estratégia de hedge desses investimentos.

Margem Financeira Bruta

A MFB ficou praticamente estável no comparativo a Dez/14. Em relação a Mar/14, a MFB reduziu 5,7%, devido à redução da carteira ampliada média.

As receitas da intermediação financeira cresceram 30,3% em relação ao Dez/14, impactadas, principalmente, por efeitos de variação cambial, que são em grande parte compensados por meio de instrumentos financeiros derivativos, utilizados como mecanismos de proteção (*hedge*).

Na comparação com Mar/14, as receitas da intermediação financeira aumentaram 65,2%, impulsionadas principalmente pela variação positiva no resultado com instrumentos financeiros derivativos e pelo aumento no total das receitas com operações de crédito. O total de receitas com operações de crédito cresceu 30,9% em relação a Mar/14.

Em relação a Dez/14, as despesas de intermediação financeira cresceram 42,6%, impactadas tanto por efeitos de variações cambiais (Real depreciou 20,8% frente ao Dólar norte-americano nos últimos 3 meses) quanto pela elevação na taxa Selic. O impacto desses dois fatores foi, em grande parte, compensado pelo uso de derivativos (*hedge*). No 1T15, as despesas de intermediação financeira cresceram 110,5% em relação ao 1T14, aumento também justificado por variação cambial e Selic.

Como parte da estratégia de alongamento do prazo médio de captação e redução do seu custo, no 1T15, o Banco Votorantim captou R\$ 3,1 bilhões por meio da cessão ao BB, com retenção substancial de riscos e benefícios de R\$ 2,6 bilhões em ativos de crédito do negócio de Varejo, contribuindo para manter o nível de caixa livre do Banco prudencialmente elevado.

O spread global bruto alcançou 5,4% a.a. no 1T15, queda de 10 p.b. base em relação ao trimestre anterior em razão do aumento do saldo de ativos rentáveis, que por sua vez, foram impactados pela realização de cessão de crédito no 1T15. No comparativo com o 1T14, o *spread* global registrou redução de 10 p.b., resultado da menor margem financeira bruta.

Tabela 177. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

R\$ milhões	1T14	4T14	1T15	Var. %	
				s/ 1T14	s/ 4T14
Saldo Médio dos Ativos Rentáveis (a)	96.409	89.774	93.183	(3,3)	3,8
Saldo Médio dos Passivos Onerosos (b)	89.495	82.628	85.939	(4,0)	4,0
Margem Financeira Bruta (c)	1.296	1.220	1.223	(5,7)	0,3
Receita Líquida de Juros (d)	1.410	808	125	(91,2)	(84,6)
Receitas de Juros (1.d)	3.436	3.801	4.393	27,8	15,6
Despesas de Juros (2.d)	(2.026)	(2.992)	(4.268)	110,6	42,6
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta ¹ (e)	(114)	411	1.098	(1.065,5)	167,0
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis - % (b/a)	92,8	92,0	92,2	(0,6)	0,2
Rentabilidade Média dos Ativos ² - % (1.d/a)	15,0	18,0	20,2	34,5	12,1
Custo Médio dos Passivos ² - % (2.d/b)	9,4	15,3	21,4	128,4	39,9
Margem de Lucro Líquida ³ - %	5,7	2,7	(1,2)	(120,5)	(142,3)
Margem Líquida de Juros ² - % (d/a)	6,0	3,7	0,5	(91,0)	(85,3)
Spread Global ² - % (c/a)	5,5	5,5	5,4	(2,4)	(3,5)

1-Definida como receita de juros menos despesas de juros.

2-Contém derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de operações de câmbio, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira.

3-Receita total de juros dividida pelo saldo médio dos ativos geradores de receita.

4-Despesa total de juros dividida pelo saldo médio de passivos geradores de despesa.

5-Diferença entre a taxa média dos ativos geradores de receita e a taxa média dos passivos geradores de despesas.

6-Receita líquida de juros dividida pelo saldo médio dos ativos geradores de receita.

Carteira de Crédito

Em Mar/15, a carteira de crédito atingiu R\$ 54,3 bilhões, enquanto a carteira de crédito ampliada gerenciada, que inclui as cessões anteriores a Resolução CMN nº 3.533/2008, garantias prestadas e TVM privado, encerrou em R\$ 69,8 bilhões.

No Varejo, a carteira de crédito classificada atingiu R\$ 35,8 bilhões em Mar/15, queda de 0,4% em relação a Dez/14. Nos últimos 12 meses, a carteira classificada apresentou retração de 2,3%, reflexo do maior conservadorismo na concessão de crédito, do foco em assegurar a qualidade e rentabilidade das novas safras, e da moderação da demanda.

A carteira de crédito ampliada do Atacado, que inclui garantias prestadas e TVM privado, encerrou Mar/15 com saldo de R\$ 32,9 bilhões, 0,5% superior ao saldo de Dez/14, impulsionada pela variação cambial do período.

Tabela 178. Carteira de Crédito

R\$ milhões	Mar/14	Dez/14	Mar/15	Var. %	
				s/ Mar/14	s/ Dez/14
Pessoa Jurídica (Atacado) (a) ¹	17.508	17.509	18.488	5,6	5,6
Pessoa Física (Varejo) (b)	36.659	35.964	35.822	(2,3)	(0,4)
Veículos (CDC e Leasing)	29.679	29.410	29.387	(1,0)	(0,1)
Consignado	5.968	5.374	5.251	(12,0)	(2,3)
Outros ²	1.012	1.180	1.185	17,1	0,4
Carteira de Crédito Classificada (c=a+b)	54.167	53.473	54.310	0,3	1,6
Avais e Fianças Prestados (d)	9.913	9.927	8.937	(9,8)	(10,0)
TVM Privado e outros (e)	5.480	5.290	5.456	(0,4)	3,2
Carteira de Crédito Ampliada (f=c+d+e)	69.744	68.689	68.704	(1,5)	0,0
Ativos cedidos - com Coobrigação (g)	3.566	1.564	1.110	(68,9)	(29,0)
Veículos (CDC e Leasing)	2.515	1.043	720	(71,4)	(30,9)
Consignado	1.051	522	390	(62,9)	(25,2)
FIDCs (h)	548	194	1	(99,8)	(99,4)
Carteira de Crédito Ampliada Gerenciada (i=f+g+h)	73.858	70.448	69.815	(5,5)	(0,9)
Varejo (b+g+h)	40.773	37.723	36.934	(9,4)	(2,1)
Atacado (a+d+e)	32.900	32.725	32.882	(0,1)	0,5

1. Inclui operações da BV Nassau (agências no exterior);

2. Empréstimo pessoal, CDC sem garantia e Cartão de Crédito.

O BV também tem sido conservador na concessão de financiamentos de veículos. Em Dez/10 o prazo médio de produção era de 52 meses e o percentual médio de entrada era de 26%. No 1T15, o prazo médio de produção foi de 44 meses e o percentual médio de entrada foi de 40,2%, conforme quadro a seguir.

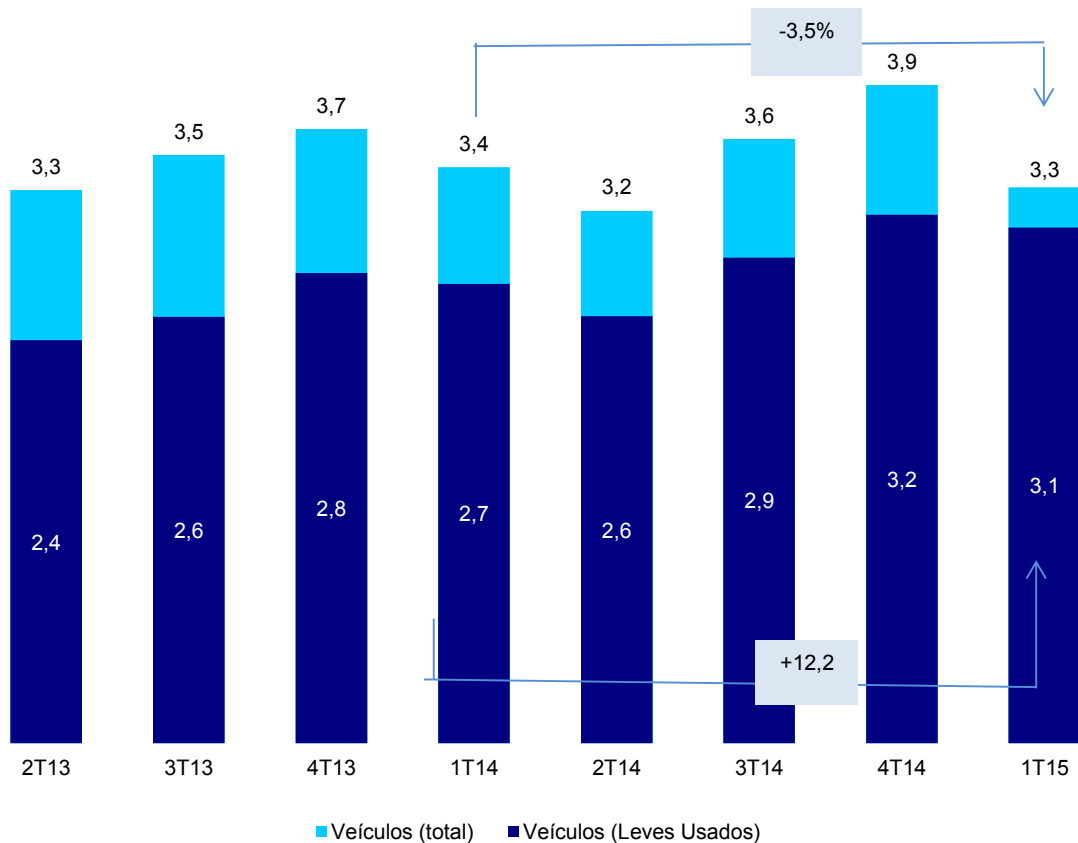
Tabela 179. Indicadores – Veículos

	1T14	4T14	1T15
Produção			
Taxa Média por Safra - % a.a.	26,6	26,4	27,5
Prazo Médio por Safra – Meses	44	44	44
Valor Financiado / Valor do Bem - %	61,1	60,3	59,8
Veículos Usados / Veículos Leves - %	86,1	86,4	89,1
Carteira			
Taxa Média da Carteira - % a.a. ¹	25,2	25,6	25,7
Prazo Médio da carteira – Meses	16	16	16
Valor Financiado / Valor do Bem - %	59,2	55,2	53,5
Veículos Usados / Carteira de Veículos - %	76,4	80,5	81,9
Idade Média dos Veículos (anos)	5	5	5

1-Calculada com base na carteira média trimestral.

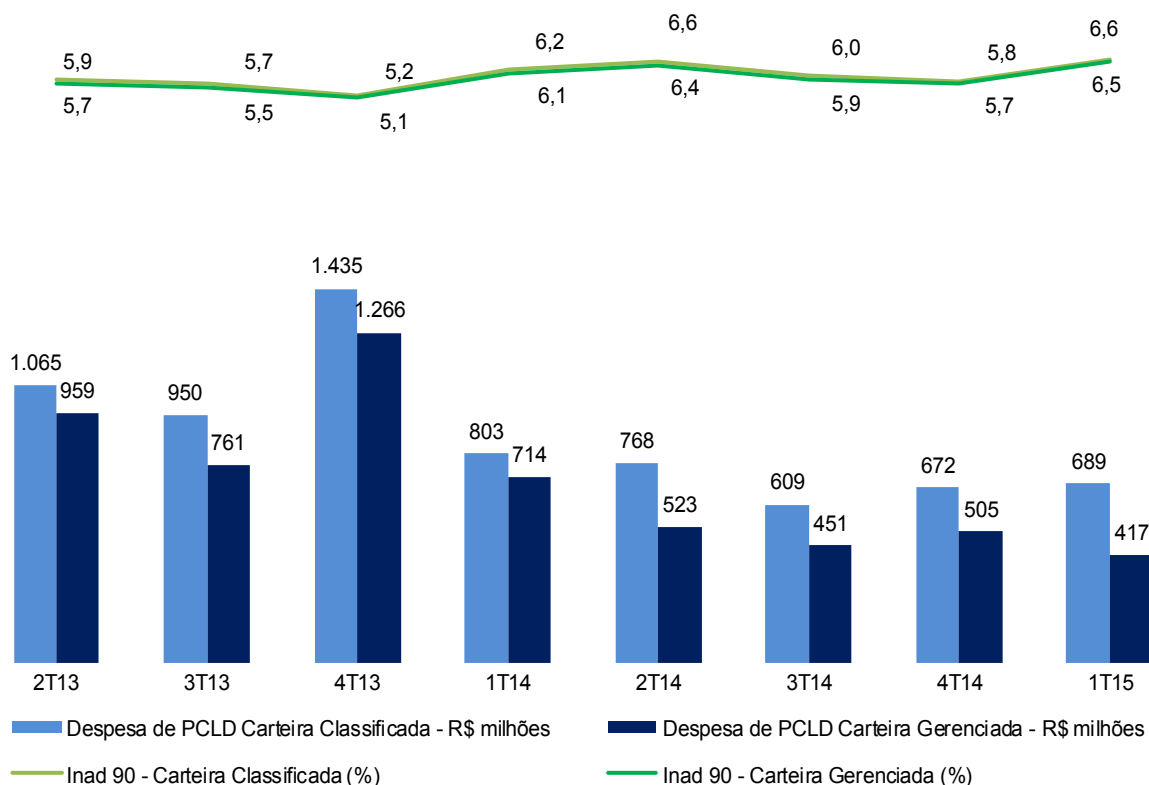
A combinação entre os aprimoramentos nos processos e modelos de crédito e a prudência na concessão de financiamentos tem produzido resultados consistentes. O BV está a 42 meses originando financiamentos de veículos com padrão de qualidade igual ou superior à média histórica. No segmento de financiamento de veículos leves usados, o volume originado somou R\$ 3,1 bilhões no 1T15, crescimento de 12,2% em relação a Mar/14.

Figura 80. Originação (Fin. de Veículos e Veículos Leves Usados) – R\$ bilhões



Inadimplência e Provisão

Figura 81. PCLD Carteira Gerenciada vs PCLD Carteira Classificada



A seguir são apresentadas informações sobre inadimplência e provisão incluindo as cessões em que há retenção de risco, denominada “Carteira Gerenciada”.

No Varejo, a inadimplência da carteira gerenciada encerrou o 1T15 em 5,4%, com redução de 20 p.b. em relação a Dez/14, principalmente em razão da melhora na qualidade da carteira de financiamento de veículos.

No Atacado, o percentual de inadimplência aumentou para 9,0% em Mar/15, ante 6,2% no Dez/14, impactado basicamente por créditos que já possuíam elevado nível de provisão. Destaque para a redução no indicador de inadimplência entre 15-90 dias das operações de crédito do Atacado, de 4,1%, em Dez/14 para 2,4% em Mar/15, e a redução de 6,1% nas despesas com PCLD no mesmo período.

O índice de inadimplência acima de 90 dias da carteira de crédito gerenciada encerrou Mar/15 em 6,5%, com crescimento de 80 p.b. no trimestre e de 30 p.b. em 12 meses. Desconsiderando um caso específico do Atacado, o qual está classificado no nível de risco “G” da Resolução nº 2.682/99, com nível de provisionamento de 90%, a inadimplência consolidada teria encerrado o 1T15 em 5,5%.

As despesas com provisões de crédito (PCLD) – líquidas de receitas de recuperação de créditos baixados anteriormente para prejuízo – reduziram 17,3% sobre o 4T14, e 41,5% no comparativo com o 1T14, reflexo da melhor qualidade das carteiras do Varejo.

Apesar da redução das despesas com PCLD, o BV tem registrado importante evolução do índice de cobertura das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, que aumentou de 78% em Set/11 – início do processo de ajuste, para 115% em Mar/15. A redução do indicador no 1T15 foi influenciada pelo atraso de créditos que já possuíam elevado nível de provisão

Tabela 180. Qualidade da Carteira Gerenciada

R\$ milhões	1T14	4T14	1T15
Carteira de Crédito Gerenciada ¹	58.281	55.231	55.422
Operações Vencidas + 90 dias	3.563	3.154	3.628
Operações Vencidas + 90 dias / Carteira de Crédito Gerenciada - %	6,1%	5,7%	6,5%
Baixa para Prejuízo	(874)	(666)	(578)
Recuperação	119	157	166
Perda líquida	(755)	(508)	(412)
Perda líquida / Carteira de Crédito Gerenciada - anualizado - %	5,3%	3,7%	3,0%
New NPL²	1.356	547	1.052
New NPL/Carteira de Crédito Gerenciada	2,2%	1,0%	1,9%
Provisão¹	4.421	4.092	4.174
Provisão / Operações Vencidas + 90 dias - %	124,1%	129,7%	115,0%
Saldo AA-C	51.559	49.492	49.617
Saldo AA-C/Carteira de Crédito Gerenciada	88,5%	89,6%	89,5%

1-Inclui PCLD de Ativos Cedidos em Coobrigação

2-(Diferença de saldo da INAD 90 no trimestre + baixas para prejuízo do período)/Carteira de Crédito do Trimestre Imediatamente Anterior

Captações

O total de recursos captados alcançou R\$ 75,2 bilhões ao final de Mar/15, crescimento de 0,7% nos últimos 12 meses, apresentado na tabela abaixo.

Desde o início do processo de reestruturação, em setembro de 2011, a carteira de crédito classificada reduziu 15,1% (Set/11: R\$ 64,0 bilhões; Mar/15: R\$ 54,3 bilhões), o que diminuiu a necessidade de captação de recursos. No Atacado adotou-se maior disciplina no uso de capital, enquanto no Varejo moderou-se o volume de originação de crédito, em relação a 2010-2011, de forma a assegurar a qualidade e rentabilidade das novas safras.

No atual contexto de menor demanda por *funding*, o BV tem atuado na melhora do perfil dos recursos captados. Nos últimos 12 meses, ampliou-se a participação de instrumentos mais estáveis, como Letras (LF, LCI e LCA) e operações de cessão de créditos com coobrigação, que somadas já representam 44% do total de recursos captados.

Tabela 181. Captações

R\$ milhões	Mar/14	Dez/14	Mar/15	Var. %	
				s/ Mar/14	s/ Dez/14
Debêntures (Operações Compromissadas)	18.242	17.384	15.446	(15,3)	(11,1)
Depósitos (CDB e Outros)	6.917	3.811	4.928	(28,8)	29,3
Letras	15.890	16.266	17.156	8,0	5,5
Letras Financeiras	13.153	13.011	13.869	5,4	6,6
Letras de Crédito do Agronegócio	2.568	2.854	2.854	11,2	0,0
Letras de Crédito Imobiliário	170	401	434	155,7	8,1
Empréstimos e Repasses	6.126	6.662	7.500	22,4	12,6
Dívida Subordinada	7.512	6.240	7.079	(5,8)	13,5
TVM no Exterior	6.021	6.615	7.221	19,9	9,2
Obrigações com Cessões de Crédito	13.856	15.250	15.873	14,6	4,1
Outras Captações ¹	140	40	40	(71,6)	0,3
Total de Captações	74.705	72.267	75.243	0,7	4,1
Carteira de Crédito Classificada/Total de Captações (%)	73,2	74,0	72,2	(1,0)	(1,8)

1-Inclui Box de Opções

Índice de Basileia

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. O Bacen, por meio das Resoluções nº 4.192 e 4.193/2013, dispôs sobre a nova metodologia para apuração e os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. O requerimento mínimo de PR permanece em 11%, sendo que a exigência de Capital Nível I é de 5,5% e de Capital Principal é de 4,5%.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de Out/13 até Dez/14, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução nº 4.280, a partir de Jan/15. A diferença na comparação entre os escopos é reflexo da consolidação dos fundos de investimento nos quais o Banco Votorantim retém substancialmente riscos e benefícios.

Em Mar/15, o Patrimônio de Referência do Consolidado Prudencial alcançou o montante de R\$ 10.523 milhões, frente aos ativos ponderados pelo risco de R\$ 76.088 milhões. O índice de Basileia total encerrou Mar/15 em 13,8%, e o índice de Capital Nível I (que para o Banco equivale ao Capital Principal) encerrou Mar/15 em 9,0%.

Cabe destacar que a redução verificada no 1T15 decorre em parte da implantação gradual dos ajustes prudenciais de Basileia III. Houve alteração da aplicação do fator dos ajustes prudenciais, conforme definido na Resolução nº 4.192, que passou de 20% em Dez/14 para 40% a partir de Jan/15. Adicionalmente, houve alteração de 80% para 70% no limitador aplicado às dívidas subordinadas emitidas anteriormente à Resolução nº 4.192.

Tabela 182. Índice de Basileia

R\$ milhões	1T14	4T14	1T15
PR - Patrimônio de Referência	10.770	11.276	10.523
Capital Nível I	7.029	7.159	6.873
Principal	7.029	7.159	6.873
Complementar	-	-	-
Capital Nível II	3.741	4.117	3.651
RWA - Ativo Ponderado pelo Risco	74.299	75.375	76.289
Risco de Crédito	68.624	67.932	68.988
Risco de Mercado	1.513	3.255	2.894
Risco Operacional	4.162	4.188	4.407
Patrimônio Mínimo de Referência Exigido	8.173	8.291	8.392
Índice de Basileia: PR / RWA	14,5%	15,0%	13,8%
Capital Nível I	9,5%	9,5%	9,0%
Principal	9,5%	9,5%	9,0%
Complementar	-	-	-
Capital Nível II	5,0%	5,5%	4,8%

10.3. Negócios Internacionais

A presença do BB no exterior visa manter sua posição de referência para empresas e indivíduos brasileiros e sul-americanos nos mercados internacionais. Apresentamos, a seguir, os principais destaques do BB no exterior.

Banco Patagonia

O lucro líquido do Banco Patagonia foi de R\$ 206,3 milhões, no 1T15. Os ativos totais atingiram R\$ 16,4 bilhões, incremento de 25,2% sobre o trimestre anterior e 55,7% maior quando comparado a Mar/14. O saldo de operações de crédito e arrendamento mercantil atingiu R\$ 8,1 milhões, crescimento de 12,9% na comparação trimestral e 37,6% em 12 meses.

BB Americas

O BB Americas apresentou ativos totais de R\$ 904 milhões, crescimento de 32,4% quando comparado a Dez/14. O saldo de operações de crédito atingiu R\$ 425 milhões e o patrimônio líquido R\$ 145 milhões. Em relação a Dez/14, expansão de 40,3% e 20,8%, respectivamente.

BB AG – Europa

Na Europa, permanece em curso a reestruturação das plataformas tecnológica e de negócios. No primeiro trimestre 2015, a agência de Milão passou a estar vinculada ao BB AG Aktiengesellschaft (BB AG), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A na Áustria, a exemplo das sucursais de Madri, Paris, Lisboa e do BB Europa Servicing Center, que já haviam passado pelo mesmo processo em períodos anteriores. A integração da agência de Frankfurt ao BB AG está prevista para ocorrer em 2016.

BB na Ásia

A principal operação do Banco do Brasil está localizada no Japão, onde a atuação do BB está focada no atendimento às necessidades bancárias dos clientes brasileiros residentes e estrangeiros, do segmento *corporate*, interessados em investimentos em reais. A estrutura de atendimento do BB em Tóquio compõe-se de uma agência de varejo, próxima ao consulado brasileiro, e uma agência *corporate*. Além dessas, o BB possui subagências nas cidades com presença significativa de brasileiros, além de uma unidade volante que se desloca entre as localidades onde não há presença física do Banco, buscando cumprir o compromisso institucional de estar próximo aos clientes.

Na China, através de sua agência em Xangai, o BB busca oportunidades de negócios no segmento de atacado, atendendo principalmente às demandas por produtos e serviços das empresas brasileiras que possuem negócios com a China e as empresas chinesas com negócios com o Brasil, além dos bancos locais, grandes parceiros de negócios com o Banco do Brasil.

A tabela a seguir apresenta os saldos das principais contas patrimoniais de agências, controladas e subsidiárias no exterior, incluído o Banco Patagonia. Os valores relativos às transações entre as dependências no exterior foram eliminados e a linha Grupo BB representa o saldo das transações entre as dependências no exterior e o restante do Grupo BB no País.

Tabela 183. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	Mar/14	Dez/14	Mar/15	s/ Mar/14	s/ Dez/14
ATIVO	150.338	168.494	199.603	32,8	18,5
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.330	38.302	40.007	(0,8)	4,5
Titulos e Valores Mobiliários	12.664	12.676	15.133	19,5	19,4
Títulos Disponíveis para Negociação	2.044	2.653	3.905	91,1	47,2
Títulos Disponíveis para Venda	10.552	10.023	11.228	6,4	12,0
Títulos Mantidos até o Vencimento	68	-	-	-	-
Operações de Crédito	48.031	52.542	61.033	27,1	16,2
Setor Público	776	4.688	5.694	633,4	21,5
Setor Privado	47.254	47.854	55.339	17,1	15,6
Outros Ativos	4.348	6.279	8.360	92,3	33,1
Grupo BB	44.966	58.695	75.070	67,0	27,9
PASSIVO	150.338	168.494	199.603	32,8	18,5
Depósitos	47.464	56.891	67.604	42,4	18,8
Depósitos à Vista	5.703	8.342	9.080	59,2	8,8
Depósitos a Prazo	21.688	23.823	25.381	17,0	6,5
Depósitos Interfinanceiros	20.072	24.726	33.143	65,1	34,0
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	31.084	28.627	31.267	0,6	9,2
Obrigações por Empréstimos	17.203	20.044	25.200	46,5	25,7
Dívidas Subordinadas e Bônus Perpétuos	19.628	28.700	34.999	78,3	21,9
Demais Passivos	8.044	4.888	5.844	(27,4)	19,6
Grupo BB	18.783	19.297	22.944	22,2	18,9
Patrimônio Líquido	8.131	10.047	11.745	44,4	16,9
Atribuível à Controladora	7.499	9.192	10.659	42,1	16,0
Participação dos Não Controladores	632	855	1.086	71,8	27,0

Tabela 184. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Lucro Pós Impostos, Contribuições e Participações	474	314	156	(67,1)	(50,2)
Participações dos Minoritários	(100)	(65)	(85)	(14,8)	30,4
Lucro Líquido	374	248	71	(81,0)	(71,4)

10.3.1. Banco Patagonia

O lucro líquido do Banco Patagonia atingiu 206,3 milhões no 1T15. O resultado é 47,4% superior ao obtido no 4T14. O patrimônio líquido atingiu 2,6 bilhões, incremento de 27% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Os ativos totais do Banco Patagonia atingiram R\$ 16,4 milhões em Mar/15, crescimento de 55,7% frente ao mesmo período do ano anterior.

Todos os números apresentados neste capítulo refletem 100% dos saldos, contas patrimoniais e contas de resultado do Banco Patagonia.

Nas tabelas a seguir, apresentamos os principais destaques patrimoniais de resultado e dados estruturais do Banco Patagonia.

Tabela 185. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais

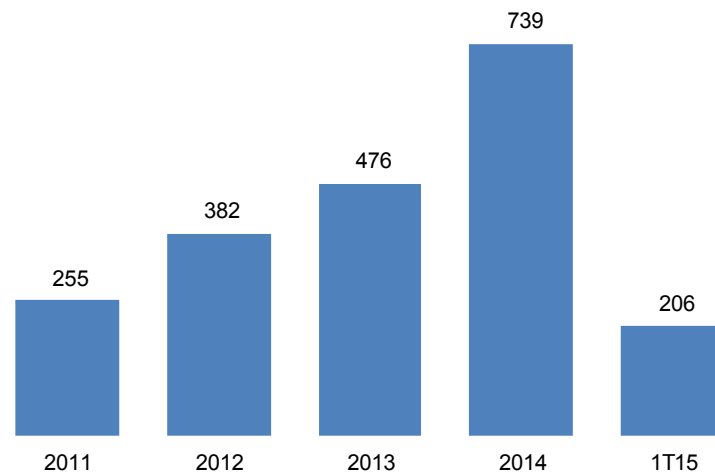
R\$ milhões	Var. %				
	Mar/14	Dez/14	Mar/15	s/ Mar/14	s/ Dez/14
Ativos	10.541	13.110	16.408	55,7	25,2
Operações de Crédito	5.853	7.137	8.056	37,6	12,9
Depósitos	6.993	8.636	10.731	53,5	24,3
Patrimônio Líquido	1.540	2.084	2.647	71,9	27,0

Tabela 186. Banco Patagonia – Saldos de Captações

R\$ million	Chg. %				
	Mar/14	Dec/14	Mar/15	on/ Mar/14	on/ Dec/14
Interbanking	57	142	114	100,4	(19,6)
Repo	82	14	115	39,7	752,8
Companies	2.089	2.048	2.076	(0,6)	1,4
Individuals	966	1.170	1.173	21,5	0,3
Issues	225	148	120	(46,6)	(18,5)
Total	3.419	3.521	3.599	5,3	2,2

Tabela 187. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	1T14	4T14	1T15	s/ 1T14	s/ 4T14
Margem Financeira Bruta	457	256	416	(9,1)	62,1
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17)	(29)	(31)	84,7	5,6
Receitas de Prestação de Serviços	108	146	160	49,0	9,8
Despesas Administrativas	(166)	(221)	(280)	68,4	26,9
Outros	533	360	566	6,3	57,2
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	381	195	331	(13,2)	69,8
Impostos	(138)	(55)	(124)	(9,7)	127,0
Lucro Líquido	243	140	206	(15,1)	47,4

Figura 82. Banco Patagonia – Série Histórica do Lucro Líquido – R\$ milhões**Tabela 188.** Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito

%	1T14	4T14	1T15
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	64,8	38,8	31,7
Índice de Basileia	20,6	24,1	24,3
Provisão / Operações Vencidas + 90 dias	233,4	225,9	220,5
Operações Vencidas + 90 dias / Carteira de Crédito	1,8	1,8	1,9

Tabela 189. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais

	Var. %				
	Mar/14	Dez/14	Mar/15	s/ Mar/14	s/ Dez/14
Clientes	936.873	925.227	924.308	(1,3)	(0,1)
Agências	174	174	173	(0,6)	(0,6)
Agências em Buenos Aires	91	91	90	(1,1)	(1,1)
Pontos de Atendimento	198	195	194	(2,0)	(0,5)
Funcionários	3.254	3.247	3.244	(0,3)	(0,1)

11 - Série de Demonstrações Contábeis

11.1. Balanço Patrimonial Resumido

Tabela 190. Balanço Patrimonial Ativo – Série Trimestral

R\$ milhões	Saldos							
	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15
ATIVO	1.214.614	1.259.120	1.303.915	1.369.965	1.401.128	1.431.629	1.437.486	1.523.666
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.192.136	1.237.001	1.280.937	1.345.770	1.379.313	1.410.679	1.415.218	1.501.811
Disponibilidades	14.351	16.563	11.834	10.993	11.812	13.961	13.787	16.537
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	222.865	233.320	231.132	292.331	297.619	317.820	304.237	351.658
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	192.029	195.932	201.939	196.451	208.265	210.435	222.643	235.999
Títulos Disponíveis para Negociação	79.008	78.391	84.520	82.654	88.773	93.817	101.939	105.417
Títulos Disponíveis para Venda	97.207	100.515	101.112	97.312	103.049	100.356	104.367	109.158
Títulos Mantidos até o Vencimento	13.834	15.424	14.786	14.873	15.144	14.539	14.136	17.669
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.980	1.602	1.521	1.611	1.299	1.723	2.201	3.754
Relações Interfinanceiras	86.188	98.578	94.150	97.630	97.146	86.925	67.249	64.486
Depósitos no Banco Central	78.892	88.488	90.746	87.796	86.599	78.739	63.252	56.634
Compulsórios s/ Dep. não Remunerados	13.547	14.572	16.339	13.888	11.309	15.404	14.115	10.153
Compulsórios s/ Dep. Remunerados	65.346	73.915	74.407	73.908	75.290	63.335	49.136	46.480
Demais	7.296	10.090	3.404	9.834	10.547	8.186	3.997	7.852
Relações Interdependências	140	297	671	236	229	273	594	197
Operações de Crédito	515.431	526.024	560.203	568.565	585.824	598.022	618.499	630.530
(PCLD)	(20.936)	(21.409)	(22.652)	(23.073)	(23.711)	(24.674)	(26.105)	(27.725)
Operações de Arrendamento Mercantil	1.521	1.352	1.291	1.123	1.074	1.017	1.024	1.012
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	1.615	1.431	1.358	1.180	1.128	1.066	1.071	1.054
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(94)	(79)	(67)	(56)	(54)	(49)	(47)	(42)
Outros Créditos	155.906	160.631	175.887	174.578	173.108	177.489	183.107	197.642
Créditos por Avais e Fianças Honrados	133	138	442	425	458	460	540	522
Carteira de Câmbio	16.794	16.557	17.525	18.093	16.111	16.372	18.368	21.196
Rendas a Receber	1.936	2.072	2.094	2.104	2.157	2.689	3.865	3.008
Negociação e Intermediação de Valores	1.458	1.268	1.263	1.286	1.359	1.852	1.293	1.416
Créditos Específicos	1.324	1.357	1.390	1.433	1.469	1.509	1.550	1.592
Créd. de Oper. de Seg., Previd. e Capitaliz.	3.058	3.634	3.757	3.840	4.068	4.713	5.010	5.390
Crédito Tributário	28.052	28.451	27.462	27.581	28.260	29.381	29.501	35.122
Ativo Atuarial	6.430	6.655	15.449	16.024	9.737	10.083	6.130	6.395
Fundo Paridade	748	760	172	168	117	118	119	125
Devedores por Depósitos em Garantia	30.164	31.881	33.267	34.644	35.679	36.918	38.854	40.956
Fundo Destinação Superávit - Previ	8.484	8.501	7.794	7.935	8.046	8.092	8.155	8.474
Fundo de Destinação	1.378	1.101	-	-	-	-	-	-
Fundo de Contribuição	537	431	-	-	-	-	-	-
Fundo de Utilização	6.570	6.968	7.794	7.935	8.046	8.092	8.155	8.474
Diversos	58.896	60.767	67.070	62.877	67.626	67.429	72.026	75.651
(Provisão para Outros Créditos)	(1.572)	(1.407)	(1.798)	(1.830)	(1.979)	(2.127)	(2.304)	(2.205)
(Com Caract. de Concessão de Crédito)	(510)	(618)	(943)	(945)	(1.032)	(1.048)	(1.160)	(1.167)
(Sem Caract. de Concessão de Crédito)	(1.062)	(789)	(855)	(885)	(947)	(1.080)	(1.143)	(1.038)
Outros Valores e Bens	3.706	4.304	3.830	3.863	4.236	4.736	4.078	3.751
Bens Não de Uso Próprio e Mat. em Estoque	553	579	554	657	688	686	618	663
(Provisões para Desvalorizações)	(195)	(185)	(165)	(161)	(159)	(146)	(147)	(147)
Despesas Antecipadas	3.348	3.910	3.441	3.366	3.708	4.196	3.608	3.235
Permanente	22.478	22.120	22.979	24.195	21.815	20.950	22.267	21.855
Investimentos	3.511	3.421	3.536	3.382	3.327	3.398	3.420	3.585
Imobilizado de Uso	6.769	6.924	7.258	7.290	7.671	7.098	7.557	7.504
Intangível	12.145	11.715	12.128	13.471	10.768	10.410	11.249	10.729
Diferido	52	60	56	52	48	45	42	37

Tabela 191. Balanço Patrimonial Ativo – Série Anual

R\$ milhões	Saldos					
	2010	2011	2012	2013	2014	CAGR - %
ATIVO	811.172	981.230	1.149.308	1.303.915	1.437.486	15,4
Circulante e Realizável a Longo Prazo	791.403	957.800	1.125.652	1.280.937	1.415.218	15,6
Disponibilidades	9.745	10.034	12.311	11.834	13.787	9,1
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	107.579	166.288	219.323	231.132	304.237	29,7
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	143.867	168.230	184.357	201.939	222.643	11,5
Títulos Disponíveis para Negociação	50.445	63.257	74.711	84.520	101.939	19,2
Títulos Disponíveis para Venda	75.142	88.385	95.321	101.112	104.367	8,6
Títulos Mantidos até o Vencimento	16.656	15.191	12.910	14.786	14.136	(4,0)
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.624	1.397	1.415	1.521	2.201	7,9
Relações Interfinanceiras	89.526	96.342	83.401	94.150	67.249	(6,9)
Depósitos no Banco Central	87.035	93.660	80.098	90.746	63.252	(7,7)
Compulsórios s/ Dep. não Remunerados	18.487	14.307	15.741	16.339	14.115	(6,5)
Compulsórios s/ Dep. Remunerados	68.548	79.353	64.357	74.407	49.136	(8,0)
Demais	2.491	2.682	3.303	3.404	3.997	12,6
Relações Interdependências	258	335	468	671	594	23,1
Operações de Crédito	317.726	379.045	469.713	560.203	618.499	18,1
(PCLD)	(16.433)	(18.222)	(20.522)	(22.652)	(26.105)	12,3
Operações de Arrendamento Mercantil	3.857	2.851	1.883	1.291	1.024	(28,2)
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	4.048	3.064	2.011	1.358	1.071	(28,3)
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(191)	(213)	(128)	(67)	(47)	(29,7)
Outros Créditos	114.962	129.555	150.288	175.887	183.107	12,3
Créditos por Avais e Fianças Honrados	75	77	108	442	540	63,6
Carteira de Câmbio	11.878	17.615	17.276	17.525	18.368	11,5
Rendas a Receber	944	1.410	1.818	2.094	3.865	42,3
Negociação e Intermediação de Valores	383	317	601	1.263	1.293	35,5
Créditos Específicos	1.030	1.146	1.264	1.390	1.550	10,8
Créditos de Seg., Previd. e Capitalização	1.109	1.742	2.194	3.757	5.010	45,8
Crédito Tributário	21.970	22.754	28.244	27.462	29.501	7,6
Ativo Atuarial	8.116	13.372	11.808	15.449	6.130	(6,8)
Fundo Paridade	1.778	1.608	741	172	119	(49,2)
Devedores por Depósitos em Garantia	23.388	25.584	28.082	33.267	38.854	13,5
Fundo Destinação Superávit - Previ	7.595	8.030	8.458	7.794	8.155	1,8
Fundo de Destinação	7.595	3.684	2.374	-	-	-
Fundo de Contribuição	-	1.096	727	-	-	-
Fundo de Utilização	-	3.249	5.358	7.794	8.155	-
Diversos	38.269	37.565	51.171	67.070	72.026	17,1
(Provisão para Outros Créditos)	(1.572)	(1.665)	(1.476)	(1.798)	(2.304)	10,0
(Com Característica de Crédito)	(690)	(580)	(560)	(943)	(1.160)	13,9
(Sem Característica de Crédito)	(882)	(1.085)	(916)	(855)	(1.143)	6,7
Outros Valores e Bens	3.884	5.120	3.909	3.830	4.078	1,2
Bens Não de Uso Próprio e Mat. em Estoque	388	468	557	554	618	12,3
(Provisões para Desvalorizações)	(177)	(188)	(195)	(165)	(147)	(4,5)
Despesas Antecipadas	3.673	4.840	3.547	3.441	3.608	(0,4)
Permanente	19.770	23.430	23.656	22.979	22.267	3,0
Investimentos	8.128	7.973	3.597	3.536	3.420	(19,5)
Imobilizado de Uso	4.904	5.589	6.637	7.258	7.557	11,4
Intangível	6.452	9.736	13.351	12.128	11.249	14,9
Diferido	286	132	70	56	42	(38,3)

Tabela 192. Balanço Patrimonial Passivo – Série Trimestral

R\$ milhões	Saldos							
	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15
PASSIVO	1.214.614	1.259.120	1.303.915	1.369.965	1.401.128	1.431.629	1.437.486	1.523.666
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.149.504	1.192.776	1.231.256	1.296.027	1.328.921	1.349.956	1.356.432	1.439.634
Depósitos	478.334	470.906	491.013	482.237	479.883	468.825	468.362	468.006
Depósitos à Vista	72.204	69.191	75.818	72.054	69.377	69.521	74.210	73.712
Depósitos de Poupança	129.003	134.216	140.728	144.111	146.461	148.996	148.699	144.089
Depósitos Interfinanceiros	19.915	21.013	27.155	27.447	28.842	28.531	30.969	37.554
Depósitos a Prazo	257.213	246.486	247.311	238.625	235.203	221.777	214.484	212.651
Captações no Mercado Aberto	238.020	243.911	239.465	282.553	289.099	319.723	306.046	338.907
Oper. Compromissadas com Títulos Privados	14.974	25.646	33.562	28.801	30.914	41.184	48.155	37.842
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	86.526	110.230	123.053	140.893	149.692	155.071	159.035	183.329
Letras de Crédito do Agronegócio	48.182	67.165	79.154	89.034	99.647	105.520	103.752	119.690
Letras de Crédito Imobiliário	451	2.947	3.487	8.159	8.482	7.995	14.358	19.285
Demais Letras Bancárias	9.585	9.181	9.528	9.706	9.569	9.637	9.071	9.580
Obrigações por TVM no Exterior	28.307	30.937	30.885	33.994	31.994	31.920	31.853	34.773
Relações Interfinanceiras	2.984	4.991	35	4.792	5.184	3.238	31	2.775
Relações Interdependências	2.561	2.553	4.826	2.664	3.929	2.340	5.291	4.206
Obrigações por Empréstimos	15.327	15.639	17.315	18.962	18.646	20.661	23.996	29.157
Empréstimos no País - Outras Instituições	423	293	299	293	293	346	1.754	1.872
Empréstimos no Exterior	14.904	15.347	17.016	18.669	18.353	20.315	22.243	27.284
Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais	69.992	82.003	87.105	91.332	93.020	88.036	91.050	92.615
Tesouro Nacional	691	649	537	461	436	557	340	345
BNDES	42.762	42.814	43.968	43.813	43.785	44.181	44.282	43.247
CEF	1.911	2.988	4.220	6.026	8.046	9.992	12.360	14.233
Finame	24.184	25.538	28.477	30.363	30.958	32.065	33.205	34.073
Outras Instituições	444	10.014	9.903	10.669	9.794	1.243	864	717
Obrigações por Repasses do Exterior	77	0	24	20	0	-	0	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.151	4.576	3.694	3.924	3.771	2.918	3.443	5.632
Outras Obrigações	251.533	257.968	264.726	268.650	285.698	289.143	299.178	315.008
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	5.428	5.514	358	6.037	5.993	5.385	438	4.509
Carteira de Câmbio	19.104	17.971	21.495	19.577	18.663	20.100	21.707	17.786
Sociais e Estatutárias	3.626	2.064	1.413	718	1.088	1.407	2.357	2.160
Fiscais e Previdenciárias	28.282	29.608	28.877	24.162	22.782	24.239	22.784	24.820
Negociação e Intermediação de Valores	1.200	1.487	2.069	1.322	1.456	1.974	830	941
Prov. Técnicas de Seg., Prev. e Capitalização	67.975	72.102	77.729	81.620	89.553	94.766	102.220	108.982
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.838	6.000	7.661	7.731	8.405	9.569	10.840	12.265
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	20.254	20.455	12.385	12.367	12.224	4.807	4.866	6.269
Dívida Subordinada	48.558	49.393	51.048	52.876	52.187	51.087	52.316	52.809
Passivo Atuarial	9.297	9.400	6.334	6.457	5.790	5.873	5.830	5.907
Diversas	41.971	43.973	46.866	47.552	51.230	50.048	53.522	53.560
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	-	-	8.490	8.230	16.327	19.890	21.468	25.001
Resultados de Exercícios Futuros	388	420	434	422	416	427	440	434
Patrimônio Líquido	64.721	65.924	72.225	73.517	71.791	81.246	80.613	83.598
Capital	48.400	48.400	54.000	54.000	54.000	54.000	54.000	54.000
Instrumento Elegível ao Capital Principal	-	-	-	-	-	8.100	8.100	8.100
Reservas de Capital	6	6	6	10	11	11	11	14
Reservas de Reavaliação	5	5	5	5	5	3	3	3
Reservas de Lucros	22.148	21.979	19.972	19.647	23.260	23.142	26.626	25.393
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(7.713)	(7.653)	(3.132)	(3.088)	(6.667)	(6.944)	(9.598)	(10.175)
Planos de Benefícios	(7.541)	(7.541)	(2.671)	(2.671)	(6.240)	(6.240)	(6.880)	(6.680)
Contas de Resultado	-	1.799	-	1.898	-	1.784	-	4.624
(Ações em Tesouraria)	(602)	(999)	(1.324)	(1.439)	(1.558)	(1.604)	(1.622)	(1.630)
Participações Minoritárias nas Controladas	2.479	2.388	2.698	2.483	2.741	2.755	3.093	3.269

Tabela 193. Balanço Patrimonial Passivo – Série Anual

R\$ milhões	Saldos					
	2010	2011	2012	2013	2014	CAGR - %
PASSIVO	811.172	981.230	1.149.308	1.303.915	1.437.486	15,4
Circulante e Exigível a Longo Prazo	760.432	922.467	1.087.421	1.231.256	1.356.432	15,6
Depósitos	376.851	442.386	472.085	491.013	468.362	5,6
Depósitos à Vista	63.503	62.016	74.760	75.818	74.210	4,0
Depósitos de Poupança	89.288	100.110	117.744	140.728	148.699	13,6
Depósitos Interfinanceiros	18.998	14.450	16.569	27.155	30.969	13,0
Depósitos a Prazo	204.652	265.809	263.013	247.311	214.484	1,2
Depósitos para Investimentos	410	-	-	-	-	-
Captações no Mercado Aberto	142.175	195.175	225.787	239.465	306.046	21,1
Oper. Compromissadas com Títulos Privados	-	664	9.554	33.562	48.155	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.486	32.323	70.670	123.053	159.035	85,3
Letras de Crédito do Agronegócio	1.170	7.422	34.005	79.154	103.752	206,9
Letras de Crédito Imobiliário	10	9	70	3.487	14.358	522,7
Demais Letras Bancárias	3.135	8.708	9.853	9.528	9.071	30,4
Obrigações por TVM no Exterior	9.172	16.185	26.743	30.885	31.853	36,5
Relações Interfinanceiras	18	24	24	35	31	14,8
Relações Interdependências	3.688	3.819	5.180	4.826	5.291	9,4
Obrigações por Empréstimos	8.598	12.257	14.081	17.315	23.996	29,3
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	121	409	299	1.754	-
Empréstimos no Exterior	8.598	12.136	13.672	17.016	22.243	26,8
Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais	50.764	50.991	63.519	87.105	91.050	15,7
Tesouro Nacional	1.549	1.722	713	537	340	(31,6)
BNDES	26.978	28.978	41.763	43.968	44.282	13,2
CEF	147	338	895	4.220	12.360	202,8
Finame	14.046	17.506	19.494	28.477	33.205	24,0
Outras Instituições	8.043	2.446	653	9.903	864	(42,8)
Obrigações por Repasses do Exterior	97	102	87	24	0	(73,5)
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.297	3.621	3.439	3.694	3.443	(10,2)
Outras Obrigações	159.459	181.768	232.548	264.726	299.178	17,0
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	297	360	419	358	438	10,2
Carteira de Câmbio	29.506	28.416	26.404	21.495	21.707	(7,4)
Sociais e Estatutárias	1.992	2.122	1.818	1.413	2.357	4,3
Fiscais e Previdenciárias	27.613	28.057	30.924	28.877	22.784	(4,7)
Negociação e Intermediação de Valores	1.676	836	1.231	2.069	830	(16,1)
Prov. Técnicas de Seg., Prev. e Capitalização	32.369	45.023	60.234	77.729	102.220	33,3
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.568	4.002	5.089	7.661	10.840	32,0
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	3.361	2.846	15.061	12.385	4.866	9,7
Dívida Subordinada	23.412	30.885	40.676	51.048	52.316	22,3
Passivo Atuarial	6.907	7.142	10.092	6.334	5.830	(4,1)
Diversas	28.757	32.079	40.602	46.866	53.522	16,8
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	-	-	-	8.490	21.468	-
Resultados de Exercícios Futuros	300	347	387	434	440	10,1
Patrimônio Líquido	50.441	58.416	61.499	72.225	80.613	12,4
Capital	33.078	33.123	48.400	54.000	54.000	13,0
Instrumento Elegível ao Capital Principal	-	-	-	-	8.100	-
Reservas de Capital	-	-	-	6	11	-
Reservas de Reavaliação	6	5	5	5	3	(18,1)
Reservas de Lucros	16.889	24.121	16.132	19.972	26.626	12,1
Ajustes de Avaliação Patrimonial	467	724	(3.150)	(3.132)	(9.598)	-
Planos de Benefícios	-	-	(4.571)	(2.671)	(8.680)	-
(Ações em Tesouraria)	(0)	(0)	(461)	(1.324)	(1.622)	673,9
Participações Minoritárias nas Controladas	0	444	574	2.698	3.093	1.495,7

11.2. Demonstração Resumida do Resultado Societário

Tabela 194. Demonstração Resumida do Resultado – Série Trimestral

R\$ milhões	Fluxo Trimestral							
	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Receitas da Intermediação Financeira	28.310	28.200	31.340	31.112	32.676	39.527	40.486	49.435
Operações de Crédito	18.278	18.836	20.113	20.087	21.035	24.677	25.281	29.322
Operações Arrendamento Mercantil	40	50	44	38	36	34	37	44
Resultado de Operações com TVM	7.531	7.613	8.954	8.827	9.839	12.349	12.995	16.973
Result. Instrum. Finan. Derivativos	1.195	(123)	389	(93)	(632)	622	403	903
Resultado de Operações de Câmbio	(72)	297	(17)	426	437	(32)	(197)	424
Resultado de Aplicações Compulsórias	1.069	1.249	1.389	1.420	1.467	1.503	1.279	1.190
Op. Venda / Transf. Ativos Financ.	148	115	200	173	167	127	110	109
Result. Fin. Oper. Seg., Previ. e Cap.	119	163	267	235	326	248	578	469
Despesas da Intermediação Financeira	(22.227)	(20.592)	(24.745)	(23.208)	(24.994)	(32.944)	(33.153)	(44.582)
Operações de Captação no Mercado	(13.117)	(14.772)	(16.676)	(17.856)	(19.260)	(21.428)	(21.974)	(23.557)
Op. Emprést., Cessões e Repasses	(4.816)	(1.949)	(3.398)	(944)	(975)	(6.788)	(5.925)	(15.076)
PCLD	(4.294)	(3.871)	(4.671)	(4.407)	(4.759)	(4.728)	(5.255)	(5.949)
Result. Bruto Interm. Financeira	6.083	7.608	6.595	7.904	7.681	6.583	7.333	4.853
Outras Rec.(Desp.) Operacionais	(3.740)	(3.349)	(2.659)	(3.171)	(2.924)	(2.696)	(2.877)	(2.651)
Receitas de Prestação de Serviços	4.241	4.178	4.514	4.189	4.553	4.645	5.047	4.654
Rendas de Tarifas Bancárias	1.677	1.641	1.663	1.552	1.616	1.718	1.751	1.655
Despesas de Pessoal	(4.523)	(4.480)	(4.857)	(4.676)	(4.701)	(4.949)	(5.175)	(5.189)
Outras Despesas Administrativas	(4.036)	(3.980)	(4.559)	(4.338)	(4.170)	(4.139)	(4.549)	(4.122)
Outras Despesas Tributárias	(1.160)	(1.208)	(1.244)	(1.009)	(1.327)	(1.277)	(1.374)	(1.846)
Result. Part. Colig. e Controladas	519	52	225	(518)	(188)	677	603	1.708
Result. Op. Seg., Prev. e Capitalização	809	825	879	1.002	1.101	1.085	1.283	1.153
Outras Receitas Operacionais	1.473	1.862	2.857	4.024	3.187	2.525	2.859	3.140
Outras Despesas Operacionais	(2.740)	(2.240)	(2.136)	(3.396)	(2.995)	(2.982)	(3.321)	(3.804)
Resultado Operacional	2.342	4.259	3.935	4.733	4.757	3.887	4.457	2.202
Resultado Não Operacional	9.897	45	225	98	36	40	27	5.771
Resultado Antes Tributação s/ Lucro	12.239	4.304	4.160	4.831	4.793	3.927	4.484	7.973
IR e CS	(3.581)	(993)	(294)	(1.437)	(1.237)	(377)	(639)	(984)
Participações Estatutárias no Lucro	(966)	(378)	(486)	(394)	(401)	(392)	(436)	(765)
Participações Minoritárias	(220)	(229)	(354)	(322)	(326)	(378)	(449)	(405)
Lucro Líquido	7.472	2.704	3.025	2.678	2.829	2.780	2.959	5.818

Tabela 195. Demonstração Resumida do Resultado – Série Anual

R\$ milhões	Fluxo Anual					
	2010	2011	2012	2013	2014	CAGR - %
Receitas da Intermediação Financeira	78.035	99.661	103.456	112.237	143.801	16,5
Operações de Crédito	50.960	61.998	69.489	74.418	91.080	15,6
Operações Arrendamento Mercantil	814	616	346	175	145	(35,1)
Resultado de Operações com TVM	23.238	30.849	27.982	29.970	44.010	17,3
Result. Instrum. Financ. Derivativos	(2.239)	(1.461)	(1.434)	1.156	300	-
Resultado de Operações de Câmbio	1.083	(374)	147	606	634	(12,5)
Resultado de Aplicações Compulsórias	3.586	7.231	5.925	4.697	5.669	12,1
Op. Venda / Transf. Ativos Financ.	-	-	246	537	578	-
Result. Fin. Oper. Seg., Previ. e Cap.	592	803	755	678	1.386	23,7
Despesas da Intermediação Financeira	(52.473)	(73.554)	(73.401)	(83.872)	(114.300)	21,5
Operações de Captação no Mercado	(38.756)	(54.370)	(52.153)	(56.626)	(80.519)	20,1
Op. Emprést., Cessões e Repasses	(3.473)	(7.210)	(7.376)	(11.185)	(14.632)	43,3
PCLD	(10.244)	(11.975)	(13.872)	(16.061)	(19.149)	16,9
Result. Bruto Interm. Financeira	25.562	26.107	30.055	28.366	29.501	3,6
Outras Rec.(Desp.) Operacionais	(7.151)	(7.600)	(12.829)	(13.746)	(11.667)	13,0
Receitas de Prestação de Serviços	10.777	12.213	14.486	16.754	18.434	14,4
Rendas de Tarifas Bancárias	5.396	6.028	6.586	6.547	6.636	5,3
Despesas de Pessoal	(13.020)	(14.913)	(16.503)	(18.401)	(19.500)	10,6
Outras Despesas Administrativas	(12.453)	(12.511)	(15.488)	(16.399)	(17.195)	8,4
Outras Despesas Tributárias	(3.750)	(4.259)	(4.416)	(4.759)	(4.987)	7,4
Result. Part. Colig. e Controladas	(46)	455	264	606	574	-
Result. Op. Seg., Prev. e Capitalização	1.888	2.265	2.349	3.230	4.471	24,1
Outras Receitas Operacionais	13.788	12.978	8.346	8.163	12.594	(2,2)
Outras Despesas Operacionais	(9.731)	(9.856)	(8.450)	(9.486)	(12.695)	6,9
Resultado Operacional	18.410	18.507	17.227	14.620	17.834	(0,8)
Resultado Não Operacional	370	225	1.210	10.176	201	(14,2)
Resultado Antes Tributação s/ Lucro	18.781	18.732	18.437	24.796	18.035	(1,0)
IR e CS	(5.321)	(4.722)	(4.241)	(5.993)	(3.691)	(8,7)
Participações Estatutárias no Lucro	(1.756)	(1.791)	(1.835)	(2.204)	(1.623)	(2,0)
Participações Minoritárias	0	(93)	(156)	(840)	(1.475)	-
Lucro Líquido	11.703	12.126	12.205	15.758	11.246	(1,0)

11.3. Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 196. Demonstração do Resultado com Realocações – Série Trimestral

R\$ milhões	Fluxo Trimestral							
	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Receitas da Intermediação Financeira	29.461	28.318	31.853	30.620	32.549	40.746	41.319	52.527
Operações de Crédito ¹	18.427	18.951	20.313	20.080	21.268	24.804	25.392	29.431
Operações de Venda / Transf. de Ativos Financeiros	148	115	200	173	167	127	110	109
Operações de Arrendamento Mercantil	40	50	44	38	36	34	37	44
Resultado de Operações com TVM ²	7.531	7.613	8.954	8.828	9.857	12.353	12.999	16.992
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	1.195	(123)	389	(93)	(632)	622	403	903
Resultado de Operações de Câmbio	(72)	297	(17)	426	437	(32)	(197)	424
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.069	1.249	1.389	1.420	1.467	1.503	1.279	1.190
Res. Fin. das Op. de Seg., Previd. e Capitalização ²	119	163	267	286	334	316	389	469
Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Exterior	521	23	227	(480)	(201)	674	599	1.708
Outras Rec. Op. com Caract. de Interm.	239	19	23	306	101	26	26	(21)
Hedge Fiscal	391	76	263	(189)	(118)	447	392	1.387
Despesas da Intermediação Financeira	(17.850)	(16.670)	(20.010)	(18.738)	(20.170)	(28.145)	(27.837)	(38.549)
Operações de Captação no Mercado	(13.033)	(14.721)	(16.613)	(17.793)	(19.195)	(21.357)	(21.912)	(23.473)
Operações de Empréstimo, Cessões e Repasses	(4.816)	(1.949)	(3.398)	(944)	(975)	(6.788)	(5.925)	(15.076)
Margem Financeira Bruta	11.611	11.648	11.843	11.882	12.380	12.601	13.482	13.978
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.216)	(3.911)	(4.183)	(4.187)	(4.570)	(4.571)	(5.203)	(5.999)
Margem Financeira Líquida	7.395	7.737	7.660	7.696	7.809	8.031	8.279	7.979
Rendas de Tarifas	5.917	5.819	6.177	5.741	6.169	6.363	6.797	6.309
Receitas de Prestação de Serviços	4.241	4.178	4.514	4.189	4.553	4.645	5.047	4.654
Rendas de Tarifas Bancárias	1.677	1.641	1.663	1.552	1.616	1.718	1.751	1.655
Res. de Op. com Seg., Prev. e Capitalização ²	809	825	879	952	1.092	1.017	1.146	1.153
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.113)	(1.122)	(1.177)	(1.154)	(1.231)	(1.224)	(1.278)	(1.269)
Margem de Contribuição	13.009	13.259	13.538	13.234	13.839	14.187	14.945	14.173
Despesas Administrativas	(7.311)	(7.389)	(8.399)	(7.729)	(7.819)	(8.048)	(8.694)	(8.226)
Despesas de Pessoal	(4.196)	(4.156)	(4.641)	(4.476)	(4.465)	(4.630)	(4.874)	(4.870)
Outras Despesas Administrativas	(3.115)	(3.233)	(3.758)	(3.253)	(3.354)	(3.417)	(3.820)	(3.356)
Outras Despesas Tributárias	(89)	(94)	(95)	(94)	(83)	(102)	(139)	(122)
Resultado Comercial	5.608	5.776	5.044	5.411	5.937	6.037	6.112	5.825
Risco Legal	(440)	(473)	(193)	(566)	(401)	(529)	(281)	(441)
Demandas Cíveis	(114)	(204)	23	(261)	(216)	(263)	(204)	(278)
Demandas Trabalhistas	(326)	(268)	(216)	(305)	(185)	(266)	(77)	(164)
Outros Componentes do Resultado	(1.092)	(1.144)	(782)	(715)	(575)	(1.037)	(1.010)	(593)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(2)	28	(2)	(38)	13	3	4	0
Res. De Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.090)	(1.172)	(780)	(677)	(589)	(1.040)	(1.014)	(593)
Outras Receitas Operacionais ³	1.225	1.394	1.867	1.770	1.677	1.972	2.116	2.250
Previ - Plano de Benefícios 1	187	112	112	446	446	228	228	139
Previ - Atualização de Fundo Utilização	204	129	264	260	228	163	223	444
Outras Despesas Operacionais	(2.706)	(2.807)	(3.023)	(3.152)	(2.940)	(3.403)	(3.581)	(3.426)
Resultado Operacional	4.076	4.160	4.068	4.130	4.960	4.471	4.821	4.790
Resultado Não Operacional	77	45	37	98	36	40	27	(1)
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	4.153	4.204	4.105	4.228	4.996	4.511	4.849	4.789
IR e Contribuição Social	(929)	(998)	(889)	(1.107)	(1.248)	(845)	(987)	(790)
Benefício Fiscal de JCP	321	355	349	353	360	377	380	422
Participações Estatutárias no Lucro	(369)	(368)	(438)	(362)	(421)	(403)	(458)	(569)
Participações Minoritárias	(220)	(229)	(354)	(322)	(326)	(378)	(384)	(405)
Lucro Líquido Ajustado	2.634	2.610	2.424	2.436	3.002	2.885	3.020	3.025
Itens Extraordinários	4.838	94	602	241	(173)	(104)	(61)	2.793
Planos Econômicos	16	(295)	(56)	(343)	(328)	(248)	(387)	(188)
Eficiência Tributária	142	-	-	260	-	-	-	-
PCLD Adicional	38	-	(267)	-	(143)	-	-	-
Alienação de Ações da BB Seguridade	9.820	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade	(172)	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	(1.267)	462	401	133	163	63	46	(558)
Alienação de Ações da Itapebi	-	-	188	-	-	-	-	-
Refis	-	-	587	-	-	-	-	-
PCLD Extraordinária - BV	-	-	(166)	-	-	-	-	-
Prov. Demandas Legais - Aj. De Par. e Pol. de Acordos	-	-	-	385	-	-	-	-
BrasilPrev Circular Susep 457/12 e 462/13	-	-	-	-	-	-	325	-
Efeito BrasilPrev nos Minoritários	-	-	-	-	-	-	(65)	-
Cateno - Gestão de Contas de Pagamentos S.A	-	-	-	-	-	-	-	11.572
Resultado Não Realizado - Cateno	-	-	-	-	-	-	-	(3.474)
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	(3.739)	(73)	(86)	(193)	135	81	20	(4.558)
Lucro Líquido	7.472	2.704	3.025	2.678	2.829	2.780	2.959	5.818

1 - Série revista desde 1T12.

2 - Série revista desde 1T14.

3 - Série revista desde 1T11.

Tabela 197. Demonstração do Resultado com Realocações - Série Anual

R\$ milhões	Fluxo Anual					
	2010	2011	2012	2013	2014	CAGR - %
Receitas da Intermediação Financeira	80.436	102.849	104.525	113.636	145.234	15,9
Operações de Crédito ¹	53.405	64.486	69.736	74.955	91.543	14,4
Operações de Venda / Transf. de Ativos Financeiros	-	-	246	537	578	-
Operações de Arrendamento Mercantil	814	616	346	175	145	(35,1)
Resultado de Operações com TVM ²	23.238	30.849	27.982	29.970	44.038	17,3
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.239)	(1.461)	(1.434)	1.156	300	-
Resultado de Operações de Câmbio	1.083	(374)	147	606	634	(12,5)
Resultado das Aplicações Compulsórias	3.586	7.231	5.925	4.697	5.669	12,1
Res. Fin. das Op. de Seg., Previd. e Capitalização ²	592	803	755	678	1.325	22,3
Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Exterior	(149)	433	357	585	592	-
Outros Rec. Op. com Caract. de Intern.	252	(75)	397	166	458	16,1
Hedge Fiscal	(147)	341	315	648	531	-
Despesas da Intermediação Financeira	(42.038)	(62.019)	(58.795)	(67.584)	(94.888)	22,6
Operações de Captação no Mercado	(38.565)	(54.809)	(51.660)	(56.399)	(80.257)	20,1
Operações de Empréstimo, Cessões e Repasses	(3.473)	(7.210)	(7.136)	(11.185)	(14.632)	43,3
Margem Financeira Bruta	38.398	40.830	45.730	46.052	50.346	7,0
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.675)	(11.827)	(14.651)	(15.584)	(18.531)	14,8
Margem Financeira Líquida	27.724	29.003	31.078	30.468	31.815	3,5
Rendas de Tarifas	16.173	18.242	21.071	23.301	25.070	11,6
Receitas de Prestação de Serviços	10.777	12.213	14.486	16.754	18.434	14,4
Rendas de Tarifas Bancárias	5.396	6.028	6.586	6.547	6.636	5,3
Res. de Op. com Seg., Prev. e Capitalização ²	1.888	2.265	2.349	2.330	4.207	22,2
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(3.627)	(4.081)	(4.183)	(4.469)	(4.887)	7,7
Margem de Contribuição	42.157	45.429	50.316	52.530	56.205	7,5
Despesas Administrativas	(22.565)	(24.752)	(28.194)	(30.149)	(32.290)	9,4
Despesas de Pessoal	(12.244)	(13.943)	(15.777)	(17.051)	(18.445)	10,8
Outras Despesas Administrativas	(10.322)	(10.809)	(12.417)	(13.098)	(13.845)	7,6
Outras Despesas Tributárias	(107)	(216)	(268)	(361)	(418)	40,5
Resultado Comercial	19.484	20.461	21.854	22.020	23.497	4,8
Risco Legal	(1.076)	(860)	(1.539)	(1.607)	(1.777)	13,4
Demandas Cíveis	(427)	(135)	(813)	(459)	(944)	22,0
Demandas Trabalhistas	(649)	(724)	(726)	(1.148)	(833)	6,4
Outros Componentes do Resultado	(908)	(687)	(2.539)	(3.869)	(3.337)	38,5
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	102	22	(94)	21	(18)	-
Res. De Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.010)	(709)	(2.446)	(3.890)	(3.320)	34,6
Outras Receitas Operacionais ³	4.999	5.092	4.896	5.683	7.534	10,8
Previ - Plano de Benefícios 1	4.299	2.981	1.355	598	1.348	(25,2)
Previ - Atualização de Fundo Utilização	-	847	898	870	874	-
Outras Despesas Operacionais	(10.309)	(9.629)	(9.596)	(11.041)	(13.076)	6,1
Resultado Operacional	17.500	18.914	17.776	16.544	18.383	1,2
Resultado Não Operacional	43	56	107	167	201	47,2
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	17.543	18.970	17.883	16.712	18.583	1,5
IR e Contribuição Social	(5.242)	(5.388)	(4.455)	(3.954)	(4.187)	(5,5)
Benefício Fiscal de JCP	961	1.221	1.342	1.326	1.470	11,2
Participações Estatutárias no Lucro	(1.637)	(1.737)	(1.745)	(1.565)	(1.644)	0,1
Participações Minoritárias	0	(93)	(156)	(840)	(1.410)	-
Lucro Líquido Ajustado	10.664	11.751	11.528	10.353	11.343	1,6
Itens Extraordinários	1.039	375	678	5.405	(97)	-
Alienação de Participações	214	169	-	-	-	-
Planos Econômicos	(371)	(103)	(968)	(683)	(1.307)	37,0
Eficiência Tributária	460	386	244	142	260	(13,3)
Passivos Contingentes BESC	250	-	-	-	-	-
PCLD Adicional	332	-	699	(229)	(143)	-
Reversão de Passivos Trabalhistas	568	-	-	-	-	-
Ganho de Capital BB Seguros Participações	114	-	-	-	-	-
Alienação de Imóveis	-	-	1.103	-	-	-
Provisão para CCV	-	-	-	(186)	-	-
Reconciliação de Demandas Legais	-	-	-	303	-	-
Alienação de Ações da BB Seguridade	-	-	-	9.820	-	-
Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade	-	-	-	(172)	-	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	-	-	-	(404)	404	-
Alienação de Ações da Itapebi	-	-	-	188	-	-
Refis	-	-	-	587	-	-
PCLD Extraordinária - BV	-	-	-	(166)	-	-
Prov. Demandas Legais - Aj. De Par. e Pol. de Acordos	-	-	-	-	385	-
BrasilPrev Circular Susep 457/12 e 462/13	-	-	-	-	325	-
Efeito BrasilPrev nos Minoritários	-	-	-	-	(65)	-
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	(527)	(78)	(401)	(3.796)	43	-
Lucro Líquido	11.703	12.126	12.205	15.758	11.246	(1,0)

1 - Série revista desde 2012.

2 - Série revista em 2014.

3 - Série revista desde 2011.

Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Vice-Presidente

José Maurício Pereira Coelho

Gerente de Relações com Investidores

Bernardo de Azevedo Silva Rothe

Gerente Executivo

Gisele Campana Rodrigues

Gerentes de Divisão

Heverton Masaru Ono

João Domingos Cicarini Júnior

Joaquim Camilo de Castro

Assessores

Adriano Gonçalves de Souza

Bruno Santos Garcia

Caroline Cristina L. A. Gotti

Carlos Vieira do Nascimento

Cleber Antonio Lima Rentroia

Daniela Priscila da Silva

Debora Stefani

Diogo Simas Machado

Eva Maria Gitirana de Oliveira

Fabíola Lopes Ribeiro

Felipe de Mello Pimentel

Fernando Mascarenhas de Oliveira

Filipe Cardoso Duda

Glauco Ribeiro Barbirato Tavares

Gustavo Correia de Brito

Janaína Marques Storti

Jefferson Guarnieri Aquino

Joabel Martins de Oliveira

Livia Marcia de Paula Oliveira Singh

Peterson Luiz Barbosa

Regina Knysak

Vilmar Francisco Thewes

Viviane de Sousa



Banco do Brasil S.A.

Relatório de asseguuração limitada
para o Banco do Brasil S.A. relativo às
informações contábeis suplementares
31 de março de 2015



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório de asseguarção limitada para o Banco do Brasil S.A. relativo às informações contábeis suplementares

Ao
Conselho Diretor do
Banco do Brasil S.A.
Brasília – DF

Introdução

Fomos contratados pelo Banco do Brasil S.A. (“Banco”) para realizar um trabalho de asseguarção limitada conforme NBC TO 3000 – Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão (ISAE 3000), sobre as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho do Banco do Brasil S.A, correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015.

Responsabilidades da Administração do Banco

O Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho e pelas demais informações contidas no referido relatório, assim como pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir que tais informações estejam livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de revisar as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho elaboradas pelo Banco e com base nessa revisão emitir, uma conclusão na forma de asseguarção limitada. Conduzimos nossos trabalhos em conformidade com a NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão (ISAE 3000). Tal norma requer o cumprimento de exigências éticas, que inclui requisitos de independência, planejamento e execução de procedimentos para obter um nível de asseguarção limitada de que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise de Desempenho do Banco não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis contidas nas demonstrações contábeis consolidadas e com os critérios descritos no Relatório de Análise do Desempenho, com o objetivo de possibilitar uma análise adicional, sem, contudo, fazerem parte das demonstrações contábeis consolidadas.

Escopo, procedimentos aplicados e limitações

A asseguarção limitada fornece um grau de asseguarção menor que uma auditoria ou uma asseguarção razoável. Procedimentos para coleta de evidências para um trabalho de asseguarção limitada são mais limitados do que para um trabalho de asseguarção razoável e, portanto, menos asseguarção é obtida que em um trabalho de asseguarção razoável, conseqüentemente não expressamos opinião de auditoria ou asseguarção razoável sobre as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho do Banco. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona asseguarção limitada sobre o alcance de informações futuras



(como por exemplo, metas, expectativas e planos futuros) e informações descritivas que são sujeitas à avaliação subjetiva.

Os procedimentos de asseguuração limitada compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância das informações contábeis suplementares e os sistemas de controles internos que serviram de base para a elaboração do Relatório de Análise do Desempenho do Banco; (b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações contábeis suplementares; e (c) confronto dos indicadores de natureza financeira e contábil com as respectivas demonstrações contábeis consolidadas divulgadas e/ou registros contábeis.

Crítérios para elaboração das informações contábeis suplementares

As informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015 foram elaboradas pela Administração do Banco, com base nas informações contábeis contidas nas demonstrações contábeis consolidadas e nos critérios descritos no Relatório de Análise do Desempenho, com o objetivo de possibilitar uma análise adicional, sem, contudo, fazerem parte das demonstrações contábeis consolidadas.

Conclusão

Baseado nos procedimentos realizados de asseguuração limitada, conforme resumido acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares, apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho, correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, estejam inconsistentes, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis consolidadas referidas no parágrafo de critérios para elaboração das informações contábeis suplementares.

Brasília, 13 de maio de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Demonstrações Contábeis

1º Trimestre 2015



ÍNDICE

Índice	1
Demonstrações Contábeis	3
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	10
Notas Explicativas	11
1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES	11
2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	11
3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15
4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	19
5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	27
6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29
7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	30
8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD	31
9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	42
10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	43
11 - OUTROS CRÉDITOS	49
12 - CARTEIRA DE CÂMBIO	50
13 - OUTROS VALORES E BENS	51
14 - INVESTIMENTOS	52
15 - IMOBILIZADO DE USO	55
16 - INTANGÍVEL	55
17 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	57
18 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	61
19 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS	63
20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	65
21 - OPERAÇÕES DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO	70
22 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	73
23 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL	75
24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	76
25 - TRIBUTOS	83

26 - PARTES RELACIONADAS.....	86
27 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	89
28 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	100
29 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	105
30 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	118
31 - OUTRAS INFORMAÇÕES	118
<hr/>	
Relatório dos Auditores Independentes	122
Membros da Administração	125

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
ATIVO CIRCULANTE		864.743.111	845.371.438	782.273.470
Disponibilidades	(Nota 6)	16.536.604	13.786.585	10.993.277
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 7.a)	350.478.621	301.620.235	289.120.466
Aplicações no mercado aberto		310.432.734	264.237.748	248.574.771
Aplicações em depósitos interfinanceiros		40.045.887	37.382.487	40.545.695
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8)	137.061.529	134.593.926	109.804.085
Carteira Própria		128.757.669	126.674.173	92.852.027
Vinculados a compromissos de recompra		3.321.618	4.998.373	11.686.592
Vinculados ao Banco Central		--	--	15
Vinculados à prestação de garantias		2.674.833	1.627.105	4.386.029
Instrumentos financeiros derivativos		2.307.409	1.302.657	879.422
(Provisão para desvalorizações de títulos livres)		--	(8.382)	--
Relações Interfinanceiras		64.065.103	66.923.660	97.426.322
Pagamentos e recebimentos a liquidar	(Nota 9.a)	3.719.278	10.428	6.445.174
Créditos vinculados	(Nota 9.b)	59.127.484	65.634.181	90.023.440
Depósitos no Banco Central		56.633.525	63.251.839	87.795.506
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		130.130	78.861	54.619
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.363.829	2.303.481	2.173.315
Repasse interfinanceiros		13.254	10.883	54.120
Correspondentes		1.205.087	1.268.168	903.588
Relações Interdependências		196.501	593.631	236.293
Transferências internas de recursos		196.501	593.631	236.293
Operações de Crédito	(Nota 10)	155.794.604	199.159.425	146.131.122
Setor público		2.480.784	2.260.346	2.119.263
Setor privado		162.978.224	206.057.526	152.900.752
Operações de crédito vinculadas à cessão		--	469	49
(Provisão para operações de crédito)		(9.664.404)	(9.158.916)	(8.888.942)
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10)	440.393	474.943	606.589
Setor público		--	--	232
Setor privado		469.354	507.749	649.648
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(28.961)	(32.806)	(43.291)
Outros Créditos		137.177.733	125.529.228	125.299.226
Créditos por avais e fianças honrados		522.197	539.570	424.507
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	21.189.348	18.362.653	18.091.883
Rendas a receber		2.965.099	3.800.572	2.065.440
Negociação e intermediação de valores		383.048	861.083	275.623
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.a)	4.491.072	4.104.489	3.822.007
Diversos	(Nota 11.b)	109.357.498	99.851.614	102.151.907
(Provisão para outros créditos)		(1.730.529)	(1.990.753)	(1.532.141)
Outros Valores e Bens	(Nota 13)	2.992.023	2.689.805	2.656.090
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		662.827	618.273	657.233
(Provisão para desvalorizações)		(147.038)	(147.365)	(160.920)
Despesas antecipadas		2.476.234	2.218.897	2.159.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVO		31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
ATIVO NÃO CIRCULANTE		658.922.593	592.114.074	587.691.831
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		637.067.909	569.846.879	563.496.967
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 7.a)	1.179.555	2.616.369	3.210.454
Aplicações no mercado aberto		220.041	251.925	280.730
Aplicações em depósitos interfinanceiros		959.514	2.364.444	2.929.724
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8)	98.937.663	88.049.531	86.646.435
Carteira Própria		69.839.231	58.910.715	47.431.067
Vinculados a compromissos de recompra		13.969.648	15.414.310	34.283.360
Vinculados à prestação de garantias		13.729.856	12.857.630	4.235.223
Instrumentos financeiros derivativos		1.447.081	898.809	731.380
(Provisão para desvalorizações de títulos livres)		(48.153)	(31.933)	(34.595)
Relações Interfinanceiras		420.811	325.356	203.662
Créditos vinculados	(Nota 9.b)	138.521	50.649	3.424
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		138.521	50.649	3.424
Repasse interfinanceiros		282.290	274.707	200.238
Operações de Crédito	(Nota 10)	474.735.414	419.339.736	422.434.095
Setor público		64.511.931	58.015.534	49.978.078
Setor privado		427.977.586	377.949.159	386.442.118
Operações de crédito vinculadas à cessão		306.873	320.782	197.948
(Provisão para operações de crédito)		(18.060.976)	(16.945.739)	(14.184.049)
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10)	571.769	549.153	516.848
Setor privado		584.799	563.081	529.878
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(13.030)	(13.928)	(13.030)
Outros Créditos		60.463.874	57.578.124	49.279.061
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	6.441	5.246	803
Rendas a receber		43.025	64.515	38.115
Negociação e intermediação de valores		1.032.569	431.573	1.009.983
Créditos específicos	(Nota 11.a)	1.591.775	1.550.087	1.432.527
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.a)	898.633	905.696	18.318
Diversos	(Nota 11.b)	57.365.946	54.933.964	47.077.199
(Provisão para outros créditos)		(474.515)	(312.957)	(297.884)
Outros Valores e Bens	(Nota 13)	758.823	1.388.610	1.206.412
Despesas antecipadas		758.823	1.388.610	1.206.412
PERMANENTE		21.854.684	22.267.195	24.194.864
Investimentos		3.584.912	3.419.631	3.382.198
Participações em coligadas e controladas	(Nota 14.a)	1.807.311	1.767.548	1.537.138
No país		1.138.384	1.181.056	1.325.787
No exterior		668.927	586.492	211.351
Outros investimentos	(Nota 14.b)	1.873.349	1.745.575	1.961.984
(Imparidade acumulada)		(95.748)	(93.492)	(116.924)
Imobilizado de Uso	(Nota 15)	7.504.117	7.556.737	7.289.846
Imóveis de uso		6.476.557	6.370.075	6.287.653
Outras imobilizações de uso		9.915.844	9.864.596	8.952.397
(Depreciação acumulada)		(8.888.284)	(8.677.934)	(7.950.204)
Intangível	(Nota 16)	10.728.629	11.249.232	13.471.182
Ativos intangíveis		17.826.391	18.432.244	20.211.748
(Amortização acumulada)		(7.097.762)	(7.183.012)	(6.740.566)
Diferido		37.026	41.595	51.638
Gastos de organização e expansão		1.630.006	1.673.307	1.693.618
(Amortização acumulada)		(1.592.980)	(1.631.712)	(1.641.980)
TOTAL DO ATIVO		1.523.665.704	1.437.485.512	1.369.965.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
PASSIVO CIRCULANTE		985.591.737	931.769.187	862.881.171
Depósitos	(Nota 17.a)	404.794.428	401.177.785	390.176.976
Depósitos à vista		73.712.090	74.210.189	72.053.536
Depósitos de poupança		144.089.086	148.698.890	144.111.158
Depósitos interfinanceiros		30.315.027	25.154.397	24.520.445
Depósitos a prazo		156.678.225	153.114.309	149.491.837
Captações no Mercado Aberto	(Nota 17.c)	323.545.788	292.361.623	269.617.806
Carteira Própria		50.688.796	61.110.895	49.113.913
Carteira de terceiros		272.513.451	231.250.728	220.177.406
Carteira de livre movimentação		343.541	--	326.487
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	59.129.505	51.246.818	29.256.448
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		41.377.302	38.260.204	15.481.720
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		17.732.102	12.968.090	13.772.316
Certificados de operações estruturadas		20.101	18.524	2.412
Relações Interfinanceiras		2.774.586	31.463	4.791.811
Recebimentos e pagamentos a liquidar	(Nota 9.a)	2.753.768	16	4.766.112
Correspondentes		20.818	31.447	25.699
Relações Interdependências		4.206.078	5.290.841	2.664.445
Recursos em trânsito de terceiros		4.197.215	5.288.673	2.660.733
Transferências internas de recursos		8.863	2.168	3.712
Obrigações por Empréstimos	(Nota 18.a)	20.781.182	17.398.060	15.347.323
Empréstimos no país - outras instituições		1.965	1.909	291.555
Empréstimos no exterior		20.779.217	17.396.151	15.055.768
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18.b)	35.913.633	34.415.072	34.796.562
Tesouro Nacional		43.782	50.670	55.082
BNDES		14.701.923	15.065.291	12.748.405
Caixa Econômica Federal		14.232.878	12.359.686	6.026.218
Finame		6.217.881	6.075.536	5.298.259
Outras instituições		717.169	863.889	10.668.598
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 18.b)	95	95	96
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8.d)	3.932.353	2.420.029	2.760.903
Outras Obrigações		130.514.089	127.427.401	113.468.801
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.508.918	437.888	6.036.618
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	14.951.169	17.991.924	13.257.743
Sociais e estatutárias		2.159.810	2.356.593	718.028
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20.a)	22.183.419	20.370.981	17.472.698
Negociação e intermediação de valores		729.068	756.060	443.888
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.b)	27.100.038	24.494.597	20.714.916
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20.b)	7.960.086	6.629.365	5.074.911
Dívidas subordinadas	(Nota 20.c)	1.528.623	4.110.613	5.539.654
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 20.d)	951.323	368.814	540.273
Diversas	(Nota 20.e)	48.441.635	49.910.566	43.670.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		454.475.928	425.103.131	433.567.001
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		454.042.120	424.663.164	433.145.401
Depósitos	(Nota 17.a)	63.211.567	67.183.984	92.059.855
Depósitos interfinanceiros		7.238.978	5.814.349	2.926.489
Depósitos a prazo		55.972.589	61.369.635	89.133.366
Captações no Mercado Aberto	(Nota 17.c)	15.360.941	13.683.952	12.935.512
Carteira Própria		3.814.747	3.254.679	3.131.423
Carteira de terceiros		11.546.194	10.423.741	9.804.089
Carteira de livre movimentação		--	5.532	--
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	124.199.078	107.787.719	111.636.814
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		107.153.784	88.902.537	90.632.525
Recursos de debêntures		99	59	782.824
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		17.041.071	18.885.123	20.221.465
Certificados de operações estruturadas		4.124	--	--
Obrigações por Empréstimos	(Nota 18.a)	8.375.751	6.598.377	3.614.641
Empréstimos no país - outras instituições		1.870.492	1.751.978	1.890
Empréstimos no exterior		6.505.259	4.846.399	3.612.751
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18.b)	56.701.150	56.634.949	56.535.157
Tesouro Nacional		300.938	289.228	405.701
BNDES		28.545.251	29.216.507	31.064.832
Finame		27.854.961	27.129.214	25.064.624
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 18.b)	382	382	19.439
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8.d)	1.699.784	1.023.130	1.163.223
Outras Obrigações		184.493.467	171.750.671	155.180.760
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	2.834.812	3.715.002	6.319.541
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20.a)	2.636.402	2.412.810	6.689.343
Negociação e intermediação de valores		211.472	74.383	884.262
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.b)	81.881.664	77.725.415	60.905.318
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20.b)	4.304.693	4.211.033	2.656.100
Operações especiais		2.158	2.153	2.137
Dívidas subordinadas	(Nota 20.c)	51.280.777	48.205.228	47.335.899
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 20.d)	5.317.400	4.496.926	11.827.023
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(Notas 20.c e 20.d)	25.001.325	21.467.670	8.230.389
Diversas	(Nota 20.e)	11.022.764	9.440.051	10.330.748
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		433.808	439.967	421.600
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 24)	83.598.039	80.613.194	73.517.129
Capital		54.000.000	54.000.000	54.000.000
De domiciliados no país		42.971.511	42.957.421	43.637.060
De domiciliados no exterior		11.028.489	11.042.579	10.362.940
Instrumento Elegível ao Capital Principal	(Nota 24.c)	8.100.000	8.100.000	--
Reservas de Capital		13.992	10.773	10.371
Reservas de Reavaliação		2.788	2.805	4.544
Reservas de Lucros		25.393.416	26.625.511	19.647.295
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(10.174.852)	(9.597.840)	(3.087.717)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		4.623.836	--	1.898.435
(Ações em Tesouraria)		(1.629.765)	(1.621.507)	(1.439.065)
Participação dos Não Controladores		3.268.624	3.093.452	2.483.266
TOTAL DO PASSIVO		1.523.665.704	1.437.485.512	1.369.965.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		50.422.332	32.015.996
Operações de crédito	(Nota 10.b)	29.321.943	20.087.077
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 10.i)	257.455	345.793
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 8.b)	16.973.308	8.826.752
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8.e)	903.370	(93.247)
Resultado de operações de câmbio	(Nota 12.b)	423.996	425.580
Resultado das aplicações compulsórias	(Nota 9.c)	1.190.489	1.419.714
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		129.794	219.917
Resultado financeiro das operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	1.221.977	784.410
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(45.569.488)	(24.112.172)
Operações de captação no mercado	(Nota 17.d)	(23.556.530)	(17.856.248)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(Nota 18.c)	(15.076.205)	(944.319)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 10.i)	(213.723)	(307.826)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(20.943)	(47.345)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	(753.155)	(548.967)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Notas 10.f e 10.g)	(5.948.932)	(4.407.467)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.852.844	7.903.824
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.650.659)	(3.170.546)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 22.a)	4.654.219	4.189.238
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 22.b)	1.655.246	1.551.517
Despesas de pessoal	(Nota 22.c)	(5.189.429)	(4.675.903)
Outras despesas administrativas	(Nota 22.d)	(4.121.966)	(4.337.796)
Despesas tributárias	(Nota 25.c)	(1.845.556)	(1.009.003)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(Nota 14)	1.707.803	(518.220)
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	1.153.478	1.002.340
Outras receitas operacionais	(Nota 22.e)	3.139.826	4.023.724
Outras despesas operacionais	(Nota 22.f)	(3.804.280)	(3.396.443)
RESULTADO OPERACIONAL		2.202.185	4.733.278
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(Nota 23)	5.770.561	97.780
Receitas não operacionais		5.844.393	131.323
Despesas não operacionais		(73.832)	(33.543)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		7.972.746	4.831.058
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 25.a)	(984.183)	(1.437.011)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(765.309)	(394.331)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		(404.904)	(322.118)
LUCRO LÍQUIDO		5.818.350	2.677.598
LUCRO POR AÇÃO	(Nota 24.f)		
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.796.086.165	2.804.687.501
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		2,07	0,99

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participações dos não Controladores	Total
					Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas				
Saldos em 31.12.2013	54.000.000	--	6.023	4.564	4.902.575	15.069.591	(2.965.189)	(166.860)	(1.324.407)	--	2.698.498	72.224.795
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	--	--	--	--	--	--	35.640	8.692	--	--	--	44.332
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	4.348	--	--	--	--	--	2.845	--	--	7.193
Programa de recompra de ações	--	--	--	--	--	--	--	--	(117.503)	--	--	(117.503)
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	5.889	--	5.889
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.d)	--	--	(20)	--	--	--	--	--	20	--	--
Varição de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(215.232)	(215.232)
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.677.598	--	2.677.598
Resultado não realizado	(Nota 24.h)	--	--	--	--	(97.260)	--	--	--	97.260	--	--
Destinações: - Dividendos	(Nota 24.g)	--	--	--	--	(227.611)	--	--	--	--	--	(227.611)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	(882.332)	--	(882.332)
Saldos em 31.03.2014	54.000.000	--	10.371	4.544	4.902.575	14.744.720	(2.929.549)	(158.168)	(1.439.065)	1.898.435	2.483.266	73.517.129
Mutações do período	--	--	4.348	(20)	--	(324.871)	35.640	8.692	(114.658)	1.898.435	(215.232)	1.292.334
Saldos em 31.12.2014	54.000.000	8.100.000	10.773	2.805	5.468.217	21.157.293	(9.437.805)	(160.035)	(1.621.507)	--	3.093.452	80.613.194
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	--	--	--	--	--	--	(585.180)	8.168	--	--	--	(577.012)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	3.219	--	--	--	--	--	4.454	--	--	7.673
Programa de recompra de ações	--	--	--	--	--	--	--	--	(12.712)	--	--	(12.712)
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.037	--	2.037
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.d)	--	--	(17)	--	--	--	--	--	17	--	--
Varição de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	175.172	175.172
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	--	--	--	5.818.350	--	5.818.350
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	(Nota 24.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	(113.069)	--	(113.069)
Resultado não realizado	(Nota 24.h)	--	--	--	--	29.365	--	--	--	(29.365)	--	--
Destinações: - Dividendos	(Nota 24.g)	--	--	--	--	(1.261.460)	--	--	--	--	--	(1.261.460)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.054.134)	--	(1.054.134)
Saldos em 31.03.2015	54.000.000	8.100.000	13.992	2.788	5.468.217	19.925.199	(10.022.985)	(151.867)	(1.629.765)	4.623.836	3.268.624	83.598.039
Mutações do período	--	--	3.219	(17)	--	(1.232.095)	(585.180)	8.168	(8.258)	4.623.836	175.172	2.984.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		7.972.746	4.831.058
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.368.015	12.166.161
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	(Notas 10.f e 10.g)	5.948.932	4.407.467
Depreciações e amortizações	(Nota 22.d)	1.046.969	1.329.366
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(Nota 15 e 16)	(2.317)	(25)
Resultado de participação em coligadas e controladas	(Nota 14.a)	(1.707.803)	518.220
Lucro na alienação de valores e bens	(Nota 23)	(1.621)	(9.484)
Lucro na alienação de investimentos	(Nota 23)	(1.356)	(1.147)
(Ganho) Perda de capital	(Nota 23)	(5.752.024)	4.984
Resultado da conversão de moeda estrangeira	(Nota 14.a)	1.694.347	(478.290)
Reversão para desvalorização de outros valores e bens	(Nota 23)	(198)	(3.448)
Amortização de ágios em investimentos	(Notas 14.c e 22.d)	68.131	53.192
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(Nota 28.a)	1.264.228	472.621
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	7.724.230	5.053.393
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	(Nota 27)	(505.742)	(580.398)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(7.896.461)	1.717.025
Resultado dos não controladores		(404.904)	(322.118)
Outros ajustes		(106.396)	4.803
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		9.340.761	16.997.219
Variações Patrimoniais		(417.160)	(18.673.190)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(33.119.081)	(62.702.922)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(2.842.385)	2.005.372
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências		(1.799.722)	(3.400.270)
Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		6.618.314	2.950.590
Aumento em operações de crédito		(17.936.801)	(12.696.341)
Redução em operações de arrendamento mercantil		2.911	156.930
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(9.431.263)	2.203.271
Redução em outros valores e bens		329.388	18.918
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.472.364)	(1.114.462)
Redução em depósitos		(355.774)	(8.776.177)
Aumento em captações no mercado aberto		32.861.154	43.088.740
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		24.294.046	17.840.170
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		6.725.258	5.868.565
Redução em outras obrigações		(1.284.682)	(4.102.719)
Redução em resultados de exercícios futuros		(6.159)	(12.855)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		8.923.601	(1.675.971)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(5.371.064)	3.843.788
Aumento em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(74.322)	(87.355)
Aquisição de imobilizado de uso		(233.458)	(284.978)
(Aquisição) Alienação de investimentos		(254.373)	57.031
Aquisição de intangíveis/diferidos		(233.402)	(2.453.356)
Recursos oriundos de parceria no setor de cartões	(Nota 2.c)	2.314.674	--
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.851.945)	1.075.130
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Varição da participação dos acionistas não controladores		175.172	(215.232)
Aumento em obrigações por dívida subordinada		675.031	1.856.427
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		4.755.168	(305.827)
Aquisição de ações em tesouraria		(8.258)	(114.658)
Dividendos pagos		(251.260)	(365.181)
Juros sobre o capital próprio pagos		(1.261.460)	(882.332)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		4.084.393	(26.803)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		9.156.049	(627.644)
Início do período		65.328.572	71.797.486
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		7.896.461	(1.717.025)
Fim do período		82.381.082	69.452.817
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		9.156.049	(627.644)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

		1º Trimestre/2015		1º Trimestre/2014	
Receitas		56.834.174		34.856.717	
Receitas de intermediação financeira		50.422.332		32.015.996	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		6.309.465		5.740.755	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.948.932)		(4.407.467)	
Ganhos de capital	(Nota 23)	5.791.686		--	
Outras receitas/despesas		259.623		1.507.433	
Despesas da Intermediação Financeira		(39.620.556)		(19.704.705)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(2.452.747)		(2.471.459)	
Materiais, água, energia e gás	(Nota 22.d)	(155.985)		(128.196)	
Serviços de terceiros	(Nota 22.d)	(411.215)		(488.294)	
Comunicações	(Nota 22.d)	(360.069)		(371.984)	
Processamento de dados	(Nota 22.d)	(213.841)		(218.266)	
Transporte	(Nota 22.d)	(309.296)		(332.766)	
Serviços de vigilância e segurança	(Nota 22.d)	(256.717)		(213.333)	
Serviços do sistema financeiro	(Nota 22.d)	(196.358)		(186.634)	
Propaganda e publicidade	(Nota 22.d)	(80.342)		(110.951)	
Outras		(468.924)		(421.035)	
Valor Adicionado Bruto		14.760.871		12.680.553	
Despesas de amortização/depreciação	(Nota 22.d)	(1.115.099)		(1.382.558)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		13.645.772		11.297.995	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		1.707.803		(518.220)	
Resultado de participações em coligadas/controladas		1.707.803		(518.220)	
Valor Adicionado a Distribuir		15.353.575	100,00%	10.779.775	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		15.353.575	100,00%	10.779.775	100,00%
Pessoal		5.306.743	34,56%	4.427.821	41,08%
Salários e honorários		3.294.702		2.896.889	
Participação de empregados e administradores no lucro		765.309		394.331	
Benefícios e treinamentos		693.884		633.941	
FGTS		181.944		175.487	
Outros encargos		370.904		327.173	
Impostos, Taxas e Contribuições		3.477.735	22,65%	3.044.128	28,24%
Federais		3.134.684		2.757.339	
Estaduais		175		117	
Municipais		342.876		286.672	
Remuneração de Capitais de Terceiros		345.842	2,25%	308.110	2,86%
Aluguéis	(Nota 22.d)	345.842		308.110	
Remuneração de Capitais Próprios	(Nota 24.g)	6.223.255	40,54%	2.999.716	27,83%
Juros sobre capital próprio da União		610.317		514.167	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		443.818		368.165	
Dividendos da União		730.354		132.637	
Dividendos de outros acionistas		531.106		94.974	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		113.069		--	
Lucro retido		3.389.687		1.567.655	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		404.904		322.118	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito/débito, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em lei, especificamente as previstas no artigo 19 da Lei n.º 4.595/1964.

2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Reorganizações Societárias na área de Seguros, Previdência Complementar Aberta, Capitalização e Resseguros

Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Em 11.06.2013, o Banco do Brasil, a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) assinaram Acordo de Associação e Outras Avenças com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade por ações, denominada Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasilidental), desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais de distribuição BB no território nacional.

A Brasilidental foi constituída em 12.03.2014 e seu capital social total é de R\$ 5.000 mil, distribuído em 100 mil ações ordinárias (ON) e 100 mil ações preferenciais (PN), com a seguinte estrutura societária:

- a BB Seguros detém 49,99% das ações ON e 100% das ações PN, representando 74,99% do capital social total, e
- a Odontoprev detém 50,01% das ações ON, representando 25,01% do capital social total.

Do capital social total, R\$ 1 mil foram integralizados na data de constituição da companhia e os R\$ 4.999 mil restantes no dia 15.04.2014. A BB Seguros e a Odontoprev responderam pela integralização do capital social da Brasilidental na respectiva proporção de suas participações.

A associação foi aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Econômica (CADE) em 02.08.2013 e, em 19.09.2013, o Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação indireta do Banco no capital da Brasilidental.

Em 12.05.2014, foi emitido o registro da companhia junto ao Conselho Regional de Odontologia (CRO). A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 07.07.2014, autorizou as operações da Brasilidental e, em 05.08.2014, aprovou os produtos a serem comercializados pela Brasilidental no mercado brasileiro de planos odontológicos.

O Acordo vigorará por 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

Grupo Segurador BB Mapfre

Em 01.11.2014, a Mapfre Vida S.A. incorporou a Vida Seguradora S.A., empresa pertencente à holding BB Mapfre SH1 Participações S.A. Na mesma data, a Mapfre Seguros Gerais S.A. incorporou a Mapfre Affinity Seguradora S.A., empresa pertencente à holding Mapfre BB SH2 Participações S.A. Ambas as incorporações foram realizadas na totalidade de seus patrimônios, as quais foram deferidas pela SUSEP, através das cartas 206 e 207/2014/SUSEP-SEGER, respectivamente.

O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 30 de setembro de 2014, no montante de R\$ 160.471 mil para a Vida Seguradora S.A. e R\$ 448.618 mil para a Mapfre Affinity Seguradora S.A.

Como decorrência natural, a Mapfre Vida S.A. e a Mapfre Seguros Gerais S.A. passaram à condição de sucessoras a título universal da Vida Seguradora S.A. e da Mapfre Affinity Seguradora S.A., respectivamente, em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

As incorporações propiciaram maior sinergia e simplificação do modelo operacional, com consequente otimização de custos e de capital regulatório.

BB Capitalização S.A.

Em 28.11.2014, os administradores da BB Seguros aprovaram a incorporação da BB Capitalização ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 28.11.2014, no montante de R\$ 5.573 mil. Considerando que a data-base do laudo de avaliação contábil coincide com a data dos eventos societários que aprovaram a operação, não ocorreram variações patrimoniais após a incorporação.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Capitalização no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de capitalização, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

Como decorrência natural, a BB Seguros passou à condição de sucessora a título universal da BB Capitalização em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguros é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguros.

b) Reorganização Societária – Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

BB Money Transfers

Em 08.12.2014, ocorreu a dissolução da BB Money Transfers, localizada no estado de Nova York. O Conselho Diretor decidiu pelo encerramento da empresa e repatriação do seu capital para a sua controladora, com base em estudo de inviabilidade econômica do negócio.

O capital da BB Money Transfers foi repassado ao Banco, por meio da BB USA Holding Company Inc. (sua controladora, com 100% das ações). No entanto, uma parte deste capital ficou retida na BB USA Holding Company, com a finalidade de pagamento das despesas decorrentes das atividades operacionais para encerramento da subsidiária e de dispêndios da própria holding.

O Banco realizou a integralização do referido capital no mesmo local de investimento, por meio da BB Grand Cayman, não ocorrendo ingresso de recursos no Brasil.

c) Parcerias no setor de cartões

Livelo

O Banco do Brasil e o Banco Bradesco comunicaram ao mercado que a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo) iniciou, por meio de sua subsidiária integral já existente, a Livelo S.A., as tratativas para explorar negócios relacionados a programa de fidelidade por coalizão.

A Livelo é uma sociedade com participação indireta do Banco, com 49,99% do capital social, e do Bradesco, com 50,01% do capital social, por meio da Alelo, e tem como objetivo principal:

- atuar como programa de fidelidade por coalizão independente e aberto tendo como parceiros: emissores de instrumentos de pagamento, varejistas e demais programas de fidelidade, dentre outros;
- reunir um diversificado grupo de parceiros relevantes e estratégicos para possibilitar a geração de pontos de fidelidade e o resgate de benefícios; e
- desenvolver pontos de fidelidade próprios a serem oferecidos aos parceiros de geração/acúmulo de pontos e conversíveis em prêmios e benefícios nos parceiros de resgate.

A empresa encontra-se em processo de estruturação para início de suas atividades e já obteve autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Stelo

O Banco do Brasil e o Bradesco, por meio da sua controlada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), lançaram, em 16.04.2014, a Stelo S.A., uma empresa de meios eletrônicos de pagamentos que irá administrar, operar e explorar os segmentos de facilitadoras de pagamentos voltada para o comércio eletrônico, bem como negócios de carteira digital.

O principal propósito é o de criar maior comodidade e segurança para os consumidores e estabelecimentos comerciais, principalmente na utilização de pagamentos no comércio eletrônico.

Com vistas a implementar esse projeto, a Cielo e a Alelo celebraram, em 15.04.2014, Memorando de Entendimentos a respeito da participação da Cielo no capital social da Stelo, atualmente subsidiária integral da Alelo.

A empresa encontra-se em processo de estruturação para início de suas atividades e já obteve autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

BB Elo Cartões e Cielo

Em 19.11.2014, o Banco comunicou que a BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo Cartões), sua subsidiária integral, e a Cielo S.A. celebraram, nesta data, Acordo de Associação para formação de nova parceria estratégica no setor de meios eletrônicos de pagamento.

A participação societária da BB Elo Cartões e da Cielo na Sociedade foi autorizada pelo Bacen em 30.12.2014.

A criação da Sociedade, oriunda da Parceria, foi autorizada, no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), após transcorrido o prazo previsto no art. 65 da Lei n.º 12.529/2011, sem que houvesse a interposição de recursos ou avocação do processo pelo Tribunal Administrativo.

Em 27.02.2015, após a aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, e observado o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes ao fechamento da operação, a BB Elo Cartões e a Cielo concluíram a formação da parceria estratégica, constituindo uma nova sociedade denominada Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (Cateno).

Segundo os termos do Acordo, a nova sociedade possui o direito, transferido pela BB Elo Cartões, de explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, conforme as normas do marco regulatório no setor de meios eletrônicos de pagamento. Além disso, o novo negócio tem entre seus objetivos realizar associações com outros parceiros de forma a aproveitar oportunidades em nicho de mercado relacionado a meios eletrônicos de pagamento, buscando a obtenção de ganhos de sinergia e otimizando a estruturação de novos negócios no segmento.

O aporte desse ativo intangível ao patrimônio líquido da Cateno representou R\$ 11.572.000 mil, conforme laudo técnico realizado por empresa independente. Em contrapartida, bem como para fins de equalização das participações societárias pretendidas, a Cateno entregou à BB Elo Cartões os montantes de R\$ 4.640.951 mil em moeda corrente, referentes ao pagamento dos tributos incidentes sobre a operação, e R\$ 3.459.449 mil em debêntures da Cielo. O montante de R\$ 3.471.600 mil foi mantido para compor a participação acionária da BB Elo Cartões na Cateno.

O capital social total foi dividido à proporção de 30,00% para a BB Elo Cartões e 70,00% para a Cielo. Entretanto, levando-se em consideração a participação indireta do Banco na Cielo, por meio do BB Banco de Investimento S.A., a participação societária indireta total do Banco do Brasil na Cateno ficou distribuída conforme a seguir:

Participação BB - %	Ações ON	Ações PN	Total
Capital Total	42,27	100,00	50,13

Em razão da conclusão da operação, o montante de R\$ 3.211.700 mil impactou o resultado do Banco no 1º trimestre de 2015, conforme quadro a seguir:

1) Ganho de capital da BB Elo Cartões	11.572.000
2) Tributos	(4.640.951)
3) Resultado na BB Elo Cartões (1+2)	6.931.049
4) Resultado não realizado (50,13% do item 3)	(3.474.189)
5) Resultado Consolidado (3+4)	3.456.860
6) Participação de empregados no lucro, líquida de efeitos tributários	(245.160)
7) Impacto no lucro líquido Consolidado (5+6)	3.211.700

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep), da Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas técnicas de consolidação específicas, além da reclassificação do instrumento elegível a capital principal - IHCD para o patrimônio líquido, aplicável também para as demonstrações contábeis prudenciais e em IFRS, baseado no entendimento e orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências no país e no exterior, as operações das subsidiárias financeiras e não financeiras no país e no exterior, das empresas sob controle conjunto, das Entidades de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company e Loans Finance Company Limited, e dos fundos de investimentos financeiros (BVIA Fundo de Investimento em Participações e BV Financeira FIDC I) que o Banco controla direta ou indiretamente, bem como das participações em outras empresas, conforme determinado pelo Bacen.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas demonstrações contábeis. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado das participações societárias em que o controle é compartilhado com outros acionistas foram consolidados proporcionalmente à participação no capital social da investida. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, CPC 22 – Informações por Segmento, CPC 33 – Benefícios a Empregados e CPC 41 – Resultado por Ação.

A aplicação dos demais normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 – Ativo Intangível e CPC 15 – Combinação de Negócios – a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante – Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das joint ventures BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 36 – Demonstrações Consolidadas – consolidação das participações em investimentos em coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme pronunciamento CPC 18, ocasionando a redução nos ativos e passivos totais do Conglomerado.

CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – ajuste na provisão para crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 12.05.2015.

Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

		Atividade	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
			% de Participação		
Segmento Bancário					
Banco do Brasil - AG	(1)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
BB Leasing Company Ltd.	(1)	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(1)	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	(1)	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Braslian American Merchant Bank	(1)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	(1)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	99,62%	99,62%	99,62%
Banco Patagonia S.A.	(1)	Bancária	58,96%	58,96%	58,96%
Banco Votorantim S.A.	(2)	Bancária	50,00%	50,00%	50,00%
Segmento Investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	(1)	Banco de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%
Kepler Weber S.A.	(2)	Indústria	17,46%	17,46%	17,56%
Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec	(3) (4)	Aquisição de Créditos	12,12%	12,12%	12,12%
Neoenergia S.A.	(2)	Energia	11,99%	11,99%	11,99%
Segmento Gestão de Recursos					
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	100,00%	100,00%	100,00%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização					
BB Seguridade Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Cor Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(1)	Corretora	66,25%	66,25%	66,25%
BB Seguros Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Capitalização S.A. (antiga Nossa Caixa Capitalização S.A.)	(5)	Capitalização	--	--	66,25%
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	(2)	Holding	49,68%	49,68%	49,68%
Brasidental S.A.	(2)	Prestação de Serviços	49,68%	49,68%	--
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	(2)	Seguradora	49,68%	49,68%	49,68%
Mapfre Vida S.A.	(2)	Previdência	49,68%	49,68%	49,68%
Vida Seguradora S.A.	(5)	Seguradora	--	--	49,68%
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(2)	Seguradora/Previdência	49,68%	49,68%	49,68%
Brasilcap Capitalização S.A.	(2)	Capitalização	44,16%	44,16%	44,16%
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	(2)	Holding	33,13%	33,13%	33,13%
Aliança do Brasil Seguros S.A.	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Brasilveículos Companhia de Seguros	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Mapfre Seguros Gerais S.A.	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Mapfre Affinity Seguradora S.A.	(5)	Seguradora	--	--	33,13%
BB Mapfre Assistência S.A.	(2)	Prestação de Serviços	33,13%	33,13%	33,13%
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	(2)	Corretora	50,00%	50,00%	50,00%
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE	(3)	Seguradora	12,09%	12,09%	12,09%
IRB - Brasil Resseguros S.A.	(2)	Resseguradora	13,53%	13,53%	13,58%
Segmento Meios de Pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(1)	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	(1)	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	(2) (6)	Prestação de Serviços	50,13%	--	--
Elo Participações S.A.	(2)	Holding	49,99%	49,99%	49,99%
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo	(2)	Prestação de Serviços	49,99%	49,99%	49,99%
Elo Serviços S.A.	(2)	Prestação de Serviços	33,33%	33,33%	33,33%
Cielo S.A.	(2)	Prestação de Serviços	28,75%	28,75%	28,76%
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	(3)	Prestação de Serviços	13,53%	13,53%	13,53%
Outros Segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(1)	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(1)	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	(1)	Consórcio	100,00%	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(1) (4)	Turismo	100,00%	100,00%	100,00%
BB Money Transfers Inc.	(5)	Prestação de Serviços	--	--	100,00%
BB Tecnologia e Serviços S.A.	(1)	Informática	99,97%	99,97%	99,97%

(1) Controladas.

(2) Controladas em conjunto incluídas proporcionalmente na consolidação.

(3) Coligadas, incluídas proporcionalmente na consolidação conforme determinação do Bacen.

(4) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a fevereiro/2015.

(5) Empresa descontinuada durante o exercício/2014.

(6) O Banco do Brasil detém o controle compartilhado na Cielo, que por sua vez controla a Cateno. O percentual de participação do Banco na Cateno leva em consideração sua participação direta na BB Elo, bem como a participação indireta na Cielo por meio do BB Banco de Investimento, conforme demonstrado na Nota 2.c.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

Balanço Patrimonial

Prêmio pago a clientes por fidelidade/performance do grupamento Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas para Intangível – Ativos intangíveis – R\$ 265.426 mil.

Obrigações por Cotas de Fundos de Investimentos do Banco Votorantim do grupamento Outras Obrigações – Negociação e intermediação de valores para Outras Obrigações – Diversas – R\$ 933.588 mil, conforme Carta Circular Bacen n.º 3.658 de 13.05.2014.

31.03.2014	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
ATIVO CIRCULANTE	821.934.029	(265.426)	821.668.603
Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas	2.425.203	(265.426)	2.159.777
ATIVO NÃO CIRCULANTE	548.031.272	265.426	548.296.698
PERMANENTE	23.929.438	265.426	24.194.864
Intangível – Ativos intangíveis	19.946.322	265.426	20.211.748
PASSIVO CIRCULANTE	862.881.171	--	862.881.171
Outras Obrigações - Negociação e intermediação de valores	1.431.476	(993.588)	437.888
Outras Obrigações - Diversas	42.676.484	993.588	43.670.072

Demonstração do Resultado

Despesas de Demandas Trabalhistas do Banco Votorantim do grupamento Outras Despesas Operacionais para Despesas de Pessoal – R\$ 44.297 mil.

1º Trimestre/2014	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(3.170.546)	--	(3.170.546)
Despesas de pessoal	(4.631.606)	(44.297)	(4.675.903)
Outras despesas operacionais	(3.440.740)	44.297	(3.396.443)

4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	15%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 3.655/2008 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto nas Circulares Bacen n.º 2.397/1993 e n.º 2.571/1995 e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias – 4%, veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (Nota 15).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Empresa e os gastos efetuados até 30.09.2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortizados mediante taxas apuradas com base no prazo de locação, observado o máximo de 10 anos, e com aquisição e desenvolvimento de sistemas, amortizados à taxa anual de 10%.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; ágio pago na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa), amortizado com base nas projeções de resultado anual constantes no estudo econômico-financeiro; e *softwares*, amortizados pelo método linear à taxa de 10% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente. Esse teste é realizado a qualquer momento do ano, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model – CAPM*.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – O modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares – Os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

Ágio na Aquisição de Sociedade Incorporada – A metodologia de apuração do valor recuperável do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado pelo Banco do Brasil em novembro de 2009, consiste em comparar o valor do ágio pago, deduzido pela amortização acumulada, com o valor presente dos resultados do Banco do Brasil projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas pela taxa do custo do capital apurada por meio de metodologia interna, baseada no modelo *Capital Asset Pricing Model – CAPM*.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

I) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 (Nota 27). As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com a Deliberação CVM n.º 695/2012, sendo que:

- os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, líquido dos efeitos fiscais.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (Nota 27) refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo atuarial, condicionadas ao atendimento dos requisitos da Lei Complementar n.º 109/2001 e da Resolução CGPC n.º 26/2008.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Operações Relacionadas às Atividades de Seguros, Previdência e Capitalização

Apuração do Resultado

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização (ou custos de aquisição diferidos) são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização relativas aos riscos vigentes, ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas no resultado em bases estimadas.

A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos prêmios emitidos auferidos.

As receitas de planos de previdência, seguros de vida com cobertura de sobrevivência e capitalização são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais devem ser reconhecidas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio estimado para a sua recuperação, exceto os relacionados à capitalização.

Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), sendo os valores apurados com base em métodos e premissas atuariais.

Seguros

Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG): constituída pelo prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes, na data base de constituição, pelo método *pro rata die*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice/endosso ou início do risco, o que ocorrer primeiro.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial, constituída conforme critérios definidos e documentados em nota técnica atuarial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente, nos termos da legislação aplicável.

Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados (IBNR – Incurred But Not Reported): constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

Previdência

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos nas aplicações dos recursos. Essa provisão refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada.

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos: refere-se àqueles já em gozo de benefícios.

Capitalização

Provisão Matemática para Capitalização: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, atualizada monetariamente de acordo com o indexador e a taxa de juros definida no plano.

Provisão para Resgates: são constituídas pelos valores dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação.

Provisão para Sorteio a Realizar: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela Susep. A baixa da provisão é registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados.

Provisão de Sorteio a Pagar: é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteios, atualizados monetariamente no período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 28).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

p) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

q) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

r) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 24.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando critérios utilizados pela Administração na avaliação de desempenho do segmento, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, ao ambiente regulatório e às semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em “Outros Segmentos”.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

a) Segmento Bancário

Responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito, cartões, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Responsável pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

Composição por Segmento

	1º Trimestre/2015							Total
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	
Receitas	57.883.663	346.113	369.657	2.910.585	7.056.784	588.136	(577.641)	68.577.297
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	29.706.903	--	--	--	--	--	2.289	29.709.192
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	17.809.498	40.346	19.225	3.050	27.326	37.407	(60.174)	17.876.678
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	1.614.447	--	--	--	--	242	(204)	1.614.485
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.200.878	--	--	21.099	1.221.977
Rendas de prestação de serviços	2.740.474	204.558	260.179	476.888	989.726	338.634	(356.240)	4.654.219
Rendas com tarifas, taxas e comissões	1.558.689	8.684	87.873	--	--	--	--	1.655.246
Resultado de participações em coligadas e controladas	1.702.777	(1.649)	--	786	241	5.637	11	1.707.803
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.094.030	--	--	59.448	1.153.478
Outras receitas ⁽¹⁾	2.750.875	94.174	2.380	134.953	6.039.491	206.216	(243.870)	8.984.219
Despesas	(57.884.772)	(208.270)	(70.181)	(1.373.326)	(1.300.176)	(345.467)	577.641	(60.604.551)
Despesas de captação no mercado	(23.602.189)	(63.574)	--	--	--	(9.994)	119.227	(23.556.530)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(15.295.821)	--	--	--	--	--	5.893	(15.289.928)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(5.945.756)	(4.057)	(15)	--	(130)	1.026	--	(5.948.932)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(753.155)	--	--	--	(753.155)
Despesas de pessoal	(4.879.328)	(15.470)	(19.423)	(130.696)	(68.188)	(78.270)	1.946	(5.189.429)
Outras despesas administrativas	(2.973.176)	(18.012)	(12.903)	(176.604)	(88.300)	(63.092)	325.221	(3.006.866)
Depreciação	(272.054)	(770)	--	(4.756)	(6.532)	(1.989)	--	(286.101)
Amortização do diferido	(3.654)	--	--	(10.263)	(984)	(566)	--	(15.467)
Amortização de intangíveis	(532.911)	(294)	--	--	(9.226)	(137)	--	(542.568)
Amortização de ágio	(226.269)	(23.465)	--	(8.539)	(12.691)	--	--	(270.964)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(20.943)	--	--	--	--	--	--	(20.943)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(2.294)	--	--	--	23	--	--	(2.271)
Outras despesas	(4.130.377)	(82.628)	(37.840)	(289.313)	(1.114.148)	(192.445)	125.354	(5.721.397)
Lucro antes da tributação e participações	(1.109)	137.843	299.476	1.537.259	5.756.608	242.669	--	7.972.746
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	1.774.847	(52.626)	(118.756)	(559.717)	(1.952.469)	(75.462)	--	(984.183)
Participações no lucro	(752.041)	--	(389)	(10.698)	(746)	(1.435)	--	(765.309)
Participação dos não Controladores	(84.678)	--	--	(320.221)	--	(5)	--	(404.904)
Lucro Líquido	937.019	85.217	180.331	646.623	3.803.393	165.767	--	5.818.350
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.400.492.213	6.248.432	595.824	121.454.955	15.430.752	4.425.962	(24.982.434)	1.523.665.704
Investimento em coligadas e controladas	13.148.863	2.840.481	--	472.518	536.758	--	(15.200.328)	1.798.292
Passivos	1.318.705.460	3.054.396	283.859	114.935.501	9.779.462	2.446.933	(9.137.946)	1.440.067.665

(1) Inclui, no segmento Meios de Pagamento, o ganho oriundo da parceria estratégica da BB Elo com a Cielo nos negócios de meios eletrônicos de pagamento no valor de R\$ 5.787.797 mil (Nota 2.c).

	1º Trimestre/2014							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Total
Receitas	38.917.078	230.757	333.992	2.274.092	855.367	450.157	(665.525)	42.395.918
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	20.858.779	--	--	--	--	--	(205.992)	20.652.787
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	8.726.786	17.544	11.618	39.117	17.816	39.813	(119.189)	8.733.505
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	1.845.700	--	--	--	(15)	4	(395)	1.845.294
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	769.045	--	--	15.365	784.410
Rendas de prestação de serviços	2.672.742	121.451	250.838	415.573	681.390	264.086	(216.842)	4.189.238
Rendas com tarifas, taxas e comissões	1.474.601	7.763	69.153	--	--	--	--	1.551.517
Resultado de participações em coligadas e controladas	(517.850)	(370)	--	--	--	--	--	(518.220)
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.004.631	--	--	(2.291)	1.002.340
Outras receitas	3.856.320	84.369	2.383	45.726	156.176	146.254	(136.181)	4.155.047
Despesas	(35.899.165)	(173.708)	(54.575)	(1.151.688)	(434.404)	(346.840)	495.520	(37.564.860)
Despesas de captação no mercado	(17.918.859)	(51.292)	--	--	(2.931)	(3.955)	120.789	(17.856.248)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(1.252.145)	--	--	--	--	--	--	(1.252.145)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.407.985)	2	14	--	220	282	--	(4.407.467)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(548.967)	--	--	--	(548.967)
Despesas de pessoal	(4.380.813)	(14.250)	(14.597)	(120.120)	(45.859)	(57.577)	1.610	(4.631.606)
Outras despesas administrativas	(2.897.671)	(18.809)	(4.633)	(187.114)	(69.490)	(56.056)	278.535	(2.955.238)
Depreciação	(241.601)	(635)	--	(4.901)	(4.766)	(1.745)	--	(253.648)
Amortização do diferido	(3.968)	--	--	(8.605)	(843)	(357)	--	(13.773)
Amortização de ativos intangíveis	(1.059.404)	(173)	--	--	(2.271)	(97)	--	(1.061.945)
Amortização de ágio	(23.182)	(24.098)	--	(5.912)	--	--	--	(53.192)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(47.345)	--	--	--	--	--	--	(47.345)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	--	--	--	--	25	--	--	25
Outras despesas	(3.666.192)	(64.453)	(35.359)	(276.069)	(308.489)	(227.335)	94.586	(4.483.311)
Lucro antes da tributação e participações	3.017.913	57.049	279.417	1.122.404	420.963	103.317	(170.005)	4.831.058
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(801.398)	(20.194)	(110.061)	(417.952)	(142.743)	(17.408)	72.745	(1.437.011)
Participações no lucro	(384.237)	--	(496)	(7.796)	(995)	(807)	--	(394.331)
Participação dos não Controladores	(99.738)	--	--	(222.377)	--	(3)	--	(322.118)
Lucro Líquido	1.732.540	36.855	168.860	474.279	277.225	85.099	(97.260)	2.677.598
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.279.629.074	5.625.215	554.125	92.314.181	5.709.177	3.850.314	(17.716.785)	1.369.965.301
Investimento em coligadas e controladas	8.609.267	2.437.387	88	303.057	44.810	--	(9.864.469)	1.530.140
Passivos	1.207.539.526	2.610.429	253.746	86.773.728	4.104.264	1.830.318	(6.663.839)	1.296.448.172

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Disponibilidades	16.536.604	13.786.585	10.993.277
Disponibilidades em moeda nacional	10.086.118	10.144.869	9.106.482
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.426.938	3.621.616	1.867.838
Aplicações em ouro	23.548	20.100	18.957
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	65.844.478	51.541.987	58.459.540
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	27.165.315	15.534.017	19.531.956
Aplicações em depósitos interfinanceiros	38.471.010	35.785.262	38.599.165
Aplicações em moeda estrangeira	208.153	222.708	328.419
Total	82.381.082	65.328.572	69.452.817

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Aplicações no Mercado Aberto	310.652.775	264.489.673	248.855.501
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	28.791.000	15.538.967	17.480.341
Letras Financeiras do Tesouro	341.082	--	425.136
Letras do Tesouro Nacional	4.656.507	15.452.873	2.729.238
Notas do Tesouro Nacional	23.377.414	698	14.071.623
Outros Títulos	415.997	85.396	254.344
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	281.515.888	248.941.840	231.053.784
Letras Financeiras do Tesouro	36.052.865	33.002.160	63.927.265
Letras do Tesouro Nacional	195.828.186	128.174.414	111.777.357
Notas do Tesouro Nacional	49.475.369	87.520.298	55.151.433
Outros Títulos	159.468	244.968	197.729
Re vendas a Liquidar - Posição Vendida	345.887	8.866	321.376
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	345.887	--	321.376
Outros	--	8.866	--
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	41.005.401	39.746.931	43.475.419
Total	351.658.176	304.236.604	292.330.920
Ativo circulante	350.478.621	301.620.235	289.120.466
Ativo não circulante	1.179.555	2.616.369	3.210.454

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	8.655.444	5.855.882
Posição bancada	747.454	506.121
Posição financiada	7.901.887	5.345.811
Posição vendida	6.103	3.950
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	124.139	119.633
Total	8.779.583	5.975.515

8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.03.2015								31.12.2014			31.03.2014		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	2.829.526	34.251.394	7.179.493	11.520.322	49.636.586	106.546.705	105.417.321	(1.129.384)	103.037.462	101.938.979	(1.098.483)	83.741.221	82.654.329	(1.086.892)
Títulos Públicos	8.141	32.867.697	5.263.309	6.983.838	37.205.664	83.280.511	82.328.649	(951.862)	77.261.412	76.325.816	(935.596)	64.245.218	63.257.514	(987.704)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	1.450.513	6.616	9.432.418	10.887.001	10.889.547	2.546	7.074.241	7.094.808	20.567	6.831.504	6.841.098	9.594
Letras do Tesouro Nacional	--	32.336.924	926.685	6.576.344	15.617.301	56.174.599	55.457.254	(717.345)	55.914.411	55.128.657	(785.754)	25.621.674	24.868.713	(752.961)
Notas do Tesouro Nacional	--	58.316	946.499	--	11.090.797	12.431.850	12.095.612	(336.238)	10.709.043	10.499.113	(209.930)	28.187.578	27.848.874	(338.704)
Títulos da Dívida Agrária	--	188	2.010	1.565	4.584	8.348	8.347	(1)	9.224	9.224	--	110.104	110.103	(1)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	1.308	84.383	88.667	85.691	(2.976)	84.480	81.401	(3.079)	89.101	87.631	(1.470)
Títulos de governos estrangeiros	7.749	399.165	1.937.602	369.662	885.590	3.516.981	3.619.768	102.787	2.234.141	2.280.893	46.752	479.997	593.191	113.194
Outros	392	73.104	--	8.343	90.591	173.065	172.430	(635)	1.235.872	1.231.720	(4.152)	2.925.260	2.907.904	(17.356)
Títulos Privados	2.821.385	1.383.697	1.916.184	4.536.484	12.430.922	23.266.194	23.088.672	(177.522)	25.776.050	25.613.163	(162.887)	19.496.003	19.396.815	(99.188)
Debêntures	--	17.468	158.703	375.081	4.356.287	5.017.434	4.907.539	(109.895)	7.452.173	7.339.677	(112.496)	5.396.794	5.340.696	(56.098)
Notas promissórias	--	154.737	4.502	150.771	--	310.010	310.010	--	160.090	160.091	1	144.053	144.954	901
Cotas de Fundos de Investimento	1.323.626	1.147.811	1.211	134.725	299.810	2.977.186	2.907.183	(70.003)	1.642.874	1.585.514	(57.360)	1.591.962	1.583.318	(8.644)
Ações	1.222.545	--	--	--	--	1.211.257	1.222.545	11.288	1.337.614	1.352.134	14.520	1.429.836	1.399.079	(30.757)
Cédulas de produto rural - commodities	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	86.762	83.206	(3.556)
Certificados de depósito bancário	--	--	309.239	19.444	63.806	392.018	392.489	471	1.287.971	1.288.454	483	1.682.593	1.685.302	2.709
Eurobonds	--	14.947	--	33.899	101.200	160.302	150.046	(10.256)	245.938	233.737	(12.201)	104.346	103.738	(608)
Letras Financeiras	--	48.734	1.442.529	3.822.494	7.382.234	12.691.143	12.695.991	4.848	12.407.532	12.410.444	2.912	6.096.074	6.096.160	86
Outros	275.214	--	--	70	227.585	506.844	502.869	(3.975)	1.241.858	1.243.112	1.254	2.963.583	2.960.362	(3.221)

Vencimento em Dias	31.03.2015								31.12.2014			31.03.2014		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.113.648	6.477.431	6.875.838	4.032.512	90.658.498	111.524.658	109.157.927	(2.366.731)	105.818.164	104.367.329	(1.450.835)	98.059.590	97.312.418	(747.172)
Títulos Públicos	69.966	2.878.265	2.796.117	1.824.310	49.221.166	57.513.833	56.789.824	(724.009)	52.645.692	52.165.277	(480.415)	48.047.528	47.295.651	(751.877)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	1.143.211	1.912	31.257.844	32.407.779	32.402.967	(4.812)	27.609.922	27.677.606	67.684	21.529.021	21.537.589	8.568
Letras do Tesouro Nacional	--	2.870.068	868.588	1.148.960	3.159.488	8.192.371	8.047.104	(145.267)	8.580.765	8.429.144	(151.621)	11.988.381	11.711.508	(276.873)
Notas do Tesouro Nacional	--	--	686.248	--	5.711.317	6.886.651	6.397.565	(489.086)	5.508.297	5.076.564	(431.733)	5.268.171	4.763.952	(504.219)
Títulos da Dívida Agrária	--	8.197	12.969	16.611	51.940	90.122	89.717	(405)	114.606	113.822	(784)	17.368	17.189	(179)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	3.177.357	3.243.950	3.177.357	(66.593)	3.552.696	3.582.472	29.776	3.741.205	3.770.217	29.012
Títulos de governos estrangeiros	--	--	85.101	656.827	5.198.198	5.939.267	5.940.126	859	6.586.352	6.597.690	11.338	4.772.464	4.756.540	(15.924)
Outros	69.966	--	--	--	665.022	753.693	734.988	(18.705)	693.054	687.979	(5.075)	730.918	738.656	7.738
Títulos Privados	1.043.682	3.599.166	4.079.721	2.208.202	41.437.332	54.010.825	52.368.103	(1.642.722)	53.172.472	52.202.052	(970.420)	50.012.062	50.016.767	4.705
Debêntures	--	656.635	1.383.228	1.315.634	34.055.592	38.114.606	37.411.089	(703.517)	38.376.718	38.096.084	(280.634)	35.305.444	35.689.165	383.721
Notas promissórias	--	1.012.389	196.423	183.311	--	1.396.771	1.392.123	(4.648)	1.468.386	1.467.392	(994)	1.119.053	1.120.428	1.375
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	47.003	52.607	47.003	(5.604)	53.169	47.558	(5.611)	54.500	50.077	(4.423)
Cotas de Fundos de Investimento	415.699	3.557	17.364	132.496	3.222.468	4.413.827	3.791.584	(622.243)	4.681.476	4.211.179	(470.297)	3.658.054	3.289.911	(368.143)
Ações	627.060	--	--	--	--	632.051	627.060	(4.991)	606.448	560.396	(46.052)	611.596	593.359	(18.237)
Cédulas de produto rural - commodities	--	117.874	557.495	368.160	73.931	1.131.382	1.117.460	(13.922)	1.564.540	1.550.675	(13.865)	969.138	961.459	(7.679)
Certificados de depósito bancário	--	1.802.538	346.356	--	2.444	2.151.372	2.151.338	(34)	562.700	562.768	68	1.417.947	1.418.551	604
Eurobonds	--	--	--	5.348	303.876	337.456	309.224	(28.232)	264.263	240.205	(24.058)	373.365	371.219	(2.146)
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	10.953	--	10.826	10.953	127	14.414	14.620	206	25.218	25.821	603
Letras Financeiras	--	--	1.537.802	72.546	175.646	1.790.114	1.785.994	(4.120)	1.925.850	1.918.186	(7.664)	3.446.930	3.488.259	41.329
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	483.505	504.165	483.505	(20.660)	495.439	486.491	(8.948)	--	--	--
Outros	923	6.173	41.053	119.754	3.072.867	3.475.648	3.240.770	(234.878)	3.159.069	3.046.498	(112.571)	3.030.817	3.008.518	(22.299)

Vencimento em Dias	31.03.2015								31.12.2014			31.03.2014		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	1.838	734.706	399.277	1.300.919	16.092.535	17.669.454	18.529.275	859.821	14.135.683	17.847.167	3.711.484	14.872.971	15.651.714	778.743
Titulos Públicos	--	674.356	375.086	1.292.744	13.354.925	14.639.941	15.697.111	1.057.170	13.543.540	17.426.155	3.882.615	14.239.177	15.141.053	901.876
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	--	41.405	41.405	41.405	--	--	--	--	86.035	85.861	(174)
Letras do Tesouro Nacional	--	674.356	233.812	1.292.744	2.094.760	4.322.355	4.295.672	(26.683)	5.533.872	5.520.252	(13.620)	4.155.016	4.141.731	(13.285)
Notas do Tesouro Nacional	--	--	141.274	--	11.218.760	10.276.181	11.360.034	1.083.853	8.009.668	11.905.903	3.896.235	9.930.246	10.845.875	915.629
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	65.064	64.770	(294)
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.816	2.816	--
Titulos Privados	1.838	60.350	24.191	8.175	2.737.610	3.029.513	2.832.164	(197.349)	592.143	421.012	(171.131)	633.794	510.661	(123.133)
Debêntures	--	--	15.320	4.633	2.420.865	2.441.414	2.440.818	(596)	20.232	19.494	(738)	30.904	31.612	708
Cotas de Fundos de Investimento	1.140	--	--	--	--	1.140	1.140	--	--	--	--	--	--	--
Certificados de depósito bancário	--	60.350	4.942	--	178.310	243.602	243.602	--	160.446	160.446	--	287.925	287.925	--
Eurobonds	--	--	--	3.542	3.542	7.084	7.084	--	6.603	6.603	--	6.300	6.300	--
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	2.194	--	128.366	327.313	130.560	(196.753)	399.167	228.774	(170.393)	--	--	--
Outros	698	--	1.735	--	6.527	8.960	8.960	--	5.695	5.695	--	308.665	184.824	(123.841)
Total	3.945.012	41.463.531	14.454.608	16.853.753	156.387.619	235.740.817	233.104.523	(2.636.294)	222.991.309	224.153.475	1.162.166	196.673.782	195.618.461	(1.055.321)

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.03.2015								31.12.2014			31.03.2014		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	3.945.012	41.463.531	14.454.608	16.853.753	156.387.619	235.740.817	233.104.523	(2.636.294)	222.991.309	224.153.475	1.162.166	196.673.782	195.618.461	(1.055.321)
Carteira Própria	3.945.012	39.659.734	12.702.007	15.862.888	127.288.090	199.425.918	199.457.731	31.813	188.688.724	189.288.759	600.035	132.833.694	140.732.081	7.898.387
Vinculados a compromissos de recompra	--	1.259	1.281.577	985.410	15.027.542	19.848.097	17.295.788	(2.552.309)	19.787.244	20.422.487	635.243	55.191.915	46.304.556	(8.887.359)
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	28	15	(13)
Vinculados à prestação de garantias	--	1.802.538	471.024	5.455	14.120.140	16.466.802	16.399.157	(67.645)	14.515.341	14.482.544	(32.797)	8.648.145	8.616.404	(31.741)
Provisão para desvalorização de títulos livres	--	--	--	--	(48.153)	--	(48.153)	(48.153)	--	(40.315)	(40.315)	--	(34.595)	(34.595)

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	31.03.2015					31.12.2014		31.03.2014			
	Valor de Mercado					Total		Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	3.945.012	72.771.892	96.418.966	45.123.340	14.845.313	235.740.817	233.104.523	222.991.309	224.153.475	196.673.782	195.618.461
1 - Títulos para Negociação	2.829.526	52.951.209	35.994.987	11.803.602	1.837.997	106.546.705	105.417.321	103.037.462	101.938.979	83.741.221	82.654.329
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.113.648	17.385.781	55.257.041	32.045.981	3.355.476	111.524.658	109.157.927	105.818.164	104.367.329	98.059.590	97.312.418
3 - Mantidos até o Vencimento	1.838	2.434.902	5.166.938	1.273.757	9.651.840	17.669.454	18.529.275	14.135.683	17.847.167	14.872.971	15.651.714

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.03.2015			31.12.2014			31.03.2014		
	Valor Contábil			Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	132.349.941	99.894.761	232.244.702	133.291.269	87.150.722	220.441.991	108.924.663	85.915.055	194.839.718
Carteira Própria	126.353.490	72.243.410	198.596.900	126.674.173	58.910.715	185.584.888	92.852.027	47.431.067	140.283.094
Vinculados a compromissos de recompra	3.321.618	13.969.648	17.291.266	4.998.373	15.414.310	20.412.683	11.686.592	34.283.360	45.969.952
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	--	--	--	15	--	15
Vinculados à prestação de garantias	2.674.833	13.729.856	16.404.689	1.627.105	12.857.630	14.484.735	4.386.029	4.235.223	8.621.252
Provisão para desvalorização de títulos livres	--	(48.153)	(48.153)	(8.382)	(31.933)	(40.315)	--	(34.595)	(34.595)

a.5) Resumo da carteira por categoria

	31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
Por Categoria						
1 - Títulos para Negociação	105.417.321	45%	101.938.979	46%	82.654.329	42%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	109.157.927	47%	104.367.329	47%	97.312.418	50%
3 - Mantidos até o Vencimento	17.669.454	8%	14.135.683	7%	14.872.971	8%
Valor contábil da carteira	232.244.702	100%	220.441.991	100%	194.839.718	100%
Marcação a mercado da categoria 3	859.821	--	3.711.484	--	778.743	--
Valor de mercado da carteira	233.104.523	--	224.153.475	--	195.618.461	--

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b)	8.779.583	5.975.515
Títulos de renda fixa	4.016.041	2.778.557
Títulos de renda variável	4.177.684	72.680
Total	16.973.308	8.826.752

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários nos trimestres findos em 31.03.2015 e 31.03.2014. Em 31.12.2014, o Banco Votorantim reclassificou títulos de Letras do Tesouro Nacional, com valor de mercado de R\$ 915.960 mil, passando da categoria “Títulos disponíveis para venda” para a categoria “Mantidos até o vencimento”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gera impactos no Resultado e no Patrimônio Líquido na respectiva data-base.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

O Banco do Brasil se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco das subsidiárias é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas subsidiárias são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito se traduz pela exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento de sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Banco nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

A exposição de crédito em *swap* totalizou R\$ 601.721 mil em 31.03.2015 (R\$ 508.717 mil em 31.12.2014 e R\$ 590.897 mil em 31.03.2014).

Risco de mercado é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio nos preços de ações e de *commodities*.

Risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado.

Risco operacional denota a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como catástrofes ou atividades criminosas.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.03.2015			31.12.2014			31.03.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros									
Compromissos de Compra	22.213.959	--	--	14.885.592	--	--	18.047.792	--	--
DI	8.042.301	--	--	4.989.390	--	--	4.654.807	--	--
Moedas	4.073.462	--	--	3.470.456	--	--	8.190.321	--	--
Índice Bovespa	51.807	--	--	145.461	--	--	171.297	--	--
Cupom cambial	10.030.590	--	--	6.274.197	--	--	5.017.810	--	--
Commodities	15.799	--	--	6.088	--	--	13.557	--	--
Compromissos de Venda	38.918.019	--	--	35.480.800	--	--	40.821.290	--	--
DI	19.594.831	--	--	22.698.805	--	--	24.872.889	--	--
Moedas	2.245.095	--	--	1.621.697	--	--	2.687.029	--	--
T-Note	865.859	--	--	712.179	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	2.216	--	--	--	--	--	--	--	--
Cupom cambial	16.139.522	--	--	10.350.422	--	--	12.903.238	--	--
Libor	22.610	--	--	53.049	--	--	223.950	--	--
Commodities	47.886	--	--	44.648	--	--	77.626	--	--
SCC ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	--	56.558	--	--
Operações a Termo									
Posição Ativa	10.452.838	1.101.148	1.262.227	10.175.507	464.014	596.864	11.169.168	671.059	556.097
Termo de título	45.440	45.440	45.440	22.497	22.497	22.497	110.047	110.047	110.047
Termo de moeda	10.354.965	1.047.698	1.206.538	10.096.696	436.203	557.870	10.997.096	550.845	410.090
Termo de mercadoria	52.433	8.010	10.249	56.314	5.314	16.497	62.025	10.167	35.960
Posição Passiva	5.784.653	(709.036)	(532.417)	5.353.431	(260.209)	(154.147)	7.415.744	(626.575)	(382.883)
Termo de título	45.440	(45.440)	(45.440)	22.497	(22.497)	(22.497)	110.047	(110.047)	(110.047)
Termo de moeda	5.686.152	(649.955)	(474.535)	5.312.664	(233.757)	(129.528)	7.289.389	(514.716)	(268.669)
Termo de mercadoria	53.061	(13.641)	(12.442)	18.270	(3.955)	(2.122)	16.308	(1.812)	(4.167)

(1) Swap cambial com ajuste periódico.

Por Indexador	31.03.2015			31.12.2014			31.03.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contrato de Opções									
De Compra - Posição Comprada	3.696.050	115.015	281.936	2.308.815	88.886	116.342	7.122.189	58.418	36.181
Moeda Estrangeira	2.891.427	100.483	239.944	1.382.525	37.934	41.301	2.248.730	34.171	15.241
Índice DI	--	--	--	--	--	--	4.556.000	1.616	46
Opções flexíveis	725.623	11.054	39.007	800.790	48.194	73.425	211.959	19.322	17.281
Ações	79.000	3.478	2.985	56.500	2.357	1.595	47.500	1.849	1.875
Outros	--	--	--	69.000	401	21	58.000	1.460	1.738
De Venda - Posição Comprada	23.270.344	98.855	22.814	22.274.647	61.354	15.962	2.098.907	16.201	20.239
Moeda Estrangeira	3.715.756	89.669	22.028	1.780.139	12.711	3.887	552.625	5.027	11.094
Índice DI	19.375.800	7.769	--	19.375.800	7.769	--	1.241.250	247	175
Opções flexíveis	165.588	1.261	607	904.368	33.126	1.389	38.225	502	532
Ações	13.200	156	179	203.000	7.585	10.658	166.820	5.911	4.619
Títulos	--	--	--	--	--	--	61.237	1.857	2.018
Outros	--	--	--	11.340	163	28	38.750	2.657	1.801
De Compra - Posição Vendida	7.392.251	(254.676)	(1.027.859)	5.320.625	(195.238)	(654.765)	6.928.502	(252.485)	(321.778)
Moeda Estrangeira	4.911.068	(153.870)	(482.653)	1.946.705	(52.862)	(98.003)	2.480.083	(47.929)	(25.275)
Pré-fixados	1.782.687	(54.022)	(468.184)	1.547.218	(92)	(362.772)	2.252.376	(106.128)	(193.960)
Índice DI	8.371	(1.358)	(2.870)	--	--	--	1.241.250	(201)	(108)
Opções flexíveis	597.894	(44.157)	(73.613)	1.573.202	(138.540)	(193.237)	668.693	(93.141)	(96.698)
Ações	92.231	(1.269)	(539)	253.500	(3.744)	(753)	156.100	(4.333)	(4.860)
Outros	--	--	--	--	--	--	130.000	(753)	(877)
De Venda - Posição Vendida	24.806.225	(1.905.308)	(957.151)	22.805.890	(1.524.902)	(1.055.175)	4.484.486	(2.133.059)	(2.166.898)
Moeda Estrangeira	2.553.061	(22.486)	(9.046)	1.124.846	(10.468)	(1.583)	622.462	(8.395)	(7.709)
Pré-fixados	1.782.687	(1.849.186)	(927.678)	1.547.218	(1.492.456)	(1.042.289)	2.252.376	(2.112.269)	(2.149.126)
Índice DI	19.371.250	(5.747)	--	19.371.250	(5.747)	--	1.240.450	(22)	(37)
Opções flexíveis	882.678	(22.802)	(14.954)	390.612	(8.165)	(4.843)	128.356	(4.522)	(6.097)
Ações	65.913	(1.561)	(1.507)	112.850	(3.314)	(4.167)	157.901	(5.050)	(3.587)
Commodities	150.636	(3.526)	(3.966)	246.694	(4.386)	(2.165)	58.141	(2.196)	(322)
Outros	--	--	--	12.420	(366)	(128)	24.800	(605)	(20)

Por Indexador	31.03.2015			31.12.2014			31.03.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Swaps									
Posição Ativa	18.104.439	2.001.392	1.922.518	17.515.377	1.206.385	1.322.672	18.045.933	776.757	875.955
DI	6.680.962	19.550	86.426	6.812.672	26.554	111.906	6.742.981	171.393	209.371
Moeda Estrangeira	7.724.300	1.640.507	1.528.383	7.553.136	935.268	943.065	8.026.860	370.930	459.269
Pré-fixado	1.092.293	65.644	74.888	736.473	52.704	88.329	1.361.647	57.906	46.334
IPCA	2.296.510	170.119	123.523	2.072.506	112.153	89.905	1.529.867	102.063	66.850
IGPM	210.750	39.593	36.267	226.500	39.207	38.866	261.250	51.382	54.453
Libor	84.133	65.874	71.850	91.200	40.354	49.573	98.267	22.859	38.197
Commodities	--	--	--	--	--	--	2.597	170	111
Outros	15.491	105	1.181	22.890	145	1.028	22.464	54	1.370
Posição Passiva	17.139.251	(2.693.897)	(2.760.581)	15.739.272	(1.140.369)	(1.315.869)	13.582.358	(733.093)	(851.871)
DI	752.487	(20.936)	(31.954)	1.072.754	(13.779)	(43.425)	4.502.907	(337.386)	(315.800)
Moeda Estrangeira	13.574.887	(2.204.639)	(2.278.648)	11.899.496	(740.518)	(865.010)	4.306.131	(131.651)	(244.651)
Pré-fixado	755.410	(89.577)	(94.519)	837.901	(90.886)	(106.603)	2.617.771	(127.365)	(133.238)
TMS	--	--	--	--	--	--	959.471	(857)	(6.644)
IGPM	116.000	(37.031)	(37.758)	131.000	(39.953)	(42.452)	389.471	(74.390)	(84.178)
IPCA	1.849.568	(308.559)	(286.664)	1.653.368	(242.787)	(246.043)	758.488	(60.148)	(65.372)
Libor	80.677	(33.053)	(30.904)	125.702	(12.277)	(11.980)	16.283	(1.035)	(1.448)
Commodities	--	--	--	5.037	--	(98)	21.406	--	(130)
Outros	10.222	(102)	(134)	14.014	(169)	(258)	10.430	(261)	(410)
Outros Derivativos ⁽¹⁾									
Posição Ativa									
Moeda Estrangeira	2.127.563	302.520	288.558	3.739.804	154.110	161.216	5.016.856	30.020	116.621
Posição Passiva									
Moeda Estrangeira	4.789.799	(340.363)	(338.541)	3.898.176	(245.932)	(257.966)	7.985.913	(67.112)	(198.905)

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Contratos futuros	6.662.502	15.158.767	12.544.733	26.765.976	61.131.978	50.366.392	58.869.082
Contratos a termo	3.819.445	6.423.876	4.569.505	1.424.665	16.237.491	15.528.938	18.584.912
Contratos de Opções	39.223.975	15.449.643	4.363.599	127.653	59.164.870	52.709.977	20.634.084
Contratos de swaps	1.769.475	8.319.195	8.638.503	16.516.517	35.243.690	33.254.649	31.628.291
Derivativos de crédito	2.674	34.754	45.448	315.454	398.330	332.028	560.096
Outros	1.678.996	4.016.117	982.355	239.894	6.917.362	7.637.980	13.002.769

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.03.2015)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativos de crédito	Outros
BM&FBovespa	61.109.368	--	91.835	--	--	--
Balcão						
Instituições financeiras	22.610	104.218	56.877.511	24.225.315	398.330	4.589.003
Cliente	--	16.133.273	2.195.524	11.018.375	--	2.328.359

d.4) Composição da carteira de derivativos de crédito (*Credit Default Swap – CDS*)

	31.03.2015			31.03.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
<i>Credit Default Swap - CDS</i>						
Posição Ativa - Risco Recebido	197.830	--	(8.822)	112.891	--	(2.641)
Posição Passiva - Risco Transferido	200.500	--	(3.032)	219.137	--	1.992
Por Indexador						
Posição Ativa - Pré-fixado	45.450	124	67	92.970	2.692	2.715
Posição Passiva - Pré-fixado	352.880	(8.913)	(11.920)	239.058	(2.977)	(3.364)

A carteira de derivativos de crédito é composta exclusivamente de operações de compra e venda realizadas pelo Banco Votorantim. Atualmente é composta por clientes cujo risco é classificado como grau de investimento e, como contraparte, figuram os principais líderes internacionais de mercado destas operações. Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano, principalmente da República Federativa do Brasil. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito não gerou impactos nos Ativos Ponderados pelo Risco referentes à exposição pelo risco de crédito (RWA_{CAPD}), para apuração do Índice de Basileia do Banco, uma vez que as informações do Banco Votorantim deixaram de ser incluídas no cálculo, conforme determinação do Bacen (Nota 29.f).

d.5) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Letras Financeiras do Tesouro	1.244.700	1.612.176	1.283.275
Notas do Tesouro Nacional	746.655	314.794	967.250
Letras do Tesouro Nacional	721.278	818.029	743.008
Outros	276.262	196.550	194.581
Total	2.988.895	2.941.549	3.188.114

d.6) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge*

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Hedge de risco de mercado			
Instrumentos de Hedge			
Ativo	4.713.302	4.305.233	3.819.367
Futuro	4.370.730	3.812.821	3.343.713
Swap	342.572	492.412	475.654
Passivo	17.687.434	14.625.809	17.129.835
Futuro	17.684.829	12.321.527	17.129.835
Swap	2.605	2.304.282	--
Itens Objeto de Hedge			
Ativo	16.095.284	14.410.885	16.488.422
Operações de crédito	11.549.486	11.901.850	15.067.141
Títulos e valores mobiliários	4.545.798	2.363.815	1.046.634
Operações de Arrendamento Mercantil	--	145.220	374.647
Passivo	4.574.718	4.191.103	3.471.700
Outros Passivos	4.574.718	4.191.103	3.471.700
Hedge de fluxo de caixa			
Instrumentos de Hedge			
Passivo	286.187	359.018	305.856
Empréstimo - Bonds (principal)	286.187	359.018	305.856
Itens Objeto de Hedge			
Ativo	287.830	238.312	203.024
Investimentos externos	287.830	238.312	203.024

O Banco, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

d.7) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de *hedge* e dos objetos de *hedge*

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Perdas dos itens objeto de <i>hedge</i>	(897.398)	(186.276)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	850.378	178.607
Efeito líquido	(47.020)	(7.669)
Ganhos dos itens objeto de <i>hedge</i>	506.704	525.687
Perda dos instrumentos de <i>hedge</i>	(498.290)	(514.613)
Efeito líquido	8.414	11.074

d.8) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo						
Operações de termo	1.095.383	166.844	534.265	62.599	512.326	43.771
Mercado de opções	304.750	--	61.495	70.809	32.942	23.478
Contratos de swaps	658.116	1.240.772	568.597	739.770	238.861	637.094
Derivativos de crédito	53	14	141	2.574	424	5.285
Outros Derivativos	249.107	39.451	138.159	23.057	94.869	21.752
Total	2.307.409	1.447.081	1.302.657	898.809	879.422	731.380
Passivo						
Operações de termo	(479.991)	(52.426)	(138.943)	(15.204)	(367.868)	(15.015)
Mercado de opções	(1.939.792)	(45.218)	(1.552.025)	(157.915)	(1.968.673)	(520.003)
Contratos de swaps	(1.189.122)	(1.575.127)	(477.313)	(840.429)	(229.698)	(622.173)
Derivativos de crédito	(262)	(11.658)	(73)	(3.291)	(1.791)	--
Outros Derivativos	(323.186)	(15.355)	(251.675)	(6.291)	(192.873)	(6.032)
Total	(3.932.353)	(1.699.784)	(2.420.029)	(1.023.130)	(2.760.903)	(1.163.223)

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Swap	(200.037)	(91.492)
Termo	527.077	218.952
Opções	(268.293)	(44.361)
Futuro	753.923	(106.306)
Derivativos de crédito	(1.903)	(1.533)
Outros Derivativos	92.603	(68.507)
Total	903.370	(93.247)

9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Pagamentos e Recebimentos a Liquidar

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Ativo			
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação			
Cheques e outros papéis	1.911.659	10.428	2.841.458
Documentos enviados por outros participantes ⁽¹⁾	1.807.619	--	3.603.716
Total	3.719.278	10.428	6.445.174
Ativo circulante	3.719.278	10.428	6.445.174
Passivo			
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação			
Recebimentos remetidos ⁽¹⁾	1.849.099	--	3.308.939
Cheques e outros papéis	889.914	--	1.446.662
Demais recebimentos	14.755	16	10.511
Total	2.753.768	16	4.766.112
Passivo circulante	2.753.768	16	4.766.112

(1) Em 31.12.2014 não houve funcionamento do serviço de compensação de cheques e outros papéis.

b) Créditos vinculados

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	56.633.525	63.251.839	87.795.506
Exigibilidade adicional sobre depósitos	21.455.100	22.768.271	25.876.430
Depósitos de poupança	19.936.060	20.603.108	26.242.988
Depósitos à vista	10.153.201	14.113.482	13.884.998
Depósitos a prazo	5.084.926	5.761.416	12.660.597
Outros	4.238	3.635	--
Recursos de microfinanças	--	1.927	84.938
Recursos do crédito rural ⁽¹⁾	--	--	9.045.555
Sistema Financeiro da Habitação	2.363.829	2.303.481	2.173.315
Fundo de compensação de variações salariais	2.527.911	2.489.081	2.359.864
Provisão para perdas em créditos vinculados	(169.793)	(193.120)	(193.356)
Demais	5.711	7.520	6.807
Tesouro Nacional - Crédito Rural	268.651	129.510	58.043
Crédito rural - Proagro	404.995	260.361	172.372
Provisão para perdas em créditos vinculados	(136.344)	(130.851)	(114.329)
Total	59.266.005	65.684.830	90.026.864
Ativo circulante	59.127.484	65.634.181	90.023.440
Ativo não circulante	138.521	50.649	3.424

(1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 18.b).

c) Resultado das aplicações compulsórias

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	1.124.910	1.381.501
Exigibilidade adicional sobre depósitos	617.639	626.787
Depósitos de poupança	357.440	425.948
Exigibilidade sobre recursos a prazo	149.831	311.980
Recursos do crédito rural	--	16.786
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	38.051	34.546
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	9.776	7.585
Desvalorização de Créditos Vinculados	17.752	(3.918)
Total	1.190.489	1.419.714

10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a) Carteira por Modalidade

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Operações de crédito	658.255.398	644.603.816	591.638.208
Empréstimos e títulos descontados	250.432.975	245.748.854	233.637.535
Financiamentos	197.682.455	189.218.205	174.089.708
Financiamentos rurais e agroindustriais	168.466.325	170.401.721	155.964.544
Financiamentos imobiliários	41.346.071	38.913.292	27.747.841
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	20.699	493	583
Operações de crédito vinculadas a cessões ⁽¹⁾	306.873	321.251	197.997
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	41.515.254	42.236.643	38.799.107
Operações com cartão de crédito ⁽²⁾	19.211.378	20.257.650	17.028.476
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽³⁾	13.016.162	12.906.242	11.469.335
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽⁴⁾	8.427.547	8.212.988	9.614.328
Avais e fianças honrados	522.197	539.570	424.507
Diversos	337.970	320.193	262.461
Operações de Arrendamento Mercantil	1.054.153	1.070.830	1.179.758
Total da Carteira de Crédito	700.824.805	687.911.289	631.617.073
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.934.693)	(27.311.720)	(24.074.550)
(Provisão para operações de crédito)	(27.725.380)	(26.104.655)	(23.072.991)
(Provisão para outros créditos)	(1.167.322)	(1.160.331)	(945.238)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(41.991)	(46.734)	(56.321)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	671.890.112	660.599.569	607.542.523

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Foram reclassificadas, em 31.03.2014, de "Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito" as faturas de cartão de crédito a receber dos clientes do Banco Votorantim, no montante de R\$ 270.259 mil, para harmonização de práticas contábeis com o Banco do Brasil.

(3) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(4) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

b) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Receitas de Operações de Crédito	29.321.943	20.087.077
Empréstimos e títulos descontados	12.923.107	11.659.754
Financiamentos	9.132.659	3.038.521
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.693.554	2.380.932
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	1.800.522	1.202.522
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	922.842	988.875
Financiamentos imobiliários	897.346	575.960
Financiamentos de moedas estrangeiras	507.746	141.121
Financiamentos à exportação	409.489	78.628
Avais e fianças honrados	16.916	11.915
Demais	17.762	8.849
Receitas de arrendamento mercantil (Nota 10.i)	257.455	345.793
Total	29.579.398	20.432.870

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 47.817 mil no primeiro trimestre de 2015 (com impacto no resultado de R\$ 27.356 mil) e R\$ 20.371 mil no primeiro trimestre de 2014 (com impacto no resultado de R\$ 11.654 mil). O valor contábil dessas operações era de R\$ 84.656 mil e R\$ 7.544 mil, respectivamente.

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

Nessas demonstrações, apresentamos a carteira de crédito por setores de atividade econômica de modo mais amplo, de acordo com a atividade econômica principal do tomador de crédito, observada a aderência ao setor econômico do grupo controlador, quando aplicável, bem como em conformidade com as melhores práticas de mercado.

	31.03.2015	%	31.12.2014	%	31.03.2014	%
Setor Público ⁽¹⁾	66.992.715	9,6	60.275.880	8,8	52.097.341	8,2
Administração pública	33.599.177	4,8	29.203.007	4,2	21.150.837	3,3
Petroleiro	20.695.451	3,0	19.480.155	2,8	19.265.321	3,1
Energia elétrica	11.272.492	1,5	10.231.265	1,5	10.134.498	1,5
Serviços	350.981	0,1	416.533	0,1	320.701	0,1
Demais atividades	1.074.614	0,2	944.920	0,2	1.225.984	0,2
Setor Privado ⁽²⁾	633.832.090	90,4	627.635.409	91,2	579.519.732	91,8
Pessoa Física	307.835.330	43,9	303.959.602	44,2	275.437.126	43,6
Pessoa Jurídica	325.996.760	46,5	323.675.807	47,0	304.082.606	48,2
Mineração e metalurgia	38.371.821	5,5	36.853.990	5,4	36.801.645	5,8
Agronegócio de origem vegetal	34.102.316	4,9	34.506.174	5,0	33.608.383	5,3
Automotivo	22.754.139	3,2	22.529.029	3,3	22.462.139	3,6
Serviços	22.630.314	3,2	23.120.702	3,4	22.427.659	3,6
Combustíveis	21.709.452	3,1	19.820.970	2,9	19.342.331	3,1
Transportes	21.541.875	3,1	20.076.409	2,9	17.630.145	2,8
Imobiliário	18.573.778	2,7	18.426.753	2,7	14.693.175	2,3
Comércio varejista	18.053.889	2,6	17.115.910	2,5	16.408.890	2,6
Energia elétrica	17.015.201	2,4	15.232.338	2,2	8.723.186	1,4
Agronegócio de origem animal	12.848.254	1,8	14.034.401	2,0	13.468.867	2,1
Atividades específicas da construção	12.536.270	1,7	12.693.680	1,8	12.532.626	2,0
Têxtil e confecções	10.745.627	1,5	11.413.662	1,7	11.336.247	1,8
Insumos agrícolas	9.736.917	1,4	9.697.249	1,4	8.975.558	1,4
Papel e celulose	9.565.832	1,3	9.568.838	1,4	9.279.349	1,5
Eletroeletrônico	8.635.741	1,2	10.529.628	1,5	9.976.103	1,6
Químico	7.768.763	1,1	7.986.785	1,2	7.962.832	1,3
Comércio atacadista e indústrias diversas	6.975.481	1,0	7.449.699	1,1	6.856.663	1,1
Madeireiro e moveleiro	6.646.201	0,9	6.754.916	1,0	6.635.156	1,1
Construção pesada	5.794.541	0,8	5.947.526	0,8	5.419.803	0,9
Instituições e serviços financeiros	5.765.381	1,3	5.803.057	0,8	4.094.737	0,5
Telecomunicações	5.537.004	0,7	5.574.951	0,8	6.238.224	1,0
Demais atividades	8.687.963	1,1	8.539.140	1,2	9.208.888	1,4
Total	700.824.805	100,0	687.911.289	100,0	631.617.073	100,0

(1) O valor de R\$ 27.269.080 mil divulgado nas demonstrações contábeis de 31.03.2014 referia-se apenas a operações contratadas com a administração pública direta. Os valores constantes destas demonstrações contábeis referem-se a operações contratadas com a administração pública direta e órgãos da administração pública indireta, assim como com as empresas industriais, comerciais, de prestação de serviços e instituições financeiras de propriedade ou controladas pelos governos, bem como com suas respectivas coligadas e controladas.

(2) Os valores evidenciados no item "Pessoa Física" incluem operações de crédito com os setores de agronegócio, habitacional e com outros setores de atividade econômica realizadas com pessoas físicas. Para os setores de atividade econômica evidenciados, as operações são exclusivas com pessoas jurídicas.

d) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Operações em Curso Normal												
Parcelas Vencidas												
01 a 30	19.339.749	9.708.307	16.123.347	2.950.784	344.437	277.271	76.645	31.599	140.764	48.992.903	48.189.949	47.181.907
31 a 60	17.098.133	6.204.281	5.569.185	1.163.857	123.623	201.949	68.303	25.538	104.659	30.559.528	30.693.165	28.288.647
61 a 90	18.965.009	4.414.162	4.603.330	1.440.565	163.547	222.453	74.929	74.573	166.688	30.125.256	25.020.397	26.897.560
91 a 180	40.667.661	12.029.295	12.626.541	3.288.455	532.684	810.652	208.652	100.383	339.489	70.603.812	67.928.134	67.941.349
181 a 360	52.224.621	15.974.927	17.747.970	4.237.239	439.571	930.581	305.291	143.802	607.471	92.611.473	104.586.058	93.746.324
Acima de 360	248.910.579	57.221.366	63.946.781	13.585.049	2.048.101	5.890.965	1.621.606	686.064	4.261.696	398.172.207	386.829.922	345.388.484
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	240.200	450.572	356.336	91.935	33.818	43.626	19.962	8.430	45.487	1.290.366	2.513.738	766.928
Demais ⁽¹⁾	355.526	--	--	--	--	--	--	--	--	355.526	355.522	474.941
Subtotal	397.801.478	106.002.910	120.973.490	26.757.884	3.685.781	8.377.497	2.375.388	1.070.389	5.666.254	672.711.071	666.116.885	610.686.140
Operações em Curso Anormal												
Parcelas Vencidas												
01 a 30	--	--	233.551	226.860	106.962	146.208	87.702	93.112	482.594	1.376.989	1.133.519	1.124.143
31 a 60	--	--	120.184	134.871	67.056	80.739	55.487	67.170	227.014	752.521	613.972	652.279
61 a 90	--	--	79.259	110.348	58.779	79.906	45.215	46.000	207.255	626.762	556.232	607.296
91 a 180	--	--	195.011	280.969	156.191	208.335	156.196	133.117	577.399	1.707.218	1.511.784	1.661.667
181 a 360	--	--	322.021	458.590	245.245	373.539	223.654	224.986	1.007.762	2.855.797	2.526.542	2.748.631
Acima de 360	--	--	651.993	995.745	685.755	1.558.228	830.275	714.663	2.905.012	8.341.671	7.188.646	6.819.509
Parcelas Vencidas												
01 a 14	--	--	29.168	62.576	37.293	40.104	22.351	21.487	115.980	328.959	263.231	259.790
15 a 30	--	--	269.046	993.012	94.258	81.302	40.888	40.708	349.360	1.868.574	1.049.525	866.335
31 a 60	--	--	12.303	3.062.728	142.832	170.552	85.261	94.481	341.842	3.909.999	1.020.440	1.082.411
61 a 90	--	--	2	7.521	262.699	196.395	144.411	77.041	339.144	1.027.213	917.719	853.061
91 a 180	--	--	11	3.144	6.686	253.637	321.203	399.346	727.891	1.711.918	1.455.788	1.572.051
181 a 360	--	--	--	5	1.027	9.893	11.052	490.591	1.519.615	2.032.183	2.179.912	1.481.570
Acima de 360	--	--	--	--	1	2	7.328	11.454	1.555.145	1.573.930	1.377.094	1.202.190
Subtotal	--	--	1.912.549	6.336.369	1.864.784	3.198.840	2.031.023	2.414.156	10.356.013	28.113.734	21.794.404	20.930.933
Total	397.801.478	106.002.910	122.886.039	33.094.253	5.550.565	11.576.337	4.406.411	3.484.545	16.022.267	700.824.805	687.911.289	631.617.073

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Proceca, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 29.543 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	31.03.2015				31.12.2014				31.03.2014			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente
AA	0	397.801.478	--	--	--	395.934.651	--	--	--	351.411.880	--	--	--
A	0,5	106.002.910	530.015	64.688	594.703	104.322.639	521.613	92.644	614.257	103.198.750	515.994	230.985	746.979
B	1	122.886.039	1.228.860	33.182	1.262.042	125.116.722	1.251.167	22.833	1.274.000	118.954.242	1.189.542	6.879	1.196.421
C	3	33.094.253	992.828	77.889	1.070.717	26.148.841	784.465	77.889	862.354	25.928.167	777.845	65.267	843.112
D	10	5.550.565	555.057	60.861	615.918	3.860.416	386.042	60.861	446.903	4.390.654	439.065	67.911	506.976
E	30	11.576.337	3.472.901	689.577	4.162.478	9.728.937	2.918.681	689.577	3.608.258	8.020.614	2.406.184	602.721	3.008.905
F	50	4.406.411	2.203.206	319.311	2.522.517	3.715.559	1.857.780	319.311	2.177.091	3.350.866	1.675.433	326.300	2.001.733
G	70	3.484.545	2.439.182	244.869	2.684.051	3.331.788	2.332.252	244.869	2.577.121	2.553.596	1.787.517	174.603	1.962.120
H	100	16.022.267	16.022.267	--	16.022.267	15.751.736	15.751.736	--	15.751.736	13.808.304	13.808.304	--	13.808.304
Total		700.824.805	27.444.316	1.490.377	28.934.693	687.911.289	25.803.736	1.507.984	27.311.720	631.617.073	22.599.884	1.474.666	24.074.550

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações, alinhada com a boa prática bancária.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Saldo Inicial	27.311.720	23.661.823
Reforço/(reversão)	5.998.895	4.366.707
Provisão mínima requerida	6.016.502	4.358.060
Provisão adicional	(17.607)	8.647
Variação cambial - provisões no exterior	75.180	(76.284)
Baixas para prejuízo	(4.451.102)	(3.877.696)
Saldo Final	28.934.693	24.074.550

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Saldo Inicial	1.143.379	855.361
Reforço/(reversão)	(49.963)	40.760
Variação cambial - provisões no exterior	4.005	(4.064)
Baixas para prejuízo /outros ajustes	(59.699)	(7.270)
Saldo Final	1.037.722	884.787

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Até 1 ano ⁽¹⁾	469.354	507.749	649.880
De 1 a 5 anos	579.758	559.274	528.450
Acima de 5 anos	5.041	3.807	1.428
Total a Valor Presente	1.054.153	1.070.830	1.179.758

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Receitas de Arrendamento Mercantil	257.455	345.793
Arrendamento financeiro	257.455	345.793
Despesas de Arrendamento Mercantil	(213.723)	(307.826)
Arrendamento financeiro	(213.678)	(307.685)
Arrendamento operacional	--	(29)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(45)	(112)
Total	43.732	37.967

j) Concentração das Operações de Crédito

	31.03.2015	% da Carteira	31.12.2014	% da Carteira	31.03.2014	% da Carteira
Maior Devedor	21.321.617	3,0	20.038.724	2,9	20.485.178	3,2
10 Maiores devedores	79.946.320	11,4	70.014.552	10,2	66.667.446	10,6
20 Maiores devedores	110.496.254	15,8	99.797.944	14,5	92.869.041	14,7
50 Maiores devedores	151.941.814	21,7	139.116.007	20,2	126.721.222	20,1
100 Maiores devedores	180.352.335	25,7	166.767.185	24,2	150.537.954	23,8

k) Créditos Renegociados

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Créditos Renegociados no Período ⁽¹⁾	10.875.033	9.574.762
Renegociados por atraso ⁽²⁾	1.947.487	923.159
Renovados ⁽³⁾	8.927.546	8.651.603
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso		
Saldo Inicial	10.088.673	8.192.010
Contratações ⁽²⁾	1.947.487	923.159
(Recebimento) e apropriação de juros	(134.765)	(186.965)
Baixas para prejuízo	(595.014)	(373.143)
Saldo Final ⁽⁴⁾	11.306.381	8.555.061
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	6.302.234	5.362.069
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso	55,7%	62,7%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	1.602.151	1.698.297
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	14,2%	19,9%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 151.341 mil (R\$ 189.342 mil em 31.03.2014) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 5.276.075 mil (R\$ 5.360.675 mil em 31.03.2014) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Créditos contratados a liberar	154.109.971	147.956.001	148.600.392
Garantias prestadas ⁽¹⁾	12.990.344	12.981.696	14.942.564
Créditos de exportação confirmados	2.797.373	2.449.198	2.044.958
Créditos abertos para importação contratados	958.074	874.343	582.485
Recursos vinculados	1.426.589	1.264.972	1.124.687
Valores garantidos por depósitos vinculados	1.410.020	145.084	857.951

(1) O Banco mantém provisão registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.e) no montante de R\$ 301.401 mil (R\$ 193.877 mil em 31.12.2014 e R\$ 143.047 mil em 31.03.2014), apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

m) Operações de crédito por linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

	TADE ⁽¹⁾	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Empréstimos e títulos descontados		3.104.243	3.369.930	3.359.699
Proger Urbano Investimento	18/2005	3.104.221	3.369.908	3.359.648
Proger Urbano Capital de Giro	15/2005	7	9	19
Proger Urbano Empreendedor Popular	01/2006	15	13	32
Financiamentos		631.802	690.573	693.305
Proger Exportação	27/2005	9.256	12.052	3.938
FAT Giro Setorial Micro e Peq. Empresas	08/2006	--	--	107
FAT Taxista	02/2009	257.109	258.634	203.922
FAT Turismo - Investimento	01/2012	159.817	163.091	109.554
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	205.620	256.796	375.784
Financiamentos rurais e agroindustriais		247.644	291.653	603.538
Proger Rural Custeio	02/2006	1.717	1.835	2.479
Proger Rural Investimento	13/2005	22.200	23.807	43.285
Pronaf Custeio	04/2005	3.488	3.626	4.996
Pronaf Investimento	05/2005	212.403	254.633	532.589
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	7.836	7.747	20.185
Giro Rural - Fornecedores	14/2006	--	5	4
Total		3.983.689	4.352.156	4.656.542

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

11 - OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos específicos

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional	1.590.988	1.549.300	1.431.997
Outros	787	787	530
Total	1.591.775	1.550.087	1.432.527

b) Diversos

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 25.e)	35.122.038	29.500.564	27.581.445
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 28.c)	25.129.772	23.256.148	19.634.635
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a)	19.211.378	20.257.650	17.028.476
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 28.d)	15.637.858	15.418.982	14.794.403
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola - Lei n.º 8.427/1992	12.715.116	10.914.595	7.535.805
Imposto de renda e contribuição social a compensar	12.229.241	10.435.285	8.851.878
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 27.f)	8.599.030	8.274.132	8.102.281
Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 10.a) ⁽¹⁾	8.427.547	8.212.988	9.614.328
Ativos atuariais (Nota 27.e)	6.499.810	6.233.307	16.120.522
Devedores diversos - país	3.665.459	2.054.404	1.913.367
Título e créditos a receber - empresas não financeiras	3.619.278	3.940.801	3.705.708
Aquisição de recebíveis	3.529.818	3.991.029	4.409.301
Títulos e créditos a receber - outros	2.706.715	2.581.984	2.236.824
Adiantamento a empresas processadoras de transações com cartões	2.486.765	1.758.968	1.790.326
Título e créditos a receber - Tesouro Nacional	2.175.362	2.265.746	1.676.258
Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal ⁽²⁾	1.360.737	1.985.128	--
Prêmios sobre créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	1.112.160	1.143.583	1.644.340
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	1.085.005	1.226.441	1.146.813
Adiantamentos e antecipações salariais	270.554	305.609	255.694
Devedores diversos - exterior	249.454	245.015	244.592
Devedores por depósitos em garantia - outros	187.972	178.967	214.975
Devedores por compra de valores e bens	50.390	51.896	54.912
Outros	651.985	552.356	672.223
Total	166.723.444	154.785.578	149.229.106
Ativo circulante	109.357.498	99.851.614	102.151.907
Ativo não circulante	57.365.946	54.933.964	47.077.199

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(2) Recebíveis oriundos da nova parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, pela utilização da rede Banco Postal (Nota 16.a).

12 - CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Outros Créditos			
Câmbio comprado a liquidar	19.758.608	16.424.851	12.961.926
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	39.601	32.788	27.933
Direitos sobre vendas de câmbio	9.480.611	15.318.188	15.543.212
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(8.287.704)	(13.568.454)	(10.587.645)
Valores em moedas estrangeiras a receber	6.997	5.655	5.547
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	197.676	154.871	141.713
Total	21.195.789	18.367.899	18.092.686
Ativo circulante	21.189.348	18.362.653	18.091.883
Ativo não circulante	6.441	5.246	803
Outras Obrigações			
Câmbio vendido a liquidar	13.933.164	19.294.332	16.950.175
(Importação Financiada)	(20.964)	(10.177)	(11.295)
Obrigações por compras de câmbio	16.308.503	14.841.470	13.621.151
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(12.509.633)	(12.481.583)	(11.039.199)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	69.898	58.891	52.954
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	5.013	3.993	3.498
Total	17.785.981	21.706.926	19.577.284
Passivo circulante	14.951.169	17.991.924	13.257.743
Passivo não circulante	2.834.812	3.715.002	6.319.541
Carteira de Câmbio Líquida	3.409.808	(3.339.027)	(1.484.598)
Contas de Compensação			
Créditos abertos para importação	1.115.929	1.162.424	779.675
Créditos de exportação confirmados	2.797.373	2.449.198	2.044.958

b) Resultado de Operações de Câmbio

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Rendas de câmbio	5.605.589	2.930.234
Despesas de câmbio	(5.181.593)	(2.504.654)
Resultado de operações de câmbio	423.996	425.580

13 - OUTROS VALORES E BENS

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Bens não de Uso Próprio	557.034	528.207	555.014
Imóveis	192.907	194.825	137.107
Bens em regime especial	155.437	152.890	160.217
Veículos e afins	149.973	146.687	234.573
Imóveis habitacionais	9.600	7.907	5.558
Máquinas e equipamentos	4.590	4.270	5.043
Outros	44.527	21.628	12.516
Material em Estoque	105.793	90.066	102.219
Subtotal	662.827	618.273	657.233
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(147.038)	(147.365)	(160.920)
Despesas Antecipadas	3.235.057	3.607.507	3.366.189
Despesas de seguros, resseguros, previdência e capitalização diferidas ⁽²⁾	2.610.128	2.983.184	2.475.636
Comissões pagas a lojistas - financiamento de veículos	265.795	296.602	318.945
Despesas de pessoal - programa de alimentação	133.505	147.658	105.576
Dependências Externas	73.018	52.390	36.567
Despesas tributárias	34.917	31	28.941
Promoções e relações públicas	32.259	1.598	23.188
Prêmios por créditos adquiridos ⁽³⁾	11.332	27.296	199.081
Aluguéis	5.878	5.901	5.970
Despesas com programa de relacionamento - milhas	--	--	45.848
Outros	68.225	92.847	126.437
Total	3.750.846	4.078.415	3.862.502
Ativo circulante	2.992.023	2.689.805	2.656.090
Ativo não circulante	758.823	1.388.610	1.206.412

(1) O Banco reconheceu, no 1º Trimestre/2015, reversão de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 198 mil (provisão no valor de R\$ 3.448 mil no 1º Trimestre/2014).

(2) Referem-se principalmente a comissões pagas aos corretores e representantes pela comercialização de produtos.

(3) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

14- INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas

	Saldo contábil	Movimentações - 1º Trimestre/2015		Saldo contábil		Resultado de equivalência
	31.12.2014	Outros eventos	Resultado de equivalência	31.03.2015	31.03.2014	1º Trimestre/2014
No país	1.181.056	(42.972)	300	1.138.384	1.325.787	(38.142)
Cadam S.A.	25.201	--	(5.860)	19.341	26.925	996
Cia. Hidromineral Piratuba	2.525	--	99	2.624	2.495	10
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA ⁽¹⁾	228	--	--	228	228	--
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	8.221	--	(1.650)	6.571	8.377	(370)
Outras Participações ⁽²⁾	8.633	7.794	7.711	24.138	25.945	(38.778)
Ágio/Deságio na aquisição de investimentos	1.136.248	(50.766)	--	1.085.482	1.261.817	--
No Exterior	586.492	(1.625.068)	1.707.503	668.927	211.351	(480.078)
Ágio na aquisição de investimentos no exterior	586.492	82.435	--	668.927	211.351	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências	--	(1.092.302)	1.092.302	--	--	(154.968)
Ganhos/(perdas) cambiais nas subsidiárias e controladas	--	(602.045)	602.045	--	--	(323.322)
Aumento/diminuição do PL decorrente de outras movimentações	--	(13.156)	13.156	--	--	(1.788)
Total das Participações em Coligadas e Controladas	1.767.548	(1.668.040)	1.707.803	1.807.311	1.537.138	(518.220)
Imparidade acumulada	(9.018)	--	--	(9.018)	(6.998)	--

(1) Empresa em processo de liquidação extrajudicial, não avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

(2) Referem-se às participações das empresas coligadas não financeiras.

Saldos em 31.03.2015	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/ (Prejuízo) líquido 1º Trimestre/2015	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %
				Ordinárias	Preferenciais	
No país						
Cadam S.A.	183.904	89.374	(12.456)	--	4.762	21,64%
Cia. Hidromineral Piratuba	4.098	16.996	643	633	--	15,44%
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA	780	474	--	260	520	48,13%
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	75.819	59.149	(968)	5.076	1.736	11,11%

b) Outros Investimentos

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Investimentos por incentivos fiscais	95.179	94.585	88.274
Títulos patrimoniais	146	146	146
Ações e cotas	79.953	76.366	65.446
Outros Investimentos ⁽¹⁾	1.621.602	1.511.165	1.754.179
Outras participações no exterior	76.469	63.313	53.939
Total	1.873.349	1.745.575	1.961.984
(Imparidade acumulada)	(86.730)	(84.474)	(109.926)

(1) Inclui o montante de R\$ 1.164.893 mil (R\$ 1.067.909 mil em 31.12.2014 e 1.050.744 mil em 31.03.2014), relativo aos investimentos da holding Neoenergia S.A.

c) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos ágios	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Saldo Inicial	1.724.301	1.579.416
Amortizações ⁽¹⁾	(68.131)	(53.192)
Variação cambial ⁽²⁾	99.800	(51.495)
Saldo Final	1.755.970	1.474.729

(1) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(2) Incidente sobre os ágios do BB Americas, Banco Patagonia e da Merchant e-Solutions, Inc.

d) Expectativa de Amortização dos Ágios

	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Banco do Brasil	74.190	101.167	100.616	40.684	41.488	38.557	396.702
Banco Votorantim	43.483	60.466	61.133	--	--	--	165.082
Banco Patagonia	28.327	35.823	32.616	33.246	33.909	28.739	192.660
Banco do Brasil Americas	2.380	4.878	6.867	7.438	7.579	9.818	38.960
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(29.676)	(40.467)	(40.246)	(16.274)	(16.595)	(15.423)	(158.681)
Total líquido	44.514	60.700	60.370	24.410	24.893	23.134	238.021
BB-BI	70.393	107.670	123.517	141.696	162.550	--	605.826
Cielo	70.393	107.670	123.517	141.696	162.550	--	605.826
Cielo S.A.	37.933	52.768	50.990	44.525	18.126	246.765	451.107
Merchant e-Solutions, Inc.	37.035	51.387	49.390	42.927	16.428	240.141	437.308
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	545	854	1.031	984	1.042	3.734	8.190
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.	166	256	283	311	336	1.638	2.990
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon)	187	271	286	303	320	1.252	2.619
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	10.068	18.781	22.254	24.050	25.314	--	100.467
Vida Seguradora	10.068	18.781	22.254	24.050	25.314	--	100.467
Elo Participações	14.579	22.876	23.591	24.330	--	--	85.376
Alelo	14.579	22.876	23.591	24.330	--	--	85.376
BB Seguros	14.654	11.225	10.743	11.040	10.028	5.256	62.946
Brasilcap	10.904	9.154	8.593	8.780	7.659	--	45.090
IRB-Brasil Resseguros S.A.	3.750	2.071	2.150	2.260	2.369	5.256	17.856
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	12.768	19.429	21.349	--	--	--	53.546
Brasilveículos	12.768	19.429	21.349	--	--	--	53.546
BB Consolidado	234.585	333.916	353.060	286.325	257.506	290.578	1.755.970
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(88.434)	(126.062)	(133.488)	(108.294)	(99.794)	(101.110)	(657.182)
Total líquido	146.151	207.854	219.572	178.031	157.712	189.468	1.098.788

(1) 25% de IRPJ e 15% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

e) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Votorantim	3,60%	12,22%
BB Americas	2,00%	9,44%
Vida Seguradora	3,00%	11,22%
Alelo	3,60%	12,21%
Brasilcap	3,60%	12,38%
IRB-Brasil Resseguros	3,60%	10,58%
Brasileículos	3,00%	11,22%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos dez anos de projeção, com exceção do BB Americas, que utilizou uma média geométrica dos sete anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável dos ágios na aquisição da Cielo e do Banco Patagonia foi apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão das companhias na BM&FBovespa e na Merval (Mercado de Valores de Buenos Aires), respectivamente.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação ⁽¹⁾
Banco Patagonia	R\$ 5,04 ⁽²⁾
Cielo (CIEL3)	R\$ 40,00

(1) Preço de fechamento das ações em 30.09.2014.

(2) Valor equivalente a ARS 17,45, conforme cotação ARS/BRL em 30.09.2014.

No 1º trimestre/2015 e no 1º trimestre/2014, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição de investimentos.

15 - IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2014	1º Trimestre/2015			31.03.2015			31.03.2014	
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Reversão de perdas por imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Edificações	3.760.643	107.438	(85.786)	--	6.282.080	(2.491.094)	(8.691)	3.782.295	3.340.447
Móveis e equipamentos de uso	1.605.425	35.886	(67.638)	23	3.884.960	(2.310.163)	(1.101)	1.573.696	1.412.207
Sistemas de processamento de dados	1.317.072	116.490	(110.982)	--	4.197.681	(2.875.101)	--	1.322.580	1.059.098
Instalações	235.561	2.613	(9.921)	--	1.008.633	(780.380)	--	228.253	240.336
Terrenos	200.143	3.025	--	--	203.168	--	--	203.168	777.203
Sistemas de segurança	169.182	3.459	(6.631)	--	389.663	(223.653)	--	166.010	168.517
Imobilizações em curso	153.572	(41.794)	--	--	111.778	--	--	111.778	185.784
Sistemas de comunicação	100.705	4.785	(4.404)	--	281.652	(180.566)	--	101.086	93.347
Sistemas de transporte	12.663	1.564	(739)	--	40.815	(27.327)	--	13.488	11.121
Móveis e equipamentos em estoque	1.771	(8)	--	--	1.763	--	--	1.763	1.786
Total	7.556.737	233.458	(286.101)	23	16.402.193	(8.888.284)	(9.792)	7.504.117	7.289.846

16 - INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2014	1º Trimestre/2015				31.03.2015			31.03.2014	
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	Reversão de perdas por imparidade	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	6.510.812	12.809	(697)	(475.338)	--	9.626.360	(3.529.034)	(49.740)	6.047.586	6.505.018
Ágio na aquisição de sociedades incorporadas ⁽²⁾	2.762.491	--	--	(202.833)	--	5.015.276	(2.455.618)	--	2.559.658	3.247.416
Softwares	1.710.801	210.349	--	(47.639)	2.294	2.963.606	(1.087.717)	(84)	1.875.805	1.491.486
Outros ativos intangíveis ⁽³⁾	265.128	671	(627)	(19.592)	--	282.185	(25.393)	(11.212)	245.580	2.227.262
Total	11.249.232	223.829	(1.324)	(745.402)	2.294	17.887.427	(7.097.762)	(61.036)	10.728.629	13.471.182

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se principalmente ao ágio pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

(3) Em 31.03.2014 incluía o valor de R\$ 1.949.602 mil referente ao custo do direito de utilização da rede do Banco Postal, que foi convertido em recebíveis no âmbito da nova parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em 30.06.2014.

b) Estimativa de Amortização

	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Valores a amortizar	2.197.242	2.974.532	2.546.615	1.309.812	656.370	1.044.058	10.728.629

c) Teste de Imparidade

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). O fluxo de caixa tem por base o resultado de 2014 da unidade geradora de caixa, o orçamento de 2015 e projeções internas de resultado a partir de 2016, por cinco anos.

As premissas adotadas para o cálculo são baseadas na Estratégia Corporativa do BB e em cenário macroeconômico. Elas consideram o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Os fluxos foram descontados pelo Custo de Capital Próprio do Banco do Brasil. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

O teste de imparidade do ágio da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. segue a mesma metodologia dos demais ágios por aquisição de investimentos, constantes na nota 14.e.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a.	Taxa de Desconto a.a.
Banco do Brasil - Estado de São Paulo - Ágio Banco Nossa Caixa ⁽¹⁾	9,5%	12,3%
Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. ^{(1) (2)}	3,0%	13,9%

(1) Média geométrica dos cinco anos de projeção.

(2) Crescimento nominal na perpetuidade.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

No 1º trimestre de 2015 e no 1º trimestre de 2014, não houve perda por imparidade sobre os ágios de sociedades incorporadas.

17 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO
a) Depósitos

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Depósitos à Vista	73.712.090	74.210.189	72.053.536
Pessoas físicas	31.542.078	33.942.740	30.921.626
Pessoas jurídicas	23.649.780	28.437.427	24.220.570
Vinculados	13.346.667	5.970.418	11.195.653
Governos	1.705.357	2.226.009	2.242.352
Empresas ligadas	1.203.500	982.662	678.448
Moedas estrangeiras	899.790	706.951	1.372.490
Instituições do sistema financeiro	653.775	832.896	450.591
Especiais do Tesouro Nacional	413.834	403.878	512.721
Domiciliados no exterior	68.127	202.201	308.424
Outros	229.182	505.007	150.661
Depósitos de Poupança	144.089.086	148.698.890	144.111.158
Pessoas físicas	134.945.842	140.036.529	135.080.689
Pessoas jurídicas	8.840.276	8.407.859	8.685.312
Empresas ligadas	289.235	240.767	330.742
Instituições do sistema financeiro	13.733	13.735	14.415
Depósitos Interfinanceiros	37.554.005	30.968.746	27.446.934
Depósitos a Prazo	212.650.814	214.483.944	238.625.203
Judiciais	118.590.770	115.010.129	104.339.747
Moeda Nacional	63.464.360	70.136.390	106.490.975
Moedas estrangeiras	25.267.197	23.736.951	22.049.647
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	4.148.296	4.478.914	4.791.808
Funproger (Nota 17.f)	242.016	233.939	207.656
Outros	938.175	887.621	745.370
Total	468.005.995	468.361.769	482.236.831
Passivo circulante	404.794.428	401.177.785	390.176.976
Passivo não circulante	63.211.567	67.183.984	92.059.855

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	124.703.352	19.519.436	12.455.437	23.685.342	32.280.754	6.493	212.650.814	214.483.944	238.625.203
Depósitos de poupança	144.089.086	--	--	--	--	--	144.089.086	148.698.890	144.111.158
Depósitos à vista	73.712.090	--	--	--	--	--	73.712.090	74.210.189	72.053.536
Depósitos interfinanceiros	1.855.119	13.409.389	15.050.519	5.524.149	1.242.078	472.751	37.554.005	30.968.746	27.446.934
Total	344.359.647	32.928.825	27.505.956	29.209.491	33.522.832	479.244	468.005.995	468.361.769	482.236.831

(1) Inclui o valor de R\$ 62.242.941 mil (R\$ 70.102.638 mil em 31.12.2014 e R\$ 103.451.352 mil em 31.03.2014), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Carteira Própria	54.503.543	64.365.574	52.245.336
Títulos privados	45.564.851	56.847.255	37.149.439
Letras Financeiras do Tesouro	5.203.538	4.053.439	8.376.523
Notas do Tesouro Nacional	1.403.001	1.405.033	1.210.143
Títulos no exterior	1.369.141	285.865	2.872.466
Letras do Tesouro Nacional	931.301	1.736.675	2.625.541
Outros	31.711	37.307	11.224
Carteira de Terceiros	284.059.645	241.674.469	229.981.495
Letras do Tesouro Nacional	198.771.643	121.222.071	111.449.575
Notas do Tesouro Nacional	49.229.163	86.303.943	55.142.148
Letras Financeiras do Tesouro	36.058.615	32.999.180	61.901.652
Títulos no exterior	224	1.149.275	1.488.120
Carteira de Livre Movimentação	343.541	5.532	326.487
Total	338.906.729	306.045.575	282.553.318
Passivo circulante	323.545.788	292.361.623	269.617.806
Passivo não circulante	15.360.941	13.683.952	12.935.512

d) Despesa com Operações de Captação no Mercado

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Despesas de Captações com Depósitos	(7.884.404)	(7.726.624)
Depósitos judiciais	(2.681.217)	(2.245.907)
Depósitos de poupança	(2.562.751)	(2.376.938)
Depósitos a prazo	(2.428.367)	(2.890.132)
Depósitos interfinanceiros	(212.069)	(213.647)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(9.464.472)	(6.598.505)
Carteira de terceiros	(7.888.909)	(5.209.103)
Carteira própria	(1.571.321)	(1.381.665)
Carteira de livre movimentação	(4.242)	(7.737)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	(5.349.490)	(2.878.584)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(2.798.656)	(1.797.271)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(1.112.153)	(295.575)
Letras financeiras	(1.053.504)	(705.673)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(385.177)	(80.065)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior ⁽²⁾	(137.066)	(111.120)
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital de Dívida ⁽³⁾	(516.207)	(344.468)
Outras	(204.891)	(196.947)
Total	(23.556.530)	(17.856.248)

(1) As captações de recursos de aceites e emissão de títulos estão evidenciadas na Nota 19.

(2) As emissões de Dívidas Subordinadas no Exterior estão evidenciadas na Nota 20.c.

(3) As emissões de Instrumentos Híbridos de Capital de Dívida estão evidenciadas na Nota 20.d.

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos			31.03.2015			31.12.2014			31.03.2014		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Data final	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf					67.069	240.864	307.933	120.175	289.782	409.957	158.551	599.906	758.457
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	--	285	2.208	2.493	481	2.362	2.843	359	2.965	3.324
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	--	65.219	222.555	287.774	110.778	270.733	381.511	152.784	553.933	706.717
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	SD	01/2008	01/2015	--	--	--	4.476	--	4.476	475	10.937	11.412
Giro Rural Fornecedores	14/2006	RA	08/2006	--	--	--	--	--	--	--	136	7	143
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	230	990	1.220	258	1.152	1.410	213	1.710	1.923
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	--	1.335	15.111	16.446	4.182	15.535	19.717	4.584	30.354	34.938
Proger Urbano					154.280	2.939.494	3.093.774	52.129	3.190.908	3.243.037	31.243	3.179.501	3.210.744
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	--	154.276	2.939.490	3.093.766	52.126	3.190.902	3.243.028	31.242	3.179.488	3.210.730
Urbano Capital de Giro	15/2005	RA	11/2005	--	4	4	8	3	6	9	1	13	14
Outros					122.841	623.748	746.589	142.537	683.383	825.920	132.937	689.670	822.607
Exportação	27/2005	RA	11/2005	--	2.719	9.068	11.787	408	11.947	12.355	1.383	3.897	5.280
FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas	11/2006	RA	08/2006	--	--	--	--	--	--	--	452	--	452
FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas	12/2006	RA	07/2006	--	--	--	--	--	--	--	1.776	5	1.781
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	--	49.308	256.094	305.402	65.397	257.715	323.112	38.207	203.235	241.442
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	--	4.467	158.836	163.303	9.228	162.119	171.347	69.434	109.301	178.735
FAT Turismo Capital de Giro	02/2012	RA	08/2012	--	66.347	199.750	266.097	67.504	251.602	319.106	21.685	373.232	394.917
Total					344.190	3.804.106	4.148.296	314.841	4.164.073	4.478.914	322.731	4.469.077	4.791.808

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD - Saldo Disponível.

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat. O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além de linhas especiais tais como FAT Integrar – Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar – Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Inclusão Digital, FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) *pro rata die*. À medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 31.03.2015 é de R\$ 242.016 mil (R\$ 233.939 mil em 31.12.2014 e R\$ 207.656 mil em 31.03.2014).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
No país	1.019	946	1.870.492	--	1.872.457	1.753.887	293.445
Tomados pelas empresas não financeiras	--	--	1.870.492	--	1.870.492	1.751.978	289.535
Demais linhas de crédito	1.019	946	--	--	1.965	1.909	3.910
No Exterior	7.456.447	13.322.770	4.098.967	2.406.292	27.284.476	22.242.550	18.668.519
Tomados junto a banqueiros no exterior	7.095.117	13.112.001	4.098.967	2.406.292	26.712.377	21.799.328	17.866.182
Vinculados a empréstimos do setor público ⁽¹⁾	198.962	--	--	--	198.962	162.009	421.025
Importação	106.269	157.366	--	--	263.635	126.820	271.356
Exportação	56.099	53.403	--	--	109.502	154.393	109.956
Total	7.457.466	13.323.716	5.969.459	2.406.292	29.156.933	23.996.437	18.961.964
Passivo circulante	--	--	--	--	20.781.182	17.398.060	15.347.323
Passivo não circulante	--	--	--	--	8.375.751	6.598.377	3.614.641

(1) Vencimento em abril de 2015, à taxa de 6,92% a.a.

b) Obrigações por Repasses

Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Tesouro Nacional - Crédito Rural		344.720	339.898	460.783
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 4,00% a.a. (se aplicado)	173.166	158.098	268.923
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. TJLP + 0,60% a.a. ou 6,35% a.a.	88.555	87.435	86.583
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. IGP-DI + 1,00% a.a. IGP-DI + 2,00% a.a.	33.613	37.723	49.418
Outros		49.386	56.642	55.859
BNDES		43.247.174	44.281.798	43.813.237
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 7,30% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 5,40% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,40% a.a. a 2,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 6,89% a.a.	42.263.854	43.250.644	42.624.995
Banco Votorantim	Pré 0,70% a.a. a 7,00% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 4,50% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,91% a.a. Selic + 1,30% a.a. a 2,50% a.a. Var. Camb. + 1,30% a.a. a 3,00% a.a.	983.320	1.031.154	1.188.242
Caixa Econômica Federal	Pré 5,04% a.a. (média)	14.232.878	12.359.686	6.026.218
Finame		34.072.842	33.204.750	30.362.883
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 8,50% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	33.175.439	32.398.036	29.424.910
Banco Votorantim	Pré 0,30% a.a. a 8,30% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a.	897.403	806.714	937.973
Outras Instituições Oficiais		717.169	863.889	10.668.598
Suprimento Especial - Poupança Rural (Nota 9.b)	TR	--	--	9.045.555
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. a 7,50% a.a. (se aplicado)	717.141	863.861	880.314
Recursos Estaduais a Distribuir - ICMS	--	--	--	733.027
Outros		28	28	9.702
Total		92.614.783	91.050.021	91.331.719
Passivo circulante		35.913.633	34.415.072	34.796.562
Passivo não circulante		56.701.150	56.634.949	56.535.157

Do Exterior

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	--	--	19.058
Fundo Especial de Apoio às pequenas e médias empresas industriais	477	477	477
Total	477	477	19.535
Passivo circulante	95	95	96
Passivo não circulante	382	382	19.439

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(5.767.521)	(60.044)
Despesas de Obrigações por Repasses	(5.343.704)	(884.213)
Do exterior	(4.117.589)	--
BNDES	(796.281)	(655.122)
Finame	(172.385)	(148.199)
Caixa Econômica Federal	(205.350)	(22.988)
Tesouro Nacional	(21.616)	(21.741)
Outras	(30.483)	(36.163)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(2.886.626)	(62)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(1.078.354)	--
Total	(15.076.205)	(944.319)

19 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Ano Vencimento	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Banco do Brasil						168.892.779	146.294.452	128.353.284
Programa "Global Medium - Term Notes"						9.674.240	11.376.533	10.671.922
	R\$	350.000	9,75%	2007	2017	335.677	345.183	334.000
	USD	100.000	Libor 6m + 2,55%	2009	2014	--	--	227.662
	USD	950.000	4,50%	2010	2015	--	2.572.930	2.167.445
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	1.614.179	1.358.763	1.140.074
	EUR	750.000	4,50%	2011	2016	3.538.943	3.284.535	2.351.941
	JPY	24.700.000	1,80%	2012	2015	660.505	551.404	542.216
	EUR	1.000.000	3,75%	2013/2014	2018	2.602.480	2.519.088	3.203.001
	CHF	275.000	2,50%	2013	2019	922.456	744.630	705.583
"Senior Notes"						7.832.226	6.452.265	5.522.678
	USD	500.000	3,88%	2011	2017	1.611.006	1.346.214	1.134.632
	USD	1.925.000	3,88%	2012	2022	6.221.220	5.106.051	4.388.046
Notas Estruturadas	USD	51.262	0,90% a 3,55%		2021	165.987	143.540	223.214
Certificados de Depósitos ⁽¹⁾						11.260.593	9.291.680	13.780.998
Curto Prazo			0,06% a 4,54%			10.467.690	8.797.314	10.612.308
Longo Prazo			1,61% a 4,54%		2017	792.903	494.366	3.168.690
Certificados de Operações Estruturadas						8.135	2.384	2.412
Curto Prazo					2015	4.011	2.384	2.412
Longo Prazo					2018	4.124	--	--
Letras de Crédito Imobiliário						19.066.736	14.155.946	8.057.407
Letras de Crédito do Agronegócio						118.263.145	102.325.298	87.749.921
Curto Prazo ⁽²⁾						19.709.195	21.576.941	15.462.188
Longo Prazo ⁽³⁾					2020	98.553.950	80.748.357	72.287.733
Letras Financeiras						2.621.717	2.546.806	2.344.732
Curto Prazo ⁽²⁾			104,00% a 105,00%			2.580.022	2.506.321	--
Longo Prazo			106,50% DI		2017	41.695	40.485	2.344.732
Banco Patagonia ⁽⁴⁾						396.648	395.309	518.578
Curto Prazo	ARS					396.648	308.060	332.799
Longo Prazo	ARS				2016	--	87.249	185.779
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ⁽⁵⁾						1.925.803	968.025	366.532
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior								
	USD	150.000	5,25%	2008	2018	250.725	223.591	--
	USD	200.000	Libor 3m+1,20%	2008	2015	63.939	79.402	231.270
Notas Estruturadas								
	USD	250.000	Libor 6m+2,50%	2015	2034	802.328	--	--
	USD	250.000	Libor 6m+2,50%	2014	2034	808.811	665.032	135.262
Banco Votorantim						12.204.747	11.456.946	11.728.286
Programa "Global Medium - Term Notes"						3.590.648	3.290.931	2.960.497
Curto Prazo ⁽²⁾						2.604.377	658.980	424.836
Longo Prazo ⁽⁶⁾					2020	986.271	2.631.951	2.535.661
Credit Linked Notes						19.819	16.672	49.806
Curto Prazo ⁽²⁾						--	--	22.280
Longo Prazo ⁽⁶⁾					2016	19.819	16.672	27.526
Debêntures						99	59	772.978
Pós-fixado	R\$		100,00% DI	2011	2016	99	59	772.978

Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Ano Vencimento	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Certificados de Operações Estruturadas	R\$		11,25% a.a.	2014	2015	16.090	16.140	--
Letras de Crédito Imobiliário			90,00% a 100,00% DI	2014	2019	216.786	200.433	84.785
Letras de Crédito do Agronegócio						1.427.023	1.426.963	1.283.782
Pós-fixado	R\$		85,00% a 98,50% DI	2007	2022	1.420.239	1.425.087	1.281.430
Pós-fixado			3,65% a 4,62% + IPCA	2014	2017	335	94	--
Pré-fixado	R\$		11,76% a 13,52%	2014	2021	6.449	1.782	2.352
Letras Financeiras						6.934.282	6.505.748	6.576.438
Pré-fixado	R\$		8,95% a 14,48%	2011	2024	399.136	397.352	363.459
Pós-fixado	R\$		3,67% a 5,90% + IGPM	2013	2016	6.631	6.417	204.847
Pós-fixado	R\$		104,50% a 112,02% DI	2011	2019	6.323.947	5.880.620	5.960.167
Pós-fixado	R\$		3,14% a 7,42% + IPCA	2012	2021	184.616	202.004	46.794
Pós-fixado	R\$		109,30% da Selic	2012	2015	19.952	19.355	1.171
Empresas não Financeiras						1.397	1.547	12.012
Cibrasec								
Certificados de Recebíveis Imobiliários ⁽⁷⁾	R\$		10,30%			1.397	1.547	2.166
Kepler Weber S.A.								
Debêntures	R\$		TJLP + 3,80%	2007	2020	--	--	9.846
Valor Eliminado na Consolidação ⁽⁸⁾						(92.791)	(81.742)	(85.430)
Total						183.328.583	159.034.537	140.893.262
Passivo circulante						59.129.505	51.246.818	29.256.448
Passivo não circulante						124.199.078	107.787.719	111.636.814

(1) Títulos emitidos no exterior em USD, EUR, GBP, RMB, AUD, CHF e SGD

(2) Títulos emitidos em moeda estrangeira e nacional com prazo até 360 dias.

(3) Operações com vencimento compreendido entre 361 e 1.983 dias.

(4) Títulos emitidos com taxas de 21,00% a.a. a 24,75% a.a. e Badlar+297 ptos. a Badlar+450 ptos.

(5) As Entidades de Propósito Específico (EPE) "Dollar Diversified Payment Rights Finance Company" e "Loans Finance Company Limited" foram constituídas sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos: (a) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa") e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos. As EPE declaram não ter nenhum ativo ou passivo relevante que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados das EPE. As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pelas EPE com os recursos acumulados em suas contas.

(6) Operações com vencimento superior a 360 dias, sendo os certificados emitidos em moeda estrangeira e nacional.

(7) Taxa Referencial - TR, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e IPCA e prazo médio de vencimento de 134 meses.

(8) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado BB, em poder de dependências/controladas no exterior.

20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Obrigações legais (Nota 28.d)	13.351.725	13.142.356	12.662.556
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	1.150.489	2.261.519	668.411
Provisão para demandas fiscais (Nota 28.a)	2.057.693	1.997.160	2.084.265
Impostos e contribuições a recolher	1.432.246	1.836.002	1.303.954
Passivo fiscal diferido (Nota 25.d)	2.279.156	1.627.873	6.330.165
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	4.245.933	1.596.292	808.238
Outras	302.579	322.589	304.452
Total	24.819.821	22.783.791	24.162.041
Passivo circulante	22.183.419	20.370.981	17.472.698
Passivo não circulante	2.636.402	2.412.810	6.689.343

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Marinha Mercante	7.161.957	5.813.891	4.278.185
Pasep ⁽¹⁾	2.344.627	2.259.845	2.112.143
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	1.540.917	1.534.405	--
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	713.193	725.304	710.768
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	257.115	254.640	--
Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procerá	--	--	21.994
Consolidação da Agricultura Familiar – CAF	--	--	15.524
Combate à Pobreza Rural – Nossa Primeira Terra – CPR/NPT	--	--	12.968
Terras e Reforma Agrária – BB Banco da Terra	266	9.494	12.392
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	49.892	51.632	--
Outros	196.812	191.187	567.037
Total	12.264.779	10.840.398	7.731.011
Passivo circulante	7.960.086	6.629.365	5.074.911
Passivo não circulante	4.304.693	4.211.033	2.656.100

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

c) Dívidas subordinadas

Captações		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Banco do Brasil								
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						21.075.691	20.467.309	19.103.867
Recursos aplicados ⁽¹⁾						20.189.622	19.898.074	18.390.724
Recursos disponíveis ⁽²⁾						877.052	563.304	701.896
Encargos a capitalizar						9.017	5.931	11.247
CDBs Subordinados Emitidos no País						1.698.140	4.110.613	5.274.953
		900.000	113,80% do CDI	2009	2014	--	--	1.509.027
		1.000.000	105,00% a 115,00% do CDI	2009	2015	1.698.140	4.110.613	3.765.926
Dívidas Subordinadas no Exterior						9.361.309	7.861.671	7.277.633
	USD	300.000	8,50%	2004	2014	--	--	680.487
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	2.131.403	1.787.935	1.502.269
	USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	4.815.278	4.045.769	3.393.407
	USD	750.000	5,88%	2012	2023	2.414.628	2.027.967	1.701.470
Letras Financeiras Subordinadas						22.828.627	22.101.905	17.502.300
		1.000.000	108,50% do CDI	2010	2016	1.667.934	1.618.598	1.485.773
		2.055.100	111,00% do CDI	2011	2017	3.043.286	2.951.225	2.703.707
		4.844.900	111,50% do CDI 1,06% a 1,11% + CDI 5,24% a 5,56% + IPCA Pré 10,51%	2012	2018	6.467.899	6.248.995	5.752.090
		215.000	112,00% do CDI	2012	2019	284.655	275.968	252.623
		4.947.300	111,00% do CDI	2013	2019	5.872.203	5.694.568	6.128.728
		150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	201.298	194.793	178.470
		540.623	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	587.838	569.643	--
		3.868.386	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	4.249.563	4.116.860	1.000.909
		400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	453.951	431.255	--
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil						54.963.767	54.541.498	49.158.753
Banco Votorantim								
CDBs Subordinados Emitidos no País						--	--	1.102.549
		645.000	1,64 % a 1,67% + CDI	2009	2014	--	--	1.037.723
		34.750	7,86 % a 8,00% + IPCA	2009	2014	--	--	64.826
Nota Subordinada	USD	575.000	Pré 7,38% a.a. + variação cambial	2010	2020	2.049.922	1.690.932	1.410.482
Letras Financeiras Subordinadas						1.489.770	1.428.838	1.243.148
		124.950	1,28 % a 1,57% + CDI	2010	2016	129.925	125.956	129.265
		70.000	7,77 % a 7,82% + IPCA	2011	2016	116.613	110.640	100.178
		25.078	7,00 % a 7,20% + IPCA	2013	2016 ⁽³⁾	--	--	26.461
		26.723	6,84 % a 7,02% + IPCA	2014	2016	28.580	27.154	--
		752.300	1,91% + CDI 115,00% a 119,00% do CDI 7,63% a 7,81% + IPCA 6,60% a 7,57% + IGPM	2011	2017	860.520	833.281	858.843
		6.922	8,02% + IPCA	2011	2019 ⁽³⁾	11.514	10.936	9.899
		5.969	7,25% + IPCA	2013	2020 ⁽³⁾	--	--	6.290
		100.650	1,72% a 1,75% + CDI 116,00% a 118,00% do CDI 7,09% a 8,02% + IPCA	2014	2020	112.772	108.328	47.835
		160.600	2,16% + CDI 118,00% a 119,00% do CDI 7,08% a 8,13% + IPCA	2014	2021	174.589	169.993	35.188
		5.300	118,00% do CDI 7,96% + IPCA	2015	2022	5.388	--	--
		27.500	7,94% + IPCA	2013	2023	33.917	32.300	29.189
		5.000	7,84% + IPCA	2015	2023 ⁽³⁾	5.147	--	--
		9.500	8,14 % a 8,63% + IPCA	2014	2024	10.805	10.250	--
Total das Dívidas Subordinadas do Banco Votorantim						3.539.692	3.119.770	3.756.179
Valores eliminados na consolidação						(177.689)	(10.527)	(10.190)
Total das Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾⁽⁵⁾						58.325.770	57.650.741	52.904.742
Passivo circulante						1.528.623	4.110.613	5.539.654
Passivo não circulante						56.797.147	53.540.128	47.365.088

(1) Remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) Remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) Operações liquidadas antecipadamente

(4) O montante de R\$ 37.425.368 mil (R\$ 37.065.165 mil em 31.12.2014) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR). Conforme determinação do Bacen, as dívidas subordinadas emitidas pelo Banco Votorantim não compõem o PR do Banco do Brasil

(5) Inclui o montante de R\$ 5.516.370 mil, referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

d) Instrumentos híbridos de capital e dívida

Captações		Valor emitido	Remuneração o a.a.	Data Captação	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Bônus Perpétuos							
	USD	1.500.000	8,50%	10/2009	4.979.817	4.037.923	3.510.007
	USD	1.750.000	9,25%	01 e 03/2012	5.966.393	4.835.886	4.220.317
	USD	2.000.000	6,25%	01/2013	6.569.507	5.355.519	4.631.213
	R\$	8.100.000 ⁽¹⁾	5,50%	09/2012	110.293	149.587	8.207.644
	USD	2.500.000	9,00%	06/2014	8.147.019	6.627.916	--
Total Banco do Brasil					25.773.029	21.006.831	20.569.181
Valores eliminados na consolidação					(19.351)	(8.321)	(685)
Total Consolidado					25.753.678	20.998.510	20.568.496
Passivo circulante					951.323	368.814	540.273
Passivo não circulante					24.802.355	20.629.696	20.028.223

(1) Os bônus emitidos em setembro de 2012, no valor de R\$ 8.100.000 mil, oriundos de Contrato de Mútuo com a União, até 27.08.2014, eram autorizados pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (Capital Complementar) e estavam sujeitos ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192/2013, portanto eram reconhecidos nesse grupamento. Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793/2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar esse instrumento elegível ao capital principal. Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido (Nota 24.c), permanecendo nesse grupamento o saldo de juros a pagar.

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 21.558.498 mil compõe o Patrimônio de Referência - PR (R\$ 18.502.534 mil em 31.12.2014), sendo o montante de R\$ 19.484.955 mil, registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 29.f).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos. A partir dessa data, a cada 10 anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil e USD 750.000 mil, respectivamente, e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil, tiveram, em 27 de setembro de 2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30 de outubro de 2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18 de junho de 2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada 10 anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;

- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount.
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

e) Diversas

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Operações com cartão de crédito/débito	17.729.946	19.548.519	15.886.586
Passivos atuariais (Nota 27.e)	7.854.507	7.769.579	8.255.075
Credores diversos no país	8.235.884	7.740.859	5.617.377
Provisões para pagamentos a efetuar	8.058.079	7.544.606	7.007.600
Provisões para demandas cíveis (Nota 28.a)	6.521.408	5.772.357	5.269.635
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 28.a)	2.621.135	2.735.089	2.983.724
Recursos vinculados a operações de crédito	1.426.589	1.264.972	1.124.687
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	1.501.427	1.120.747	1.084.879
Credores diversos no exterior	1.410.992	1.092.004	758.066
Credores por recursos a liberar	794.479	1.003.725	1.133.337
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	735.053	973.651	2.602.945
Obrigações por convênios oficiais	992.050	733.450	166.132
Obrigações por cotas de fundos de investimento	15.110	634.174	993.588
Obrigações por aquisição de bens e direitos	420.901	506.966	315.509
Obrigações por operações vinculadas a cessão	342.043	345.409	306.880
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	271.774	246.586	234.413
Provisões para garantias prestadas	301.401	193.877	143.047
Coobrigações em Cessões de Crédito	1.110	1.107	1.485
Outras	230.511	122.940	115.855
Total	59.464.399	59.350.617	54.000.820
Passivo circulante	48.441.635	49.910.566	43.670.072
Passivo não circulante	11.022.764	9.440.051	10.330.748

21 - OPERAÇÕES DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

a) Créditos das Operações

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Prêmios diretos de seguros a receber	3.445.263	3.397.512	2.131.267
Crédito de operações de seguros com resseguradoras	1.465.955	1.239.800	1.324.725
Crédito de operações de seguros com seguradoras	454.369	365.105	370.612
Crédito de operações com capitalização	24.043	7.692	13.705
Crédito de operações de previdência complementar	75	76	16
Total	5.389.705	5.010.185	3.840.325
Ativo circulante	4.491.072	4.104.489	3.822.007
Ativo não circulante	898.633	905.696	18.318

b) Provisões Técnicas

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Seguros	10.925.476	10.442.325	9.230.733
Provisão de prêmios não ganhos	5.871.762	5.933.486	4.802.974
Provisão de sinistros a liquidar	3.827.713	3.405.527	3.272.271
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	853.727	759.609	762.483
Provisão complementar de cobertura	286.441	269.306	240.282
Outras provisões	85.833	74.397	152.723
Previdência	90.273.948	83.969.011	65.852.966
Provisão matemática de benefícios a conceder	87.857.549	81.648.799	63.369.876
Provisão matemática de benefícios concedidos	1.250.027	1.207.718	1.069.229
Provisão de excedente financeiro	467.063	453.322	454.280
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	15.496	14.350	15.406
Outras provisões	683.813	644.822	944.175
Capitalização	7.782.278	7.808.676	6.536.535
Provisão matemática para capitalização	7.378.217	7.419.815	6.198.986
Provisão para sorteios e resgates	404.061	388.861	282.920
Outras provisões	--	--	54.629
Total	108.981.702	102.220.012	81.620.234
Passivo circulante	27.100.038	24.494.597	20.714.916
Passivo não circulante	81.881.664	77.725.415	60.905.318

c) Provisões Técnicas por Produto

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Seguros	10.925.476	10.442.325	9.230.733
Vida	5.449.818	5.041.816	3.947.862
Ramos elementares	2.577.223	2.663.406	2.727.604
Auto	2.404.004	2.318.491	2.070.604
Dpvat	494.431	418.612	484.663
Previdência	90.273.948	83.969.011	65.852.966
Vida gerador de benefícios livres - VGBL	66.010.519	60.362.072	43.999.248
Plano gerador de benefícios livres - PGBL	17.961.855	17.451.080	15.626.726
Planos tradicionais	6.301.574	6.155.859	6.226.992
Capitalização	7.782.278	7.808.676	6.536.535
Total	108.981.702	102.220.012	81.620.234

d) Garantia das Provisões Técnicas

	31.03.2015				31.12.2014				31.03.2014			
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL)	--	83.457.726	--	83.457.726	--	77.362.267	--	77.362.267	--	59.178.902	--	59.178.902
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	4.673.990	4.903.116	4.290.141	13.867.247	4.501.338	4.831.352	4.201.507	13.534.197	5.016.818	4.760.827	2.909.547	12.687.192
Títulos públicos	3.104.384	2.674.144	2.061.565	7.840.093	2.925.739	2.586.063	2.295.753	7.807.555	1.530.060	2.376.829	2.961.819	6.868.708
Títulos privados	1.782.801	191.469	1.665.066	3.639.336	1.406.515	200.694	1.675.544	3.282.753	1.720.943	196.650	798.859	2.716.452
Direitos creditórios	2.797.638	--	--	2.797.638	2.571.754	--	--	2.571.754	1.635.570	--	--	1.635.570
Imóveis	27.374	--	--	27.374	25.203	--	--	25.203	14.895	--	--	14.895
Depósitos retidos no IRB e depósitos judiciais	361	--	--	361	327	--	--	327	9.379	--	--	9.379
Total	12.386.548	91.226.455	8.016.772	111.629.775	11.430.876	84.980.376	8.172.804	104.584.056	9.927.665	66.513.208	6.670.225	83.111.098

e) Resultado Financeiro e Operacional

	1º Trimestre/2015				1º Trimestre/2014			
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Resultado financeiro	264.018	729.849	228.110	1.221.977	94.633	530.938	158.839	784.410
Receitas financeiras	1.287.712	2.325.365	238.037	3.851.114	262.338	1.350.314	166.052	1.778.704
Despesas financeiras	(1.023.694)	(1.595.516)	(9.927)	(2.629.137)	(167.705)	(819.376)	(7.213)	(994.294)
Atualização e juros de provisões técnicas	(19.792)	(607.417)	(125.946)	(753.155)	(5.558)	(444.201)	(99.208)	(548.967)
Resultado das operações	936.704	86.181	130.593	1.153.478	902.561	44.292	55.487	1.002.340
Prêmios retidos e contribuições (Nota 21.f)	2.327.189	6.392.454	873.846	9.593.489	2.103.103	3.833.966	866.605	6.803.674
Variação das provisões técnicas	44.352	(6.302.603)	(712.824)	(6.971.075)	12.218	(3.787.050)	(729.594)	(4.504.426)
Sinistros retidos	(1.211.063)	--	--	(1.211.063)	(982.937)	(412)	--	(983.349)
Despesas de comercialização	(223.774)	(2.393)	(4.522)	(230.689)	(229.823)	(2.078)	(50.544)	(282.445)
Despesas com sorteios e resgates de títulos de capitalização	--	--	(25.907)	(25.907)	--	--	(30.980)	(30.980)
Despesas com benefícios e resgates de planos de previdência	--	(1.277)	--	(1.277)	--	(134)	--	(134)
Total	1.180.930	208.613	232.757	1.622.300	991.636	131.029	115.118	1.237.783

f) Prêmios Retidos de Seguros, Contribuições de Planos de Previdência e Títulos de Capitalização

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Seguros	2.327.189	2.103.103
Prêmios emitidos	2.617.516	2.305.069
Prêmios de cosseguros cedidos	(41.336)	(48.311)
Prêmios restituídos	(10.359)	(4.873)
Prêmios de resseguros cedidos, consórcios e fundos	(238.632)	(148.782)
Previdência	6.392.454	3.833.966
Prêmios emitidos	5.905.638	3.381.019
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	486.816	452.947
Capitalização	873.846	866.605
Comercialização de títulos de capitalização	873.846	866.605
Total	9.593.489	6.803.674

22 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
a) Receitas de prestação de serviços

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Rendas de cartões	1.395.696	1.272.778
Administração de fundos	1.001.553	875.340
Cobrança	418.830	350.604
Arrecadações	259.667	227.476
Seguros, previdência e capitalização	251.617	290.427
Operações de crédito e garantias prestadas	193.914	232.535
Interbancária	185.787	179.271
Rendas do mercado de capitais	173.740	96.596
Serviços fiduciários	100.666	93.099
Taxas de administração de consórcios	95.238	71.347
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	85.878	72.228
Conta corrente	80.171	73.999
De coligadas/controladas não financeiras	55.428	56.821
Prestados a ligadas	19.115	23.985
Outros serviços	336.919	272.732
Total	4.654.219	4.189.238

b) Rendas de tarifas bancárias

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Pacote de serviços	809.915	773.082
Operações de crédito e cadastro	336.598	327.035
Rendas de cartões	247.236	229.495
Administração de fundos de investimento	79.624	62.247
Transferência de recursos	74.728	63.216
Contas de depósito	54.301	48.634
Serviços fiduciários	12.676	11.024
Outras	40.168	36.784
Total	1.655.246	1.551.517

c) Despesas de pessoal

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Proventos	(2.305.588)	(2.094.024)
Provisões administrativas de pessoal	(913.365)	(873.318)
Encargos sociais	(843.400)	(776.545)
Benefícios	(658.773)	(603.762)
Demandas trabalhistas	(319.254)	(200.397)
Previdência complementar	(109.075)	(96.645)
Honorários de diretores e conselheiros	(26.105)	(21.571)
Treinamento	(13.869)	(9.641)
Total	(5.189.429)	(4.675.903)

d) Outras despesas administrativas

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Amortização	(828.998)	(1.128.910)
Serviços de terceiros	(411.216)	(488.294)
Comunicações	(360.069)	(371.984)
Aluguéis	(345.842)	(308.110)
Transporte	(309.296)	(332.766)
Depreciação	(286.101)	(253.648)
Serviços de vigilância e segurança	(256.717)	(213.333)
Processamento de dados	(213.841)	(218.266)
Manutenção e conservação de bens	(200.570)	(160.159)
Serviços do sistema financeiro	(196.358)	(186.634)
Serviços técnicos especializados	(185.091)	(173.251)
Água, energia e gás	(121.273)	(95.601)
Propaganda e publicidade	(80.342)	(110.951)
Promoções e relações públicas	(46.450)	(50.687)
Viagem no país	(36.814)	(36.938)
Material	(34.711)	(32.595)
Outras	(208.277)	(175.669)
Total	(4.121.966)	(4.337.796)

e) Outras receitas operacionais

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Atualização de depósitos em garantia	555.373	427.592
Operações com cartões	514.765	313.124
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 27.f)	450.871	265.437
Recuperação de encargos e despesas	260.357	201.841
Rendas de títulos e créditos a receber	188.621	129.983
Receitas das empresas coligadas/controladas não financeiras	181.224	146.877
Reversão de provisões - demandas trabalhistas	155.441	488.642
Previ - Atualização de ativo atuarial (Nota 27.d)	138.929	445.700
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos passivos	117.059	1.038.907
Reversão de provisões - despesas administrativas e despesas de pessoal	71.326	58.622
Rendas de créditos específicos e operações especiais - Tesouro Nacional	56.101	50.386
Subvenção do Tesouro Nacional - MPO	50.937	33.946
Royalties e participações especiais	47.981	46.835
Reversão de provisões - demandas cíveis e fiscais	16.023	20.171
Dividendos recebidos	7.324	1.864
Outras	327.494	353.797
Total	3.139.826	4.023.724

f) Outras despesas operacionais

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Demandas cíveis e fiscais	(955.933)	(664.762)
Operações com cartões crédito/débito	(920.280)	(668.737)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(283.653)	--
Despesas das empresas coligadas/controladas não financeiras	(249.065)	(321.166)
Atualização das obrigações atuariais	(246.830)	(268.392)
Atualização de depósitos em garantia ⁽¹⁾	(208.699)	(59.992)
Descontos concedidos em renegociação	(162.757)	(204.565)
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos ativos	(137.786)	(733.287)
Provisão de prestação de fiança, aval e garantia	(105.236)	(33.187)
Parceiros comerciais ⁽²⁾	(77.440)	(68.548)
Falhas/fraudes e outras perdas	(55.129)	(56.617)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(45.895)	(33.510)
Autoatendimento	(42.914)	(60.643)
Bônus de relacionamento negocial	(20.789)	(55.050)
Outras despesas de provisões de coligadas/controladas não financeiras	(20.580)	(2.354)
Despesas com Proagro	(6.945)	(5.634)
Convênio INSS	(6.331)	(7.565)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(5.896)	(6.230)
Atualização de JCP/Dividendos	(4.429)	(5.414)
Previ - Ajuste atuarial	(2.534)	(2.434)
Outras	(245.159)	(138.356)
Total	(3.804.280)	(3.396.443)

(1) Refere-se à atualização da provisão para depósito judicial referente à ação judicial (IR e CSLL) conforme nota 28. d.

(2) Referem-se principalmente às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

23 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Receitas não operacionais	5.844.393	131.323
Ganhos de capital ⁽¹⁾	5.791.686	4.299
Lucro na alienação de valores e bens	7.102	15.635
Rendas de aluguéis	6.228	4.872
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.858	9.089
Lucro na alienação de investimentos / participação societária	1.356	1.147
Atualização de devedores por alienação de bens imóveis	1.255	1.666
Outras rendas não operacionais	33.908	94.615
Despesas não operacionais	(73.832)	(33.543)
Desvalorização de outros valores e bens	(2.660)	(5.641)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(5.481)	(6.151)
Perdas de capital	(39.662)	(9.283)
Outras despesas não operacionais	(26.029)	(12.468)
Total	5.770.561	97.780

(1) Inclui, no 1º Trimestre/2015, o ganho oriundo da parceria estratégica da BB Elo com a Cielo nos negócios de meios eletrônicos de pagamento no valor de R\$ 5.787.797 mil (Nota 2.c).

24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	80.700.519	77.920.212	71.464.555
Valor patrimonial por ação (R\$)	28,86	27,86	25,49
Valor de mercado por ação (R\$)	22,91	23,77	22,80
Patrimônio Líquido Consolidado ⁽¹⁾	83.598.039	80.613.194	73.517.129

(1) Conciliado com o Banco do Brasil (Nota 24.h).

O valor patrimonial por ação é calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital Social

O Capital Social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 54.000.000 mil (R\$ 54.000.000 mil em 31.12.2014 e 31.03.2014) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 110.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, sem prazo de vencimento, com remuneração prefixada, pagamentos de juros semestrais, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

A referida captação, até 27.08.2014, era autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (capital complementar) e estava sujeita ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192, de 01.03.2013 (Nota 29.f).

Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar o instrumento híbrido de capital e dívida elegível ao capital principal, em conformidade com o art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Após aditivação do contrato, a remuneração passou a ser integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013, a partir de 28.08.2014. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.788 mil (R\$ 2.805 mil em 31.12.2014 e R\$ 4.544 mil em 31.03.2014), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No 1º trimestre de 2015, foram realizadas reservas no montante de R\$ 17 mil (R\$ 20 mil no 1º trimestre de 2014) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de Capital e de Lucros

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Reservas de Capital	13.992	10.773	10.371
Reservas de Lucros ⁽¹⁾	25.393.416	26.625.511	19.647.295
Reserva legal	5.468.217	5.468.217	4.902.575
Reservas Estatutárias ⁽¹⁾	19.925.199	21.157.294	14.744.720
Margem operacional	16.976.072	16.946.706	10.705.224
Equalização de dividendos	2.949.127	4.210.588	4.039.496

(1) Nas Demonstrações Contábeis Individuais do Banco do Brasil, em 31.03.2015, os valores das Reservas de Lucros e das Reservas Estatutárias são de R\$ 25.764.519 mil e R\$ 20.296.302 mil, respectivamente, devido ao resultado não realizado de empresa controlada, no valor de R\$ 371.104 mil (Nota 24.h).

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do Capital Social.

f) Lucro por ação

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	5.788.985	2.774.858
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	2.796.086.165	2.804.687.501
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	2,07	0,99

g) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	1.054.134	0,377	23.03.2015	31.03.2015
Dividendos a pagar	1.261.460	0,451	21.05.2015	29.05.2015
Total destinado aos acionistas	2.315.594	0,828		
Lucro líquido do período	5.788.985			

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	882.332	0,315	11.03.2014	31.03.2014
Dividendos pagos	227.611	0,081	19.05.2014	30.05.2014
Total destinado aos acionistas	1.109.943	0,396		
Lucro líquido do período	2.774.858			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% do lucro líquido do período.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta Despesas Financeiras e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre o capital próprio, no 1º trimestre de 2015, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 421.653 mil (R\$ 352.933 mil no 1º trimestre de 2014).

h) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido		
	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Banco do Brasil	5.675.916	2.774.858	72.600.519	69.820.212	71.464.555
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	113.069	--	8.100.000	8.100.000	--
	5.788.985	2.774.858	80.700.519	77.920.212	71.464.555
Resultado não realizado ⁽²⁾	29.365	(97.260)	(371.104)	(400.470)	(430.692)
Participação dos não controladores	--	--	3.268.624	3.093.452	2.483.266
Consolidado	5.818.350	2.677.598	83.598.039	80.613.194	73.517.129

(1) Nas Demonstrações Contábeis Individuais o Instrumento Elegível ao Capital Principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas foram reclassificados para o patrimônio líquido, baseado no entendimento e orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas (Notas 3 e 24.c).

(2) No 1º trimestre de 2015 houve realização de resultados não realizados decorrente de cessão de crédito de períodos anteriores do Banco do Brasil para a Ativos S.A., nos demais períodos houve eliminação de resultados não realizados.

i) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	1º Trimestre/2015				1º Trimestre/2014			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(757.714)	(827.015)	241.835	(1.342.894)	(294.593)	54.734	(19.094)	(258.953)
Subsidiárias no Exterior	30.118	(1.451)	(136)	28.531	24.653	(2.823)	1.368	23.198
Coligadas e Controladas	(191.869)	15.364	(6.160)	(182.665)	(193.076)	16.164	(6.040)	(182.952)
Hedge de fluxo de caixa								
Coligadas e Controladas	1.716	834	(283)	2.267	1.563	34	(11)	1.586
Ganho/(Perdas) atuariais - Planos de Benefícios	(8.680.091)	--	--	(8.680.091)	(2.670.596)	--	--	(2.670.596)
Total	(9.597.840)	(812.268)	235.256	(10.174.852)	(3.132.049)	68.109	(23.777)	(3.087.717)

j) Participação dos Não Controladores

	Patrimônio Líquido		
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Banco Patagonia S.A.	1.086.205	855.224	632.159
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	27	28	27
BB Tecnologia e Serviços S.A.	57	57	45
BB Seguridade S.A.	2.182.335	2.238.143	1.851.035
Participação dos não controladores	3.268.624	3.093.452	2.483.266

k) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.659.005.282	57,9	1.659.005.282	57,9	1.669.782.382	58,3
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	110.650.000	3,9	110.650.000	3,9	110.650.000	3,9
Caixa F1 Garantia Construção Naval	87.368.167	3,0	87.368.167	3,0	98.145.267	3,4
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	297.328.014	10,4	297.387.714	10,4	298.442.014	10,4
BNDES Participações S.A. - BNDESPar ⁽¹⁾	--	--	--	--	5.522.648	0,2
Ações em Tesouraria ⁽²⁾	69.250.818	2,4	68.881.576	2,4	61.699.534	2,1
Outros acionistas	839.832.906	29,3	840.142.448	29,3	829.970.442	29,0
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.280.209.256	79,6	2.279.461.556	79,6	2.315.525.438	80,8
Residentes no exterior	585.207.764	20,4	585.955.464	20,4	549.891.582	19,2

(1) Ligada ao Controlador, porém não faz parte do bloco de controle.

(2) Em 31.03.2015 inclui 25.968 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (29.138 ações em 31.12.2014 e 12.680 em 31.03.2014).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾		
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	10.004	10.007	6.704
Diretoria Executiva	209.800	112.867	182.418
Conselho Fiscal	1.176	1.176	--
Comitê de Auditoria	75	75	75

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,008% do capital do Banco.

I) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	840.019.565	29,3	833.621.216	29,1	833.621.216	29,1
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	--		10.777.100		--	
Aquisição de ações pelo BNDESPar	--		5.522.648		--	
Alienação de ações pelo FGO - Investimento em ações	--		896.508		896.508	
Alienação / (Aquisição) de ações pela Previ	59.700		1.404.300		350.000	
Aquisição de ações - programa de recompra	(560.000)		(12.311.300)		(5.121.100)	
Transferência de ações - pagamento baseado em ações	190.758		--		123.894	
Outras movimentações ⁽¹⁾	(96.930)		109.093		(89.207)	
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	839.613.093	29,3	840.019.565	29,3	829.781.311	29,0
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Refere-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

m) Ações em Tesouraria

Em 13.07.2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Esse programa vigorou até 08.01.2013, e foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R\$ 461.247 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,28, R\$ 22,83 e R\$ 26,78, respectivamente.

Em 13.06.2013, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior, porém, com vigência de até 365 dias contados a partir dessa data. Esse programa vigorou até 06.06.2014, e foram adquiridas 43.126.700 ações, no montante de R\$ 1.014.504 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,84, R\$ 23,52 e R\$ 28,67, respectivamente. Das aquisições referentes a esse programa, 353.588 ações foram utilizadas para o programa de remuneração variável.

Em 06.06.2014, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Até 31.03.2015, foram adquiridas 6.021.900 ações, no montante de R\$ 155.481 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 22,66, R\$ 25,82 e R\$ 29,27, respectivamente.

Em 31.03.2015, o Banco possuía 69.250.818 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.629.765 mil, das quais 68.651.621 ações decorrentes dos programas de recompra, 599.165 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 32 ações remanescentes de incorporações.

n) Pagamento Baseado em Ações

Programa 2011

Em fevereiro de 2012 foram adquiridas 130.146 ações ao custo médio por ação de R\$ 27,61, todas colocadas em tesouraria. Em 08.03.2012, foram transferidas 130.131 ações aos membros da Diretoria Executiva e bloqueadas para movimentação. As parcelas anuais foram desbloqueadas em 08.03.2013, 10.03.2014 e 09.03.2015, respectivamente.

Programa 2012

O programa 2012 foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921 de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais pelo menos 40% seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

O Banco adquiriu 212.301 ações para pagamento da remuneração variável, ao custo médio de R\$ 26,78 por ação, todas colocadas em tesouraria, para eventual pagamento futuro. Destas, 53.108 ações foram transferidas em 10.03.2014 e 53.063 ações em 09.03.2015, as demais parcelas diferidas serão transferidas futuramente, caso sejam atendidos todos os requisitos de transferência, conforme cronograma a seguir.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Segunda parcela	53.065	08.03.2016
Terceira parcela	53.065	08.03.2017
Total	106.130	

A BB DTVM adquiriu 19.792 ações do Banco do Brasil (BBAS3) ao custo médio de R\$ 26,78 por ação, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva, das quais 13.452 ações foram transferidas aos membros da Diretoria (3.170 ações em 12.03.2015). As demais 6.340 ações constituem as parcelas diferidas que serão transferidas no futuro, de acordo com o seguinte cronograma, caso todas as condições de transferência sejam atendidas.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Terceira parcela	3.170	08.03.2016
Quarta parcela	3.170	08.03.2017
Total	6.340	

Programa 2013

O Banco do Brasil utilizou 353.756 ações já existentes em tesouraria, com custo médio de R\$ 23,31 por ação, marcando-as como pertencentes ao programa de remuneração variável, das quais 70.812 ações foram transferidas em 11.03.2014 e 70.736 ações em 02.03.2015. As demais parcelas diferidas serão transferidas futuramente, em função dos riscos e da atividade dos administradores. O cronograma a seguir sumariza as transferências futuras para os beneficiários, caso sejam atendidas todos os requisitos de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Segunda parcela	70.736	02.03.2016
Terceira parcela	70.736	02.03.2017
Quarta parcela	70.736	02.03.2018
Total	212.208	

A BB DTVM adquiriu 24.546 ações do Banco do Brasil existentes em tesouraria, ao custo médio de R\$ 23,83 por ação, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva, das quais 4.918 ações foram transferidas aos membros da Diretoria no exercício de 2014 e as demais diferidas para transferência futura, em 4 parcelas anuais, conforme cronograma a seguir, caso sejam atendidas todas as condições de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	4.907	16.04.2015
Segunda parcela	4.907	18.04.2016
Terceira parcela	4.907	17.04.2017
Quarta parcela	4.907	16.04.2018
Total	19.628	

Programa 2014

O Banco do Brasil utilizou 318.633 ações já existentes em tesouraria, com custo médio de R\$ 24,08 por ação, marcando-as como pertencentes ao programa de remuneração variável, das quais 63.789 ações foram transferidas em 27.02.2015 e as demais diferidas para transferência futura, em função dos riscos e da atividade dos administradores. O cronograma a seguir sumariza as transferências futuras para os beneficiários, caso sejam atendidas todas as condições de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	63.711	27.02.2016
Segunda parcela	63.711	27.02.2017
Terceira parcela	63.711	27.02.2018
Quarta parcela	63.711	27.02.2019
Total	254.844	

25 - TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Valores Correntes	(4.885.311)	(1.334.639)
IR e CSLL no país	(4.733.733)	(1.171.720)
Imposto de Renda no exterior	(151.578)	(162.919)
Valores Diferidos	3.901.128	(102.372)
Passivo Fiscal Diferido	(631.664)	(346.302)
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	668	20.989
Marcação a mercado	(543.754)	81.626
Ganhos atuariais	(44.388)	(274.014)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(83.479)	(71.852)
Lucros do exterior	(8.289)	(101.007)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	34.549	29.391
Créditos recuperados a prazo	13.029	(31.435)
Ativo fiscal diferido	4.532.792	243.930
Diferenças temporárias	3.961.415	290.715
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(102)	--
Marcação a mercado	571.479	(46.785)
Total	(984.183)	(1.437.011)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Resultado Antes dos Tributos e Participações	7.972.746	4.831.058
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(3.189.098)	(1.932.423)
Encargos sobre JCP	421.654	352.933
Resultado de participações em coligadas/controladas	683.121	(207.288)
Participação de empregados no lucro	303.605	153.472
Outros valores	796.535	196.295
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(984.183)	(1.437.011)

c) Despesas tributárias

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Cofins	(1.266.118)	(617.789)
ISSQN	(221.687)	(192.878)
PIS/Pasep	(236.132)	(104.353)
Outras	(121.619)	(93.983)
Total	(1.845.556)	(1.009.003)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios ⁽¹⁾	324.021	273.173	4.704.076
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	463.008	452.830	423.787
Decorrentes da marcação a mercado	989.161	317.567	443.208
Decorrentes de créditos recuperados a prazo	170.780	183.809	138.188
Decorrentes de lucros do exterior	8.289	--	101.007
Dependências no Exterior	82.707	80.324	5.128
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	113.313	141.805	304.075
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	19.855	58.616	37.676
Outros	108.022	119.749	173.020
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	2.279.156	1.627.873	6.330.165
Imposto de Renda	1.253.813	902.872	3.552.089
Contribuição Social	766.894	551.960	2.122.867
Cofins	222.322	148.853	563.621
PIS/Pasep	36.127	24.188	91.588

(1) A realização do passivo fiscal diferido sobre ganhos atuariais está relacionada à realização dos valores do ativo atuarial (Nota 27).

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2014	1º Trimestre/2015		31.03.2015	31.03.2014
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo	Saldo
Diferenças temporárias	27.397.051	7.726.136	(2.034.847)	33.088.340	25.506.916
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.175.330	3.061.797	(1.702.021)	18.535.106	14.906.000
Provisões passivas	7.328.158	904.267	(315.692)	7.916.733	7.646.978
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	165.954	--	--	165.954	450.895
Marcação a mercado	1.037.835	1.002.416	(171)	2.040.080	899.756
Outras provisões	1.689.774	2.757.656	(16.963)	4.430.467	1.603.287
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	1.276.570	--	(29.066)	1.247.504	1.420.810
Prejuízo fiscal/Base negativa	374.997	2.254	(23.808)	353.443	129.957
Superveniência de depreciação	451.946	--	(19.195)	432.751	523.762
Total dos Créditos Tributários Ativados	29.500.564	7.728.390	(2.106.916)	35.122.038	27.581.445
Imposto de Renda	17.851.667	5.071.033	(1.293.549)	21.629.151	16.575.043
Contribuição Social	11.561.312	2.563.618	(813.348)	13.311.582	10.929.072
Cofins	75.342	80.636	(16)	155.962	66.582
PIS/Pasep	12.243	13.103	(3)	25.343	10.748

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Créditos tributários no exterior	1.055.981	863.209	510.901
Diferenças temporárias	--	81.773	98.463
Total dos Créditos Tributários	1.055.981	944.982	609.364
Imposto de Renda	659.988	590.609	386.266
Contribuição Social	395.993	354.373	223.098

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2014, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2015	7.874.257	7.223.105
Em 2016	6.984.604	6.181.343
Em 2017	6.582.135	5.663.969
Em 2018	6.414.264	5.327.414
Em 2019	905.554	638.158
Em 2020	235.799	126.983
Em 2021	135.317	67.663
Em 2022	68.777	33.356
Em 2023	65.837	28.604
Em 2024	63.285	24.660
Em 2025	170.735	--
Total de Créditos Tributários em 31.12.2014	29.500.564	25.315.255

No 1º trimestre de 2015, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 2.031.628 mil, correspondente a 30,12% da respectiva projeção de utilização para o período de 2015, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2014.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 28.d), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2014, está projetada para 4,5 anos, nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2015	39%	26%
Em 2016	29%	24%
Em 2017	23%	24%
Em 2018	1%	24%
Em 2019	2%	2%
A partir de 2020	6%	--

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

26 - PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Benefícios de curto prazo	16.387	14.903
Honorários e encargos sociais	10.553	9.684
Diretoria Executiva	9.778	8.934
Comitê de Auditoria	576	590
Conselho de Administração	100	84
Conselho Fiscal	99	76
Participações no lucro	5.223	4.883
Outros	611	336
Remuneração baseada em ações	5.889	3.369
Total	22.276	18.272

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 24.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ).

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira, estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Em relação às transações realizadas com o Tesouro Nacional e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banco optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN n.º 3.750/2009. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados nas Notas 8 e 18, respectivamente.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 1º trimestre/2015, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 21.722 mil (R\$ 11.450 mil no 1º trimestre/2014).

O Banco outorgou à BB Elo Cartões Participações S.A., sua subsidiária integral, em caráter irrevogável e irretratável, e sem efeito contábil, os direitos contratuais referentes ao recebimento das taxas de intercâmbio inerentes às atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, em virtude da formação de parceria estratégica com a Cielo (Nota 2.c).

As informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão divulgadas na Nota 27.

Aquisição de Carteiras de Operações de Crédito Cedidas pelo Banco Votorantim

	1º trimestre/2015	1º trimestre/2014
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.146.769	2.607.649
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários (saldo)	34.695	109.767

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.03.2015						Total
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	75.006.706	1.130.576	--	--	--	76.137.282
Títulos e valores mobiliários	--	46.586.859	95.477	--	--	--	46.682.336
Operações de crédito	--	148.782	16.261.945	68.930	--	27.953.401	44.433.058
Valores a receber de ligadas	--	57.737	108.623	--	--	--	166.360
Outros ativos ⁽⁷⁾	16.481.465	789.078	3.269.405	470	--	--	20.540.418
Passivos							
Depósitos à vista	433.364	50.559	112.362	322	1.052	2.324.323	2.921.982
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.455	256.526	257.981
Depósitos a prazo remunerados	--	9.258.804	550.935	--	1.097	17.600.934	27.411.770
Captações mercado aberto	--	38.543.561	9.505.344	--	--	2.838.245	50.887.150
Obrigações por empréstimos e repasses	296.689	59.589.581	--	--	--	90.392.239	150.278.509
Outros passivos	856.212	48.473.887	270.023	12.428	--	184.523	49.797.073
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁸⁾	--	3.845.699	6.800.000	--	--	--	10.645.699
	1º Trimestre/2015						
Rendas de juros e prestação de serviços	1.800.522	3.038.488	823.854	671	--	662.071	6.325.606
Despesas com captação	(20.794)	(3.201.865)	(11.648)	(12.266)	(86)	(2.114.492)	(5.361.151)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(7) As transações com o Controlador referem-se às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 11.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 11.b).

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.03.2014						Total
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	46.312.670	--	--	--	6.883	46.319.553
Títulos e valores mobiliários	--	21.954.449	109.216	--	--	--	22.063.665
Operações de crédito	--	13.768	13.334.449	82.989	--	23.313.285	36.744.491
Valores a receber de ligadas	--	44.815	39.648	--	--	--	84.463
Outros ativos ⁽⁷⁾	10.644.060	76.620	3.255.282	1.053	--	--	13.977.015
Passivos							
Depósitos à vista	517.204	35.574	42.050	82	1.124	772.876	1.368.910
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.647	299.394	301.041
Depósitos a prazo remunerados	--	5.381.911	220.171	--	2.029	16.224.428	21.828.539
Captações mercado aberto	--	5.135.595	4.797.190	--	--	2.154.524	12.087.309
Obrigações por empréstimos e repasses	406.280	33.561.403	--	--	--	88.742.943	122.710.626
Outros passivos ⁽⁸⁾	8.357.479	22.681.869	1.885.586	11.889	--	204.504	33.141.327
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁹⁾	--	2.462.936	6.800.000	--	--	--	9.262.936
1º Trimestre/2014							
Rendas de juros e prestação de serviços	1.202.522	1.605.440	458.807	545	--	257.507	3.524.821
Despesas com captação	(21.269)	(1.081.105)	(47.318)	(11.531)	(80)	(1.056.701)	(2.218.004)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(7) As transações com o Controlador referem-se às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 11.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 11.b).

(8) Inclui o Contrato de Instrumento Híbrido e Capital de Dívida – Bônus Perpétuos com o Governo Federal, reclassificado em 28.08.2014 para o Patrimônio Líquido (Nota 24.c).

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

27 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31.03.2015			31.12.2014			31.03.2014		
	N.º de participantes			N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	115.235	105.415	220.650	115.096	104.823	219.919	115.091	104.577	219.668
Plano de Benefícios 1 - Previ	23.499	88.470	111.969	23.981	88.138	112.119	25.238	87.559	112.797
Plano Previ Futuro	74.985	799	75.784	74.284	777	75.061	72.862	684	73.546
Plano Informal	--	3.709	3.709	--	3.709	3.709	--	3.917	3.917
Outros Planos	16.751	12.437	29.188	16.831	12.199	29.030	16.991	12.417	29.408
Planos de Assistência Médica	116.268	95.767	212.035	116.337	95.533	211.870	116.708	95.427	212.135
Cassi	103.270	88.441	191.711	103.269	88.134	191.403	103.450	87.538	190.988
Outros Planos	12.998	7.326	20.324	13.068	7.399	20.467	13.258	7.889	21.147

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Planos de Aposentadoria e Pensão	290.696	282.268
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	125.973	129.434
Plano Previ Futuro	95.458	95.499
Plano Informal	39.476	40.796
Outros Planos	29.789	16.539
Planos de Assistência Médica	247.033	232.677
Cassi	219.124	206.270
Outros Planos	27.909	26.407
Total	537.729	514.945

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade (Nota 27.f.1) e dos Fundos de Contribuição e Utilização. O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tenham se aposentado ou venham a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício, durante o 1º semestre de 2015, estão estimadas em R\$ 743.064 mil.

Valores reconhecidos no resultado

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Planos de Aposentadoria e Pensão	(31.927)	285.751
Plano de Benefícios 1 - Previ	138.929	445.700
Plano Previ Futuro	(95.458)	(95.499)
Plano Informal	(35.923)	(38.370)
Outros Planos	(39.475)	(26.080)
Planos de Assistência Médica	(325.815)	(358.146)
Cassi	(297.317)	(329.984)
Outros Planos	(28.498)	(28.162)
Total	(357.742)	(72.395)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Em decorrência do estabelecimento, em dezembro de 2000, da paridade entre as contribuições do Banco e dos participantes, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano. Em vista de superávit acumulado, foram suspensas, retroativamente a janeiro de 2007, as contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e do patrocinador (Banco do Brasil). Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre o Banco do Brasil, Previ e entidades representantes dos beneficiários, o regulamento do Plano 1 foi alterado suspendendo as contribuições nos exercícios 2011, 2012 e 2013. Considerando que, em dezembro de 2013, o excedente do superávit contabilizado em Reserva de Contingência ficou inferior a 25% das Reservas Matemáticas, as contribuições do Banco e dos participantes retornaram a partir de janeiro de 2014.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais. (Nota 27.f)

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 12,11% sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido a priori.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 9,89% sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 3,58% sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fuscsc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fuscsc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos das Entidades Patrocinadas (Previ, Economus, Fuscsc e Prevbep) incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2014 e 31.12.2013.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013
Saldo Inicial	(113.522.849)	(128.413.440)	(1.004.111)	(1.091.017)	(6.333.578)	(7.717.855)	(5.971.976)	(6.949.678)
Custo de juros	(14.412.148)	(11.946.190)	(121.305)	(99.016)	(755.247)	(718.314)	(750.257)	(634.651)
Custo do serviço corrente	(502.741)	(565.900)	--	--	(116.703)	(136.080)	(38.970)	(41.725)
Custo do serviço passado	--	--	(25.402)	(43.983)	--	--	--	--
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	8.394.631	9.268.627	185.004	192.084	507.409	536.639	424.664	426.885
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(2.841.570)	18.134.054	45.434	37.821	867.788	1.702.032	(92.328)	1.227.193
Saldo Final	(122.884.677)	(113.522.849)	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(6.428.867)	(5.971.976)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(122.884.677)	(113.522.849)	--	--	--	--	(5.115.870)	(5.033.968)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(1.312.997)	(938.008)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013
Saldo Inicial	144.420.740	152.029.136	--	--	--	--	5.033.968	4.921.429
Receita de juros	17.611.010	13.708.711	--	--	--	--	621.916	475.875
Contribuições recebidas	581.637	1.137.977	185.004	192.084	507.409	536.639	151.576	149.825
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(8.394.631)	(9.268.627)	(185.004)	(192.084)	(507.409)	(536.639)	(424.664)	(426.885)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(19.073.110)	(13.186.457)	--	--	--	--	(266.926)	(86.276)
Saldo Final	135.145.646	144.420.740	--	--	--	--	5.115.870	5.033.968

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmias (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
1) Valor justo dos ativos do plano	135.145.646	135.145.646	144.420.740	--	--	--	--	--	--	5.115.870	5.115.870	5.033.968
2) Valor presente das obrigações atuariais	(122.884.677)	(122.884.677)	(113.522.849)	(920.380)	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(5.830.331)	(6.333.578)	(6.428.867)	(6.428.867)	(5.971.976)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	12.260.969	12.260.969	30.897.891	(920.380)	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(5.830.331)	(6.333.578)	(1.312.997)	(1.312.997)	(938.008)
4) Superávit/(Déficit) - parcela patrocinadora	6.130.485	6.130.485	15.448.946	(920.380)	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(5.830.331)	(6.333.578)	(916.046)	(916.046)	(702.015)
5) Valores reconhecidos no resultado ⁽¹⁾	138.929	--	445.700	(35.923)	--	(38.370)	(201.265)	--	(240.529)	(32.577)	--	(20.135)
6) Valores recebidos dos fundos (Nota 27.f) ⁽¹⁾	125.973	--	129.433	--	--	--	--	--	--	--	--	--
7) Benefícios pagos ⁽¹⁾	--	--	--	39.445	--	40.760	124.693	--	116.815	22.300	--	22.531
8) (Passivo)/Ativo atuarial líquido registrado (4+5+6+7) ⁽²⁾	6.395.387	6.130.485	16.024.079	(916.858)	(920.380)	(1.001.721)	(5.906.903)	(5.830.331)	(6.457.292)	(926.323)	(916.046)	(699.619)

(1) Movimentações ocorridas após o relatório de avaliação atuarial de Dezembro.

(2) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit). A realização do ativo atuarial registrado em Outros Créditos (Nota 11.b) ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Plano 1 (Previ)	9,53	9.580.530	9.585.544	28.697.230	203.223.602	251.086.906
Plano Informal (Previ)	5,16	159.009	145.010	349.747	793.841	1.447.607
Plano de Associados (Cassi)	10,63	564.389	545.141	1.539.332	13.571.513	16.220.375
Regulamento Geral (Economus)	9,07	435.580	430.583	1.280.397	8.385.446	10.532.006
Regulamento Complementar 1 (Economus)	13,44	1.312	1.432	5.111	94.972	102.827
Plus I e II (Economus)	5,38	49.466	45.203	112.862	282.783	490.314
Grupo B' (Economus)	7,72	12.704	12.524	36.333	174.218	235.779
Prevmias (Economus)	13,96	9.960	10.339	33.390	573.358	627.047
Multifuturo I (Fusesc)	11,19	4.973	5.040	15.493	157.083	182.589
Plano I (Fusesc)	11,73	29.708	31.223	103.850	1.274.497	1.439.278
Plano BEP (Prevbep)	10,42	2.427	2.533	8.541	77.201	90.702

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Custo do serviço corrente	(53.110)	(61.477)	--	--	(23.168)	(34.532)	(4.579)	(5.020)
Custo dos juros	(1.867.158)	(1.815.318)	(27.810)	(31.334)	(178.096)	(205.998)	(105.708)	(95.937)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	2.059.197	2.322.495	--	--	--	--	77.710	80.823
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(8.113)	(7.036)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(96.053)	(89.454)	(35.396)	(34.108)
(Despesa)/Receita reconhecida na DRE	138.929	445.700	(35.923)	(38.370)	(297.317)	(329.984)	(67.973)	(54.242)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ			Outros Planos		
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Renda Fixa	47.463.151	46.440.688	44.914.850	4.507.678	4.490.711	4.263.771
Renda Variável ⁽¹⁾	73.627.348	74.607.857	85.352.657	212.138	227.912	412.785
Investimentos imobiliários	8.162.797	8.177.129	8.376.403	163.537	165.839	151.019
Empréstimos e financiamentos	4.892.272	4.946.825	4.910.305	103.255	104.875	100.679
Outros	1.000.078	973.147	866.525	129.262	126.533	105.714
Total	135.145.646	135.145.646	144.420.740	5.115.870	5.115.870	5.033.968
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano						
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	10.125.608	10.940.267	10.398.293	24.709	25.537	--
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	163.092	163.817	144.421	7.621	7.621	5.034

(1) No plano de benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 28.835.180 mil (R\$ 40.714.739 mil em 31.03.2014), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Taxa de inflação (a.a.)	6,07%	6,66%	6,23%	6,66%	6,04%	6,66%	6,07%	6,66%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,31%	6,41%	6,19%	6,15%	6,33%	6,50%	6,31%	6,45%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	12,76%	13,50%	--	--	--	--	12,76%	13,55%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	1,01%	0,25%	--	--	--	--	0,73%	0,43%
Tábua de sobrevivência	AT-2000		AT-2000		AT-2000		AT-2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização bem como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	6,31%	5,00%
Tábua de sobrevivência	AT-2000	AT-2000 (Suavizada 10%)
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Valor apurado - Previ	134.450.819	138.817.850	(122.073.122)	(114.220.748)	12.377.697	24.597.102
Incorporação dos valores do contrato 97	13.687.582	13.663.084	(13.687.582)	(13.663.084)	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.071.445	1.056.555	(1.071.445)	(1.056.555)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	(14.064.200)	(9.116.749)	--	--	(14.064.200)	(9.116.749)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	13.947.472	15.417.538	13.947.472	15.417.538
Valor apurado - Banco	135.145.646	144.420.740	(122.884.677)	(113.522.849)	12.260.969	30.897.891

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

	31.12.2014	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros		
		+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	122.884.677	120.819.653	124.918.653	123.107.300	122.663.904	120.566.239	125.298.519
	Superávit/(déficit) do plano	12.260.969	14.325.994	10.226.994	12.038.347	12.481.743	14.579.408	9.847.128
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	920.380	885.132	956.509	--	--	909.699	931.342
	Superávit/(déficit) do plano	(920.380)	(885.132)	(956.509)	--	--	(909.699)	(931.342)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	5.830.331	5.700.483	5.958.207	5.831.606	5.829.089	5.707.305	5.958.359
	Superávit/(déficit) do plano	(5.830.331)	(5.700.483)	(5.958.207)	(5.831.606)	(5.829.089)	(5.707.305)	(5.958.359)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	5.042.173	4.983.974	5.098.047	--	--	4.944.403	5.144.583
	Superávit/(déficit) do plano	(1.031.152)	(972.947)	(1.087.020)	--	--	(933.376)	(1.133.556)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	31.638	32.879	30.431	--	--	30.629	32.697
	Superávit/(déficit) do plano	(1.956)	(3.196)	(748)	--	--	(947)	(3.014)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	360.249	341.135	379.984	--	--	352.996	367.793
	Superávit/(déficit) do plano	(360.249)	(341.135)	(379.984)	--	--	(352.996)	(367.793)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	125.278	122.355	128.125	--	--	122.923	127.716
	Superávit/(déficit) do plano	(125.278)	(122.355)	(128.125)	--	--	(122.923)	(127.716)
Prevmals (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	190.028	189.861	190.231	--	--	184.695	195.641
	Superávit/(déficit) do plano	77.022	77.190	76.820	--	--	82.356	71.409
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	73.926	73.029	74.791	--	--	72.246	75.678
	Superávit/(déficit) do plano	57.201	58.098	56.337	--	--	58.882	55.450
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	561.185	559.500	562.867	561.186	561.182	554.996	567.606
	Superávit/(déficit) do plano	30.012	31.695	28.328	30.010	30.013	36.199	23.590
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	44.390	43.728	45.030	44.587	44.186	43.460	45.358
	Superávit/(déficit) do plano	41.403	42.066	40.765	41.208	41.608	42.334	40.436

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial			Passivo Atuarial		
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Plano 1 (Previ)	6.395.387	6.130.485	16.024.079	--	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	--	(916.858)	(920.380)	(1.001.721)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	--	(5.906.903)	(5.830.331)	(6.457.292)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	--	(543.438)	(532.645)	(357.865)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	40	(543)	(694)	--
Plus I e II (Economus)	--	--	--	(360.840)	(360.250)	(329.275)
Grupo B' (Economus)	--	--	--	(125.925)	(125.279)	(108.922)
Prevmais (Economus)	39.110	38.511	31.858	--	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	28.662	28.602	22.455	--	--	--
Plano I (Fusesc)	15.465	15.006	20.070	--	--	--
Plano BEP (Prevbep)	21.186	20.703	22.020	--	--	--
Total	6.499.810	6.233.307	16.120.522	(7.854.507)	(7.769.579)	(8.255.075)

f) Destinações do Superávit - Plano 1

	1º Trimestre/2015	Exercício/2014	1º Trimestre/2014
Fundo Paridade			
Saldo Inicial	118.889	172.124	172.124
Atualização	6.500	15.181	5.615
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	--	(60.552)	(8.212)
Contribuição amortizante antecipada - Grupo Especial ⁽¹⁾	(857)	(7.864)	(1.845)
Saldo Final	124.532	118.889	167.682
Fundo de Utilização			
Saldo Inicial	8.155.243	7.794.154	7.794.154
Contribuição ao Plano 1	(125.116)	(513.220)	(119.377)
Atualização	444.371	874.309	259.822
Saldo Final	8.474.498	8.155.243	7.934.599
Total dos fundos de destinação do superávit	8.599.030	8.274.132	8.102.281

(1) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

f.1) Fundo Paridade

O custeio do plano era mantido, até 15.12.2000, com a contribuição de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A partir de 16.12.2000, visando adequar às disposições da Emenda Constitucional n.º 20, tanto o Banco quanto os participantes passaram a contribuir com 50% cada, sendo inclusive objeto de acordo posterior entre as partes envolvidas, com a devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar.

O custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito desse acordo, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação, pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

28 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Destacamos abaixo as principais ações fiscais envolvendo as empresas do conglomerado, cujos montantes são demonstrados de forma proporcional à participação detida pelo Banco:

Cofins: Discussões judiciais das empresas do grupo seguridade quanto à constitucionalidade da Lei n.º 9.718/1998, que passou a tributá-las pela Cofins, considerando todas as receitas (prêmios, financeiras e outras receitas não operacionais) na base de cálculo desse tributo. Entre maio/1999 e maio/2009 as companhias depositaram judicialmente a Cofins mantendo provisão em igual valor, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela Selic. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718/1998 por meio da Lei n.º 11.941/2009, a partir de junho/2009 as empresas passaram a recolher a Cofins considerando apenas as receitas de prêmios na base de cálculo desse tributo, revertendo a provisão de Cofins constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da Cofins para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFN/CAT n.º 2.773/2007, as empresas passaram a classificar a probabilidade de perda desse mérito como “possível”. Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é “provável” e encontra-se devidamente provisionada, totalizando R\$ 761.452 mil. Atualmente os autos encontram-se pendentes de julgamento de Recursos Especial e Extraordinário.

A Cielo discute judicialmente o afastamento da exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei n.º 10.833/2003, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, depositando judicialmente os valores apurados mensalmente. Desde então, a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa é provisionada, totalizando R\$ 321.099 mil. O processo judicial está sobrestado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região/SP, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal em autos de Recursos Extraordinário, ainda pendente de julgamento.

CSLL: A Brasilprev discute judicialmente a inconstitucionalidade da Lei n.º 11.727/2008, referente à majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 9% para 15% aplicável às Instituições Financeiras e equiparadas a partir de maio de 2008. Desde janeiro de 2009, a Companhia vem depositando judicialmente o montante do tributo discutido, qual seja, a diferença de 6% da alíquota, mantendo provisão equivalente no montante de R\$ 241.606 mil.

Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em reclamações de clientes e usuários sobre indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários no período dos Planos Econômicos sobre aplicações financeiras e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de correção monetária e juros.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, geralmente julgadas nos Juizados Especiais Cíveis – JEC, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

O Banco é réu em processos exigindo o pagamento da diferença entre a taxa de inflação real e a taxa de inflação utilizada nas aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II) existentes nas décadas de 80 e 90.

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça - STJ. Em relação a esses litígios, o Supremo Tribunal Federal - STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase recursal, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade por meio da opinião dos assessores jurídicos, complementados pela complexidade e pela experiência de transações semelhantes.

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Demandas Trabalhistas		
Saldo Inicial	2.735.089	3.425.747
Constituição	132.868	538.615
Reversão da provisão	(37.584)	(924.895)
Baixa por pagamento	(294.804)	(156.880)
Atualização monetária	85.461	101.137
Valores adicionados/incorporados	105	--
Saldo Final	2.621.135	2.983.724
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	1.997.160	2.016.385
Constituição	62.495	133.090
Reversão da provisão	(26.926)	(88.197)
Baixa por pagamento	(2.184)	(2.878)
Atualização monetária	27.148	25.865
Saldo Final	2.057.693	2.084.265
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	5.772.357	4.811.852
Constituição	1.385.788	1.808.111
Reversão da provisão	(514.180)	(1.235.414)
Baixa por pagamento	(271.715)	(229.248)
Atualização monetária	149.158	114.334
Saldo Final	6.521.408	5.269.635
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	11.200.236	10.337.624

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.567.416	172.360	5.338.207
De 5 a 10 anos	53.640	1.856.344	1.155.708
Acima de 10 anos	79	28.989	27.493
Total	2.621.135	2.057.693	6.521.408

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

b) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Demandas Trabalhistas	856.883	901.466	748.362
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	12.397.653	11.955.386	10.063.617
Demandas Cíveis	3.608.459	4.056.447	4.210.721
Total	16.862.995	16.913.299	15.022.700

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 2.531.860 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 226.689 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 69.543 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.401.592 mil

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Demandas Trabalhistas	4.269.617	4.103.332	3.524.210
Demandas Fiscais	8.608.490	8.319.104	7.775.328
Demandas Cíveis	12.251.665	10.833.712	8.335.097
Total	25.129.772	23.256.148	19.634.635

d) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias o montante de R\$ 13.350.098 mil (R\$ 13.141.399 mil em 31.12.2014 e R\$ 12.662.556 mil em 31.03.2014), relativo às seguintes ações:

Em fevereiro de 1998, o Banco ingressou com Mandado de Segurança, em curso na 16ª Vara Federal do Distrito Federal, pleiteando a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho do Juízo da 16ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN). O mérito da causa foi julgado improcedente em 1ª Instância e o Recurso de Apelação interposto pelo Banco foi improvido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. A decisão foi impugnada mediante Recurso Extraordinário interposto pelo Banco, em 01.10.2002. Atualmente, o referido recurso do Banco encontra-se aguardando, no TRF da 1ª Região, o julgamento pelo STF, de outro recurso extraordinário (RE n.º 591.340), que teve reconhecida a repercussão geral por aquela Corte Suprema.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra o passivo de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R\$ 6.778.425 mil.

Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo “IRPJ a compensar” e “CSLL a compensar”, as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 5.399.045 mil, em 31.03.2015, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 1.957.192 mil. Tal valor ajusta a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos judiciais, de forma que alcançaria o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

Valores relacionados à referida ação

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Depósitos judiciais	15.637.858	15.418.982	14.794.403
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	7.820.847	7.601.971	6.977.392
Obrigação Legal - Provisão para Processo Judicial	13.350.098	13.141.399	12.662.556
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL / CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640	3.569.640
Provisão para atualização do depósito judicial	6.778.425	6.569.726	6.090.883

O Banco Votorantim possui obrigações legais relativas à PIS/Pasep e ISS no montante de R\$ 1.627 mil em 31.03.2015 (R\$ 957 mil em 31.12.2014 e R\$ 322 mil em 31.03.2014).

29 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Comitê de Risco Global (CRG), fórum composto pelo Presidente e Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. Já as diretrizes emanadas do CRG são conduzidas em subcomitês específicos (crédito, mercado e liquidez, e operacional), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu capital econômico, o Banco utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esse conceito inclui o risco legal.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais						
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado			No Patrimônio Líquido			
							31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	
Ativos													
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	351.658.176	351.679.317	304.236.604	304.197.645	292.330.920	292.257.184	21.141	(38.959)	(73.736)	21.141	(38.959)	(73.736)	
Títulos e valores mobiliários	232.244.701	233.104.522	220.441.991	224.153.475	194.839.718	195.618.460	(1.506.910)	2.260.649	31.570	859.821	3.711.484	778.742	
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	--	--	(2.366.731)	(1.450.835)	(747.172)	--	--	--	
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	--	--	859.821	3.711.484	778.742	859.821	3.711.484	778.742	
Instrumentos financeiros derivativos	3.754.489	3.754.489	2.201.466	2.201.466	1.610.802	1.610.802	--	--	--	--	--	--	
Operações de crédito	630.530.018	619.353.846	618.499.161	612.894.768	568.565.217	566.337.421	(11.176.172)	(5.604.393)	(2.227.796)	(11.176.172)	(5.604.393)	(2.227.796)	
Passivos													
Depósitos interfinanceiros	37.554.005	37.689.644	30.968.746	30.908.215	27.446.934	27.556.409	(135.639)	60.531	(109.475)	(135.639)	60.531	(109.475)	
Depósitos a prazo	212.650.814	212.833.565	214.483.944	214.533.535	238.625.203	238.599.179	(182.751)	(49.591)	26.024	(182.751)	(49.591)	26.024	
Obrigações por operações compromissadas	338.906.729	337.664.085	306.045.575	304.818.732	282.553.318	281.860.069	1.242.644	1.226.843	693.249	1.242.644	1.226.843	693.249	
Obrigações por empréstimos e repasses	121.772.193	122.303.261	115.046.935	115.033.365	110.313.218	109.753.378	(531.068)	13.570	559.840	(531.068)	13.570	559.840	
Instrumentos financeiros derivativos	5.632.138	5.632.138	3.443.159	3.443.159	3.924.126	3.924.126	--	--	--	--	--	--	
Outras Obrigações	315.007.556	311.548.026	299.178.072	297.212.179	268.649.561	268.159.552	3.459.530	1.965.893	490.009	3.459.530	1.965.893	490.009	
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais							(8.809.225)	(165.457)	(610.315)	(6.442.494)	1.285.378	136.857	

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, deu-se com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se, para tanto, as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo foram utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares na data do balanço. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos foi estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo foi equivalente ao valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	Saldo em 31.03.2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	220.733.916	140.702.596	79.488.861	542.459
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	107.821.500	83.177.014	24.644.486	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.754.489	--	3.754.489	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	109.157.927	57.525.582	51.089.886	542.459
Passivos	10.206.856	--	10.206.856	--
Captação com <i>hedge</i>	4.574.718	--	4.574.718	--
Instrumentos financeiros derivativos	5.632.138	--	5.632.138	--

	Saldo em 31.12.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	208.507.774	129.548.096	78.430.915	528.763
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	101.938.979	76.639.926	25.299.053	--
Instrumentos financeiros derivativos	2.201.466	--	2.201.466	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	104.367.329	52.908.170	50.930.396	528.763
Passivos	7.634.262	--	7.634.262	--
Captação com <i>hedge</i>	4.191.103	--	4.191.103	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.443.159	--	3.443.159	--

	Saldo em 31.03.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	181.577.549	90.075.826	90.939.814	561.909
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	82.654.329	42.385.455	40.268.874	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.610.802	--	1.610.802	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	97.312.418	47.690.371	49.060.138	561.909
Passivos	7.395.826	--	7.395.826	--
Captação com <i>hedge</i>	3.471.700	--	3.471.700	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.924.126	--	3.924.126	--

Movimentação dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço, classificados como nível 3

	1º Trimestre/2015				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	528.763	539.978	(526.282)	--	542.459

	1º Trimestre/2014				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	580.085	235.984	(261.639)	7.479	561.909

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.464/2007 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira de Não Negociação (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil, exceto as posições do Banco Votorantim, aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 3,06 e aumento da taxa Selic para 13,25% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2015.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), exceto as posições do Banco Votorantim, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(996)	Aumento	4.632	Aumento	(4.165)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(2)	Redução	2	Redução	6
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(4.847)	Aumento	(782)	Aumento	(644)
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	50	--	--	Aumento	--
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(14.467)	Redução	(2.910)	Redução	(14.854)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(6.567)	Redução	(15.752)	Aumento	(24.651)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	--	Aumento	(4)	Aumento	(4)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(14.823)	Aumento	(1.141)	Aumento	(1.788)
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(72)	--	--	Aumento	--
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(78.398)	Redução	(59.552)	Redução	(51.557)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(13.393)	Redução	(34.081)	Aumento	(48.917)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	--	Aumento	(8)	Aumento	(9)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(29.304)	Aumento	(2.221)	Aumento	(3.496)
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(145)	--	--	Aumento	--
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(156.796)	Redução	(119.103)	Redução	(103.115)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito diretos ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos "disponíveis para venda", não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e Não Negociação (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras ligadas ao Banco, exceto as posições do Banco Votorantim:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(1.867.480)	Aumento	(5.007.316)	Aumento	(2.090.832)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	943.070	Aumento	3.354.120	Aumento	1.932.220
Cupom de TBF		Aumento	1.647	Aumento	2.537	Aumento	796
Cupom de TJLP		Redução	563	Aumento	(9.270)	Aumento	(8.265)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(4.046)	Redução	(6.569)	Redução	(21.931)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(30.961)	Aumento	(33.626)	Aumento	(52.828)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(95)	Aumento	(183)	Aumento	(120)
Cupom de INPC		Aumento	(53.757)	Aumento	(107.864)	Aumento	(54.735)
Cupom de IPCA		Aumento	(320.158)	Aumento	(534.840)	Aumento	(314.898)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	850.966	Aumento	786.498	Aumento	422.478
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(113.851)	Redução	(22.884)	Redução	(55.998)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(11.063.978)	Aumento	(14.071.513)	Aumento	(11.450.821)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(5.828.484)	Redução	(9.794.504)	Redução	(7.685.334)
Cupom de TBF		Redução	(3.733)	Redução	(3.633)	Redução	(1.103)
Cupom de TJLP		Aumento	(42.267)	Aumento	(48.095)	Aumento	(28.261)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(20.826)	Redução	(9.879)	Redução	(12.310)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(89.184)	Aumento	(45.740)	Aumento	(157.829)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(225)	Aumento	(229)	Aumento	(216)
Cupom de INPC		Aumento	(154.313)	Aumento	(152.208)	Aumento	(149.782)
Cupom de IPCA		Aumento	(975.769)	Aumento	(798.715)	Aumento	(955.757)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.007.398)	Redução	(851.179)	Redução	(395.139)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(616.951)	Redução	(468.260)	Redução	(194.362)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(21.085.653)	Aumento	(26.323.491)	Aumento	(21.496.814)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(11.831.883)	Redução	(20.343.843)	Redução	(15.857.567)
Cupom de TBF		Redução	(7.504)	Redução	(7.300)	Redução	(2.211)
Cupom de TJLP		Aumento	(83.254)	Aumento	(94.286)	Aumento	(56.473)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(41.627)	Redução	(19.744)	Redução	(24.617)
Cupom de IGP-M		Aumento	(180.076)	Aumento	(101.133)	Aumento	(305.372)
Cupom de IGP-DI	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(449)	Aumento	(457)	Aumento	(431)
Cupom de INPC		Aumento	(302.546)	Aumento	(298.611)	Aumento	(293.966)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.837.493)	Aumento	(1.502.484)	Aumento	(1.797.048)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(2.076.584)	Redução	(1.753.830)	Redução	(803.311)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.233.901)	Redução	(936.521)	Redução	(388.725)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa prefixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira de Não Negociação, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 31.03.2015, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

Participação no Banco Votorantim

Foram realizadas simulações, com três possíveis cenários, sendo dois deles com consequente resultado adverso:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco Votorantim em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência. Premissas utilizadas: choque de 1,0% na taxa de câmbio reais/dólar, observada em 31.03.2015, e choque paralelo de 0,10% na curva pré-fixada de juros.

Cenário II: Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das posições da Carteira de Negociação do Banco Votorantim, relativas à participação do Banco do Brasil:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(48)	Aumento	(32)	Aumento	(229)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(840)	Aumento	(816)	Aumento	(824)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(114)	Aumento	(586)	Aumento	(1.910)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(886)	Aumento	(742)	Aumento	24
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	1	Aumento	(61)	Aumento	(19)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(1.343)	Aumento	(95)	Aumento	--
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(3.767)	Aumento	(2.604)	Aumento	(2.217)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(59.472)	Aumento	(20.368)	Aumento	(29.291)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(11.810)	Aumento	(8.496)	Redução	(176)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(424)	Redução	(4.452)	Redução	(1.543)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(2.160)	Aumento	--	Aumento	--
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(7.256)	Aumento	(4.974)	Aumento	(4.244)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(136.012)	Aumento	(45.082)	Aumento	(49.478)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(22.839)	Aumento	(16.501)	Redução	(309)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(17.584)	Redução	(17.854)	Redução	(35.390)

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das posições das Carteiras de Negociação e de Não Negociação do Banco Votorantim, relativas à participação do Banco do Brasil:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(7.241)	Aumento	(11.266)	Aumento	(11.949)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(5.030)	Aumento	(4.334)	Aumento	(2.538)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(114)	Aumento	1.172	Aumento	502
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Aumento	701	Aumento	959	Aumento	571
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Aumento	61	Aumento	64	Aumento	116
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(671)	Aumento	(580)	Aumento	(203)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	1	Aumento	(61)	--	--

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(244.377)	Aumento	(359.616)	Aumento	(312.960)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(20.405)	Aumento	(13.422)	Aumento	(5.726)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(59.472)	Redução	(71.897)	Redução	(58.567)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(11.740)	Redução	(15.907)	Redução	(7.410)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(229)	Redução	(136)	Redução	(249)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(8.856)	Aumento	(6.569)	Aumento	(2.020)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(424)	Redução	(4.452)	--	--

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(489.009)	Aumento	(708.413)	Aumento	(610.006)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(39.893)	Aumento	(26.349)	Aumento	(11.160)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(136.012)	Redução	(114.607)	Redução	(155.816)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(24.409)	Redução	(33.191)	Redução	(15.346)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(455)	Redução	(270)	Redução	(497)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(17.011)	Aumento	(12.663)	Aumento	(4.013)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(17.584)	Redução	(17.854)	--	--

f) Gerenciamento de Capital

Em 30.06.2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Em cumprimento à Resolução, o Banco do Brasil definiu como parte dessa estrutura as Diretorias de Gestão de Riscos, de Contadoria, de Controladoria e de Finanças. Também, em consonância com a Resolução, o Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

O Banco do Brasil possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A Resolução CMN n.º 3.988/2011 ainda instituiu a necessidade de Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do ICAAP foi atribuída à Diretoria de Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do ICAAP. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro de 2014, os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais passaram a ser deduzidos do Patrimônio de Referência:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de R\$ 8.100.000 mil, que compunha o Capital Complementar do Banco, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial (Nota 24.c).

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a partir de janeiro de 2015, a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial. Adicionalmente, a Circular Bacen n.º 3.726/2014 determina o reporte do PR e do RWA com base no Conglomerado Financeiro até 31.12.2017.

	31.03.2015		31.12.2014	31.03.2014
	Prudencial	Financeiro	Financeiro	Financeiro
PR - Patrimônio de Referência	128.704.988	127.964.155	126.588.485	112.293.282
Nível I	91.297.640	90.556.807	89.538.218	80.571.363
Capital Principal (CP)	69.739.142	68.998.309	71.035.684	63.520.399
Patrimônio Líquido	73.315.647	73.686.752	70.675.464	72.096.740
Instrumento Elegível a Capital Principal (Nota 24.c)	8.100.000	8.100.000	8.100.000	--
Ajustes prudenciais	(11.676.505)	(12.788.443)	(7.739.780)	(8.576.341)
Capital Complementar	21.558.498	21.558.498	18.502.534	17.050.964
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	19.484.955	19.484.955	16.132.770	8.201.200
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	2.073.543	2.073.543	2.369.764	8.849.764
Nível II	37.407.348	37.407.348	37.050.267	31.721.919
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	37.425.368	37.425.368	37.065.165	31.741.950
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	5.291.355	5.291.355	3.959.773	--
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	32.134.013	32.134.013	33.105.392	31.741.950
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	21.075.691	21.075.691	20.467.309	19.103.867
Recursos captados com Letras Financeiras ⁽³⁾	5.726.800	5.726.800	6.544.915	6.544.915
Recursos captados no exterior ⁽³⁾	4.200.719	4.200.719	4.800.822	4.800.822
Recursos captados com CDB ⁽³⁾	1.130.803	1.130.803	1.292.346	1.292.346
Dedução do Nível II	(18.020)	(18.020)	(14.898)	(20.031)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(18.020)	(18.020)	(14.898)	(20.031)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	803.429.615	801.985.204	785.973.522	811.374.223
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	753.727.844	745.988.193	734.716.021	763.068.276
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	19.584.874	19.584.874	11.545.497	11.727.133
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	30.116.897	36.412.137	39.712.004	36.578.814
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)⁽⁴⁾	88.377.258	88.218.372	86.457.087	89.251.165
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	40.327.730	39.745.783	40.131.398	23.042.117
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	11,36%	11,29%	11,39%	9,93%
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	8,68%	8,60%	9,04%	7,83%
Índice de Basileia: (PR / RWA)	16,02%	15,96%	16,11%	13,84%

(1) Os Instrumentos autorizados pelo Bacen a compor o PR conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022. Esse decaimento é aplicado sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

(2) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(3) Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o faseamento de 30% em 2015 e 20% em 2014, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.03.2015		31.12.2014	31.03.2014
	Prudencial	Financeiro	Financeiro	Financeiro
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras ^{(1) (2)}	(3.804.661)	(3.804.661)	(3.714.071)	(3.547.425)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados ^{(3) (4)}	(2.470.316)	(2.470.316)	(1.192.027)	(2.283.281)
Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013 ⁽³⁾	(2.048.234)	(2.048.234)	(1.066.295)	(687.425)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura ^{(3) (5)}	(1.343.455)	(1.337.936)	(715.281)	(843.911)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) ⁽³⁾	(619.575)	(376.279)	--	(81.236)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽³⁾	(499.011)	(499.011)	(255.318)	(284.166)
Participação de não controladores ⁽³⁾	(434.493)	(434.493)	(171.050)	(126.437)
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) ⁽³⁾	(358.945)	(1.547.644)	(556.174)	(634.568)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽³⁾	(72.129)	(72.129)	(37.922)	(44.500)
Ativos diferidos ⁽²⁾	(25.686)	(25.686)	(31.642)	(43.392)
Investimentos superiores (excesso dos 10%) ⁽³⁾	--	(172.054)	--	--
Total	(11.676.505)	(12.788.443)	(7.739.780)	(8.576.341)

(1) Refere-se à participação no Banco Votorantim.

(2) Ajustes Prudenciais não sujeitos ao faseamento, sendo computados integralmente, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Vide notas explicativas 27.e – Benefícios a Empregados e 25.d - Tributos.

(5) O valor base para o cálculo dos ágios baseados em expectativa de rentabilidade futura é composto por: R\$ 845.207 mil no investimento e R\$ 2.513.431 mil no intangível (para o Conglomerado Prudencial) e R\$ 831.409 mil no investimento e R\$ 2.513.431 mil no intangível (para o Conglomerado Financeiro), vide notas 14 - Investimentos e 16 – Intangível. No intangível, refere-se ao ágio pago pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

g) Índice de Imobilização

A partir de 2015, o índice de imobilização passou a ser exigido apenas para o Conglomerado Prudencial, totalizando 24,26% em 31.03.2015, sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

Em 2014 o índice de imobilização foi apurado a partir do Conglomerado Financeiro totalizando 22,18% em 31.12.2014 e 25,60% em 31.03.2014.

30 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	5.818.350	2.677.598
Outros Resultados Abrangentes		
Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM e IFD (Nota 24.i)	(812.268)	68.109
Banco do Brasil	(827.015)	54.734
Subsidiárias no exterior	(1.451)	(2.823)
Coligadas e controladas	16.198	16.198
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 24.i)	235.256	(23.777)
Outros Resultados Abrangentes líquidos de IR e CSLL	(577.012)	44.332
Lucro Abrangente	5.241.338	2.721.930
Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores	404.904	322.118

31 - OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 16.03.2015, aprovou a fixação, para o exercício de 2015, do índice de distribuição do resultado (payout) equivalente ao percentual mínimo de 40% do lucro líquido, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo n.º 45 do Estatuto Social do Banco.

b) Banco Postal

Desde 01.01.2012, o Banco tem acesso à rede de distribuição dos Correios, com cerca de 6,3 mil pontos presentes em 95% dos municípios brasileiros. Por meio desse investimento, o Banco do Brasil antecipou a execução de plano estratégico de estender seus pontos de atendimento para todos os municípios brasileiros.

Em 22.11.2013, o Banco assinou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com a finalidade de avaliar a viabilidade de estabelecer parceria estratégica relativa ao Banco Postal.

Em 27.02.2014, dando continuidade aos estudos relativos ao Banco Postal, o Banco firmou com a ECT "Acordo de Condições Gerais de Associação" (Acordo). Em 05.03.2014, o acordo foi submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 06.05.2014, o CADE publicou, no Diário Oficial da União, a Ata da 42ª Sessão Ordinária de Julgamento, com a decisão final que aprovou a operação, sem restrições.

O acordo permitirá ampliar o portfólio de produtos e serviços ofertados na rede de atendimento dos Correios.

Os estudos relativos à perenização da Parceira Banco Postal continuam em andamento entre os parceiros e, assim que concluídos, deverão ser submetidos para aprovação aos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.

c) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)			Saldo		
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Patrimônio Administrado	614	600	579	594.841.810	554.723.895	516.914.833
Fundos de investimentos	606	592	571	582.167.916	542.399.347	504.705.696
Carteiras administradas	8	8	8	12.673.894	12.324.548	12.209.137

d) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Ativo			
Grupo BB	75.069.990	58.695.680	44.965.529
Terceiros	124.533.316	109.798.520	105.372.145
Total do Ativo	199.603.306	168.494.200	150.337.674
Passivo			
Grupo BB	22.944.441	19.296.951	18.783.178
Terceiros	164.913.179	139.149.520	123.423.322
Patrimônio Líquido	11.745.686	10.047.729	8.131.174
Atribuível à controladora	10.659.473	9.192.505	7.499.016
Participação dos não Controladores	1.086.213	855.224	632.158
TOTAL DO PASSIVO	199.603.306	168.494.200	150.337.674

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Lucro	156.176	473.962
Atribuível à controladora	71.498	374.224
Participações dos não controladores	84.678	99.738

e) Recursos de Consórcios

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	197.739	187.700	162.557
Obrigações do grupo por contribuições	8.178.158	7.974.156	7.230.674
Consoiciados - bens a contemplar	7.348.793	7.184.003	6.525.390
(Em unidades)			
Quantidade de grupos administrados	554	551	507
Quantidade de consorciados ativos	586.544	565.051	427.732
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	57.027	51.769	41.141

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	20.054	18.141

f) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 4.050/2001.

	1º Trimestre/2015		1º Trimestre/2014	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco				
Entidades sindicais	224	8.812	219	7.950
Outros órgãos/entidades	2	192	2	170
Entidades controladas e coligadas	2	316	2	255
Sem ônus para o Banco				
Governos Federal, Estadual e Municipal	288	--	294	--
Órgãos externos (Cassi, FBB, Previ e Economus)	603	--	605	--
Entidades dos funcionários	88	--	88	--
Entidades controladas e coligadas	551	--	410	--
Total	1.758	9.320	1.620	8.375

(1) Posição no último dia do período.

g) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Menor salário	2.227,26	2.227,26	2.043,36
Maior salário	37.265,70	37.265,70	34.346,27
Salário Médio	6.357,71	6.363,72	5.814,33
Dirigentes			
Presidente	62.388,59	62.388,59	58.773,99
Vice-presidente	55.842,38	55.842,38	52.607,05
Diretor	47.327,56	47.327,56	44.585,55
Conselheiros			--
Conselho Fiscal	5.395,63	5.395,63	5.083,02
Conselho de Administração	5.395,63	5.395,63	5.083,02
Comitê de Auditoria - Titular	42.594,80	42.594,80	40.127,00

h) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.03.2015

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.153.809	6.798
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	885	121
Demais	1.144	127
Total	1.155.838	7.046

(1) Refere-se a cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

i) Lei n.º 12.973 (Conversão da MP n.º 627/2013)

A Lei n.º 12.973, de 13.05.2014, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, as quais trataram do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

A lei foi regulamentada pela Receita Federal do Brasil por meio de suas Instruções Normativas n.º 1.515/2014 e 1.520/2014. De acordo com estudos realizados, não haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis do Banco. O Banco do Brasil exerceu a opção pela aplicação dos dispositivos relacionados com a tributação do lucro do exterior, para o exercício de 2014, conforme previsto no art. 96 da Lei 12.973/2014. A adoção dos demais dispositivos foi observada a partir de 1º de janeiro de 2015.

j) Lei n.º 13.097 (Conversão da Medida Provisória n.º 656/2014)

A Lei n.º 13.097, de 20.01.2015, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 656/2014, alterou os valores dos limites para fins dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.



Banco do Brasil S.A.

**Relatório sobre a revisão de
informações
intermediárias**

Trimestre findo em 31 de março de 2015



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações intermediárias

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) consolidado, em 31 de março de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração do Banco do Brasil é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também, as informações contábeis intermediárias, consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco do Brasil, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 13 de maio de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Alexandre Corrêa Abreu

VICE-PRESIDENTES

Antonio Maurício Maurano
Antônio Valmir Campelo Bezerra
César Augusto Rabello Borges
Geraldo Afonso Dezena da Silva
José Maurício Pereira Coelho
Osmar Fernandes Dias
Paulo Roberto Lopes Ricci
Raul Francisco Moreira
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Adilson do Nascimento Anisio
Admilson Monteiro Garcia
Adriano Meira Ricci
Antonio Pedro da Silva Machado
Carlos Alberto Araujo Netto
Carlos Eduardo Leal Neri
Carlos Roberto Cafareli
Clenio Severio Teribele
Edmar José Casalatina
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Gustavo de Faria Barros
Hamilton Rodrigues da Silva
Ives César Fülber
Janio Carlos Endo Macedo
José Carlos Reis da Silva
Leonardo Silva de Loyola Reis
Luís Aniceto Silva Cavicchioli
Luiz Henrique Guimarães de Freitas
Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Marcos Ricardo Lot
Nilson Martiniano Moreira
Rogério Magno Panca
Sandro José Franco
Sandro Kohler Marcondes
Simão Luiz Kovalski
Tarcísio Hübner

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adriana Queiroz de Carvalho
Alexandre Corrêa Abreu
Beny Parnes
Juliana Públio Donato de Oliveira
Luiz Serafim Spinola Santos
Manoel Carlos de Castro Pires
Pablo Fonseca Pereira dos Santos
Tarcísio José Massote de Godoy

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braido
Giorgio Bampi
Marcos Machado Guimarães
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso
Paulo José dos Reis Souza

COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Carlos Correia
Egídio Otmar Ames
Elvio Lima Gaspar

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53

